

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Denise Pereira
(Organizadora)



Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-282-1

DOI 10.22533/at.ed.821192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A transversalidade da Prática do Profissional de História

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que o campo do historiador passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisadores do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DRAMATURGIA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO CÊNICA, QUESTÕES DE ABORDAGEM PARA UMA PESQUISA EM ANDAMENTO	
Berilo Luigi Deiró Nosella	
DOI 10.22533/at.ed.8211925041	
CAPÍTULO 2	8
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARTÍSTICA (EPA) COMO COMPONENTE CURRICULAR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DOUTOR JUCA SENTO-SÉ	
Angla Pereira dos Santos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8211925042	
CAPÍTULO 3	14
A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)	
Regina Coeli Alcantara Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8211925043	
CAPÍTULO 4	24
A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS	
Helber Renato Feydit de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 5	31
A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO	
Marília Villanova Rodriguês	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 6	38
A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO	
Guillaume Azevedo Marques de Saes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925046	
CAPÍTULO 7	46
A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)	
Bruna Alves Carvalho Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925047	
CAPÍTULO 8	54
A NAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESPORTE ¹	
Eduardo de Souza Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925048	
CAPÍTULO 9	65
A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE 1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE	
Marcos Antonio de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925049	

CAPÍTULO 10	76
CONSERVADORISMO E PERSPECTIVA VARNHAGENIANA: ANÁLISE DE UM CONCEITO	
Ingrid Silva Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.82119250410	
CAPÍTULO 11	85
DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX	
Leonardo Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.82119250411	
CAPÍTULO 12	99
DEMOCRACIA E AUTORITARISMO: Trajetória Política De Eduardo Gomes Em Contextos De Transições	
Flavia Salles Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.82119250412	
CAPÍTULO 13	105
DO SUBVERSIVO AO TRAFICANTE: O PAPEL DA GUERRA ÀS DROGAS NA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO INTERNO” NO BRASIL	
Luiz Henrique Santos Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.82119250413	
CAPÍTULO 14	120
ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE	
Samara Letycia Moura Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250414	
CAPÍTULO 15	127
ENTRE O DISFORME E O MONSTRO: O CORPO ESPETÁCULO	
Juçara de Souza Nassau	
DOI 10.22533/at.ed.82119250415	
CAPÍTULO 16	137
FUNÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL	
Lindsay Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250416	
CAPÍTULO 17	153
GÊNERO E DISCURSO NO CURDISTÃO SÍRIO: NOTAS DE PESQUISA	
Maria Raphaela Campello	
DOI 10.22533/at.ed.82119250417	
CAPÍTULO 18	166
GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO <i>FRONT NATIONAL</i> COM MARINE LE PEN	
Makchwell Coimbra Narcizo	
DOI 10.22533/at.ed.82119250418	

CAPÍTULO 19	179
HISTÓRIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIPTOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADA	
Rogério Chaves da Silva	
George Mendes Marra	
Delson Ferreira	
Geovane Reges de Jesus Campos	
Amivaldo Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.82119250419	
CAPÍTULO 20	195
HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998	
Fabrício Ferreira de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.82119250420	
CAPÍTULO 21	209
INFINITAS MARIAS Conhecendo as Marias desde 1950 PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	
Ronía Batista Vaz Otoni	
DOI 10.22533/at.ed.82119250421	
CAPÍTULO 22	217
JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS	
Flávia Arruda Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.82119250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	226

A DRAMATURGIA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO CÊNICA, QUESTÕES DE ABORDAGEM PARA UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Berilo Luigi Deiró Nosella

PPGAC/DEACE – Universidade Federal de São João del Rei São João del Rei-MG

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar algumas questões e resultados da pesquisa “Capocomicato e metateatro: o fazer e o pensamento da iluminação na dramaturgia pirandelliana” desenvolvida (agosto de 2017 a julho de 2018) no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa em História e Historiografia do Teatro e das Artes, sob supervisão da Profa. Dra. Maria de Lourdes Rabetti (Betí Rabetti), com bolsa PNPd-CAPES (de dezembro de 2017 a julho de 2018). Procuraremos demonstrar como a relação, que consideramos orgânica, entre o olhar pretendido para o passado, pelo fazer do historiador, e a fonte por ele inquirida, definiu-se e definiu os objetivos da pesquisa. Ou seja, como a dramaturgia se mostrou, primeiro como projeto e por fim como resultado efetivo, uma fonte documental contundente para compreensão do pensar e do fazer da iluminação cênica de Luigi Pirandello.

PALAVRAS-CHAVE: História e historiografia do teatro; Fontes documentais; Iluminação cênica; Micro-história; Teatro moderno.

ABSTRACT: The current article intends to present some questions and results of the research “Capocomicato e Metateatro: The Making and the thought of enlightenment in the Pirandellian Dramaturgy” developed (August 2017 to July 2018) in the graduate program in Performing Arts at the Federal University of the state of Rio de Janeiro, in the line of research in history and historiography of the theatre and the arts, under the supervision of Profa. Dr. Maria de Lourdes Rabetti (Betí Rabetti), with scholarship PNPd-CAPES (from December 2017 to July 2018). We will try to demonstrate how the relationship, which we consider organic, between the intended look for the past, by the historian’s doing, and the source he inquired, defined and defined the objectives of the research. That is, as the dramaturgy showed itself, first as a project and finally as an effective result, a documentary source for understanding the thinking and making of the scenic lighting of Luigi Pirandello.

KEYWORDS: History and historiography of the theater; Documentary sources; Scenic lighting; Micro-History; Modern theatre.

O presente artigo foi originalmente apresentado no XVIII Encontro de História Primeiro Encontro Internacional: História &

Parceria da Associação Nacional de História – Seção Rio de Janeiro - ANPUH-RJ, em julho de 2018. Naquela ocasião, diante do desafio de empreender uma história da iluminação cênica moderna, tendo como recorte a Itália da década de 1920, optamos por analisar algumas dramaturgias produzidas ali, o que nos levou a uma questão quanto ao fazer histórico: como seria utilizar como fonte primária, praticamente exclusiva, tais dramaturgias para se escrever uma história luz em cena. Assim, considerando-se este ponto central – o uso da dramaturgia como fonte para uma história da iluminação cênica – propomos aqui um passeio por 5 tópicos sobre a reflexão da relação entre história e ficção e do uso da literatura como fonte para história do teatro, que se mostraram cruciais no desenvolvimento da pesquisa.

1 | A RELAÇÃO HISTÓRIA – FICÇÃO; FORMAS E ESTILOS NARRATIVOS/DISCURSIVOS; HISTÓRIA E RETÓRICA

Num conjunto de textos, tendo como eixo a relação entre história e literatura, desdobrado na relação entre o real e a ficção, Carlo Ginzburg (2007) nos atenta como o afastamento e posterior aproximação entre a noção de evidência como base do pensar e fazer histórico e a de narração, confunde-se com a própria busca histórica do fazer histórico.

O cerne da questão para ele estaria na noção de *enargeia*, que significa “clareza, vividez”, ou seja, a busca pelo que, desde os gregos (vide a clássica diferença entre a narrativa poética e a histórica proposta por Aristóteles), deveria ser o fim último da história – a verdade – confundia-se com o exercício narrativo da retórica, ou seja, a verdade da história encontrava-se na clareza e vividez de sua narrativa. Tal noção se oporia a posterior noção de *evidence*.

A diferença entre o nosso conceito de história e o dos antigos se resumiria da seguinte forma: para gregos e romanos a verdade histórica se fundava na *evidentia* (o equivalente latino da *enargeia* proposta por Quintiliano); para nós, nos documentos (em inglês, *evidence*). (Ginzburg, 2007: 24)

O que nos levaria a conclusão de que aos antigos a diferença entre narrativa histórica e poética se daria no próprio campo da narração, enquanto a primeira busca convencer a segunda buscaria subjugar.

Ainda segundo Ginzburg, a mudança de paradigma se dá na segunda metade do século XVII e coincide com a proposição de sistematizar princípios de análise com base em fontes, deixando para trás um princípio de verdade a partir do lugar da persuasão para trazer à centralidade do fazer histórico o controle objetivo dos fatos. Porém, o que Ginzburg chama a atenção no desenrolar do seu conjunto de textos, é que esse movimento, se por um lado significou um ganho metodológico para o fazer da história, também significou, no momento em que surgiu, um controle sobre o que

se poderia chamar de verdade.

Neste sentido, a crítica à própria noção de fonte – afastada, a partir do século XVII, de toda e qualquer experiência narrativa – faz-se novamente necessária, entre fins do século XIX e o século XX, não por acaso, em reação ao momento em que tal movimento atinge seu ápice com a historiografia positivista. Neste sentido, poderíamos aferir que as renovações que o fazer historiográfico vivenciou ao longo do século XX, desde a fundação dos *Annales d'histoire économique et sociale*, por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, passando pela renovação da historiografia marxista com E. P. Thompson até as proposições da História Cultural e da Micro História italiana (Pesavento, 2013), revendo a própria noção objetivista da fonte e do documento, as relações destas com o trabalho analítico e narrativo e o papel da interpretação dos mesmos no fazer da história, tudo isso, sem abandonar os avanços que a historiografia da *evidence* trouxe ao método historiográfico, são espécies de “meio do caminho” na busca por uma compreensão da própria definição de fonte e de nossa relação com a mesma. Algo como o que Maria de Lourdes Rabetti (Beti Rabetti) (2017: 52) nos chama a atenção como sendo uma “escrita documentada”, na qual, sem negar o elemento narrativo, trazendo-o ao novamente ao cerne do fazer histórico – seja na construção do discurso histórico, seja enquanto em si mesmo fonte da própria história –, mas sem deixar de ir “...contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas...”; para que assim se coloque, como dissemos, numa espécie de meio do caminho no próprio exercício da escrita, trazendo a própria fonte pra dentro dela. Ginzburg (2007: 9) propõe entender este como uma relação de contenda, não uma guerra de trincheiras, mas de desafios mútuos, entre a dita objetividade da fonte e a subjetividade da narrativa, cujo objeto de disputa é a representação da realidade.

2 | FONTE DOCUMENTAL PARA A HISTORIOGRAFIA DO TEATRO

Com a breve apresentação acima da questão da relação entre história e ficção, tendo como mote a crítica à noção instituída de objetividade do documento, sabemos que a prática historiográfica se abriu para novos horizontes quanto aos seus objetos, temas e problemas. Ampliaram-se as práticas em concomitância com os novos rumos, que significaram uma revisão da noção do que é uma fonte documental. Dos documentos oficiais, pequenos traços, resquícios, objetos e narrativas, passaram a ocupar lugar de destaque na pesquisa historiográfica, ampliando-se o rol de objetos passíveis de serem utilizados como fonte para o fazer da história.

Em termos metodológico, o que ficou claro à historiografia do século XX é que uma história de um objeto novo em relação à história dos grandes acontecimentos, deve ser feita ou com novos documentos ou, ao menos, com novo olhar, novas indagações, para velhos documentos

Na recente publicação do dossiê *Histórias, memórias e acervos teatrais no Brasil*, pela Revista Sala Preta da USP, organizado por Fabiana S. Fontana e Paulo Maciel (2017), percebe-se como programas, figurinos, desenhos e anotações realizadas ao longo do próprio fazer, etc. são entendidos hoje, junto aos pesquisadores, como documentos essenciais à reflexão e construção histórica do nosso teatro.

Porém, abordar esta questão, implica em ressignificar, por meio de um novo direcionamento do olhar e do questionamento, a relação com o objeto. Um programa, um cartaz, um borderô, ou um roteiro de luz, tem suas funções definidas, porém, revelam outras coisas além das que são (ou foram) seus objetivos primeiros, sob o olhar atento do historiador.

Neste sentido, se não apenas novos objetos – e porque não dizer secundários quanto ao próprio objeto principal, por exemplo, a cena teatral –, quando iluminados com a luz certa, se revelam como novas funções documentais, poderíamos dizer que objetos até então de primeira grandeza, como o texto dramático, que em muitos momentos ocupou o lugar de maior destaque na própria historiografia do teatro, pode ter seu lugar e função modificada com novo olhar e novas perguntas a lhes serem feitas.

3 | A RELAÇÃO HISTÓRIA – LITERATURA COMO FONTE, QUESTÕES DE ABORDAGEM

No período de pesquisa de que trata este relato, buscou-se radicalizar a proposição que surgiu como necessidade do próprio fazer da pesquisa. Na leitura das peças, ao se buscar nelas o resgate histórico de um fazer da iluminação cênica do passado, ficou claro logo de cara que, a relação de leitura destas não era a mesma de uma análise de caráter literário ou mesmo dramático, simplesmente. Num primeiro momento, buscou-se os dados ali apresentados, de caráter material, quanto as reais proposições de iluminação.

Porém, tal, apenas, se demonstrou insuficiente, uma vez que tais dados, de forma concreta, como poderiam figurar nos documentos oriundos do próprio fazer da iluminação (mapas, roteiros, etc.), eram informações de outra natureza, possivelmente não presentes na fonte dramática. A dramaturgia, enquanto narrativa ficcional, mesmo a metateatral, como é o caso, não daria conta de tal nível de concretude?

Tal percepção não nos levou, nem de longe, a conclusão de que então aquela fonte não daria conta do objetivo que nos propusemos, apenas que, talvez, seria necessário um ajuste quanto ao olhar lançado a ela. Se não a concretude que ela não comportava, talvez o impalpável que ela nos poderia revelar. Neste sentido que, não substituindo, mas somando ao fazer, direcionou-se o olhar para o pensar a iluminação, ou seja, para um campo em que um dado imaterial, mas não menos revelador, sobre um certo entendimento do campo cênico, nos revelasse tanto sobre o fazer que lhe dá

suporte, quanto o desejo que lhe impulsiona, num dado momento histórico.

Neste sentido, no trajeto aqui brevemente esboçado, verificamos como o trato com a fonte escolhida ajudou a redefinir em minúcia o próprio objetivo da pesquisa, entendendo que o objeto proposto é mais do que se imaginava. Assim, o fazer e o pensar da iluminação cênica de Pirandello, revelado pela fonte escolhida – as peças do metateatral do autor – nos revelou o campo intangível de um sentimento da época quanto a iluminação. O que significaria tanto o que se anima pela concretude de suas realizações em determinada época quanto as aspirações nascidas destas, no caso, o desenvolvimento tecnológico da iluminação elétrica em fins do século XIX e início do século XX.

4 | A RELAÇÃO HISTÓRIA – IMAGINÁRIO, RESVALANDO NO CAMPO DAS MENTALIDADES E DA REPRESENTAÇÃO HUMANA

Outra questão, em continuidade, se dá na compreensão da importância que a historiografia do século XX, em suas renovações, atribuiu ao pensamento, ou mentalidade, para compreensão do passado. Neste sentido, no que nos interessa mais imediatamente, há duas frentes: a primeira na compreensão de que o pensamento abstrato, plasmado e identificado com o campo do imaginário, pode deter extrema contundência para compreensão de uma dada época; e a segunda, que as obras de expressão humana, dentre elas, a narrativa ficcional, são territórios privilegiados do decantar de tal imaginário abstrato. Para falar com Pesavento (2006: 12) o imaginário seria um “...sistema de identificação, classificação e valorização do real pautando condutas e inspirando ações. É, podemos dizer, um real /mais real que o real concreto...”.

Porém, há uma nítida diferença entre o imaginário que se tem hoje de uma outra época; e o imaginário que se forma no bojo do conjunto de homens de uma dada época, promovendo pelo próprio exercício do pensamento, a configuração de um sistema de ideias que, como o que Williams (2002) chama de estrutura de sentimento, são próprias de uma época. Ambas são construídas, uma como representação de algo que está distante, outra época; outra como uma espécie de auto representação.

No caso, a narrativa ficcional detém o poder de concretizar ambos os imaginários, mas o que interessa de forma mais imediata ao que estamos aqui propondo, uma vez que ambas podem interessar a história, é a segunda forma. Ou seja, como um dado imaginário de uma época se inscreveu numa dada obra narrativa? E como ler este dado inscrito na obra? O que Adorno (2009), ao analisar o fenômeno musical, chamou de decantação da história na obra, ou que Raymond Williams chamou de sua estrutura de sentimento.

Neste sentido, a obra ficcional se nos apresenta como fonte documental histórica, não pelo seu conteúdo explícito, mas pelo o que de historicidade, inscrita em sua

forma, nos revela da época em que esta foi gerada.

Como já apontado no item 1), aqui tocamos num objeto de disputa: a representação, pois tal trânsito entre imaginário e sua “decantação” ou “estruturação”, é sua base de entendimento “Neste ponto, as diferentes posturas convergem: o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir-se, mas tendo nela o seu referente” (Pesavento, 2006: 12).

Por fim, mas não menos pertinente, se revelou, a partir disto, ainda um último aspecto:

5 | A RELAÇÃO NARRATIVA – HISTÓRIA, NO QUE TANGE À REPRESENTAÇÃO COMO FORMA E/OU ESSÊNCIA REALISTA

Neste campo, a questão desloca-se um pouco da história para o que estamos aqui elegendo como sua fonte, a narrativa ficcional, e desenrola-se no que podemos chamar de estilo ou forma. Se, como dissemos, é na forma que tal elemento de historicidade presente no imaginário de uma época se inscreve, ele o fará diversamente conforme for diverso o estilo da narrativa. Neste sentido, a maneira de se conceber a relação entre história e narração ficcional está também ligado ao estilo, ou escola, da narrativa, que não é mais do que a maneira como esta narração ficcional estabelece sua relação com o que Pesavento (2006) chamou acima de seu referente: a realidade. Para tal, é preciso partir de uma premissa que sabemos não ser unânime: que toda obra ficcional tem sua relação de referência com a realidade, o que não significa afirmar que toda obra é realista, no sentido estilístico do termo. Neste campo, é valioso a leitura da noção de realismo que Lukács propõe em sua obra *O romance histórico*, no nosso caso, especificamente no capítulo “Romance histórico e drama histórico”, mesmo que seja em seus limites, uma vez que, como o próprio autor informa logo no início da obra, mesmo o afastamento do romance da representação propriamente histórica, em período que ele chama de decadência, tem razões históricas, sendo “...consequências necessárias das grandes convulsões sociais dos tempos modernos, e provar que seus diferentes problemas formais são reflexos dessas convulsões histórico-sociais” (Lukács, 2011: 331).

Também, com base no pensamento de Lukács, Hauser (1994), em sua *História social da arte e da literatura*, propõe a compreensão da história da literatura a partir das diferentes formas de relação desta com o real que, na sua visão, plasmariam as diferentes “escolas literárias”.

Não se trata aqui de entrar em terreno tão espinhoso (sabemos), mas de partir disto como premissa, entendendo inclusive, que, ao contrário do que se possa pensar, uma vez que a relação de “decantação” ou “estruturação” do real na obra ficcional se dá na forma, talvez uma obra de conteúdo não realista, possua tanto valor que uma de conteúdo realista, como fonte para análise do referido imaginário histórico. Se assim

for, Pirandello, autor de acirrada fantasia em sua narrativa, pode apresentar-se como objeto exemplar para tal exercício.

Concluindo, não foi a dramaturgia em si como objeto que nos interessou para a pesquisa em desenvolvimento, mas sim o que ela poderia nos revelar sobre algo que não é seu objeto específico, no caso, a iluminação cênica. A dramaturgia, como pudemos perceber no próprio exercício de leitura e análise, mesmo a metateatral, como é o caso, para o fim de seu uso como fonte documental para a história da iluminação, não deve ser encarada de imediato como um documento direto da prática da iluminação, mas, sim, um objeto do qual, empreendendo-se uma observação de escala reduzida, seria possível apreender elementos fundamentais para uma reconstrução de uma forma de pensar o fazer da iluminação cênica naquele momento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Filosofia da nova música**. Trad. Magda França. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FONTANA, Fabiana S. e MACIEL, Paulo M. C. Apresentação do dossiê – histórias, memórias e acervos teatrais no Brasil. In **Revista Sala Preta**, vol. 17, n. 2, São Paulo, 2017. (pp. 6-10). <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/140237> DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v17i2p6-10. Acesso em 16/03/2018.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAUSER, Arnold. “Naturalismo e Impressionismo”. In HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LUKÁCS, G. “Romance histórico e drama histórico”. In Lukács, G. **O romance histórico**. Trad. Rubens Ederle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 117-210.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História & literatura: uma velha-nova história”. In DA COSTA, Cléria B. e MACHADO, Maria Clara T. (org.). **Literatura e história: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (e-book).

RABETTI, Maria de Lourdes (Beti Rabetti). Em busca da tradução teatral: o trabalho do historiador em meio a miudezas da cena e precariedades documentais. **Revista Sala Preta**, v. 17, n. 2, 2017. <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/139972> DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v17i2p48-71. Acesso em 16/02/2018.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. Trad. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARTÍSTICA (EPA) COMO COMPONENTE CURRICULAR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DOUTOR JUCA SENTO-SÉ

Angla Pereira dos Santos Rodrigues

Programa de Formação de Professores e Práticas
Interdisciplinares

(PGFPPI- UPE *Campus* Petrolina)

anglaebrit@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Atualmente registra-se no espaço escolar a preocupação em disseminar o conceito de patrimônio histórico-cultural e artístico. Assim, estão sendo desenvolvidas ações que visam formar sujeitos conscientes da importância de preservar o patrimônio histórico e cultural, frente ao imediatismo da sociedade global que vem **modificando** os aspectos formativos do sujeito em diversos âmbitos históricos sociais, à medida que a dominação tecnológica e o consumismo vão moldando novas necessidades no mundo pós-moderno.

Nesse contexto, no estado da Bahia vem sendo desenvolvido o projeto Educação Patrimonial e Artística (EPA) na rede estadual de ensino, desde 2012. Esta ação visa despertar a população juvenil para a importância de preservar os registros históricos e democratizar os saberes construídos historicamente pelas sociedades humanas.

Com o EPA, se objetiva fomentar a

cultura como um aspecto elementar dos direitos inerentes ao ser humano que devem ser universalizado e vivenciado nos espaços escolares. Uma vez que, a internalização do conceito de patrimônio histórico-cultural possibilita o entendimento do tempo passado, presente e futuro, pois é um constructo que permite perceber as práticas sociais desde a formação construída no seio familiar, até visões mais complexas como um sujeito inserido numa conjectura de proporções locais e globais.

Direcionado por estes pressupostos, o Colégio Doutor Juca Sento-Sé, ao efetivar a proposta governamental EPA, busca minimizar as possíveis dissociações presentes entre as aprendizagens escolares e as historicidades socioculturais dos educandos. Por isso, este projeto foi incorporado como um componente curricular no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

A relevância social do EPA funda-se no fortalecimento das articulações entre presente e passado tangentes ao desenvolvimento dos sujeitos nas complexidades relacionadas ao ser e fazer das pessoas.

Para isso, exige-se uma compreensão cultural e artística profícua no desvelar das práticas e abstrações do cotidiano. Desse modo, é necessário conhecer as linguagens expressas

pela cultura, cabendo-nos aprimorar o olhar sobre as ações que muitas vezes passam despercebidas no dia-a-dia, mas que esboçam significados transmitidos de geração em geração.

Valorizar o patrimônio histórico através das práticas educativas faz parte de um projeto educacional adensado em uma proposta cidadã de ensino pois,

A escola é uma instituição destinada a formar cidadãos, e não apenas a fornecer informações e teorias. Depois da família a escola é o principal lugar de aprendizado e de sociabilidade das crianças e dos adolescentes. Assim, ela deve ser capaz de oferecer uma base cultural comum a todos os alunos. Na escola os alunos formam suas identidades no âmbito individual e coletivo e estabelecem relações com diversos seres sociais.

Por tudo isso o processo de ensino e aprendizagem deve, necessariamente, incluir diversas possibilidades pedagógicas que estimulem um olhar mais abrangente sobre a diversidade cultural humana. (FIGUEIRA; GIÓIA. 2012 Pag. 7).

Esse ponto clarifica a função da escola nos dias atuais, sendo esta um espaço indispensável para a construção dos saberes dos educandos, bem como de refletir sobre a sua condição de existência humana. Por isso é que as distintas linguagens culturais (visual, fílmica, literária, musical, coreográfica, entre outras) devem compor as metodologias das aprendizagens.

O projeto EPA tem ampliado o conceito de cultura ao mesmo tempo em que se verifica um despertar para a preservação do patrimônio histórico que caracterizam a identidade dos sento-seenses, pois,

Trata-se de experiências em políticas culturais com a juventude estudantil, para avivar o debate e incrementar as práticas culturais nos campos da história, da arte, do patrimônio, da juventude e da democratização desses saberes e dos espaços históricos, com vistas à identificação do patrimônio baiano, a preservação da memória cultural e a apropriação do conhecimento da história cultural baiana. A partir do EPA, pretende-se incrementar o desenvolvimento de ações essenciais para o exercício do direito à cultura, para a defesa dos valores históricos, artísticos e estéticos, para a formação de uma nova mentalidade cultural. (Educação Patrimonial e Artística (EPA) – 2018 Pag. 01).

Desse modo, os resultados das experiências culturais, do resgate dos valores históricos, das produções artísticas e estéticas devem ser registradas por meio de fotografias. As descobertas também devem ser sistematizadas por meio de registros escritos que expliquem cada imagem obtida.

Entretanto, a Escola Estadual Doutor Juca Sento-Sé por meio do EPA, no ano de 2017, com uma ação interdisciplinar das Ciências Humanas e suas Tecnologias possibilitou aos alunos do Ensino Médio, turma do 2º ano “A” matutino, a ampliação do conceito de cultura e fomentado a importância da preservação do patrimônio histórico da cidade.

O tema investigado pelos alunos foi a Congada, uma manifestação cultural de origem africana fortemente praticada na cidade em tempos remotos, mas que com o passar do tempo tem caído no esquecimento. Esse resgate contribui para a internalização da identidade do sujeito sento-seense no universo escolar e valorização

cultura.

Porém, cabe esclarecer que mesmo diante da relevância do projeto este não é uma iniciativa coercitiva para os alunos, embora, sendo estendida para todo corpo estudantil, participam somente os alunos que manifestam interesse pela proposta do projeto.

METODOLOGIA

Na turma do 2º “A” matutino foi feito um levantamento entre os alunos para identificar atividades culturais praticadas na cidade, sendo a congada o tema escolhido para ser retratada no projeto por um grupo específico de cinco alunos que manifestaram interesse pelo. Observa-se que esta é um instrumento específico do processo de operacionalização do projeto caracterizado em:

3 fases: 1) as aventuras patrimoniais, sob a forma de gincanas escolares, para a “caça” aos distintos tipos de patrimônio nos diversos contextos. Essa é a fase mais importante, onde o princípio primordial é a prática da pesquisa escolar no campo patrimonial, sendo o universo estudantil o ponto de partida para a identificação dos sentidos e significados atribuídos aos distintos patrimônios (a escola, a rua, os becos, o casario, a fonte, o bairro, as matas, as águas, o município e, em especial, a sua gente, os animais), utilizando-se da fotografia, da argumentação lógica, das experiências vividas e das histórias de vida das distintas gerações como técnica para o exercício da apreensão deste universo material e simbólico; 2) apresentações das aventuras patrimoniais nos 27 NTE, com a exposição dos álbuns com registros e diagnósticos dos olhares fotográficos e da produção textual sobre o patrimônio artístico e cultural baiano; 3) a realização da 7ª Mostra do EPA no 7º Encontro Estudantil da Rede Estadual, na cidade de Salvador, com a participação das equipes dos estudantes e seus álbuns patrimoniais selecionados nos 27 Núcleos Territoriais de Educação. (Educação Patrimonial e Artística (EPA) – 2018- Pag. 02).

Todos estes requisitos são relevantes porque permite a concretude do projeto nas escolas estaduais. Contudo, não podemos descartar o caráter competitivo desta atividade, pois esta é, na verdade uma competição entre todos os alunos da rede estadual de ensino que participam do evento, de modo que, são selecionadas em cada uma das etapas descritas as três melhores obras por escola que compõe a rede, dentre as quais, é premiado sempre a que ocupa o primeiro lugar na classificação. Sendo, que cada escola obrigatoriamente convida membros de suas respectivas comunidade para compor a banca de seleção dos álbuns na escola no dia da culminância do projeto. Na última etapa que acontece na cidade de Salvador, é permitido participar do evento todos os alunos classificados entre primeiro e terceiro lugar dos núcleos regionais.

Então, foi feito um levantamento para buscar as raízes históricas da cultura escolhida para ser apresentada em forma de álbum. Neste momento, os alunos sob a orientação dos professores envolvidos no projeto foram às ruas colher relatos de moradores mais antigos da cidade. Esta fase foi subsidiada também com a análise de fotos antiga que permitiu uma percepção aprofundada acerca do engajamento social em torno da congada.

Em seguida, os alunos desenvolveram os textos e dispuseram as fotografias de acordo com a criatividade do grupo, resultando em vinte laudas de produção. Algumas imagens que foram doadas por sujeitos da comunidade, ocorreram por meio de documento oficial formalizando o ato, e evitando assim possíveis problemas relacionados aos direitos autorais.

Por tratar-se de um trabalho temático, os alunos exerceram suas habilidades artesanais ao confeccionar um álbum dentro de uma caixa caracterizada com a representação de enfeites utilizados pelos membros dessa manifestação cultural. A caixa, quando fechada trouxe a representação de um chapéu colorido enfeitado com muitas penas, e ao abri-la, se representou cuidadosamente a bandeira que identifica a congada em Sento-Sé, esta envolvia todo o interior da caixa, que se transformou em álbum.

No dia reservado pela direção escolar o álbum foi exposto na escola em uma culminância aberta a toda comunidade sento-seense, juntamente com a exposição de demais trabalhos dos alunos da escola.

A apresentação do trabalho teve impactos positivos sobre todo o corpo docente da escola, os alunos que desenvolveram o álbum se mostraram felizes em proporcionar esse resgate histórico. Foram descobertas de fato novas sobre os significados da congada para o povo sento-seense.

Numa culminância aberta ao público, foi possível também perceber o reconhecimento desse trabalho pelos membros da comunidade, como pais de alunos e demais participantes, muitos inclusive se reconhecendo ou reconheceram seus ancestrais nas fotos expostas.

RESULTADO

O espaço escolar não é somente um *locus* destinado a produzir conhecimentos científicos, mas um ambiente que deve propiciar o reconhecimento das identidades dos sujeitos no âmbito individual e coletivo. Para atingir esta finalidade a educação patrimonial se faz necessária no âmbito educacional e pedagógico para conscientizar a responsabilidade dos educandos em torno do bem comum, tanto do lugar em que vivem quanto na sociedade global.

Atualmente esta questão tem ultrapassado o campo de ensino de história, tornando-se um princípio de caráter interdisciplinar, dada a necessidade de fortalecer o conceito de patrimônio histórico cultural.

Para Bauman (2007) a sociedade pós-moderna suscita incertezas sociais que imergem os seres humanos deixando-os deslocados e sem direção. Antes as práticas desenvolvidas dentro de uma determinada comunidade davam aos indivíduos segurança e certezas, transmitidas através de gerações, mas se tornaram frágeis e informais, modificando-se freneticamente. Por isso, a necessidade da escola posicionar-se frente as incertezas históricas e culturais resultante da mobilidade e

velocidade da sociedade global.

Nesta conjuntura, o projeto (EPA), fundado na análise do patrimônio histórico-cultural, e no incentivo dos alunos à preservação, trouxe ricas experiências no resgate dos costumes culturais, com ênfase na valorização do patrimônio histórico de Sento-Sé.

Durante o levantamento cultural realizado com os alunos foi possível esclarecer pontos importantes referentes à conceituação do termo cultura, com profícuos debates acerca da trajetória do povo sento-seense, identificando as lutas e as perdas.

Verificou-se que a congada, está enfraquecida nos últimos tempos devido ao desconhecimento da população referente a esta atividade cultural como parte de sua constituição histórico-social.

Este fato está muito além da aventura patrimonial que estrutura o projeto EPA, pois durante a investigação constatou-se entre a população um profundo sentimento de nostalgia diante da ruptura provocada pela construção da barragem de Sobradinho no ano de 1977, que inundou toda a cidade, denominada entre os moradores de: Antiga Sento-Sé. Este fato expropriou e obrigou todos os moradores da sede e do interior do município a deixarem os espaços de suas vivências sob a ressalva de indenização, sendo a cidade transferida para o local atual.

Mas, a submersão ultrapassou o campo físico alcançando sonhos, lutas e símbolos construídos ao longo de anos. Esta dívida ainda não foi quitada entre os moradores de Sento-Sé e talvez nunca seja. Contudo, é possível reafirmar por meio de ações educativas suas manifestações sociais, e fortalecer o sentimento de pertencimento e preservar o patrimônio histórico-cultural na comunidade.

Conclusão

Nesse sentido, o EPA tem ampliado o significado da educação ao possibilitar que ações sociais aparentemente desprovidas de importância permeiem o espaço escolar, já que um dos objetivos específicos do projeto é trazer à tona a historicidade do povo baiano.

Portanto, os resultados obtidos atestam que os conhecimentos escolares podem propor uma construção educacional dialógica com o meio em que o educando está inserido. Sendo esta uma expressão da responsabilidade teleológica da educação na construção da cidadania.

Logo, um dos pilares que sustenta a produção intelectual em torno do EPA é, sobretudo, o direito que os educandos têm de conhecer e reconhecer os signos que fazem parte da história, para que sejam preservadas sob a consciência da educação patrimonial e do compromisso em transmitir saberes às novas gerações, na qual não abstrai a atitude de pesquisa do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado; SUPED - Superintendência de Políticas para a Educação. Síntese do EPA 2018, estado da Bahia. Salvador: SUPED, 2018.

BALMAM, Zigmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zabar. Ed., 2007.

FIGUEIRA, Cristina A. R; GIÒIA, Liliam C. Miranda. **Educação Patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo

A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)

Regina Coeli Alcantara Silva

RESUMO: Este estudo analisa o processo de ampliação e estabelecimento da escolarização, referente ao ensino público primário, em Itaboraí – RJ, no período do Império. A periodização adotada tem como objetivo analisar como a rede estava se constituindo e como a mesma se desenvolveu. Buscou-se reconstruir o percurso de constituição das escolas públicas primárias e de instituição do ensino sistemático e graduado na cidade. Podendo descortinar como aconteceu esse desenvolvimento, os motivos que levaram ao aumento quantitativo de escolas e como estava sendo engendrado uma possível rede de instrução na localidade. A natureza desta pesquisa é histórica de base documental, pelo viés da micro-história e acompanhada de um levantamento estatístico. A micro-história será utilizada como um recurso metodológico que ajudará na distinção das complexidades sociais que estudos mais gerais comumente ignoram. Sendo utilizada reduzindo a escala de observação e fazendo uso de “um estudo intensivo do material documental” tomando o particular como ponto de partida identificando seu significado ao analisar seu próprio contexto. Para reconstituir esse processo de escolarização é realizado um diálogo entre as seguintes fontes: os Relatórios

de Presidentes de Província; censos do IBGE; Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro; e artigos de jornal, como “O Popular”, que estão na Hemeroteca. Os primeiros resultados com a pesquisa foram: ter a possibilidade de tornar inteligíveis questões sobre a escolarização no município que até então estavam retidas nos arquivos e mostrar como estava, possivelmente, se delineando a constituição de uma rede de escolas naquele município.

PALAVRAS-CHAVE: Itaboraí. História. Educação. Império. Escolas

Este estudo pretende averiguar o processo de ampliação e estabelecimento da escolarização em Itaboraí. A periodização adotada tem como objetivo fazer uma análise de como a rede estava se constituindo e como se encontrou ao término do Império. Nesse sentido, buscou-se reconstruir o percurso de constituição das escolas públicas na cidade.

O desenvolvimento da escolarização, na Europa do século XIX, resultou das ideias liberais da França, pós Revolução de 1789, enquanto a instrução pública, no Brasil, realizou leitura desses modelos (MARTINEZ, 1997:79). No Brasil, a origem desse “processo pode ser identificada com o momento [...] da formação do Estado imperial, no decorrer dos oitocentos” (SCHUELER, 1999:59).

O termo “Escolarização” pode apresentar duas interpretações: a primeira, “pretende designar o estabelecimento de processos e políticas, concernentes à ‘organização’ de uma rede [...], responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião”; a segunda, entende-se como o “processo e a paulatina produção de referências sociais” (FARIA FILHO, 2003:78). O espaço escolar foi sendo produzido no decurso da história da educação e se configurou como algo de extrema importância para a “estruturação do sistema público de ensino” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000:20).

Depois da Independência, em 1822, começou a ser implementada uma “rede descentralizada de instrução pública” (MAIA, 2017:39) e, com isso, a 1ª legislação educacional foi apresentada pela Constituição de 1824, na qual ficou instituída, no artigo 179, parágrafo 32, a “Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824); porém, “não definia competências nem previa recursos para a implementação” (GOMES, 2002:388). A lei da Instrução Primária, de 15 outubro de 1827, assegurava, no art. 1º, que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, have[riam] as escolas de primeiras letras” (BRASIL, 1827).

Para perceber as transformações a partir dessa lei, no Rio de Janeiro de 1839, após quase doze anos, o Presidente de Província Souza (1839:33) informou que havia 25 escolas públicas de primeiras letras, dessas, 4 eram de meninas. Para uma província que possuía 60 freguesias e vários curatos (Relatório Presidente de Província, 1840:17), esse número de escolas era irrisório, e isso mostra que a lei ainda não estava sendo cumprida.

Em relação a Itaboraí, o mesmo presidente acrescentou que lá “ainda” não existia escola, mas que brevemente estaria sendo criada (Relatório do Presidente de Província, 1951:33). A população da região era de 13.825 (GOUVÊA, 2008:43), o que tornava necessária a criação de novas unidades escolares.

De fato, a primeira escola pública primária de Itaboraí foi criada, provavelmente, no ano seguinte, na Vila, pois aparece, a partir de 1839, José Antônio da Silva Rocha, ministrando aulas (Relatório Presidente de Província, 1851:16).

Em 1840, na província, existiam 6 escolas para meninas, entretanto, havia o objetivo de se instituir mais 4 escolas, incluindo uma para Itaboraí, que havia sido criada por deliberação, desde 15 de janeiro do mesmo ano (Relatório Presidente de Província, 1851:16). Porém, no Relatório de 1842, na localidade da Vila, somente aparece uma professora, D. Francisca M. dos S. Mattoso (Relatório Presidente de Província, 1842: Mapa 7). As escolas para meninas ficavam sob a responsabilidade das professoras e era “uma preferência estabelecida na própria legislação” (SCHUELER, 2002:115), posto que, desde a década de 1830, se discutia a implantação de escolas públicas e a importância de escolarizar mulheres, crianças, negros e índios (FARIA FILHO, 2000:135).

No relatório do Presidente de Província Coutinho, de 1846, faz-se alusão a um relativo aumento no quantitativo de escolas, 5 unidades, constando os locais em que

se encontravam, sendo 3 regidas por homens e 2 por mulheres (Relatório Presidente de Província, 1853: Mapa 7), como pode ser visto abaixo:

Localidades (Manteve-se a escrita original)	Sexo	Docentes
Villa	M	José Antônio da Silva Rocha
»	F	D. Francisca Marcelina dos Santos Mattoso
Arraial do Porto das Caixas	M	José Gomes de Faria
»	F	D. Clara Mathildes de Mattos Rocha
N. S. da Conceição do Rio Bonito	M	Nicolao Rodrigues de Miranda

Tabela 1: Escolas em Itaboraí (1846)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1846: Mapa 7 e SN)

Ao observar o quantitativo de escolas, notam-se duas escolas na Vila e duas em Arraial de Porto das Caixas e, em cada localização, há um professor e uma professora lecionando.

Essa ocorrência nos dá a entender que seria uma escola para cada gênero, em cada localidade, pois já era prevista “a criação de escolas de instrução elementar para as meninas” desde a Lei de 1827 (BRASIL, 1827).

No Relatório do ano seguinte, não houve diferenciação entre o número de escolas, continuaram 5 (Relatório Presidente de Província, 1847: Mapa 6). Mesmo perdendo o território de Rio Bonito, que foi elevado ao estatuto de vila, em 1846 (COSTA, 2013:133), em contrapartida foi aberta uma nova escola em Tamby, como é possível observar na tabela abaixo:

Localidade	Sexo	Docentes
Villa	M	José Gomes de Faria e Silva
»	F	D. Francisca Marcelina dos Santos Mattozzo
Arraial do Porto das Caixas	M	José Antônio da Silva Rocha
»	F	D. Clara Mathildes de Mattos Rocha
Freguesia de Tamby	M	Francisco Simões da Fonseca Junior

Tabela 2: Escolas em Itaboraí (1847)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1847)

O Presidente de Província Coutinho, ao relacionar os docentes existentes no município, coloca como título “Ensino mútuo”, fazendo alusão ao método que era praticado na época. No “método Mútuo, os alunos eram agrupados conforme a disciplina e o nível de conhecimento em que estavam, sem critérios de organização

pela idade” (DIAS, 2014:176), porém houve uma lei, de 02 de janeiro de 1847, que deixava ao critério do diretor de estudos decidir qual método deveria ser adotado pelas escolas: simultâneo, mútuo ou misto. A escolha seria de acordo com “a situação das localidades” (Relatório Presidente de Província, 1847:40 e Mapa 6).

Por diversos anos, seguidos ao de 1847, permaneceu a mesma quantidade de escolas, contudo “entre os anos de 1854 e 1890, houve um relativo crescimento da atividade política estatal mediante um controle mais efetivo e a criação de novos estabelecimentos”. Isso ocorreu, provavelmente, por conta do Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte (BRASIL, 1854), pois o documento “além de organizar a estrutura burocrática e administrativa do ensino primário e secundário [...] propunha definir e controlar, com minúcia, as diretrizes educativas e o funcionamento [...] das escolas” (SCHUELER, 2002:240 e 36). Ou seja, mesmo sendo um regulamento para a Corte, acabava por chegar às províncias, pois tinha “normas alusivas”, também às suas jurisdições [...] buscando alcançar a instrução pública provincial” (SAVIANI, 2011, p 131).

Nesse período, existia um jornal local, intitulado “A Civilização”, que apresentou um artigo, com a chamada: “A instrução publica na província”, cujo texto começa dizendo que a instrução pública primária e secundária não dava os resultados que se esperavam, ao levar em conta os valores gastos. Havia 96 paróquias, entretanto, 52 não tinham escolas para meninos e 65 não tinham escolas para meninas.

Segundo o jornal: “é quasi nenhuma a instrução primaria e secundaria, que realmente se dá desde as mais obscuras freguesias até as mais populosas, e florescentes cidades” (CIVILIZAÇÃO, 1850:1).

Essa problemática, denunciada pelo jornal, corrobora com a situação que era exposta pelo presidente de província, em 1850, quando o mesmo dizia que existia um total de “95 escolas de instrução primaria, sendo 31 para meninas e 64 meninos”, o que parecia ser um número animador, mas que, entretanto, era ponderado por ele, ao dizer que era: “quase nenhuma a instrução primaria e secundaria que realmente se d[ava]” (Relatório Presidente de Província, 1850:49).

O jornal relacionava essa problemática a três situações: 1- indicava “a falta de consideração e garantias dos mestres”, como fez o presidente de província de 1840; 2- as povoações e o interior, pois do que “vale uma eschola no arrayal de uma freguesia, onde há apenas meia dúzia de casas, e onde todos os recursos faltão? Nossa população é muito espalhada. As distancias são grandes, e o pai de família não tem meio de por na eschola seu filho” e 3- as escolas ficarem a esmo, não possuindo recursos ou material (A CIVILIZAÇÃO, 1850:1).

A partir desse momento, as escolas passaram a ser mais fiscalizadas, mantendo-se “a tendência ao aumento no número de escolas primárias criadas pelo governo provincial, assim como a [de] se ampliar a participação da instrução nos orçamentos” (ALVES, 1992:47). Dessa forma, nos anos que se seguiram, observa-se um crescimento na rede.

Anos	Rio de Janeiro*	Itaboraí
1851	111=75M/36F	5=3M/2F
1853	131=87M/44F	6=4M/2F
1856	166=107M/59F	6=3M/3F
1858	194=120M/74F	8=4M/4F

Tabela 3: Situação das escolas no Rio de Janeiro e em Itaboraí (1851-1858)

FONTE: Relatórios de Presidente de Província

(1851:Mapa6; 1853b:Mapa7; 1856:Mapa3; 1858:72-73*)

A partir de 1860, a necessidade de instrução foi ganhando densidade e deveria “estar de acordo com as modernas formas de pensar o fenômeno educativo” (FARIA FILHO, 2000:139). Assim, no Relatório de 1867, há 7 escolas, 4 masculinas e 3 femininas (Relatório do Diretor da Instrução Provincial anexo ao do Presidente de Província, 1867:A-67), como se pode constatar abaixo:

Localidade	Docentes	Classe	Sexo
Itaborahy	Manoel José do Vale	3 ^a	M
»	D. Francisca Leocadia dos Santos Mattoso	2 ^a	F
Itamby	Francisco Izidoro Brunel	2 ^a	M
»	Viridiana Maria da Silva	1 ^a	F
Porto das Caixas	Francisco da Fonseca Barreto Escolar	1 ^a	M
»	Clara Amathildes de Mattos Rocha	3 ^a	F
Posse do Coutinho	João Santiago de Gouvêa	1 ^a	M

Tabela 4: Escolas em Itaboraí (1867)

FONTE: Relatório do Diretor da Instrução (1867)

As escolas eram divididas por classe e sexo e a classe era utilizada para se referir aos professores. Na primeira classe, estavam incluídos os efetivos, que poderiam ser os normalistas e habilitados em concurso. Na segunda classe, estavam os professores provisórios, que eram subjugados à prova que avaliava conhecimentos e habilidades relativos à escrita, à leitura, às regras das quatro operações e aos juros simples e esses profissionais permaneciam no cargo até que houvesse profissionais efetivos. Na terceira classe, ficavam os que trabalhavam temporariamente, durante as licenças e impedimentos ao trabalho dos demais professores (CALDEIRA-MACHADO; BICCAS; FARIA FILHO, 2013:646).

Na década de 1870, no Rio de Janeiro, diversos profissionais debatiam a primordialidade de se educar as crianças e produzir mais escolas primárias (MARTINEZ, 1997). O Decreto 7247, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho (BRASIL, 1879), tinha como proposta reformar o ensino primário e secundário, na Corte, e o ensino superior, em todo o Império e “serviu de modelo a várias instituições

educacionais nas províncias” (BASSO, 2005:15). Em Itaboraí, nesse período, há um aumento em relação ao número de estabelecimentos de ensino, embora insuficiente.

Localidades			
Masculinas		Femininas	
1	Itaborahy	1	Itaborahy
2	Posse (1ª escola)	2	S. Thomé
3	» (2ª escola)	3	Pinhão
4	S. Thomé	4	Porto das Caixas
5	Pinhão	5	Desterro de Itamby
6	Itapacorá		
7	Porto das Caixas		
8	Desterro de Itamby		
9	Aldêa velha		

Tabela 5: Escolas públicas primárias em Itaboraí (1873)

FONTE: Relatório do Diretor da Instrução anexo ao Relatório do Presidente de Província (1873: Mapas 1-3)

Esse acontecimento é percebido no Censo de 1872, cujos dados mostram que existia uma população de 2827, dos 6 aos 15 anos, em idade escolar; desse número, 697 estavam frequentando a escola, ou seja, pouco mais de 24% do total. O número de crianças fora da escola era elevado e a quantidade dos que não tinham acesso chegou a 2.130 (CENSO; IBGE:1872).

No ano de 1873, como pode ser percebido na tabela 5, há um total de 14 escolas públicas, dessas, 9 eram destinadas ao ensino masculino e 5 ao feminino; o que comprova quão diminuta era a parcela das escolas disponíveis para os que, de fato, tinham direito a ela. Também havia 4 escolas com o ensino subvencionado, porém, apenas para os meninos. Assim, ainda que os discursos públicos reiterassem “a necessidade da educação das mulheres” (SCHUELER, 2002:123), pode-se observar que o quantitativo de unidades femininas era irrisório.

Nº	Localidade das escolas	Sexo
1	Iguá	M
2	Areal Grande	M
3	Mevrique	M
4	Itamby	M

Tabela 6: Escolas subvencionadas (1873)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1873: Mapa 2)

No ano de 1875, a freguesia de Santo Antônio de Sá passou a fazer parte de Itaboraí, o que provavelmente aumentaria o número de escolas. Assim, os dados, em 1876, ficaram da seguinte forma:

ESCOLAS MASCULINAS			ESCOLAS FEMININAS		
Nº	Localidades	Classe	Nº	Localidades	Classe
1	Itamby	1	1	Itamby	1
2	Aldêa Velha	1	2	Aldêa Velha	1
3	Santo Antonio de Sá	1	3	Santo Antonio de Sá	1
4	Itapacorá	1	4	S. Thomé	2
5	S. Thomé	2	5	Pinhão	2
6	Pinhão	2	6	Villa	3
7	Duques	2	7	Porto das Caixas	3
8	Cabossú	2			
9	Posse dos Coitinhos	2			
10	»	2			
11	Villa	3			
12	Porto das Caixas	3			

Tabela 7: Escolas públicas primárias em Itaboraí (1876)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1876: S1-75-76-79)

Dessa forma, percebe-se um novo aumento no número de escolas: foram criadas 3 e vieram 2 da freguesia de Santo Antônio de Sá, uma para cada sexo, o que contabilizou um total de 19 escolas públicas. Nos anos seguintes, há os seguintes dados:

1878/1880	16
1881	21=12M/9F
1882	19=11M/8F
1885	18=10M/8F
1886/1887/1888	19=10M/9F

Tabela 8: Situação das escolas em Itaboraí (1878-1888)

FONTE: Relatórios de Presidente de Província (1878:49; 1880: Mapa 1; 1881:A5-3; 1882:S4-7; 1885:S4-4; 1886:S5-4; 1887:S7-4; 1888: Mapas 3 e 9)

Desde 07 de dezembro de 1880, havia um decreto de n. 2535, que autorizava “as câmaras municipais a estabelecer escolas e auxiliar a instrução primária fora das cidades e povoações [...] contratar ou nomear professores [...], regular o ensino e inspecioná-las” e, inclusive, utilizar parte da verba (5%) que recebiam dos cofres provinciais (Relatório do Diretor da Instrução anexo ao Relatório do Presidente de Província, 1888:S6-12 e S6-14). Essa determinação seria uma proposta de levar escolas às regiões mais distantes, já que a maior parte da população vivia em ambiente rural (BOYNARD, 2006:28).

Dessa forma, entre 1870 e 1880, as questões se “travavam em torno das redefinições do próprio público-alvo dessas instituições, momento em que se discutia a educação de livres e escravos, de imigrantes estrangeiros, de crianças e adultos”

(SCHUELER, 2002:40). De fato, houve um crescimento na rede de escolas oferecidas pelo Estado Imperial, conforme se pode observar abaixo:

LOCALIDADES			
Nº	Masculinas	Nº	Femininas
1	Villa	1	Cidade 1ª (Em São João Baptista)
2	Cabussú	2	Cidade 2ª (Em São João Baptista)
3	Itapacorá	3	Pilões
4	S. Thomé	4	Pachecos
5	Posse dos Coutinhos	5	Pinhão
6	Duques	6	Ipitangas
7	Tanguá	7	Sede (N. S. do Desterro de Itamby)
8	Sede (N. S. da Conceição de Porto das Caixas)	8	Aldêa Velha (N. S. do Desterro de Itamby)
9	Sede (N. S. do Desterro de Itamby)	9	Sede (N. S. da Conceição de Porto das Caixas)
10	Aldêa Velha		

Tabela 9: Escolas públicas primárias em Itaboraí (1888)

FONTE: Relatório do Diretor da Instrução da Província anexo ao Relatório do Presidente de Província (1888: Mapas 3 e 10)

Ao examinar os dados acima, no final do Império, o número de escolas femininas aumentou substancialmente, indo ao encontro das questões que estavam sendo discutidas à época. O quantitativo se elevava, porém o número de crianças sem acesso à mesma continuava aumentando. Segundo o relatório do presidente de Província Figueiredo (1889:37), “apenas a oitava parte da população infantil participa[va] de seus benefícios”, em toda a província do Rio de Janeiro.

A situação se agravava naquele período, pois, além de todos os problemas, existia um tributo, denominado de “Imposto Escolar”, que havia sido criado por meio do art. 7º da lei n. 2.941, de 04 de janeiro de 1888, e configurava uma taxa que estava sendo supostamente “null[a] e incobrável no domínio das municipalidades”, posto que serviria para auxiliar as crianças que fossem desprotegidas e aumentaria o número de escolas. (Relatório do Presidente de Província, 1889:38). Contudo, esse tributo estava em desacordo com a Constituição, a partir da qual a instrução deveria ser gratuita. Essa situação foi denunciada pelo jornal local, “O Social”, para o qual “além de sua inconstitucionalidade é um luxo e não uma necessidade. E se julgão ser de utilidade publica, os cofres municipaes que paguem” (O SOCIAL, 1888:1).

A Assembleia provincial reconheceu o quanto a lei era ruim, mas, por fim, deixou por conta das câmaras municipais, facultativamente, cobrarem esse imposto; o que ocasionou em muitas não respeitarem a lei. Em relação à Itaboraí, a Câmara havia pedido que os contribuintes, em débito com o imposto, fizessem o pagamento no prazo máximo de 60 dias, caso contrário, seriam cobrados. Ou seja, em diversos lugares não se fazia a cobrança, entretanto, em Itaboraí, a Câmara tanto executava a lei, quanto cobrava daqueles que se recusavam a pagar, contrariando o relato do presidente de

província (O SOCIAL, 1888:1). Ainda assim, mesmo com o imposto, o quantitativo de escolas municipais não aumentou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve análise se configura como um passo inicial nos registros de processos que originaram a escola pública no município de Itaboraí. Durante todo o Império, a escolarização foi marcada por condições de precariedades físicas e insuficiências materiais, o que acontecia, inclusive, em Itaboraí. Os estabelecimentos de instrução aumentavam, contudo, eram sempre insuficientes para a população, o que excluía um elevado número de crianças dos estudos, seja pela ausência de escolas ou pelas dificuldades impostas pelo cotidiano, que fazia com que, mesmo os que tinham acesso à escola, fossem impedidos de frequentá-la.

REFERÊNCIAS

Jornais:

A CIVILIZAÇÃO, Itaboraí, n. 8, sábado, 27 abr. 1850, p. 1.

O SOCIAL, Itaboraí, Ano II, n. 45, sábado, 18 ago. 1888, p. 1.

Legislação:

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, 1824.

BRASIL. Lei de 15 out. 1827.

BRASIL. Lei n. 16 de 12 ago. 1834.

BRASIL, Lei n. 1331-A, 17 fev. 1854

BRASIL. Decreto n. 7.247, 19 abr. 1879.

BRASIL. Recenseamento 1872, IBGE.

Relatórios:

Relatórios dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro (1840-1888). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro>

Referências:

ALVES, C. M. C. Estado conservador e educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851). In: NUNES, C. **O passado sempre presente**. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

BASSO, S. H. O. O debate sobre a educação no segundo reinado e a reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Dissertação de Mestrado. UEM, Maringá, 2005.

BOYNARD, M. A. A. P. **A Escola Modelo anexa à Escola Normal de Campos: a experiência da “Seis de Março” (1916-1932)**. Dissertação de Mestrado. UFF: Faculdade de Educação, Niterói, 2006.

CALDEIRA-MACHADO, S.; BICCAS, M. S.; FARIA FILHO, L. M. de. **Estatísticas educacionais e processo de escolarização no Brasil: Implicações**. Cadernos de História da Educação, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013.

COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: Uma vivência às margens do Rio Macacu (1833-1875)**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2013.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, E.; VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **500 anos de educação no Brasil**. 2. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. L. F. (Orgs.) **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPq, 2003.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Rev. Bras. Educ. 2000, n. 14.

GOMES, A. de C. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D.; ALBERTI, V. (Org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GOUVÊA, M. F. **O império das províncias: Rio de Janeiro (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAIA, M. N. **The Making of empresariado do Ensino secundário em Niterói-RJ (1889-1944)**. Tese Doutorado em Educação, PPG-Educação, UFF, Niterói, 2017.

MARTINEZ, A. F. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial**. Niterói, 1997. Dissertação de Mestrado em História, PPG-UFF, Niterói, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Ver. 1 reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção memória da educação).

SCHUELER, A. F. M. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. Bras. de Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.

_____. **Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)**. Tese Doutorado em História, PPG-UFF, Niterói, 2002.

A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS

Helber Renato Feydit de Medeiros

Colégio Militar do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Essa pesquisa procura realizar um levantamento sobre o número de médicos negros formados pelas faculdades de medicina, do final do século XIX até metade do século XX, o que acaba por abordar duas questões muito debatidas na historiografia brasileira: a formação médica e a questão racial no Brasil. Em pesquisa preliminar, foi realizado um levantamento do número de negros formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a partir de álbuns de formatura. Tal pesquisa mostrou um resultado inesperado. Álbuns da década de 20 do século passado registram um número significativamente maior de negros que álbuns da década de 70. A busca das pastas de alunos correspondentes também mostra aspectos interessantes, como casos em que os registros iniciais indicam que o aluno é pardo e no final do curso o mesmo aluno é registrado como branco. Aparentemente a primeira metade do século XX tem um registro maior de negros no curso médico do que nos anos pós-Segunda Guerra. Esta pesquisa também se dedicará a observar o problema da formação médica e o pensamento médico sobre a inferioridade dos negros, procurando ainda preencher uma lacuna

historiográfica sobre a vida de médicos negros formados nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro no século XIX, tais como Juliano Moreira, célebre psiquiatra formado na Bahia, José Maurício Nunes Garcia e Francisco de Menezes Dias da Cruz, formados no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino; Medicina; Negros.

ABSTRACT: This research seeks to survey the number of black doctors graduated from medical schools from the late nineteenth century to the mid-twentieth century, which ends up addressing two issues that are much debated in Brazilian historiography: medical training and the racial question in Brazil. Brazil. In preliminary research, a survey was made of the number of blacks graduated from the Medical School of Rio de Janeiro from graduation albums. Such research showed an unexpected result. Albums from the 1920s recorded a significantly higher number of blacks than albums from the 1970s. The search for matching student folders also shows interesting aspects, such as cases where initial records indicate that the student is brown and at the end of the course the same student is registered as white. Apparently the first half of the twentieth century has a larger record of blacks in the medical course than in the post-Second World War. This research will also focus

on the problem of medical education and medical thinking about the inferiority of blacks, while also seeking to fill a historiographical gap on the life of black physicians trained in the medical faculties of Bahia and Rio de Janeiro in the 19th century, such as Juliano Moreira, a well-known psychiatrist trained in Bahia, José Maurício Nunes Garcia and Francisco de Menezes Dias da Cruz, graduated in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Education; Teaching; Medicine; Black

1 | INTRODUÇÃO

Em levantamento realizado com base nos inscritos na prova do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) de 2014, somente 0,9% dos cerca de três mil novos médicos formados no ano anterior no Estado de São Paulo eram negros e 85% se declararam brancos, quando o percentual de brancos em São Paulo no mesmo ano é de 63%. (CAMBRICOLI, 2015). Tal situação traz à tona a questão das cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, principalmente aos cursos mais concorridos, como a Medicina. E, finalmente, uma das mais tradicionais faculdades de medicina do país, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), abriu as portas para cotistas. Em Resolução nº 7373, de 10 de julho de 2017, o Reitor da USP comentou que as universidades públicas do Estado de São Paulo estabeleceram o compromisso de atingir, até 2018, a meta de 50% dos ingressantes oriundos de escolas públicas, e destes, 37,5%, correspondentes à participação de cada segmento na população do Estado, de alunos pretos, pardos ou indígenas (PPI) (USP, 2017).

Em pesquisa preliminar, foi realizado um levantamento do número de negros formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a partir de álbuns de formatura. Tal pesquisa mostrou um resultado inesperado. Álbuns da década de 20 do século passado registram um número significativamente maior de negros que álbuns da década de 70. A busca das pastas de alunos correspondentes também mostra aspectos interessantes, como casos em que os registros iniciais indicam que o aluno é pardo e no final do curso o mesmo aluno é registrado como branco. Aparentemente a primeira metade do século XX tem um registro maior de negros no curso médico do que nos anos pós Segunda Guerra.

2 | DESENVOLVIMENTO

A pesquisa sobre o número de médicos negros formados pelas faculdades de medicina acaba por abordar duas questões muito debatidas na historiografia brasileira: a formação médica no país desde o século XIX e a questão racial no Brasil. No primeiro caso, observa-se que Flávio Edler faz um balanço historiográfico sobre a medicina brasileira no século XIX apresentando uma revisão crítica dos diferentes olhares projetados por estudiosos,

cujas perspectivas constituíram marcos significativos no esforço de interpretação histórica do campo médico (EDLER, 1998: 169-186).

Outra importante contribuição é de Tania Salgado Pimenta em seu trabalho “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)” que versa sobre as práticas terapêuticas populares presentes na documentação da Fisicatura-mor daquele período e a perseguição efetuada pelos médicos ao longo do século XIX. Entretanto, a autora traz luz sobre dois casos de negros curandeiros aos quais fora permitido trabalhar de forma oficial: em 1815, o preto forro de nome Adão, praticara sua terapia popular na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; e em 1856, apesar da perseguição sofrida pela Academia Imperial de Medicina, o curandeiro africano conhecido como Manuel recebeu autorização do presidente da província de Pernambuco para que tratasse dos doentes de cólera (PIMENTA, 1998).

Já no segundo caso, segue-se a ideia de Lilia Moritz Schwarcz, de que a questão racial no Brasil remonta a modelos de reflexão do século das Luzes, já que cientistas do século XIX, muitas vezes, embasavam suas teorias nos pensadores do século XVIII (SCHWARCZ, 1993: 57-60). São ainda analisados trabalhos sobre eugenia em autores como Vanderlei Sebastião de Souza e Nancy Stepan, e de medidas eugênicas praticadas por médicos brasileiros – como no anúncio do “invento” do Dr. Abel Parente (JORNAL DO COMMERCIO), um método de esterilização de mulheres para evitar o nascimento de crianças “degeneradas” (MEDEIROS, 2015: 305-306) – e pelo Estado brasileiro através da higiene pública na década de 30, em que a eugenia se tornou política pública através dos recém-criados Ministérios do Trabalho e da Educação e Saúde, este último comandado por Gustavo Capanema. Com a centralização do poder nas mãos do Estado a partir de 1937, emergiria uma eugenia mais extrema e racializada à medida que se intensificavam os conflitos de classes. Quando novas medidas de seguridade social – benefícios para desempregados, pensões, legislação de proteção ao trabalhador – foram introduzidas, os eugenistas saudaram-nas como contribuições para o “aprimoramento racial”. No entanto, quando notaram que muito dessa legislação era ineficaz por jamais ter sido implementada, a eugenia preventiva tratou os resultados sociais altamente complexos da miséria e da pobreza com metáforas biológicas de hereditariedade e do aprimoramento da raça. O foco nas degenerações supostamente permanentes, causadas pelos venenos raciais – álcool, nicotina e doenças venéreas – fez com que enfatizassem a necessidade de programas estatais de registro e controle sanitário dos pobres e de eugenia de operários “indisciplinados”, a fim de “purificá-los” e exortá-los à “virtude moral” e a uma educação sanitária (MEDEIROS, 2010: 67-68).

2.1 Negros na Medicina

Apesar do incômodo causado às elites intelectuais, preocupadas em dar respostas ao “mundo civilizado”, a mestiçagem da população brasileira, derivada do “cruzamento

de raças”, era uma realidade impossível de ser negada. Além disso, muitos entre esses intelectuais eram também mestiços. Apesar de toda a dificuldade de ascensão social imposta pelo movimento eugênico, negros, mulatos e mamelucos também alcançaram postos e projeções no meio acadêmico e intelectual. Homens como André Rebouças, Machado de Assis e Juliano Moreira, no final do século XIX e início do século XX, se destacaram nas áreas da engenharia, literatura e medicina.

Esta pesquisa se dedicará a observar o problema da formação médica e o pensamento médico sobre a inferioridade dos negros. Poucos são os trabalhos sobre a vida de médicos negros formados nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro no século. A Bibliotheca Gonçalo Moniz, da Faculdade de Medicina da Bahia, promoveu, entre os dias 20/11 a 31/12 de 2017, a exposição “Presença negra na Faculdade de Medicina da Bahia: alunos e docentes (1808-1946)”. Tal evento, além de divulgar parte do acervo histórico da Biblioteca, teve o objetivo de, no mês da consciência negra, dar visibilidade à personalidades afrodescendentes que se destacaram na sociedade brasileira e que lecionaram ou tiveram sua formação acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia, como foi o caso de Juliano Moreira, célebre psiquiatra que se formou e lecionou naquela instituição no final do século XIX.

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro encontra-se documentação sobre negros no curso médico no século XIX, tais como José Maurício Nunes Garcia e Francisco de Menezes Dias da Cruz - que tinham o mesmo nome dos pais – o músico José Maurício e o médico Dias da Cruz, respectivamente. Existem ainda retratos a óleo de ambos, que integram o acervo da atual Faculdade de Medicina da UFRJ, uma vez que, além de alunos, foram também professores daquela escola. Além disso, existem registros sobre um escravo da Fazenda Real mandado matricular no terceiro ano da Escola Médica em 1815 pelo Príncipe Regente D. João - registro que consta do livro de matrículas de 1815.

Essa pesquisa também pretende acessar as teses de médicos franceses das faculdades de Paris e Montpellier, arquivadas na biblioteca do Centro de Ciências da saúde da UFRJ, e os registros dos primeiros congressos internacionais de eugenia a fim de verificar o pensamento de europeus e americanos sobre o movimento eugênico brasileiro e sobre seus representantes.

Apesar de terem sido encontradas fotografias de turmas de medicina do início do século XX, até hoje não foram encontrados outros registros de negros na Escola Médica do Rio de Janeiro no século XIX. Não há fotografias daquele período e a maior parte da documentação de alunos, presentes nas pastas, não traz registro de cor.

Os objetivos da referida pesquisa são:

1. identificar os médicos negros formados na escola médica do Rio de Janeiro na primeira e na segunda metades do século XX;
2. verificar se a hipótese gerada pelas observações preliminares se mantém no

período;

3. pesquisar a documentação de ‘pastas de alunos’ e selecionar aqueles que permitam uma discussão maior de sua história de vida e trajetória profissional; e

4. discutir possíveis explicações para a tendência observada, caso esta seja confirmada - do decréscimo de negros formados ao longo do século XX.

A hipótese que se chega é que a elite intelectual brasileira, apesar de acreditar que a mestiçagem da população era um fator de enfraquecimento da raça, tinha a esperança de que as políticas públicas de higiene, saneamento e educação, aliadas ao gradual branqueamento, fortaleceriam a raça do povo brasileiro, trazendo, desse caldo de cores, o que havia de melhor em brancos, negros e índios em seus diversos cruzamentos. Dessa forma, mestiços e negros sem vícios e eugenicamente educados – principalmente filhos de negros e mestiços com uma situação econômica e social diferenciada – estariam aptos a darem o seu melhor e, por isso, eram aceitos nos cursos de medicina no século XIX e início do XX, conseguindo transpor assim, a barreira do preconceito racial. Posteriormente, com o resultado da Segunda Guerra Mundial mostrando os horrores do holocausto e das práticas eugênicas desenvolvidas por médicos e cientistas nazistas, a teoria sobre o branqueamento da população brasileira arrefeceu entre a intelectualidade e, paradoxalmente, vindo a recrudescer as ideias racistas sobre as pessoas de cor.

Existem álbuns comemorativos das formaturas, organizadas pelos próprios alunos através de Comissões de Formatura, desde a década de 1910. Aos alunos formandos era solicitado que comparecessem ao estúdio fotográfico contratado para fazer o álbum, incluindo mesmo aqueles que eventualmente não fossem recebê-lo por não desejarem pagar este e outros eventos de formatura que não fossem organizados oficialmente pela Faculdade. Esses álbuns contêm fotos dos formandos, geralmente, sentados em cadeira de espaldar alto, trajando beca e capelo.

Além das fotos dos formandos, os álbuns traziam a foto do diretor da Faculdade, do paraninfo da turma, dos professores e funcionários administrativos homenageados, escolhidos por votação. Também era frequente a inclusão de páginas com o juramento de Hipócrates e homenagens aos cadáveres anônimos – objeto de estudos nas aulas de Anatomia – e pacientes dos hospitais onde aqueles alunos realizavam seus estágios. Era também frequente o agradecimento aos familiares e aos professores em geral.

A organização dos álbuns varia pouco ao longo do tempo. Após as fotos dos dirigentes e homenageados, seguem-se as dos formandos com dois padrões mais frequentes – distribuição por estados de origem – segundo as regiões do país – e dentro desta classificação, por ordem alfabética do prenome. Ou então, por ordem alfabética simples, sem identificação do estado de origem. Após os formandos, eram colocadas, em páginas separadas, as fotos dos alunos que faleceram durante o curso e antes da formatura.

As fotografias, realizadas em estúdios fotográficos aparentemente conhecidos,

são em preto e branco e de excelente qualidade. Já foram localizados e integram o acervo do Centro de Documentação do Ensino Médico da UFRJ – CEDEM, quatro álbuns da primeira metade do século 20 e um álbum da segunda metade, do ano de 1970.

Da década de 1940 em diante, as pastas de alunos, outra fonte de pesquisa, contêm retratos 3x4, além de outras informações pessoais sobre os matriculados. Estas pastas estão também no CEDEM e, embora não se tenha ainda informação precisa sobre as prováveis lacunas de informação devido a perda de pastas, pode-se realizar pesquisas neste conjunto documental, que se encontra em processo de reorganização por equipe de arquivistas do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CCS/UFRJ).

Ao se observar os álbuns de formatura do século XX, constata-se que as turmas da primeira metade daquele século possuíam mais alunos negros que a turma de 1970. Dessa forma, a pergunta que se faz é: por que, aparentemente, nas décadas de 10 e 20, apesar da política de branqueamento posta em prática pelas elites, são encontrados mais alunos negros no curso de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do que na década de 70?

3 | CONCLUSÃO

As fontes primárias a serem utilizadas na pesquisa são os registros de alunos da Escola Médica de Salvador, do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, tendo como recorte temporal o período compreendido entre 1880 e 1950.

A documentação do século XIX é composta de pastas de alunos, registros de nascimento e de vacinação antivariólica. Já a documentação do século XX traz novas possibilidades de pesquisa. Existem registros fotográficos da década de 20 de alguns álbuns de formatura com o nome e o estado de origem dos formandos. A partir dos anos 40 a folha inicial de registro dos alunos traz fotos 3x4. A pesquisa preliminar, já realizada pelos professores Jorge Prata de Souza e Diana Maul de Carvalho a partir dos álbuns de formatura mostra que álbuns da década de 20, registram um número significativamente maior de negros que álbuns da década de 70.

Pesquisa preliminar das pastas de alunos correspondentes mostra aspectos interessantes, como casos em que os registros iniciais indicam que o aluno é pardo e no final do curso o mesmo aluno é registrado como branco.

REFERÊNCIAS

CAMBRICOLI, Fabiana. “**Só 0,9% dos novos médicos de SP é negro**” *O Estado de São Paulo*, [São Paulo] 3 Fev. 2015, Seção Saúde. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,so-0-9-dos-novos-medicos-de-sp-e-negro,1628563>>. Acesso em 27 ago. 2017.

EDLER, Flavio Coelho. **A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico**. Asclepio, v. 50, n. 2, p. 169-186, 1998.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. **Cuidando da criança, trabalhando pela pátria: puericultura e políticas públicas na assistência à saúde infantil no Brasil (1930-1945)**. 243 fl. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2010.

_____. **Parteiras e médicos: a disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrias na faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX**. 395 fl. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, out. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000200005>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 220 fl. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro: 2006a.

_____. **Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos de 1910 e 1920**. In: Revista de História Regional II (2): 29-70, Inverno, 2006b;

STEPAN, Nancy Leys. **Eugenia no Brasil, 1917 – 1940**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (organizadores) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

USP - **Normas. Resolução 7373, de 10 de julho de 2017**. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7373-de-10-de-julho-de-2017>>. Acesso em 19 Out. 2017.

Periódicos:

JORNAL DO COMMERCIO. v.80, n. 359, Rio de Janeiro, 26 e 27 dez. 1900. Anuncios, p. 8-10.

A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO

Marília Villanova Rodriguês

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: O projeto que se segue, busca através da história oral, da memória e da análise comparativa de documentos, resgatar a história de formação do bairro São Benedito, na cidade de Juiz de Fora. Busco contestar as hipóteses em relação à expansão dos bairros periféricos de Juiz de Fora advindos do grande crescimento industrial que a cidade viveu no século XX. Apresento que, em um longo processo de expansão e opulência das plantações, a cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, tornou-se uma das maiores produtoras de café do Sudeste de Minas Gerais. O projeto procura pensar sobre a população que fora escravizada e quais foram seus rumos após a abolição da escravatura, podendo ter dado origem a bairros periféricos Como no caso do São Benedito.

Palavras Chave: história oral, memória, bairro São Benedito, Juiz de Fora

ABSTRACT: The project that follows, searches through oral history, memory and comparative analysis of documents, rescue the formation history of the São Benedito neighborhood, in the city of Juiz de Fora. I try to challenge the hypotheses regarding the expansion of the

outlying districts of Juiz de Fora arising from the great industrial growth that the city lived in the twentieth century. I show that, in a long process of expansion and opulence of plantations, the city of Juiz de Fora in the second half of the 19th century became one of the largest coffee producers in the Southeast of Minas Gerais. The project seeks to think about the population that had been enslaved and what were its course after the abolition of slavery, and may have given rise to peripheral neighborhoods. As in the case of São Benedito.

KEYWORDS: oral history, memory, São Benedito neighborhood, Juiz de Fora

O presente texto é fruto do projeto de conclusão de curso da graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, pretende ser a proposta de uma pesquisa a ser realizada posteriormente, sendo o texto, a indicação de suas bases e primeiros passos. As justificativas e demais explicações estarão presentes a seguir.

HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO

1 | DELIMITAÇÃO DO TEMA:

Utilizando principalmente fontes primárias, como documentos acerca das

ocupações ocorridas no bairro, legais ou ilegais, da intervenção do Estado na região, e principalmente, dos relatos orais, a pesquisa tem o intuito de resgatar a história do bairro São Benedito, da sua formação aos dias de hoje. Segundo relatos orais, o bairro tem sua formação no início da década de 1930, apesar da data ser aproximada e não haver comprovação documental, a análise de alguns fatos que serão esclarecidos posteriormente, podem comprová-la. Assim sendo, é a partir daí que partirei a pesquisa. Uma das perguntas mais pertinentes para um historiador quando se observa um bairro é “como este bairro chegou ao que é?”. Tal pergunta pode ser respondida através da observação e pesquisa do processo histórico de construção e de ocupação territorial da região observada. A partir dessa análise, pode-se descobrir quando a região começou a ser ocupada, como e em qual contexto foi feita essa ocupação e como tal trajetória reflete no que o bairro se tornou. Obviamente tal processo está conectado com a história de crescimento da cidade. Juiz de Fora é uma cidade de médio porte, que conta com uma população de mais de 500 mil habitantes (IBGE, 2010). É notável que o crescimento da cidade não ocorreu de forma equivalente em todas as regiões, sendo muito comum o caso de bairros periféricos que crescem cada vez mais e de forma precária, sem contar com uma boa infraestrutura, ocupações e loteamentos irregulares, falta de saneamento básico e limpeza urbana, más condições dos serviços de saúde e educação pública. Essas características esbarram tanto no mercado de trabalho que não oferece condições suficientes para um cidadão pagar um aluguel ou construir uma casa e ainda manter a família e a si mesmo, quanto no descaso do Estado em não tratar a região de forma adequada, e, quando trata, provoca um aumento no custo de vida da população, pois incluem taxas de luz, água, IPTU, sendo insustentável para os moradores mais pobres se manterem, causando como num processo dominó, a desvalorização da região pelo mercado imobiliário, sustentando assim, as ocupações irregulares, aumentando a pobreza e conseqüentemente a violência. No caso do bairro São Benedito, esses fatores são facilmente reconhecíveis por um simples passeio no bairro, e sentidos de forma mais profunda se conhecermos um pouco mais sobre os moradores e seus dias a dia. O bairro é hoje, o oitavo mais populoso da cidade, com cerca de 14.693 habitantes (Censo IBGE, 2010), mesmo contando com uma péssima infraestrutura para os moradores. Pretendo mostrar com essa pesquisa, a importância do bairro para a formação da cidade, as revelações que essa história traz sobre as diversas trajetórias de grupos sociais que não foram enaltecidos nos textos mais divulgados sobre a história de Juiz de Fora, como os do período pré imigração europeia. A pesquisa se baseia em um regresso estudo de fatos, com a análise de documentação legal, notícia de jornais, levantamento de dados e relatos orais dos moradores, pretende ainda, problematizar a atual condição social do bairro, mostrar de onde ela partiu e levantar perguntas sobre a sua manutenção.

2 | PROBLEMATIZAÇÃO:

A região que hoje consta como Juiz de Fora, e que antes era dividida em freguesias e pelo distrito do Santo Antônio do Paraibuna, surgiu a partir da estrada chamada Caminho Novo (1709), rota construída para facilitar o trânsito entre a corte e as regiões mineradoras (Ciclo do Ouro). No entorno da estrada haviam diversas pequenas propriedades chamadas de roças, que forneciam hospedagem e alimentos aos viajantes. Ao final do século XVIII, no declínio da mineração, e com o crescimento das plantações de gêneros exportadores, houve uma emigração de trabalhadores do interior de Minas Gerais, para outras regiões do estado, principalmente o Sul e Sudeste Mineiro. As propriedades à margem do Caminho Novo obviamente acompanharam esse processo, as roças que outrora apenas forneciam o básico para os viajantes da Coroa, cresceram e, junto com o aumento do desmatamento da Mata Atlântica em todo o estado de Minas Gerais, se expandiram em grandes propriedades de monocultura, principalmente de café. Em um longo processo de expansão e opulência das plantações, a cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, tornou-se uma das maiores produtoras de café do Sudeste de Minas Gerais, chegando a 21.808 habitantes escravizados em 1886(Lacerda, 2006: 51). É necessário portanto, pensar sobre a população que fora escravizada e quais foram seus rumos após a abolição da escravatura.

Em geral, a formação de bairros periféricos tem como hipóteses explicativas, o grande crescimento industrial que Juiz de Fora viveu no século XX, juntamente com a inserção de imigrantes e a expansão natural da população, dessa forma, foram encontradas novas formas de viver e morar na cidade. Porém, foi apagada da nossa memória coletiva de forma intencional pelos diversos meios de informação que contam a história da cidade, o nosso intenso passado escravista.

É notável que, em bairros periféricos mais antigos, a população negra é majoritariamente presente, e o nome dos bairros muitas vezes remetem a santos católicos negros ou protetores dos negros, como Santa Efigênia e o próprio São Benedito. Seguindo tal raciocínio e levando em conta as configurações atuais do bairro a ser estudado, as explicações de nascimento e expansão pelo crescimento urbano de Juiz de Fora a partir do século XX através da expansão industrial e da vinda de imigrantes para a cidade, não parece adequada. Para destrinchar os outros motivos do bairro São Benedito ser em sua totalidade, o que ele é hoje, é necessário analisar o que existia na região antes de se tornar um espaço residencial. É sabido que, outrora, a região pertencia à fazenda Poço D'antas. A Fazenda Poço D'antas segundo documentação presente no arquivo municipal de Juiz de Fora, ficou em atividade extrativista da terra até meados do século XIX, e sustentava sua atividade com trabalho escravo, de acordo com o contexto da época. Por ser um território extenso, a hipótese de que tenham surgido quilombos em torno da região é plausível, considerando-se Quilombo um aglomerado de 5 ou mais negros escravizados fugidos. A origem

quilombola do bairro é um mito que corre pela região, apesar de muitos moradores, principalmente os mais antigos, afirmarem que tal história existe, mas negam a sua veracidade, porém, alguns fatos nos levam a concretizar tal hipótese. O nome do bairro, São Benedito, se trata de um santo católico negro e protetor dos negros, e é notável que, uma expressiva parte da população do bairro é declaradamente negra. Podemos perceber também que, a partir de relatos dos moradores, desde a década de 1930 já existiam habitantes na região, mesmo que poucos. Se tais relatos fossem comparados com os documentos oficiais da região presentes no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, percebemos que os primeiros documentos oficiais de construção residencial datam de 1950, conseqüentemente, as ocupações iniciadas na década de 1930 eram irregulares, além dessa análise, também podemos perceber que, no mapa oficial da cidade, também de 1950, a área urbanizada decodificada na região, vai apenas até o bairro São Bernardo, localizado abaixo do bairro São Benedito, acima desta região, não consta como área urbana, nem ícones de pequenas ocupações, está apenas como área desocupada. Dessa forma, o corte cronológico será a partir do ano 1930 até os tempos atuais, a escolha da data foi baseada nos relatos orais dos moradores mais antigos da região. Esse conjunto de informações me leva a perceber a origem irregular das primeiras ocupações do bairro, e que possivelmente, essas ocupações tenham início em um quilombo ou de seus descendentes. A natureza irregular de formação urbana da região manteve o Estado afastado da mesma, e acabou causando também um certo afaste do meio urbano central. Relatos de moradores, dizem memórias interessantes sobre esses tempos, onde na década de 1940 ela conta não haver passagem de transporte público no bairro, tão pouco os moradores possuíam automóveis, caso alguém viesse a falecer ou ficasse doente, a ida até o centro da cidade onde poderiam ser tomada as devidas providências era feita a pé até uma determinada parte do caminho. A partir desse conjunto de informações, podemos traçar algumas perguntas que nos servirão como guia ao longo da pesquisa: (1) Quando o bairro começou a ser construído? (2) Como e quando se deu a sua expansão? (3) Em que medida a irregularidade das ocupações iniciais influenciaram na sua formação e no que ele é hoje? (4) Como foi o decorrer desse processo para desencadear no que o bairro se transformou? (5) Quais as tradições do bairro que permaneceram desde a sua formação? (6) Elas existem? (7) Há um sentimento de coletividade e pertencimento entre os moradores daquela região? (8) Levando em conta que, é provável que ela tenha se originado de um quilombo, e o mesmo ser uma forma de relação social com alto sentimento de coletividade, tal característica ainda permanece? (9) Se sim, em que medida?

3 | OBJETIVO:

É certo que o passado escravista de Juiz de Fora é pouco informado quando se trata da história da cidade, apesar de ser o início de sua formação e deixar raízes

profundas cujas suas copas são percebidas nitidamente até hoje. Através das pistas deixadas pelos negros da sua trajetória na cidade, é possível remontar essa história, observar e entender a cidade pela perspectiva dos escravos(as) que também a construíram. Através da observação do espaço urbano pode-se ter dicas de como essa trajetória se deu, e quais os frutos que ela deixou. Começo a minha pesquisa através da história que corre de boca em boca na comunidade do bairro São Benedito, a possibilidade dele ter surgido de um quilombo ou de seus remanescentes. A principal fonte utilizada será a história oral, o relato dos moradores e a pesquisa através da memória coletiva, buscando dar centralidade a memória dos atores que construíram a localidade.

4 | JUSTIFICATIVA:

Percebe-se em Juiz de Fora, uma cultura popular da história da cidade que dá extrema importância ao seu passado industrial. No início do século XX, Juiz de Fora foi a primeira cidade de Minas Gerais a receber imigrantes europeus para trabalharem em fábricas da cidade. Muitos pontos turísticos e festas tradicionais remetem a esse tempo, como o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas e a Festa Alemã do bairro Borboleta. Nomear Juiz de Fora como a “Manchester Mineira” também é algo muito usual pela população e pela mídia da cidade. É inegável a importância desse tempo para a história da cidade, porém, não só a era industrial juizforana faz parte da sua história. Juiz de Fora foi uma cidade de extrema importância a época do Império, sua produção cafeeira era altíssima, enormes fazendas faziam parte da cidade, e, conseqüentemente, o número de negros escravizados habitantes da cidade, era significativo. A população negra foi e é uma grande formadora da história da cidade, tanto sustentando sua economia em épocas do trabalho escravo, quanto constituindo sua cultura. Tal história não pode ser esquecida nem colocada aquém da época de crescimento industrial. O que hoje temos como o bairro São Benedito, é a continuação da história dos negros e negras que formam essa cidade, é a história dos seus trajetos de vida e da forma como ocuparam esse espaço.

A importância da pesquisa se dá tanto pelo fato de não haver trabalhos exclusivamente sobre a história do bairro, quanto pela importância do território em si, sendo um dos maiores bairros de Juiz de Fora, e de hoje, contar com uma realidade socioeconômica muito precária, e sendo conhecido pelo senso comum, apenas pela sua violência e casos de tráfico de drogas, o que afeta também, o próprio sentido de reconhecimento dos moradores em relação ao bairro.

5 | METODOLOGIA E FONTES:

Tomando como base a análise de fontes primárias da região, relatos orais dos moradores, e a análise crítica desse conjunto de informações e a observação com a

realidade do bairro hoje, proponho o resgate em torno da história e da memória do bairro. A principal meta da pesquisa será o resgate da memória através da oralidade, considerando a memória social e coletiva como um dos pontos base na formação de um grupo social, além disso, a região não é uma área reconhecida socialmente pela elite da cidade e, conseqüentemente na cultura popular juizforana, poucos são os documentos oficiais encontrados sobre o bairro, principalmente do início da sua formação. Para uma base temporal mais sólida e para documentos que mostrem as outras ocupações ocorridas no bairro, feitas por imobiliárias ou de forma regularizada pelo cidadão, procurarei trabalhar com os documentos referentes ao bairro encontrados nos acervos históricos da cidade, como notícias de jornal, licenças para construção imobiliária e pedidos de usucapião. Tais documentos me permitem traçar a trilha do processo de formação do bairro. Um ponto de ligação a isso, é a quantidade de pedidos de usucapião que pude encontrar, a meta é encontrar os sujeitos de tais pedidos para entrevistá-los, no intuito de resgatar as suas histórias e, conseqüentemente, de formação da região. Outra gama de documentos que nos dá pistas sobre a formação do bairro, é as licenças para construção de escolas, quadras de uso comum, hospitais e outros serviços públicos. Documentos dessa natureza começam a aparecer apenas na década de 1970, o que nos mostra como e quando começou a ser feita a intervenção do Estado na região, isso nos revela de imediato o descaso do Estado e até mesmo o não reconhecimento do bairro antes desse período. A falta de ação do Governo para com o bairro também está presente nos relatos orais coletados até então. Tal situação se reflete na relação entre o bairro e a cidade, os pré-julgamentos confinados a ele, como sendo uma região violenta e com pouca estrutura e recursos, e claro, na vida dos moradores do São Benedito. Os mapas da construção de Juiz de Fora também nos revelam informações interessantes, já que, analisando um mapa da década de 1950, o bairro São Benedito não consta como perímetro urbano, na região encontra-se apenas a referência à Fazenda Poço D'Antas, porém, o mapa pode nos dar um vestígio da origem do nome do bairro, já que perto da região, encontra-se uma pedreira chamada Benedito.

Como a principal meta da pesquisa é o resgate da história de formação do bairro São Benedito, e esta através da história oral, a base teórica e metodológica que utilizarei, será o uso da história oral e os conceitos de memória coletiva. Para tal, utilizo a leitura da obra Memória e Identidade, e o livro Memória Esquecimento e Silêncio, ambos de Michael Pollack. Sua teoria e obra me elucidam em relação a formação da memória coletiva e seus diversos aspectos. Pollack disserta sobre como os lugares fazem parte da memória coletiva, e a importância da família para a formação da mesma, onde lembranças de cada indivíduo a fomentam. O mesmo autor explicita a característica seletiva da memória, de acordo com os acontecimentos que julgamos importantes lembrar e serem repassados, e os que devem ser escondido. O diálogo com Michael Pollack tem me auxiliado muito ao longo da pesquisa, pois consigo discernir diversos aspectos dos relatos orais, que me ajudam a analisá-los de forma

mais crítica. Outro autor que tem me dado a base para o andamento da pesquisa, é Maurice Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva*, Halbwachs trás a problemática do papel do indivíduo na formação da memória coletiva, tratando a memória mesmo que em plano individual, sendo parte e sendo produto da memória coletiva. Outra obra que utilizo, é de Myriam Moraes, *Memória e Família*, num estudo sobre a memória familiar das famílias de classe média cariocas no início da década de 1980, Myriam trás a tona, a forma como a memória é constituída no meio familiar, e como isso revela os fatores sociais daquela época, como meu objeto de estudo é um bairro, há diálogo entre famílias tradicionais da região, saber como se forma essa memória familiar, a importância dos álbuns de família, do relatos dos avôs e avós para a formação da comunidade, está sendo de grande importância. Por fim, de forma mais prática, o livro *Tecnologia social da Memória*, fornecido virtualmente pelo Museu da Pessoa, traz conceitos e práticas que me ajudam principalmente no fazer das entrevistas, o livro tem o intuito de orientar quem quer que seja, a construir um pequeno acervo da memória coletiva de uma determinada região, e, por ter um conteúdo prático sobre como fazer as entrevistas, como lidar com as pessoas entrevistadas, como estabelecer esta relação com seu objeto de estudo, também tem sido de grande auxílio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. Do 100 Ao 735 – A História de Formação dos Bairros de Juiz de Fora - MG. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Londrina, 2005.

BARROS, M. M. L. D. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 29-42, 1989. ISSN 3.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2ª. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

LACERDA, A. H. D. **Os Padrões das Alforrias em um Município Cafeeiro em Expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1884-88)**. 1ª. ed. São Paulo: FAPEB, 2006.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989. ISSN 3.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 200 - 212, 1992. ISSN 10.

A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Guillaume Azevedo Marques de Saes

(Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo – SP)

RESUMO: Ao longo da História encontramos uma série de fenômenos políticos que se manifestaram em determinados contextos nacionais, mas cujo impacto fora de suas fronteiras foi tão grande que eles deram origem a expressões do vocabulário político universal. Dentro do universo dos movimentos políticos de base essencialmente militar, temos o **nasserismo**, que marcou a vida política do Egito na segunda metade do século XX e que serviu de inspiração para outros regimes militares reformistas do mundo em desenvolvimento. O regime militar do coronel Nasser se caracterizou por um nacionalismo não-alinhado que pregava a independência em relação aos dois blocos, assim como por uma série de reformas econômicas e sociais cujo objetivo era transformar o Egito numa potência regional moderna sob a autoridade de uma elite tecnocrática de origem militar. Este modelo acabou sendo exportado para outras nações do mundo árabe e serviu de inspiração para alguns regimes militares sul-americanos. No caso brasileiro, o maior exemplo de intervenção militar de tipo **nasserista** foi sem dúvida o da

linha dura nacionalista que participou do movimento golpista de 1964, mas que pouco depois passou a contestar as orientações políticas e econômicas do regime militar e a defender um projeto de aprofundamento do processo ditatorial, de política externa independente e de reorientação do regime no sentido do nacionalismo econômico. O nosso objetivo aqui será o de analisar esta tentativa frustrada de “nasserização” do regime militar brasileiro – isto é, a tentativa malsucedida de trazer o regime para o campo do nacionalismo e do reformismo autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; política; militarismo; nasserismo.

ABSTRACT: We find over the History a series of political phenomena that manifested itself in certain national contexts, but whose impact beyond borders was so big that they gave rise to some expressions of the universal political vocabulary. Within the universe of political movements of military base, there is **Nasserism**, which marked Egypt political life on the second half of the 20th century and which served as inspiration for other military reformist regimes of the developing world. Colonel Nasser military regime was characterized by a not aligned nationalism that preached independence from the two blocks as by a series of economic and social reforms whose goal was to transform

Egypt in a modern regional potency under the authority of technocratic elites from military origin. This model was exported to other nations of the Arab world and to some South American military regimes. In Brazilian case, the main example of **Nasserist** type of military intervention is surely the **nationalist hard line military group** that took part in 1964 coup d'état but just after started to contest political and economic guidelines of the military regime and to defend a project containing the deepening of dictatorial process as the implementation of an independent foreign policy and the re-orientation of the regime policy to economic nationalism. Our goal here is to analyze this frustrated attempt of “Nasserization” of Brazilian military regime – that is, the unsuccessful attempt of bringing the regime to nationalism and to authoritarian reformism camp.

KEYWORDS: Brazil; Politics; Militarism; Nasserism.

A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Ao consultarmos números antigos do **Jornal do Brasil**, encontramos um interessante artigo de Newton Carlos, no qual o famoso jornalista comentava a recepção e as repercussões da passagem do general Charles de Gaulle, Presidente da França, pela América do Sul em setembro-outubro de 1964. O discurso de De Gaulle, que naquele momento era o expoente de uma política externa independente em relação aos dois blocos (ocidental e comunista), teria encontrado boa recepção entre militares radicais e nacionalistas de tendência “nasserista”:

Embora as reações dos Presidentes constitucionais e dos dirigentes militares não produzam resultados políticos de importância, para a incursão francesa na América Latina, De Gaulle está tendo um outro auditório, além do povo nas ruas. São grupos de capitães, majores e coronéis, militares saídos da classe média que animam uma tendência em geral chamada de “nasserista”. Essa tendência, já forte em alguns países latino-americanos, como a Venezuela, a Colômbia e o Peru, é estimulada pela tentação do nacional-progressismo. No Oriente Médio, a tentação voltou-se, especialmente, contra interesses europeus. Na América Latina, seu alvo natural são os Estados Unidos. (CARLOS, 1964: 2)

O caráter profético deste comentário – de fato, no final da década de 1960 regimes militares de tipo **nasserista** surgiram em alguns países da América Latina – nos fez pensar na dimensão **universal** do conceito de **militarismo nasserista**, isto é, na possibilidade das expressões **nasserismo** e **nasserista** poderem ser utilizadas para caracterizar um tipo de regime militar presente em diferentes contextos nacionais e regionais, e não apenas no Egito de Nasser e no mundo árabe. Conseqüentemente, pensamos também na possibilidade de serem localizados na história brasileira fenômenos militares que se encaixariam neste perfil, questão que consideramos pertinente na medida em que o Brasil se destacou durante muito tempo por uma forte presença militar em sua vida política.

O fenômeno do **militarismo nasserista** está relacionado com a figura do tenente-coronel Gamal Abdel Nasser, que governou o Egito entre 1952 e 1970, primeiramente de forma indireta, entre 1952 e 1954, e em seguida de forma direta a partir de 1954. O

seu regime militar tem como origem um golpe de Estado que pôs fim à monarquia do rei Faruk I em julho de 1952 e que foi comandado pelo próprio Nasser e por seu grupo dos Oficiais Livres, movimento de jovens militares nacionalistas e reformistas cujo objetivo era modernizar e regenerar o Egito, livrá-lo da dominação inglesa – o Egito era então praticamente um protetorado da Inglaterra – e torná-lo capaz de enfrentar o principal inimigo do mundo árabe, o Estado de Israel. O regime nasserista destacou-se por políticas voltadas para o **reformismo socioeconômico** (reforma agrária, projetos de infraestrutura e de industrialização acelerada, legislação social), por uma forte **militarização do Estado** (oficiais do Exército assumindo postos de direção em diversos órgãos e empresas estatais) e por uma política externa que pregava a **independência em relação aos blocos ocidental e comunista**, assim como uma união dos países em desenvolvimento em torno do conceito de **terceiro-mundismo** e a união do mundo árabe em torno do conceito de **pan-arabismo**. No entanto, as contradições internas do regime e algumas inconsistências de seu modelo econômico levaram a um desgaste que se manifestou nos seus resultados econômicos pífios e no mau desempenho militar nas guerras de 1956, contra Inglaterra, França e Israel, e de 1967 contra Israel (HUSSEIN, 1971). Com a morte de Nasser em 1970, o seu sucessor, Anwar Al Sadat, também saído do grupo dos Oficiais Livres, romperia com a política nasserista, iniciando uma política social e econômica muito mais conservadora e uma política externa assumidamente pró-ocidental.

A definição mais comum de **nasserismo** consiste em sua associação com o **nacionalismo árabe** (ou **pan-arabismo**). Nós, entretanto, vamos nos apoiar em outra abordagem, que interpreta o nasserismo como um **fenômeno militar**. É o que faz Rodrigo Borja nos verbetes **nasserismo** e **militarismo** de sua Enciclopédia de Política (BORJA, 1998) nos quais encontramos uma associação do conceito de **nasserismo** com regimes militares tecnocráticos que manifestam preocupações sociais; Borja faz, conseqüentemente, uma distinção entre os regimes militares de tipo nasserista e as ditaduras militares conservadoras (Pérez Jiménez na Venezuela, Sroessner no Paraguai, Somoza na Nicarágua, Pinochet no Chile e Duvalier no Haiti), cuja intervenção consistiria em defender os privilégios das classes dominantes. Os regimes militares de tipo nasserista, que teriam surgido também no contexto latino-americano (Ovando na Bolívia, Velasco Alvarado no Peru, Omar Torrijos no Panamá e Rodríguez Lara no Equador), se caracterizariam pela presença no poder de jovens oficiais assessorados por tecnocratas desenvolvimentistas, assim como por tentativas de desalojar as oligarquias tradicionais do poder e pela realização de políticas sociais com o objetivo de melhorar as condições de vida das camadas sociais mais desfavorecidas, embora a tendência geral é que estes regimes tenham se tornado cada vez mais conservadores com o tempo e tenham perdido progressivamente a sua componente social. A partir desta colocação, fica claro para nós que o nasserismo enquanto conceito designando um tipo de fenômeno político-militar, ultrapassa as fronteiras do Egito e do mundo árabe. Em outras palavras, além do Egito e de outros exemplos no mundo árabe –

Muammar al-Gaddafi na Líbia, Amin al-Hafez e Salah Jedid sucessivamente na Síria e Gaafar Nimeiry no Sudão –, encontraremos experiências de tipo nasserista em outras partes do mundo, entre elas a América Latina.

O **militarismo nasserista** consiste, para nós, numa intervenção política característica do **mundo em desenvolvimento** (África, Ásia, América Latina) da segunda metade do século XX, por parte de setores militares que se apoiavam num projeto nacionalista e reformista autoritário cujo objetivo era modernizar, industrializar e fortalecer um país atrasado do ponto de vista social e econômico. Estes regimes nasseristas se apoiavam também num acentuado **reformismo social** (projetos de reforma agrária, de legislação social e trabalhista) que procurava ao mesmo tempo melhorar as precárias condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população e integrá-las à política do Estado – com o objetivo, inclusive, de evitar uma possível revolução popular contra a ordem burguesa –, e buscavam a **neutralização** dos setores oligárquicos mais retrógrados comprometidos com o modelo agroexportador e com o atraso do país. O nasserismo possui uma forte **componente pequeno-burguesa e tecnocrática**, isto é, uma linha de pensamento que se apoia na ideia de que as reformas necessárias para tirar um país do atraso e de sua posição de vulnerabilidade só poderão ser realizadas por uma **elite tecnocrática** cuja posição de mando se deveria à sua competência técnica (HUSSEIN, 1971). Segundo esta linha de pensamento, que estava acompanhada de uma descrença na capacidade das classes populares em se autogovernar, as reformas sociais e econômicas deveriam ser feitas **pelo alto**, isto é, pelas mencionadas elites técnicas saídas da pequena-burguesia. Os seguintes elementos caracterizam a ideologia e a política dos regimes militares de tipo nasserista: nacionalismo, militarismo, política externa não-alinhada, desenvolvimentismo, reformismo social, hostilidade às oligarquias tradicionais, elitismo tecnocrático de caráter pequeno-burguês.

Como dissemos atrás, regimes militares que possuíam basicamente as mesmas características do regime de Nasser surgiram também na América Latina, e alguns deles, como o de Velasco Alvarado, assumiram orgulhosamente a influência nasserista. Alain Rouquié, cujo famoso trabalho sobre o militarismo na América Latina dedica um capítulo inteiro ao nacionalismo militar reformista, analisa de perto os regimes militares de Velasco Alvarado (1968-1975) no Peru, Alfredo Ovando (1969-1970) e Juan José Torres (1970-1971) na Bolívia, Rodríguez Lara (1972-1976) no Equador e Omar Torrijos (1968-1981) no Panamá e apresenta as seguintes características comuns a todos eles: nacionalismo, que se traduz na busca de uma política externa independente e em desapropriações de empresas dominadas por grupos norte-americanos; desenvolvimentismo, cujo principal item é a industrialização de um país ainda essencialmente agrário; reformismo social, com projetos de reforma agrária e de legislação social e trabalhista. Estas características estão sempre acompanhadas de um discurso antioligárquico acentuado e de um autoritarismo que se traduz na defesa de um **reformismo pelo alto** – as classes populares, neste contexto, deveriam

ser beneficiadas pela política do Estado, mas não poderiam participar diretamente e autonomamente do processo político, que por sua vez deveria ser controlado por uma elite tecnicamente apta e politicamente esclarecida (ROUQUIÉ, 1984). De qualquer forma, não podemos deixar de notar a curta duração da maioria desses regimes (ROUQUIÉ, 1984), o que nos faz pensar num contexto regional desfavorável para a consolidação desta tendência militar: elites agrárias atrasadas mas politicamente fortes, hegemonia norte-americana no conjunto da América Latina, forças armadas em sua maioria conservadoras e alinhadas com os Estados Unidos. Assim, por falta de bases sólidas de apoio e por erros próprios de planejamento e gestão, o militarismo de tipo nasserista foi derrotado definitivamente na América Latina durante a década de 1970.

No caso brasileiro, que já tinha uma tradição de militarismo reformista e tecnocrático com o positivismo republicano de fins do século XIX e com o tenentismo do início da década de 1930, o militarismo nasserista se manifestou com o que chamamos de **linha dura nacionalista**, dissidência interna cuja atuação marcou os bastidores do regime militar e a própria vida política nacional durante o período 1965-1969. Com certeza a sua compreensão ajudará bastante a entender a própria natureza do regime militar brasileiro (1964-1985).

A expressão **linha dura** surgiu logo no início do regime militar instaurado em 1964 para designar toda uma oficialidade participante ativa da conspiração contra o governo João Goulart e que em pouco tempo passou a se indispor com o governo Castelo Branco por considerá-lo demasiadamente hesitante em realizar uma depuração mais radical da elite política brasileira, especialmente no que diz respeito aos setores ligados à esquerda e à situação deposta (CHIRIO, 2012). No entanto, dentro deste agrupamento havia uma oficialidade, representada por nomes de peso como Albuquerque Lima, Sílvio Heck, Augusto Rademaker, entre outros, que não se limitava a criticar a política depuradora vacilante do novo regime, mas também as suas orientações relativas ao desenvolvimento econômico e à política externa. Assim, encontramos duras críticas a uma política econômica “antinacional” – isto é, uma política favorável a grupos econômicos estrangeiros e prejudicial aos interesses capitalistas legitimamente brasileiros – e a uma política externa subserviente aos Estados Unidos – daí o lema “nem Washington nem Moscou” (CHIRIO, 2012). Durante o período 1965-1969 a equipe econômica do regime – especialmente os ministros Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões, Delfim Netto e Hélio Beltrão – cuja política liberal-saneadora era vista como prejudicial ao setor produtivo nacional, seria particularmente visada (CHIRIO, 2012). Escolhemos, portanto, a expressão **linha dura nacionalista** para designar este subgrupo da **linha dura**, para que ele não seja confundido com a oficialidade (exemplos: Osnelli Martinelli e Ferdinando de Carvalho) cujas preocupações centrais (para não dizer as únicas) eram a depuração política e a luta contra o comunismo. A atuação da **linha dura nacionalista** representa o momento em que as diretrizes do regime militar brasileiro foram mais contestadas dentro do próprio grupo militar

no poder. Acreditamos que nem o governo Geisel (1974-1979) esteve tão perto de ameaçar as diretrizes do regime de 1964: pensamos, aliás (a nível de hipótese apenas), que o próprio governo Geisel destoou dos outros governos do regime militar mais por questões relativas à política externa (maior independência em relação aos Estados Unidos e ao Bloco Ocidental) e à repressão interna (maior flexibilização da repressão e maior abertura política) do que por uma contestação profunda do modelo econômico adotado em 1964.

Dentro da **linha dura nacionalista**, o caso do general Afonso de Albuquerque Lima merece um destaque especial, na medida em que a atuação deste oficial nacionalista, que em janeiro de 1969 renunciou ao seu posto de Ministro do Interior do governo Costa e Silva por discordar da política de Delfim Netto na pasta da Fazenda (SKIDMORE, 1991; ZIRKER, 2014), representa a versão mais acabada do **militarismo nasserista** no Brasil; aliás, a sua candidatura frustrada à Presidência da República no mesmo ano de 1969 foi ao mesmo tempo o apogeu e o momento final deste fenômeno no país. Em seu **documento-programa** lançado durante a campanha para a eleição presidencial e publicado no famoso jornal carioca **Tribuna da Imprensa** – jornal que se apresentava como porta-voz da oficialidade nacionalista dissidente do regime –, Albuquerque Lima apresentava o seu projeto nacionalista, desenvolvimentista e reformista no qual encontramos: uma política de desenvolvimento da produção nacional com o esforço conjunto do Estado e da empresa privada nacional, com o capital estrangeiro restrito a uma necessária função complementar; uma maior integração entre as forças armadas e a indústria nacional; uma política externa independente livre dos imperialismos ocidental e comunista; uma política de integração da Amazônia; a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; uma reforma agrária como condição para a criação de um mercado interno mais forte e, conseqüentemente, para um desenvolvimento industrial mais sólido (NERY, 1969). Entretanto, Albuquerque Lima, que se intitulava o “Nasser da direita” (ZIRKER, 2014: 342) e que tinha uma base numerosa de apoio tanto no Exército, como na Marinha e na Aeronáutica – ele era muito popular, inclusive, entre a jovem oficialidade –, teve a sua candidatura impugnada por uma razão meramente institucional – era general de três estrelas num momento em que a graduação mínima para ser elegível passou a ser a de general de quatro estrelas. Esta razão, muito conveniente para a cúpula do regime que temia o nacionalismo do candidato – esta cúpula temia que a vitória da ala nacionalista e radical destruísse a hierarquia de comando e afastasse o apoio das comunidades financeiras paulista e internacional, que por sua vez temiam a adoção de uma “linha peruana” (referência a Velasco Alvarado) no país (ABREU, 2001) –, pôs fim à participação de Albuquerque Lima no pleito presidencial entre militares que elegeram Emílio Médici Presidente (SKIDMORE, 1991). Assim terminava melancolicamente a única tentativa séria de “nasserização” do regime militar brasileiro.

Com base no que expusemos de forma bastante resumida aqui, elaboramos as seguintes conclusões que estão longe de ser definitivas na medida em que poderão

ser ou não confirmadas por uma pesquisa mais longa e aprofundada:

1) O fracasso do **militarismo nasserista** no Brasil se deveu em grande parte à situação política do país, ao fato de que esses militares “nasseristas” tomaram parte, em 1964, num movimento golpista conservador e pró-americano que era a negação do próprio nasserismo; este fato já colocava esta oficialidade nacionalista e reformista em posição de relativa fraqueza. A organização mais centralizada do regime militar brasileiro impediu que os “nasseristas” se autonomizassem a ponto de conseguir empreender uma tentativa golpista contra o grupo no poder.

2) Considerando que a política econômica do regime militar brasileiro – orientação monetarista e anti-inflacionária, elevação dos juros, endividamento externo, incentivo à centralização do capital bancário – privilegiava o **setor financeiro** (nacional, associado e internacional) em detrimento do **setor industrial** (SAES, 2001), acreditamos que um dos principais objetivos desta oficialidade “nasserista” era trazer a política econômica do regime para o lado da indústria e contra um setor financeiro visto como especulativo e improdutivo. Assim, diante de uma insatisfação crescente, embora contida, da burguesia industrial em relação ao regime militar, a ação desta oficialidade nacionalista estava voltada de certa forma para uma recuperação, com outra coloração política e ideológica, da política econômica industrializante do período varguista. A não-consolidação de uma aliança burguesia industrial/militares nacionalistas ajudou a selar a sorte do **militarismo nasserista** no Brasil.

Observação: Este artigo é uma versão levemente modificada de texto com o mesmo título apresentado no **Simpósio Temático “ST 47. Militares, poder e sociedade: métodos de história e parcerias”** do **Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**, realizado no campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, entre os dias 23 e 27 de julho de 2018.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed., 2001. Nós usamos a versão digitalizada disponível no portal do CPDOC-FGV.

BORJA, R. *Enciclopedia de la política*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BRAGA, M. **Marinha aponta erros e mentiras do plano Campos**. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. Ano XVII, 19 de maio de 1966, Nº 4.964, p. 8. Disponível em versão digitalizada no portal da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

CARLOS, N. **A incursão de De Gaulle**. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano LXXIV, 13 de outubro de 1964, Nº 242, p. 2. Disponível em versão digitalizada no portal do Google News Archive.

CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

HUSSEIN, M. *La lutte de classes en Égypte – deuxième édition mise à jour (1945-1970)*. Paris:

François Maspero, 1971.

NERY, S. **O GRANDE RIO – Os 10 mandamentos de Albuquerque Lima.** *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. Ano XX, 2 de outubro de 1969, N° 5.912, p. 4. Disponível em versão digitalizada no portal da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina.** São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAES, D. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2001.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ZIRKER, D. **Hugo abreu e Afonso de Albuquerque Lima: a mudança quixotesca da linha dura para o centro.** *Revista Historiae*. Rio Grande – RS, V.5, N° 2, p. 325-360, 2014.

A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)

Bruna Alves Carvalho Mendes

Universidade Federal de Goiás

Goiânia- Goiás

RESUMO: Reinaldo Arenas foi uma testemunha privilegiada dos acontecimentos em Cuba pois vivenciou a Revolução; que instaurou uma ditadura comunista. Escritor e homossexual, enfrentou-a em duas frentes, visto que escritores contrários ao regime eram considerados contrarrevolucionários e portanto, intoleráveis; além da perseguição contra os homossexuais. Foi exilado pelo porto de Mariel em 1980, num movimento migratório formado em sua maioria por jovens que foram coagidos a apoiar e sustentar a Revolução, mas que sofreram perseguições por suas convicções contrárias ao regime e à moral vigente. Arenas sem dúvidas apoiou a Revolução em seu início, mas a censura e perseguição que sofreu levaram ao descontentamento e oposição à ela. Pelo seu relato, identificamos duas formas que Arenas utilizou como resistência. Uma, sua própria escrita. Para ele, a literatura era sua forma de existir e atuar no mundo a sua volta: tanto com sua autobiografia, um grito pela liberdade e contra a opressão; quanto em seus livros literários que, mesmo ficcionais, faziam claras alusões e duras críticas ao Castrismo. Segundo, Arenas utilizou sua homossexualidade como

rebeldia contra a moralidade cubana. Esses são apenas aspectos da complexa personalidade e vida do escritor, a qual será apresentada brevemente nesse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Cubana; Geração Mariel; Exílio; Autobiografia.

ABSTRACT: Reinaldo Arenas was a privileged witness of the events in Cuba because he lived within the Revolution; which established a communist government. Writer and homosexual, he faced it on two fronts, since writers opposed to the regime were considered counterrevolutionary and therefore intolerable; as well as persecution against homosexuals. He was exiled by the port of Mariel in 1980, in a migratory movement formed mostly by young people who were coerced to support and sustain the Revolution, but who suffered persecution for their convictions contrary to the regime and the current morality. Arenas undoubtedly supported the Revolution at its inception, but the censure and persecution it suffered led to discontent and opposition to it. For his account, we identified two forms that Arenas used as resistance. One, his own writing. For him, literature was his way of existing and acting in the world around him: both with his autobiography, a cry for freedom and against oppression; and in his literary books that, even fictional, made clear allusions and

harsh criticisms of Castroism. Second, Arenas used his homosexuality as a rebellion against Cuban morality. These are only aspects of the writer's complex personality and life, which will be briefly presented in this paper.

KEYWORDS: Cuban Revolution; Mariel Generation; Exile; Autobiography.

1 | INTRODUÇÃO

A Revolução Cubana foi um dos maiores e mais importantes acontecimentos do século XX. O impacto que ela teve em todo o globo é inegável, e até hoje é um assunto que gera inúmeras discussões e diferentes interpretações. Nessa teia complexa que é o acontecimento da Revolução de 1959, me chamou a atenção um aspecto em particular.

Ao estudar a evasão massiva de cubanos pelo porto de Mariel em 1980, que levou 125 mil cidadãos a exilarem-se na condição de dissidentes, rumo aos Estados Unidos. Dentre estes, destaca-se o escritor Reinaldo Arenas, objeto de pesquisa do presente trabalho. Das inúmeras obras que o literato deixou como legado, elegi sua autobiografia como centro da reflexão de minha dissertação de mestrado.

Nela, Arenas faz uma rememoração de toda sua vida, dando a ela um tom dramático e nostálgico. À beira da morte e no exílio, onde adquiriu o vírus do HIV em 1987, o autor coloca como imperativo moral terminar sua obra literária e sua autobiografia, o último trunfo contra o regime Castrista que o perseguiu durante a maior parte de sua existência; o que fez de Arenas um duplo exilado, nos Estados Unidos e em seu próprio país.

O escritor faz essa rememoração de maneira perspicaz, elegendo fatos (o que é natural do fazer autobiográfico) que mostrariam ao leitor sua verdadeira "essência": um escritor cubano dissidente e homossexual. Ao longo dos estudos, ancorei dois fatores como essenciais na luta e rebeldia de Arenas contra o regime Castrista: sua sexualidade e sua escrita. Neste capítulo, tentarei desvelar apenas um aspecto da vida de Arenas, que nos chega pela autobiografia.

Num primeiro momento, apresentarei a Cuba na qual Arenas nasceu e formou-se enquanto indivíduo e posteriormente escritor, panorama esse que acabaria por ditar os rumos de sua vida; algo que o rebelde escritor não podia suportar. Depois, discutirei como de fato Arenas rebelou-se contra o regime e como esses aspectos de sua vida aparecem na autobiografia, levando em conta que esse tipo de escrita sempre é seletiva e em parte distorcida; justamente o que faz do fazer autobiográfico tão rico e fértil para o campo da História.

2 | ARENAS E O MUNDO: DA REVOLUÇÃO CUBANA À GERAÇÃO MARIEL

Arenas nasceu na província de Holguín, Cuba, em 1943. Viveu durante o período da ditadura de Fulgêncio Batista. Camponês e extremamente pobre, se juntou aos rebeldes aos 14 anos e lutou na Revolução que viria a depor o ditador tempos depois. A vitória popular levou a um governo provisório, que futuramente seria liderado por Fidel Castro. Os revolucionários agora tinham a grande tarefa de consolidar a Revolução e dar forma ao corpo burocrático que erigiria a nova nação; visto que o exército camponês que deu a vitória aos rebeldes não tinha preparação suficiente para a tarefa.

Nos anos iniciais o que se via era uma tentativa de socialismo híbrido das Américas, projeto esse que fracassou após a aproximação com o partido socialista soviético; e que já sofria duros ataques do seu vizinho ao norte. Em todo caso, todos os esforços do país foram convergidos para sustentar o governo nesse momento frágil de consolidação e instabilidade com os países vizinhos. 1961 foi um ano decisivo para Cuba, com o episódio da Baía dos Porcos ou *Playa Girón*. A expulsão dos norte americanos pelos próprios cubanos deu fôlego à Revolução e uma nova guinada. Ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de defesa da nova ordem, visto que o maior inimigo estava apenas a uns poucos quilômetros de distância. No icônico “Discurso aos Intelectuais”, Castro, já em 61 proferiu a famosa frase: “*Dentro de la revolución todo! Contra de la revolución nada!*”.

O slogan cubano deixou claro quais seriam os encaminhamentos revolucionários a partir daquele momento. Tudo dentro e para o regime, a criação e/ou manifestação que estivesse fora dos preceitos socialistas cubanos não seriam tolerados. A partir de então, é possível identificar duas tentativas da inviabilização da dissidência, que afetaram diretamente o autor em questão.

Enquanto Fidel Castro se encarregou da parte burocrática e mais política do novo governo, Che Guevara tomou frente nas políticas culturais e projetos sociais que encaminhassem a Revolução. A criação do projeto do Homem Novo é datado por volta de 1965, já nos (conturbados) anos iniciais. A ideia principal era de que para uma nova sociedade, urgia também a necessidade de um novo tipo de homem para defendê-la. Visto que a velha guarda cubana já se auto exilara (muitos em Miami) a partir da deflagração da Revolução, o governo voltou os olhos para aqueles que estavam iniciando sua vida e tanto tinham a oferecer. Em linhas gerais, trata-se de observar um grupo composto quase inteiramente por pessoas que “vivenciaram a revolução quando ainda eram adolescentes e que, de certa forma, foram o laboratório de aplicação dos pressupostos morais e ideológicos do Homem Novo junto ao seu principal objeto: a juventude.” (MARQUES, 2009, p. 65). Guevara acreditava que essa mudança viria através da educação e também pelo trabalho, muitas vezes obrigatório.

Em resumo, Rickey Leandro nos traz que:

Após 1961 ficou evidenciado que a preocupação dos líderes revolucionários, Fidel Castro e Ernesto Che Guevara entre outros, era com a construção de uma nova

sociedade e, sobretudo, de um “homem novo” capaz de dar sentido e perpetuação à revolução que iniciava a sua grande “marcha”. Era consenso entre estes revolucionários que a principal batalha da revolução seria a edificação desse novo personagem e que sem a sua presença a mesma se estagnaria. Portanto havia a urgência de preparar a juventude cubana para os novos desafios da Revolução e que esta, de certa forma, estivesse à altura da geração revolucionária de Sierra Maestra que conquistou a soberania política e econômica da Ilha. (MARQUES, 2009, p. 64)

Com isso, foram criadas as UMAP's (*Unidad Militar de Ayuda a la Producción*), que ficaram conhecidas como campos de trabalho forçado. Lá, os jovens eram enviados para trabalhar principalmente na agricultura, principal fonte de renda do país. Mas veremos também, mais a frente, que Arenas denuncia que também havia uma forte doutrinação comunista nesses campos. Lá, os jovens eram enviados para trabalhar em condições insalubres e com o mínimo de descanso. Assim, ao mesmo tempo que fortaleciam a economia cubana, eram “moldados” de acordo com os preceitos comunistas, esperando-se que viriam a ser futuros guerrilheiros aos moldes dos bravos heróis de Sierra Maestra. Mas, o principal ponto que Arenas denunciou foi o envio de homossexuais para esses campos. Não havia espaço para as relações homoafetivas na nova Cuba. O homem novo era o guerrilheiro aguerrido, camponês, heterossexual, viril. E o trabalho forçado e ensino do comunismo visava combater e corrigir esses “desvios de conduta” nos jovens cubanos.

Com o passar dos anos eufóricos iniciais da Revolução, onde o respaldo popular ainda era bastante forte, a esperança deu lugar ao descontentamento. Se antes pensavam que Castro daria força à Cuba e acabaria com a tirania, gradativamente percebeu-se que nada de novo trazia o governo comunista. Esse sentimento culminaria no famoso episódio que acabou por tirar aproximadamente 125 mil cubanos da Ilha: o fenômeno Mariel. No início da década de 80, um motorista atirou um ônibus com todos os passageiros contra o prédio da embaixada peruana e exigia asilo político no Peru. Apesar das inúmeras tentativas de se evitar um escândalo a nível internacional, em poucos dias a embaixada foi tomada por pessoas que:

colocavam-se na condição de dissidentes políticos e eram, em sua ampla maioria, jovens que haviam formado sua consciência social e política durante a Revolução, e pertenciam quase todos às camadas populares. Ou seja, constituíam o grupo social que havia sido definido como o principal alvo da revolução de 1959. (MARQUES, 2009, p. 142)

Frente à inabilidade do governo castrista de controlar essas pessoas que queriam se fazer ouvidas, os Estados Unidos se prontificou a receber um certo número de cubanos e o porto de Mariel foi aberto para que todos pudessem sair. Castro se aproveitou desse episódio para manipular as opiniões e tentar mascarar o fato de que o Projeto do Homem Novo tinha sido um completo fiasco. Dessa forma, o governo dirigiu todos os seus esforços para diminuir aqueles cubanos que saíram pelo porto na condição de dissidentes. “O discurso oficial também procurou depreciar social, moral e mesmo intelectualmente os que emigravam, e enquadrá-los na categoria emigrado/

lúmpen, definindo-os como a *escória* da sociedade cubana.” (MARQUES, 2009, p. 157) E mais, os marielitos foram “considerados socialmente desqualificados como, por exemplo, homossexuais, delinquentes, doentes mentais, prostitutas, alcoviteiros, entre outras categorias consideradas negativas pela sociedade cubana” (MARQUES, 2009, p. 167).

Se em Cuba eles não eram bem quistos, tampouco seriam bem recebidos pela comunidade cubana em Miami. A velha guarda que se auto exilara no deflagrar da Revolução considerava aqueles jovens fruto da doutrinação comunista, deturpadores da moral e do verdadeiro significado do que era ser cubano. Um grupo específico de escritores contrarrevolucionários se uniram e publicaram por cerca de dois anos a chamada *Revista Mariel*. Reinaldo Arenas foi um dos seus editores e ela visava combater essa identidade proposta pelo governo cubano. Era a história dos marielitos contadas por eles mesmos.

Nesse contexto se insere meu objeto de pesquisa e sua narrativa autobiográfica. Como já mencionei, desde 1961, logo no início da sua vida literária, Arenas foi censurado pelo governo castrista; já que a única manifestação cultural possível era aquela que fosse a favor do regime e isso Arenas não podia tolerar. O escritor não nega seu apoio à Revolução nesse período inicial, mas ele mesmo foi participante ativo do processo de instauração do projeto do Homem Novo e sofreu duramente as consequências dele. Enfrentou, então, a Revolução em duas frentes: ele era um escritor dissidente e futuramente marielito, e homossexual. Foi privado do seu lugar de fala então se voltou para a única coisa que possuía e dava sentido à sua existência: a escrita.

No próximo tópico adentrarei o mundo autobiográfico do autor, como ele utilizou a literatura e sua homossexualidade a seu favor para denunciar todos os abusos que sofreu e se fazer ouvido. Através dessa memória-denúncia, Arenas deixa seu relato e vê a história da Revolução como um drama pessoal e coletivo.

3 | A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO

Arenas descobriu portar AIDS em 1987, já no exílio em Nova York. Ficou três meses no hospital, e relata que ao sair e chegar em sua casa:

pisei num envelope onde havia um veneno contra ratos chamado *Troquemichel* [...] era óbvio que alguém havia colocado aquele veneno para que eu o tomasse. Decidi na mesma hora que o suicídio que eu planejava tinha de ser adiado. Não podia dar tamanho prazer a quem havia deixado o envelope no meu quarto [...] como não tinha forças para me sentar à máquina, comecei a registrar num gravador a história da minha própria vida [...] eu já havia iniciado, como veremos adiante, minha autobiografia em Cuba. O título era *Antes que anoiteça*; pois precisava escrever antes que escurecesse, já que eu me encontrava escondido num bosque. Agora, a noite se aproximava novamente, de uma forma mais iminente. Era a noite da morte. Agora se tornava imperativo que eu concluísse minha autobiografia antes que anoitecesse. Considerei essa tarefa como um desafio. E foi assim que continuei trabalhando em minhas memórias. (ARENAS, 2009, p. 7-10)

A essa altura, a maioria dos seus manuscritos já haviam sido enviados para fora de Cuba. Arenas os enviava clandestinamente, através de estrangeiros que visitavam a Ilha e depois retornavam à Europa. Em Paris, o autor possuía um casal de amigos que o ajudaram desde o início de sua carreira literária; chamados Jorge e Margarita Camacho. Arenas relata inúmeras vezes que sua amizade foi o que o salvou em momentos de desespero, pois sabia que sempre poderia contar com eles e que seus manuscritos estariam a salvo em suas mãos. Antes de morrer, Arenas redige um documento onde deixou Jorge Camacho responsável por suas obras, e de fato o pintor fez todos os arranjos para publicá-las e foi uma espécie de agente literário do autor. Os manuscritos originais de Arenas estão na Universidade de Princeton, a pedido do escritor.

Nesses relatos, notamos a importância crucial que a literatura tinha para o autor. Particularmente, Arenas evidencia sua criatividade literária como força vital, bem como a necessidade de escrever para sobreviver, também como estratégia discursiva. Ele buscava o reconhecimento que não teve em vida, pois nunca o teve estando em Cuba, mesmo sendo um escritor premiado a nível internacional. Estava decidido a suicidar-se logo após sair do hospital, pois a maioria de seus manuscritos já estavam encaminhados para serem publicados. Ainda assim, faltava a não-terminada autobiografia, cuja escrita foi interrompida com sua prisão em 1973; uma vez que os manuscritos originais foram parar na mão da polícia. Após esse episódio no hospital, Arenas estava decidido a escrever sua vida como uma memória-denúncia, já que a morte mostrava-se mais presente do que nunca. Isso fica mais claro em sua carta de despedida, entregue a seus amigos após suicidar-se em 1990:

Queridos amigos: Debido al estado precario de mi salud y a la terrible depresión sentimental que siento al no poder seguir escribiendo y luchando por la libertad de Cuba, pongo fin a mi vida. En los últimos años, aunque me sentía muy enfermo, he podido terminar mi obra literaria, en la cual he trabajado por casi treinta años. Les dejo pues como legado todos mis terrores, pero también la esperanza de que Cuba pronto será libre. Me siento satisfecho con haber podido contribuir aunque modestamente al triunfo de esta libertad. Pongo fin a mi vida voluntariamente porque no puedo seguir trabajando. Ninguna de las personas que me rodean están comprometidas en esta decisión. Sólo hay un responsable: Fidel Castro. Los sufrimientos del exilio, las penas del destierro, la soledad y las enfermedades que haya podido contraer en el destierro seguramente no las hubiera sufrido de haber vivido libre en mi país. Al pueblo cubano tanto en el exilio como en la Isla los exhorto a que sigan luchando por la libertad. Mi mensaje no es un mensaje de derrota, sino de lucha y esperanza. Cuba sera libre. Yo ya lo soy. (ARENAS, 1990)

Num momento de redemocratização dos regimes autoritários por toda a América Latina, Arenas acreditava que sua obra, em especial a autobiografia, nortearia o povo cubano rumo à libertação do governo de Castro; figura a qual ele atribui todas suas desgraças e padecimentos. Seu desejo era deixar sua escrita autobiográfica, ou seja, a história de sua vida e seu sofrimento como legado à Ilha. Ela era, portanto, sua arma final contra o Castrismo, uma espécie de trunfo político. Não obstante, podemos pontuar que nada disso foi posto ao acaso na obra. Ao tornar Castro responsável pelo

seu sofrimento e privação de liberdade, Arenas se coloca como vítima do regime, o que ele esperava que daria maior legitimidade e reconhecimento para sua obra literária após sua morte. Enquanto em vida, sua literatura foi sua forma de manifestação e rebeldia, enquanto a autobiografia estava relegada à posteridade.

Em vida, a segunda ferramenta de luta/resistência e atuação no mundo existente, foi o corpo, e conseqüentemente, sua homossexualidade. Arenas alega que o erotismo era algo natural ao homem camponês, a maioria na Ilha. Essa estratégia discursiva buscava minar de dentro o argumento do Homem Novo, que virilizava os corpos masculinos. Apesar da homofobia estar presente em Cuba desde sempre, somente com a Revolução Cubana ela foi institucionalizada e passível de prisão. Arenas ficou no cárcere de 1973 a 1976, sob alegação de corrupção de menores. Na realidade, o escritor foi preso por conta de sua escrita considerada contrarrevolucionária, mas a Revolução na década de 70 encontrava-se fragilizada; não podendo arcar com outro escândalo envolvendo censura, como fora o caso da prisão do escritor Heberto Padilla.

Sobre a sexualidade, Arenas escreve que, na década de 1960 nunca se transou tanto na Ilha, e que o deleite da relação sexual estava justamente no caráter proibido deste:

Talvez no íntimo percebessem que estavam fazendo algo proibido, que estavam sob a lei do perigo, tornavam-se malditos. Por isso, quando chegava aquele momento, exibiam tal plenitude, tal esplendor, e gozavam cada instante como se fosse o último ou como lhes pudesse custar muitos anos de cadeia. [...] O prazer sexual entre dois homens era uma espécie de conspiração; algo que acontecia no escuro ou em plena luz do dia, porém clandestinamente; um olhar, uma piscada, um gesto, um sinal eram suficientes para iniciar a sequência que levaria ao gozo total. (ARENAS, 2009, p. 138)

Era um momento de pura liberdade e satisfação, onde podiam ser livres mesmo que por um instante. Ainda, para Arenas a escrita não se separava de sua homossexualidade. Um alimentava o outro, servindo como fonte de inspiração. Sobre seus anos de juventude, o autor escreve:

Nosso maior prazer era a possibilidade, sempre difícil, de alugar uma casa em Guanabo. No entanto, durante os anos 1960, quase sempre algum amigo dava um jeito de conseguir uma [...] era a maior festa. Levávamos nosso cadernos e escrevamos poemas e capítulos de romances; transávamos com exércitos inteiros de adolescentes; o erótico e o literário andavam de mãos dadas. (ARENAS, 2009, p. 133)

Já no exílio, Arenas relata que as relações sexuais não mais tinham o encanto de antes; pois não havia essa aura mística em torno do ato sexual, a surpresa, a ansiedade de encontrar um parceiro em um local inusitado. Um paradoxo, pois uma vez que encontrava-se livre nos Estados Unidos, rememora nostalgicamente os tempos que vivia em Cuba e era realmente feliz, algo que jamais encontrou no exílio.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou delinear brevemente aspectos da vida de um homem privado de sua liberdade, focando em dois aspectos que considerava essenciais para a formação de sua individualidade.

Visto que para Arenas, sua existência pautava-se em ser escritor e homossexual, a privação à liberdade sexual e de expressão fizeram dele um contrarrevolucionário e opositor ao regime Castrista. Nada mais natural que manifestasse sua opção pela dissidência através destes dois aspectos: sua sexualidade e sua escrita.

Espero ter contribuído de forma modesta para o debate em história da América Latina e principalmente no campo da História Cultural, que considera as escritas de si como fontes privilegiadas no campo da História e ricas em historicidade.

REFERÊNCIAS

ARENAS, Reinaldo. **Antes que anoiteça**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.21, 1998/01. Dossiê Arquivos Pessoais.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. In: **Revistas Estudos Históricos**. São Paulo, v.11, nº 21, 1998, p. 43-58.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 251-279.

FOUCAULT, Michel. A escrita de Si. In: MOTTA, Manoel (org.) **Michel Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 144-162.

GAY, Peter. O traço comum. In: **O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-376.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escritas de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-27.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 11-17.

MARQUES, Rickley Leandro. **A condição Mariel: memórias subterrâneas da Revolução Cubana**. Goiânia: EDUFMA, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

A NAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESPORTE¹

Eduardo de Souza Gomes

Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Pesquisador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ); Bolsista CAPES.

E-mail: eduardogomes.historia@gmail.com

GOMES, Eduardo. *O futebol vira profissão: tensões e efeitos da profissionalização do futebol no Rio de Janeiro (1933-1941) e na Colômbia (1948-1954)*. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado, que busca realizar um estudo comparado de dois eventos esportivos, os Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922 (ocorridos no Rio de Janeiro, Brasil) e os Jogos Bolivarianos de 1938 (ocorridos em Bogotá, Colômbia). O primeiro evento se insere nos festejos organizados para a comemoração do centenário da independência do Brasil, enquanto o segundo é uma das iniciativas construídas para se comemorar os quatrocentos anos da capital colombiana, Bogotá. Nosso objetivo é identificar como foram forjados, a partir da análise de periódicos impressos das duas

localidades, discursos relacionados a ideia de nação, tanto brasileira como colombiana.

Décadas atrás, pensar uma determinada sociedade historicamente a partir de práticas esportivas, poderia ser considerado algo sem importância ou reconhecimento. Hoje em dia esse cenário já se modificou e, principalmente desde os anos 1990, a História do Esporte tem se desenvolvido como um importante campo historiográfico.

No cenário latino-americano, diversos esforços estão sendo realizados no que condiz ao fortalecimento do campo da História do Esporte. No entanto, esses esforços se concentram mais em âmbitos nacionais, sendo ainda poucos os diálogos entre os pesquisadores dos diferentes países que compõem a região. Como destaca Victor Andrade de Melo, em relação a produção acadêmica no contexto ibero-americano,

(...) considerando que há uma identidade cultural em comum, seria interessante congregando esses países (ou pessoas desses países) para entabular projetos conjuntos, a fim de dar conta de alguns problemas compartilhados e buscar um lugar estratégico para a região no cenário geopolítico mundial (MELO, 2015, p. 15).

1 Esse texto foi, originalmente, publicado nos anais do XVII Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, em 2016.

Em relação aos estudos comparados sobre dois ou mais objetos do contexto latino-americano, esse número diminui ainda mais. Entre os raros exemplos que podemos citar, destacamos alguns trabalhos desenvolvidos por membros do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ), como os de Eduardo Gomes, Maurício Drumond², Ricardo dos Santos³, Alvaro do Cabo⁴, entre outros.

Tanto os Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922, quanto os Jogos Bolivarianos de 1938, nos possibilitam diversas abordagens e problemáticas que fazem referência à formação das “nações” brasileira e colombiana, assim como as relações dessas com seus países vizinhos. Assim, buscamos também com esse exercício o alcance de uma maior compreensão da formação das comunidades imaginadas idealizadas nesses dois importantes países sul-americanos, como também promover o debate no campo de investigações da História do Esporte que cresce no continente como um todo.

Para a realização dessa investigação, estamos utilizando como principais fontes alguns periódicos publicados nos períodos estudados nas cidades do Rio de Janeiro e de Bogotá. Além disso, estamos analisando atas e documentos políticos que dizem respeito à realização dos eventos. A partir desses, poderemos investigar os caminhos políticos que foram seguidos na organização dos dois jogos.

A partir dos referenciais propostos por Tânia de Luca (2008), acerca dos cuidados a serem tomados na análise de fontes de imprensa, optamos por analisar três periódicos de cada cidade, para assim compreendermos a abordagem da temática na imprensa.

No Rio de Janeiro, os periódicos escolhidos são: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Imparcial*. A escolha desses jornais se dá pela relevância que possuíam no cenário carioca nas décadas iniciais do século XX, sendo assim importantes referências para analisarmos como as idealizações políticas e nacionalistas foram movidas a partir do esporte. O *Correio da Manhã*, inclusive, ficou marcado pelas críticas que realizava aos governos do período, sendo assim importante fonte para pensarmos o posicionamento adotado acerca dos discursos nacionalistas do período, assim como para realizarmos um contraponto com as outras fontes analisadas.

Em Bogotá, estamos analisando os periódicos *El Tiempo*, *El Nuevo Siglo* e *El Espectador*. Todos são importantes por terem tido, apesar de serem jornais oriundos da capital Bogotá, uma grande circulação de nível nacional no período estudado, sendo assim importantes veículos para pensarmos o objeto aqui proposto. Como o período estudado está dentro de um governo liberal, de Lopez Pumarejo, escolhemos

2 DRUMOND, Maurício. Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

3 SANTOS, Ricardo P. dos. Entre “Rivals”: futebol, racismo e modernidade no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1897-1924). Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

4 CABO, Alvaro do. Imagens nacionais: representações do campeonato mundial de 1978 em veículos do Brasil e da Argentina. 2016. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

dois jornais que assumidamente possuíam uma linha liberal, que são o *El Tiempo* e o *El Espectador*, assim como um periódico assumidamente conservador, que é o *El Nuevo Siglo*, de forma que possamos problematizar as visões apresentadas.

Tendo em vista que nossa investigação ainda se encontra em um contexto introdutório, entendemos que o cruzamento das fontes explicitadas nos permitirá a busca por uma melhor compreensão dos ideais de nação, brasileira e colombiana, que foram pensados a partir do esporte no Rio de Janeiro (1922) e em Bogotá (1938).

Para efetivar de fato essa pesquisa histórica comparada, temos utilizado uma metodologia específica que nos permite identificar semelhanças e diferenças entre os objetos. Entendemos o método comparativo, enquanto possibilidade de análise histórica, como sendo uma alternativa a impossibilidade de se aplicar o método experimental dentro de investigações nas Ciências Humanas e Sociais. Como destaca José D'Assunção Barros (2014), a História Comparada é uma importante forma de abordagem historiográfica, já que se refere tanto a um “modo específico de observar a história” como à escolha de um “campo de observação” específico, ou mesmo um “múltiplo campo de observação” (BARROS, 2014, p. 15).

Douglas Booth (2000) identificou possibilidades que podem ser utilizadas metodologicamente nas pesquisas acadêmicas acerca da História do Esporte. Entre as opções metodológicas identificadas por esse autor⁵, pretendemos adotar como abordagem o método definido pelo mesmo como “comparação sistemática”. Como destacam Melo, Drumond, Fortes e Malaia (2013), esse é o método mais adequado para não reduzirmos a comparação como um simples recurso de alusão a aspectos luminares de casos particulares (MELO; DRUMOND; FORTES; MALAIA, 2013, p. 100).

APRESENTANDO OS OBJETOS

Ao comparar esses dois eventos, buscamos compreender como foram forjados discursos acerca da nação, tal como essa é definida por Benedict Anderson (2008), tanto brasileira quanto colombiana. Tendo em vista que ambos estão inseridos em um contexto mais amplo de comemorações, que contaram também com outras formas de festividades, sugerimos que entender como o esporte foi mobilizado nesse cenário pode ser uma das chaves para a compreensão dos referidos períodos nos países investigados.

No caso brasileiro, estamos analisando os anos de 1919 a 1922, de forma que possamos assimilar como foram forjados os Jogos Olímpicos Latino-Americanos no Rio de Janeiro. Escolhemos 1919 como recorte inicial devido sua relevância no cenário esportivo nacional, já que nesse ano o país sediou importantes competições esportivas continentais, como as de futebol, natação e polo aquático (MALAIA, 2012,

5 Maiores informações, ver Booth, 2000.

p. 58). A partir de então, passou a ser mais recorrente a idealização da nação a partir do esporte, sendo nosso objetivo compreender como os Jogos de 1922 se inserem nesse processo.

Já no caso colombiano, recortamos a análise de nosso objeto entre os anos de 1936 e 1938, tendo em vista que foi em 1936 que se consolidou a hipótese de realização dos Jogos Bolivarianos no país, durante o governo presidencial de Lopez Pumarejo. Durante seu governo, ocorreu um processo de idealização e construção de novos símbolos nacionais na Colômbia (BUSHNELL, 2012), tendo o esporte se inserido nesse contexto. Assim, realizar jogos esportivos que reafirmassem a identidade colombiana e que pudessem estimular discursos acerca da nação, se tornou uma fértil opção.

Vale observar que nos dois casos percebem-se iniciativas de diálogo com o cenário continental em que os países estão inseridos. Além dos anfitriões, os Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922 contaram com a participação de Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e México (TORRES, 2012), enquanto nos Jogos Bolivarianos de 1938 tomaram parte a Peru, Venezuela, Equador, Bolívia e Panamá (ACOSTA, 2013).

A seguir demonstraremos um pouco mais das particularidades dos objetos propostos, assim como as problemáticas que os envolvem nesta pesquisa.

OS JOGOS OLÍMPICOS LATINO-AMERICANOS (RIO DE JANEIRO, 1922)

Em 1922, o Brasil completou cem anos de sua independência. Com uma República ainda recente (promulgada em 1889), carente de solidez e mergulhada em ilusões, a data não foi ignorada pelo governo e por parte da população, tendo sido vários eventos promovidos em comemoração.

Entre esses, destacamos a “Exposição Internacional”. Desde o século XIX, se realizavam exposições pelo mundo, onde alguns países buscavam demonstrar o quanto estavam se tornando “modernos” e “avançados”. O Brasil, que tomava parte em algumas dessas iniciativas e ainda estava se inserindo nesse “sistema mundo”, entendeu que realizar exposições que reunissem em seu território representantes de várias nações, seria uma alternativa política interessante.

É válido destacar também que 1922 é emblemático para o país por vários outros motivos. Nesse ano ocorreu o fortalecimento do movimento tenentista, a Semana de Artes Modernas e a fundação do Partido Comunista, além de revoltas contra o governo oligárquico, como a do “18 do Forte de Copacabana”. Nesse cenário, os debates acerca da nacionalidade brasileira, quando o país completava cem anos de independência, se faziam presentes. O que poderíamos chamar de “brasileiro”? Qual seria sua própria “identidade nacional”? Essas questões, que já eram pensadas no país desde o século XIX, se afluíram em vários momentos naquele ano, inclusive nos Jogos Olímpicos Latino-Americanos.

Os “Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922” foram um conjunto de competições esportivas realizadas como comemoração do centenário da independência brasileira, contando com a disputa das seguintes modalidades: natação, polo aquático, basquete, tênis, atletismo, esgrima, tiro, remo, boxe e hipismo (MALAIA, 2012, p. 58). Se juntam a essas, um campeonato de futebol, o VI Sul-Americano de Seleções, organizado pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CSF).

Naquele momento, o campo esportivo brasileiro já se encontrava bem conformado. Desde o século XIX, havia se tornado comum a realização de competições das mais variadas práticas esportivas. Tratando-se de um período de avanço dos ideais de modernidade, não é absurda a hipótese de que as práticas esportivas teriam relação primordial com as influências culturais oriundas da Europa (MELO, 2010, p. 109).

Especificamente no Rio de Janeiro, a capital do país e sede principal dos festejos do centenário da independência, a idealização de uma cidade que se diz “moderna”, tal como define Marly Motta (1992a), já ocorria desde o século XIX, tendo sido um marco nesse processo as reformas do governo de Pereira Passos (1902-1906), em função das diversas obras públicas que buscaram enquadrar a cidade em padrões estéticos europeus.

Nesse contexto, alguns dos costumes e práticas que eram trazidos, como no caso do futebol, conseguiram já em seus primórdios alcançar um *status* de “popular”. Mesmo que se observe, nas primeiras décadas do século XX, certo predomínio de alguns clubes mais elitistas na organização das principais competições, esse esporte também esteve presente em localidades das camadas populares (PEREIRA, 2000).

No cenário sul-americano, a primeira competição continental de futebol entre seleções ocorrera em 1916, na Argentina. O Brasil a sediou pela primeira vez em 1919, ano que também se sagrou campeão. Em 1922, ocorreu a sexta edição do evento, sendo a segunda vez em que o Brasil o organizaria.

Como já explicitado, o país já havia sido, também no ano de 1919, sede dos campeonatos sul-americanos de natação e polo aquático. Para a realização de um evento que reunisse outras modalidades em âmbito continental, em 1922, se fez necessário uma série de obras públicas na cidade do Rio de Janeiro (DRUMOND, 2012, p. 21).

Coube ao Fluminense Football Club, um dos principais clubes da cidade, a organização das principais competições do evento. Liderado por Arnaldo Guinle, dirigente esportivo e membro de uma das famílias de maior influência no Rio de Janeiro, o clube teve seu estádio no bairro das Laranjeiras reformado. Assim, pôde abrigar as competições de futebol, tênis, boxe, polo aquático, atletismo, tiro e esgrima. Outras localidades, como o estádio do Clube de Regatas do Flamengo, a Vila Militar e o Jockey Club, entre outros, também receberam parte das provas (DRUMOND, 2012, p. 21 e 22).

A comparação desses jogos com o caso colombiano, que explicitaremos a seguir, é uma fértil oportunidade para pensarmos o cenário latino-americano de forma mais

ampla em relação a temática da utilização do esporte enquanto discurso nacionalista.

OS JOGOS BOLIVARIANOS (BOGOTÁ, 1938)

Diferentemente dos Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922, realizados em uma única edição em comemoração ao centenário da independência do Brasil, os Jogos Bolivarianos ocorrem até os dias atuais. Com sua primeira edição em 1938, em comemoração ao aniversário de 400 anos da capital da Colômbia, Bogotá, essa competição tem como objetivo unir em uma mesma disputa países que possuem em comum o fato de terem tido Simón Bolívar como líder de suas respectivas lutas pela independência.

Em 1938, a Colômbia passava por um momento importante no que diz respeito ao fortalecimento da ideia de nação ou, pelo menos, às construções do que seria a comunidade imaginada. Historicamente marcada pelas disputas entre liberais e conservadores, desde 1930 o país possuía presidentes liberais, depois de ter passado por um longo período de aproximadamente quarenta e cinco anos de hegemonia conservadora (BUSHNELL, 2012).

Em 1934, com a chegada de Alfonso López Pumarejo ao executivo nacional⁶, se fortaleceu a ideia de realização dos primeiros Jogos Bolivarianos da história. Como o Partido Conservador havia governado a Colômbia durante muitos anos, existiu por parte dos governos liberais nos anos 1930 uma necessidade de construir uma nova “nação colombiana”, marcada por ideais modernos que negavam o tradicionalismo conservador. Nesse cenário, com fortes influências europeias, o esporte apareceu como uma importante ferramenta no desenvolvimento político nacionalista do país.

O campo esportivo colombiano já se desenvolvia desde a transição do século XIX para o XX. Assim como no Brasil, as diferentes práticas esportivas que se desenvolveram na Colômbia, tiveram em grande parte uma forte influência europeia, relacionadas às rotas de contato comercial e cultural que existiam no país. Com isso, a chegada de novos costumes se ampliou pelo território colombiano, o que resultou em diferentes formas de absorção em cada região da geografia nacional (QUITIÁN, 2013).

Já nas primeiras décadas do século XX, é possível falarmos em uma utilização política do esporte em relação a construção de uma ideia da nação colombiana. Em 1925, foi decretada a “Lei 80”, a primeira a ser implantada no país que abordasse o assunto, tratando explicitamente da educação física e dos esportes. Como sugere Patiño (2011), essa iniciativa indica um projeto político nacional em torno da cultura física. Com isso, a população se inseria nas propostas nacionalistas que entendiam as noções de higiene e eugenia como importantes, sendo as práticas de atividades físicas vistas como fundamentais nos discursos de formação da “nação” colombiana.

⁶ Pumarejo governaria o país até 1938 e ainda retornaria para um segundo mandato, entre 1942 e 1946.

Nos anos 1930, o país passou por diversas mudanças políticas. Nesse processo, o primeiro governo de López Pumarejo, entre 1934 e 1938, foi de fundamental importância. Suas ações, que ficaram conhecidas no país como *La Revolución en marcha*, permitiram que, pela primeira vez, houvesse políticas sociais diretas na república colombiana ligadas a um intenso processo de modernização (BUSHNELL, 2012, p. 267-269). Entre outras ações, em seu governo ocorreu a separação entre Estado e religião, onde sem negar o catolicismo, fez questão de definir a soberania do Estado e de explicitar os rumos desejados para a “nação colombiana” (BUSHNELL, 2012, p. 269).

Nesse cenário, investir em novas práticas culturais como forma de idealizar a identidade nacional colombiana, foi um dos caminhos seguidos pelo governo Pumarejo. No aniversário de quatrocentos anos de Bogotá, o esporte surgiu como uma alternativa para se pensar o nacionalismo. Para isso, ocorreu a recuperação de símbolos da libertação do país, tendo sido Simón Bolívar eleito para dar nome aos jogos.

Os Jogos Bolivarianos foram idealizados em 1936, após o dirigente esportivo colombiano Alberto Nariño Chayne conseguir junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) a aprovação para realizá-los (ACOSTA, 2013). Para colocar a ideia em prática, foram realizadas várias obras públicas na capital do país, além de terem sido construídos os estádios Nemesio Camacho (*El Campín*) e Alfonso López Pumarejo (Estádio Olímpico da *Universidad Nacional de Colombia*) (ACOSTA, 2013, p. 44).

O evento pôde representar uma forma de difusão do nacionalismo colombiano no contexto latino-americano e no Caribe, assim como um fortalecimento do sentimento de identidade pelo qual possuíam os países da região.

COMPARANDO BRASIL E COLÔMBIA

Ao realizarmos essa investigação histórica comparada pretendemos responder a algumas questões. Mesmo se tratando, como já explicitado, de um trabalho ainda embrionário, se faz possível prospectar algumas hipóteses sobre os objetos até aqui apresentados. Tendo como base as fontes até aqui já analisadas (notadamente periódicos), assim como as bibliografias já existentes sobre a temática que foram problematizadas, defendemos a hipótese que tanto os Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922 no Rio de Janeiro quanto os Jogos Bolivarianos de 1938 em Bogotá foram importantes na construção e difusão das “ideias de nação” no Brasil e na Colômbia.

Por que o esporte foi mobilizado para se comemorar datas festivas, como o centenário da independência do Brasil ou os quatrocentos anos da capital colombiana Bogotá? Como se torna possível pensar as nações brasileira e colombiana pelos eventos esportivos? Como esses eventos foram utilizados politicamente nesse processo de “construção da nacionalidade”? E por que, em ambos os países, os eventos esportivos foram realizados com outros países do continente em que estão

inseridos, como forma de se pensar as nações brasileira e colombiana? Essas são as principais questões que estamos problematizando nesta investigação.

Na primeira questão, podemos definir como hipótese que o esporte foi uma ferramenta importante para fazer parte das comemorações de Brasil e Colômbia, dada a difusão que as práticas esportivas alcançaram nos dois países nos momentos em que os eventos foram realizados. Tendo como base a definição de campo esportivo proposta por Pierre Bourdieu (2003), entendemos que tanto em um país quanto no outro, o campo esportivo já se encontrava em pleno desenvolvimento nas sociedades durante as festividades realizadas. Sendo assim, dentro de um processo de modernização cultural, o esporte se inseriu como uma das ferramentas possíveis para se pensar a nação.

Em relação aos segundo e terceiro problemas apresentados, podemos afirmar que ambos se complementam, pois entendemos que a realização de um evento esportivo que pense a “nação” se enquadra perfeitamente nos rumos políticos que ambos os países buscavam no momento de suas realizações. No caso do Brasil, a realização dos “Jogos do Centenário” é fruto dos ideários políticos do período que buscavam pensar o Brasil enquanto uma nação moderna, se desvinculando do passado colonial e consolidando, de diferentes formas, a identidade nacional brasileira. Já na Colômbia, com a chegada dos liberais ao poder na década 1930 (e principalmente durante o primeiro governo de López Pumarejo (1934-38), quando ocorreram os Jogos Bolivarianos), houve uma forte mudança política no país para se desvincular de tradições construídas até então pelo Partido Conservador, tendo o esporte sido incluído nesses novos rumos.

Em nossa última questão, podemos apontar hipóteses diferentes para os objetos aqui analisados. Consideramos que os jogos de 1922 realizados no Rio de Janeiro foram uma forma de difundir a imagem da nação brasileira para os países vizinhos da região. Tendo em vista o afastamento do país do restante do continente, considerando que só posteriormente que o Brasil reconheceria a ideia de fazer parte da “América Latina” (BETHEL, 2009), as comemorações de 1922 representaram também uma grande oportunidade diplomática de demonstrar a importância da “nação” brasileira no contexto sul-americano. Já nos jogos de 1938 na Colômbia, entendemos como hipótese que os motivos que fizeram com que o governo colombiano idealizasse uma disputa com outros países da região foi a identidade em comum que todas essas “nações” possuíam, que era o fato de terem sido “libertadas”, em suas independências, sob liderança de Simón Bolívar. Com isso, o fortalecimento do sentimento nacionalista colombiano pelos Jogos Bolivarianos se deu a partir de um sentimento identitário presente também nas outras nações que participaram da disputa em questão.

Portanto, concluímos este texto com mais perguntas do que respostas até o momento. Todavia, destacamos que a pesquisa está em fase de avanços e que, a partir das fontes aqui apresentadas, nos permitirá um olhar mais aprofundado sobre os objetos que buscamos estudar, sendo nesse aspecto a comparação uma fértil

opção metodológica para entendermos melhor dois cenários presentes no contexto sul-americano em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Andrés. Elementos sociohistóricos intervinientes en la construcción de los estadios Alfonso López e El Campín para los primeros Juegos Bolivarianos: Bogotá, 1938. *Revista Colombiana de Sociología*, Bogotá, v. 36, n. 01, p. 43-62, jan-jun 2013.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul.-dez. 2009.

BUSHNELL, David. *Colômbia: una nación a pesar de si misma – nuestra historia desde los tempos pré-colombianos hasta hoy*. Bogotá: Planeta, 2012.

BOOTH, Douglas. From allusion to causal explanation: the comparative method in sports history. *International Sports Studies*, v. 22, n. 2, p. 5-20, 2000.

BORJA GÓMEZ, Jaime; RODRÍGUEZ JÍMENEZ, Pablo (orgs.). *Historia de la vida privada en Colombia: Los signos de la intimidad (siglo XX)*. Bogotá: Taurus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista? In: _____. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim do século, 2003, p. 181-204.

CANCELLA, Karina. *O esporte e as forças armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

CARMONA, Darío. *Política y caudillos colombianos en la caricatura editorial, 1920-1950*. Medellín: La Carreta Editores, 2009.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

DRUMOND, Maurício. Os jogos esportivos do centenário: o ponto de vista da política. In: MALAIA, João; MELO, Victor (orgs.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 15-36.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise dos anos 20. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras “connected histories”. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, 2001.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção de tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Saraiva de Bolso, 2012.

HYLTON, Forrest. *A Revolução colombiana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY,

Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MALAIA, João. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. 2010. 501 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. A história econômica entra em campo: o Rio de Janeiro e as competições esportivas internacionais de 1919 e 1922. *Revista de Economia Política e História Econômica*, Ano 9, n. 27, 2011a.

_____. Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro no Centenário de 1922: olhares sobre a política de um projeto de unificação e celebração da nação através do esporte. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: ANPUH, P. 1-16, 2011b.

_____. Diplomacia do pé. O Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922. *Tempo e argumento*. v. 3, p. 43-76, 2011c.

_____. O Rio de Janeiro e os jogos de 1922: economia de um projeto esportivo. In: MALAIA, João; MELO, Victor (orgs.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 58-80.

MALAIA, João; MELO, Victor (orgs.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

MEJÍA, Álvaro. López Pumarejo la Revolución en marcha. *Nueva Historia de Colombia. Historia Política I 1886-1946*. Bogotá: Planeta, 1989, p. 179-210

MELO, Victor Andrade de. *Esporte e lazer: conceitos – uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

_____. O esporte e sua história: desafios para uma compreensão ibero-americana. In: MELO, Victor (org.). *O esporte no cenário ibero-americano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 15-24.

MELO, Victor; DRUMOND, Maurício; FORTES, Rafael; MALAIA, João. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

MORAES, Hugo. *Jogadas Insólitas: amadorismo e processo de profissionalização do futebol carioca (1922-1924)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

MOTTA, Marly. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992a.

_____. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992b.

PEREIRA, Leonardo. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

QUITIÁN, David. Deporte y modernidad: caso Colombia. Del deporte en sociedad a la deportivización de la sociedad. *Revista Colombiana de Sociología*, Bogotá, v. 36, n. 01, p. 19-42, jan-jun 2013.

PATIÑO, Jorge. *La política del sport: elites y deporte en la construcción de la nación colombiana, 1903-1925*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Políticos) – Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009.

TORRES, César. *Jogos Olímpicos Latino-Americanos – Rio de Janeiro, 1922*. São Paulo: CBAT, 2012.

URREGO, Miguel. *Intelectuales, Estado y Nación en Colombia*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2002.

A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE 1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE.

Marcos Antonio de Menezes
(UFG/Jataí)

Pós-doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, professor associado da Universidade Federal de Goiás - UFG, atuando na Graduação, no Curso de História da Regional Jataí e na Pós-graduação em História (Mestrado e Doutorado) na Regional Goiânia. É autor de *O poeta da vida moderna: história e literatura em Baudelaire*. Curitiba, PR: CRV, 2013. Este artigo foi apresentado originalmente como comunicação no II Simpósio Internacional de História da universidade estadual de Goiás em Pires do Rio realizado de 8 a 11 de maio de 2018. Contato: pitymenezes.ufg@gmail.com.

RESUMO: Nosso objetivo neste é expor representações sobre as revoltas francesas de 1848 presentes em algumas poesias de Charles Baudelaire (1821-1867) reunidas em seu único livro de poesias – *Les Fleurs du Mal* – editado pela primeira vez em 1857. Baudelaire produziu sua obra literária em um período (1840-1866) da história francesa em que a arte e a política estavam entrelaçadas; por isso, críticos, governo, todos tendiam a ver nas artes uma forma engajada de expressão, o que fez cair sobre o mundo artístico forte censura e repressão. Após 1848, políticos conservadores assumiram o poder na maioria dos países da

Europa: Napoleão III na França, Bismark na Alemanha, os novos *tories* dirigidos por Disraeli na Inglaterra. Essa nova direita, autoritária e popular, considerava necessário um controle direto do Estado sobre a sociedade. Para adentrar a este cenário de rápidas mudanças políticas ocorridas no ocidente nas décadas de 1830 a 1865 o pesquisador das ciências sociais pode escolher vários caminhos e ferramentas. Particularmente escolho a análise de textos literários de romancistas/poetas. O poeta Baudelaire mostra o mundo fragmentado, criado pelo sistema capitalista, no qual o sujeito histórico sente a sua identidade estilhaçada ao submeter-se às regras da dinâmica social (tudo na sociedade é visto como mercadoria). Até mesmo o poeta passa a vender os seus versos, devido ao processo de uma dupla metamorfose: da transformação da palavra em mercadoria e da transformação do poeta em mero operário das letras.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução; Representações; Baudelaire; Política; História;

ABSTRACT: Our aim here is to present representations of the French revolts of 1848 present in some of Charles Baudelaire's poems (1821-1867), which were collected in his only book of poems - *Les Fleurs du Mal* - first published in 1857. Baudelaire produced his literary work in a period (1840-1866) of French history in which

art and politics were intertwined; therefore, critics, government, all tended to see in the arts an engaged form of expression, which caused a strong censorship and repression to fall on the artistic world. After 1848, conservative politicians took power in most European countries: Napoleon III in France, Bismark in Germany, the new Tories led by Disraeli in England. This new right, authoritarian and popular, considered a direct control of the state over society. To enter into this scene of rapid political change in the West in the 1830s to 1865, the social science researcher can choose various paths and tools. Particularly I choose the analysis of literary texts of novelists / poets. The poet Baudelaire shows the fragmented world, created by the capitalist system, in which the historical subject feels his identity shattered when he submits to the rules of social dynamics (everything in society is seen as a commodity). Even the poet starts to sell his verses, due to the process of a double metamorphosis: from the transformation of the word into merchandise and from the transformation of the poet into mere worker of letters.

KEYWORDS: Revolution; Representations; Baudelaire; Politics; Story;

Na França, onde as revoltas ganharam ares de revolução e o berço foi, sobretudo Paris, onde na década de 1848, ainda, uma revolução com ares socialista teria lugar. Os movimentos revolucionários da década de 1840 são fruto da tradição política que, na França, remonta à grande Revolução de 1789. O povo ainda acreditava na possibilidade de um governo popular emergir das lutas sociais, mas as sucessivas derrotas da classe operária parisiense e a ação repressora dos governos burgueses remeteram, para a clandestinidade, tudo e a todos que lhes fizeram oposição. Este cenário de rápidas mudanças políticas pode ser revisitado pelo pesquisador das ciências sociais por vários caminhos e se usando diferentes ferramentas teórico metodológicas. Particularmente escolho a análise de textos literários de romancistas/ poetas e a história social da cultura e da arte. Nosso objetivo é expor as representações, das revoltas de 1848 na França, presentes em algumas poesias de Charles Baudelaire (1821-1867).

O corpus de textos baudelairianos que vamos analisar pode ser dividido em duas categorias: textos redigidos durante os acontecimentos de fevereiro e junho de 1848; e aqueles escritos após o Golpe de Estado de 1852 e que fazem um balanço dos acontecimentos e da participação do próprio poeta na Revolução; a estes vão se somar outros produzidos por terceiros sobre a conduta do poeta no curso dos acontecimentos políticos de fevereiro e junho de 1848. Baudelaire produziu sua obra literária neste período da história francesa em que a arte e a política estavam entrelaçadas; por isso, críticos, governo, todos tendiam a ver na arte uma forma engajada de expressão, o que fez cair sobre o mundo artístico forte censura e repressão.

Em 24 de fevereiro, data em que o rei Luís Filipe foge e deixa vago o trono, Baudelaire – de gravata vermelha – volta às ruas para lutar junto aos insurretos e,

ao ver seu padrasto – o general Aupick¹ –, chama a multidão para matá-lo. “É preciso fuzilar o general Aupick”, gritava ele, ensandecido. Não é atendido; a multidão não tem os mesmos motivos para odiar o general. Esta cena é descrita em tom de anedota por Claude Pichois em sua antologia de 1957, *Baudelaire devant ses contemporains*. Ao passar a ideia de um jovem que, em meio aos acontecimentos revolucionários, quer tão e somente se livrar do padrasto com quem tinha uma relação conflituosa, Pichois contribui com análises que veem os intelectuais boêmios do período como descomprometidos e não faz jus ao próprio caráter do poeta Baudelaire. Anotações como estas viraram palavra de ordem para definir o engajamento político do poeta Baudelaire e ao longo do século XX marcando a recepção conformista dada ao poeta pelos críticos. Pouco importando o fato dele ter permanecido nas ruas e na luta até os dias mais sangrentos e ter vivenciado toda a agitação de fevereiro, maio e junho: meses das maiores manifestações populares da revolução. Tal definição não só serviu como chave de leitura de sua biografia e obra como definiu, também, a história da boêmia de 1848 como um todo.

Para Jerrold Seigel, “por si mesmo, o envolvimento de Charles Baudelaire no boemismo poderia ser o suficiente para assinalar a posição importante da boemia no desenvolvimento da literatura modernista” (SIEGEL, 1992, p. 101). Durante toda a vida, Baudelaire compartilhou da boemia: muitos amigos do poeta vieram deste mundo. Frequentando esses círculos e cafés, retira deste ambiente a química para adubar seu jardim; muitas de suas “flores” aí nasceram. Mas, há uma outra imagem de Baudelaire bem mais perturbadora e oposta a esta. Gustave Le Vavas seur, amigo do poeta, narra que há 26 de junho de 1848 encontrou-o participando, como insurgente, nas jornadas de junho.

Estávamos no Louvre, em guarda [...] durante as jornadas de junho. Logo após a rendição do Faubourg Saint-Antoine, ou seja, em 26 de junho, saímos para reconhecer o terreno e obter informações. Encontramos, no jardim do Palais-Royal, um integrante da guarda nacional de nosso país, e o levamos para beber algo. Na diagonal mesma em que seguíamos para chegar ao café de Foy avistamos, vindo em nossa direção, dois personagens de aparências diversas: um estava nervoso, excitado, febril e agitado, o outro calmo, quase distraído. Eram Baudelaire e Pierre Dupont. Entramos no café. Eu nunca vi Baudelaire em tal estado. Ele discursava, declamava, exaltava-se e preparava-se para enfrentar o martírio: ‘Acabaram de prender De Flotte, dizia. Terá sido porque suas mãos cheirava a pólvora? Mas sintam o cheiro das minhas!’ . Em seguida os arroubos socialistas, a apoteose da bancarrota social etc. Não havia nada que Dupont pudesse fazer. De que modo nossas prudências normandas tiraram nosso amigo daquela enrascada? Já não me lembro mais. Penso, porém, que a insígnia de meu amigo da guarda nacional exerceu um papel importante e salutar na pequena comédia da salvação. A despeito do que se possa pensar da coragem de Baudelaire, naquele dia ele foi

1 AUPICK, Jacques (1789–1857). General de Luís Filipe que serviu ao governo revolucionário e a II república. Foi embaixador em diversos países e, posteriormente, trabalhou para o estado no II Império. A mãe de Baudelaire casara-se com o general quando ele tinha 5 anos. O padrasto manda-o para um colégio interno, tirando-o de perto da mãe: a mulher que ele mais amava. Este trauma marca toda a vida da criança e do adulto e faz com que Baudelaire nutra um ódio mortal pelo general.

Voltaremos a esta passagem mais adiante, aqui só a introduzimos para mostrar que a crítica preferiu ficar com as observações de Pichois, mas que não são as únicas a descrever o poeta durante os dias revolucionários do primeiro semestre de 1848. Sobre a boemia concordamos que de fato ela foi o exílio – quase natural – daqueles cuja conduta era considerada desviante. Para Marx, a boemia é o lugar dos conspiradores profissionais, aqueles indivíduos que, em vez de revolucionarem as estruturas da sociedade, estão apenas a serviço da derrubada do próximo governo. Mas não é correto associar os intelectuais que nos anos do fim da década de 1840 frequentavam o mundo boêmio de Paris com aqueles que, como afirma Marx, estavam nestes lugares para vender sua força de trabalho para qualquer golpista. Foi aí que Luiz Napoleão recrutou os membros de sua *Sociedade 10 de Dezembro* que o ajudaram no *coup d'État* e a continuar no Governo da França após 1851.

Baudelaire não tem, para alguns, só semelhança com aqueles que estavam à disposição de qualquer rebelião, mas sim a imagem de um intelectual engajando com as reivindicações populares. Benjamin aponta semelhanças entre Baudelaire e Blanqui, que foi um dos principais líderes da esquerda no século XIX. Segundo Benjamin, “rememorar a fisionomia de Baudelaire significa falar da semelhança que ela exhibe com esse tipo político” (BENJAMIN, 1995, p. 13). Considera ele que os escritos de Baudelaire estão carregados de um jogo provocador e que o poeta tudo faz para desagradar. Se como aponta Benjamin as ações de Blanqui teriam sido irmãs do sonho de Baudelaire e se seu comportamento suicida, na passagem citado por Le Vavas seur, faz lembrar aquele, então, a última estrofe da poesia “Negação de São Pedro” pode ser na prática o sonho de Baudelaire equiparando-se às ações do revolucionário Blanqui.

– Quanto a mim, isto é certo, eu saio satisfeito.

Deste mundo onde o sonho e a ação vivem a sós;

Possa eu usar a espada e a espada ser-me o algoz!

São Pedro renegou Jesus... pois foi bem-feito! (BAUDELAIRE, 1855, p. 417-418)

A negação de São Pedro - v. 29 - 32

Leitor de Marx, Dolf Oehler é o crítico que vai desenvolver julgamento similar ao do pensador alemão – sobre o papel dos boêmios na história política da França em 1848 (OELHER, 1997). Nesse sentido, afirma Oehler: “o isolamento do boêmio e o ódio à burguesia têm correspondência política no motim, sobretudo se ele é uma revolta espontânea, quase instintiva contra a opressão e não tem uma idéia clara” (OELHER, 1997, p. 50). Seu argumento vai ao encontro não só dos pensamentos de Marx, como também dos de Benjamin e de Seigel: para eles, não havia muita consistência política na

boemia. Mas, este meio inconsistente abrigou uma intelectualidade que experimentou a revolução e a derrota num ambiente declaradamente burguês. Oehler aponta como a ‘recepção conformista’ feita pela crítica acerca da atuação de Baudelaire em 1848 impede ver o intelectual engajando na política de esquerda de seu tempo que teria sido Baudelaire (OELHER, 2010, p. 27).

Ao dizer “recepção conformista”, não me refiro apenas à recepção do público conservador, penso também na leitura que a maior parte dos intelectuais de esquerda, a começar por Aragon e Sartre, fez da obra de Baudelaire (OELHER, 2010, p. 27).

Mais tarde, as derrotas a que foram submetidos os revolucionários de Paris acabaram por criar nos boêmios um lento e gradual afastamento do mundo político e fizeram com que a raiva deles em relação à burguesia dirigente aumentasse. Em 1860 – afastado da Comuna há mais de 12 anos –, Baudelaire buscou compreender a participação dele e as consequências do movimento tanto para a arte por ele produzida como para o povo francês. Depois de tanta censura, do medo das artes tocarem no “trauma de 1848” e na derrota do povo, só restava aos artistas falarem do ocorrido por intermédio de códigos e alegorias. Neste sentido, Dolf Oehler propõe uma analogia entre o poema *A uma passante*, de Baudelaire – do bloco dos *Quadros Parisienses* –, com o quadro de Delacroix *A Liberdade Conduzindo o Povo*² (1830) e com os acontecimentos da Revolução de 1848. “Em meio aos gritos e uivos da rua surge diante do melancólico a viúva que passa em toda sua majestade e o tira de seu *spleen* – ela é como a *Liberté* de Delacroix ao gosto do dândi e teórico da modernidade Charles Baudelaire” (OEHLER, 1992, p. 105-106).

A cidade por onde vaga o melancólico, 12 anos depois de sua “satisfação” revolucionária – longe de ser tumultuada pelas cenas “alegres” da guerrilha –, é agora povoada por uma gente apressada que mal para nos cruzamentos para dar passagem aos veículos. Só resta ao poeta – *flâneur* ruminar o passado: Baudelaire ensaia, então, golpes – como um esgrimista – que possam abrir caminho e em meio à multidão ele percorre os subúrbios parisienses em busca de versos e de rimas:

Exercerei a sós minha estranha esgrima,
Buscando em cada canto os acasos da rima,
Tropeçando em palavras como nas calçadas,

2 *A Liberdade Conduzindo o Povo* (1830), quadro de Eugène Delacroix, no museu do Louvre, Paris. O quadro foi inspirado na história contemporânea. “Delacroix, aristocrata exigente, geralmente desconfiava das explosões de sentimento popular, mas, dessa vez, sentiu talvez que uma revolução na arte estaria ligada à ampliação da liberdade política. Detestara profundamente o governo de Carlos X, que recusara-se a comprar qualquer dos seus trabalhos (o novo governo comprou esse quadro e concedeu ao pintor a Legião de Honra). Delacroix havia ingressado na Guarda Nacional e talvez tenha assistido a algumas lutas próximas ao rio, de forma semelhante à cena que pintou.” (POOL, Phoebe. Delacroix. Rio de Janeiro/Londres: Ao Livro Técnico/ Hamlyn, 1987, p. 12).

Em 1848, o poeta, “na balbúrdia, experimenta a sensação excitante de que tudo é permitido, de que os credores vão rasgar as inúteis promissórias, de que os oficiais de justiça não causarão medo a ninguém, de que os pagamentos estão suspensos, de que a justiça está em férias (TROYAT, 1995, p. 127). Depois do Golpe de Estado de 1851, só resta ao melancólico o desprezo: “A minha raiva contra o Golpe de Estado. Quantos tiros! Mais um Bonaparte? Que vergonha!” (BAUDELAIRE, 1994, p. 74). Assim, após ter se envolvido com a Revolução de 1848, Baudelaire – durante os anos de “calmaria” do Segunda Império – desinteressa-se pela política, mas trabalha para vários jornais de organizações partidárias.

A rejeição de Baudelaire à política viera em 1851, depois do “golpe de Estado” de Luís Napoleão. A revolução tinha se tornado impossível, pois a vida política na França estava absolutamente falida. Sob estas condições, a retirada de Baudelaire da política poderia ser considerada a única forma possível de ele resguardar a si mesmo e a obra. Para se preservar o conteúdo radical da linguagem filosófica e poética, poderia tornar-se necessário continuar a luta, exclusivamente, no universo das ideias. Isso porque a situação histórica nega toda a possibilidade de satisfazer aquele conteúdo quando a sociedade está ativamente engajada em suprimi-lo. Ou, para inverter a tese de Marx: quando não há propósito em se tentar modificar o mundo, são apenas os poetas que podem interpretá-lo.

Em 1851, o poeta talvez estivesse descontente com o lojista e com as aspirações pequeno-burguesas. O artista burguês ainda dominava o centro do palco, e o lojista suado carregou Napoleão triunfalmente, e não Delacroix – aqueles que se opunham pareciam ter, agora, mais visibilidade. A crítica velada e a visão da sociedade naqueles anos do Segundo Império que Baudelaire desenvolve são influências de seus muitos amigos, que como ele, estavam no submundo boêmio. Daumier – o amigo caricaturista – influenciara Baudelaire, assim como Proudhon. Mas aquele era diferente deste: Baudelaire tinha confiança nas aversões dele: havia alguma coisa sã no sorriso, no extremismo absoluto de Daumier; havia alguma coisa profundamente atraente no isolamento de Daumier em direção à *Île Saint-Louis*. Ninguém poderia ser mais chegado ao pânico, à exaltação do que Daumier; contudo, ninguém representava a burguesia com mais crueldade. Essa visão de Daumier Baudelaire desenvolve em *Quelques caricatures français*.

Folheiem essa obra e, em sua fantástica e impressionante realidade, verão desfilar tudo o que uma cidade grande contém de monstruosidades vivas. Tudo o que ela encerra de tesouros assustadores, grotescos, sinistros e burlescos: Daumier o conhece. O cadáver vivo e esfaimado, o cadáver gordo e saciado, as ridículas misérias domésticas, todas as tolices, todos os orgulhos, todos os entusiasmos, todos os desesperos do burguês, nada disso falta. Ninguém conheceu e amou (à maneira dos artistas) tanto quanto ele o burguês, esse último vestígio da Idade Média, essa ruína gótica de vida tão resistente, esse tipo ao mesmo tempo tão

comum e tão excêntrico. Daumier vive intimamente com ele, espreitou-o dia e noite, aprendeu-lhe os mistérios da alcova, ligou-se à sua mulher e aos filhos dele, sabe-lhe a forma do nariz e a construção da cabeça, sabe que espírito anima a casa de alto a baixo (BAUDELAIRE, 1995, p. 755).

Penso que este é o tributo crucial a Daumier. Ele significou muito para Baudelaire. Mas, sobretudo, ele era o antiburguês, o crítico cujo sorriso irônico não podia ser ignorado. Daumier ensinara Baudelaire a observar “tudo que uma grande cidade contém de monstruosidades vivas”. Foi um dos que mais influenciaram Baudelaire a ser o poeta da cidade: combinar o prosaico com o extraordinário, ver o sórdido e o absurdo na conduta humana, colocar o monstruoso e o patético em contato. Tais aspectos presentes na obra de Daumier se concretizaram, também, na poética baudelairiana. No poema *As velhinhas*, da série *Quadros Parisienses*, esta característica pode ser vista com clareza:

No enrugado perfil das velhas capitais,
Onde até o horror se enfeita de esplendores,
Eu espreito, obediente a meus fluidos fatais,
Seres decrepitos, sutis e encantadores.

Esses monstros já foram mulheres um dia,
Eponina ou Laís! Recurvas ou corcundas,

Amêmo-los assim – almas em agonia!

Sob os frios andrajos e as saias imundas (BAUDELAIRE, 1995, p. 334-335).

As velhinhas, v. 1–8.

Antes de 1851, Baudelaire deu ao amigo Daumier um presente – a cópia de um poema chamado *Le vin des chiffoniers* (O vinho dos trapeiros). Era a primeira versão do poema, dentre muitas, antes da publicação definitiva em *As Flores do Mal*. O manuscrito que deu ao amigo e a versão que terminara para *As Flores do Mal* são diferentes: o de *As Flores do Mal* é mais curto e rápido, o advérbio de abertura – *Souvent* – encurta a descrição porque exige um evento, que é, então, mantido por quatro linhas. Estas, por sua vez, vêm carregadas de complexidade, sintaxe dançante. Na poesia de Baudelaire, a exatidão e a estranheza geralmente caminham juntas; a mais curta expressão é hiperbólica.

Muitas vezes, à luz de um lampião sonolento,
Do qual a chama e o vidro estalam sob o vento,
Num antigo arrabalde, informe labirinto,

Onde ferve o povo anônimo e indistinto,

Vê-se um trapeiro cambaleante, a fronte inquieta,
Rente às paredes a esgueirar-se como um poeta,
E, alheio aos guardas e alcagüetes mais abjetos,
Abrir seu coração em gloriosos projetos.

Juramentos profere e dita leis sublimes,
Derruba os maus, perdoa as vítimas dos crimes,
E sob o azul do céu, como um dossel suspenso,
Embraga-se na luz de seu talento imenso (BAUDELAIRE, 1985, 378–379).

O vinho dos trapeiros, v. 1–12.

No poema, a imagem do poeta e do trapeiro aparecem sobrepostas: o poeta, ele mesmo, é um habitante da cidade. Marginalizado pelo mercado, ele vaga pelas ruas da metrópole em busca dos “acazos da rima”, assim como o trapeiro cata os restos da sociedade burguesa. Como em outros poemas sobre a cidade, aí aparece uma metáfora que sugere uma espécie de luta de classe disfarçada.

Voltemos à leitura da descrição que faz Le Vavasqueur de Baudelaire nos dias de junho de 1848. O que vemos é um Baudelaire disposto a lutar pelas conquistas de fevereiro e se o amigo Dupont, autor do *Chant des Ouvriers*, o faz companhia, não parece ser este que impõe ao poeta a missão de lutar, o contrário parece ser o mais verdadeiro. Em pleno café de Foy, quando a reação parece já ter dominado os insurretos, vociferar contra os vencedores, creio ser uma opção consciente de quem não concordava com os rumos da política àquela altura.

Longe de delegar a ação aos revolucionários profissionais, o próprio Baudelaire pegou em armas: tanto em junho como em fevereiro, e também mais tarde, por ocasião do golpe de Estado de Louis Bonaparte. Ao contrário de seu amigo Flaubert, Baudelaire não assistiu como testemunho a todos os conflitos de seu tempo, mas participou deles ativamente, e sempre do lado dos insurgentes (OEHLER, 2010, p. 29).

Jean-Paul Sartre – em dois estudos sobre a literatura do século XIX – analisa a poética de Baudelaire. Em *Idiot de la famille* (SARTRE, 1971-2), ao discutir a recepção de Flaubert pelo público literário burguês do Segundo Império levanta a hipótese de que a neurose do escritor encontrara paralelo na do público, o que provocara uma recepção favorável àquele autor. Para ele, após 1848, o burguês se transformou num misantropo e pessimista radical, e isso o tornaria, posteriormente, irmão de escritores como Gustave Flaubert e Charles Baudelaire – que teriam uma *vision du monde* altaneira e hostil e que percebiam o mundo como fonte do mal absoluto. A

essa literatura, Sartre dá o nome de *arte-névrose*, e seu êxito estaria no fato de fazer com que o ódio por ela gerado ficasse num plano genérico e não tocasse no que ele denomina “trauma de 1848”. Sua análise leva a crer que Flaubert e Baudelaire não se deram conta da revolução.

Em *Baudelaire*, Sartre (1949) parte da análise das correspondências e da poesia daquele autor para explicar qual teria sido a experiência do poeta de *As flores do mal*. Tenta determinar qual foi a vocação, o chamado, o destino de Baudelaire, e se sua poesia é veículo de uma mensagem e de qual mensagem. O filósofo desmistifica o fato de que a vida “miserável” do poeta teria condicionado sua obra: “No tuvo la vida que merecía’. De esta máxima consoladora, la vida de Baudelaire parece una magnífica ilustración” (SARTRE, 1949, p. 11). Para Sartre, seria “falso ver sólo ‘mala suerte’ en una vida que, en resumidas cuentas, revela participar del mito en el sentido más elevado, si es cierto que el héroe mítico es un ser en quien la fatabilidad se conjuga com la voluntad y que parece obligar al destino a modelar su estatua” (SARTRE, 1949, p. 10). Sua conclusão nos leva a crer que cada fato na vida do poeta foi por ele planejado, que nada estaria fora de seu controle, como se fosse possível a um único destino estar livre do redemoinho de mudanças que assolou o século XIX.

Y esa es, sin duda, su singularidad, aquella ‘diferencia’ que buscó hasta la muerte y que sólo podía manifestarse a los ojos de los demás: fue una experiencia aislada, algo como el bomunculus del Segundo Fausto, y las circunstancias casi abstractas de experiencia le permitieron demostrar con brillo inigualable esta verdad: la elección libre que el hombre hace de sí mismo se identifica absolutamente con lo que llamamos su destino. (SARTRE, 1949, p. 126).

O crítico norte-americano Harold Bloom não concorda com a assertiva de Sartre e, em sua obra *Gênio*, escreve: “Pode ter existido pessoa assim? Pode um poeta rejeitar a experiência de ler os seus precursores? Terá Victor Hugo sido uma circunstância pela qual Baudelaire foi ‘inteiramente e conscientemente responsável’?” (BLOOM, 2003, p. 488). Bloom chama por Valéry – respeitável teórico –, que, segundo ele, pensa de modo diferente. A hipótese de Sartre também é refutada pelo ex-aluno de Adorno, Dolf Oehler, em estudo de 1997. Para Oehler, Flaubert e Baudelaire compõem o que se denomina “estética antiburguesa”. Em *Quadros parisienses*, Oehler revela como Baudelaire, Heine e Daumier falam da insatisfação das classes dominantes em relação às próprias posições – tão contrárias! – ao que elas acreditavam professar. Com base em muita pesquisa histórica, Oehler – que segue as pegadas de Walter Benjamin – faz uma leitura cuidadosa dos textos da época, cruza informações e retira conclusões que ampliam a visão de Adorno, para quem Baudelaire quis, com sua máscara trágica, despertar o brio dos contemporâneos. Oehler usa a afirmação de Walter Benjamin de que Baudelaire teria sido “um agente secreto – um agente da insatisfação secreta de sua classe com sua própria dominação” (OEHLER, 1997, p. 16) – e a complementa. Segundo ele, tal afirmação é, ao mesmo tempo, abrangente – por incluir todos os escritores de talento desde a passagem do século XVIII para o XIX até os dias de hoje – e limitada – porque Baudelaire teria sido mais que um porta-voz

da insatisfação da burguesia consigo mesma.

Oehler traça não só um panorama do século XIX, como também da obra de Baudelaire, que, para ele, “foi um posto avançado na guerra da liberdade em que os beligerantes, sobretudo aqueles que pugnavam pela emancipação, não conheciam a si mesmos. Uma guerra na qual ‘o povo’ não sabia distinguir entre amigos e inimigos e não tinha uma noção clara do objetivo da luta” (OEHLER, 1997, p. 16). No dizer de Oehler, Baudelaire assumira a causa da revolução bem antes das lutas de fevereiro de 1848, e ela estaria no centro de sua poesia. Oehler, tal qual Benjamin, encontra semelhanças entre Baudelaire e o revolucionário Blanqui, principal líder da oposição francesa na década de 1840 e, a exemplo de Baudelaire, um dos frequentadores do mundo boêmio.

Oehler indica os trabalhos de Jean-Paul Sartre como os únicos em que há uma observação sistemática da relação entre literatura e burguesia no século XIX. Cita *Le idiot de la famille e Baudelaire* para afirmar que Sartre classifica de *art-névrose* os trabalhos de escritores como Flaubert, Baudelaire, Gautier, Leconte de Lisle, Banville e Goncourt, e até de Mallarmé. Ele discorda de Sartre acerca da amplitude histórico-ideológica dos melhores textos da *art-névrose*. Segundo Oehler, Sartre não se dera conta de que a correlação entre patologia individual e patologia social desempenha um importante papel na concepção e produção das obras da *art-névrose*, e não só em sua recepção. Daí ele querer expor,

contra Sartre, a seguinte tese: o jogo sistemático das correlações entre psique individual e social ou de classe constitui o princípio de composição das obras mais bem-sucedidas dessa literatura, à qual chamei de “estética antiburguesa”. Isso significa que, segundo sua intenção, tais textos não são parte da falsa objetividade, da ideologia negativa da segunda metade do século, conforme critério adotado por Sartre – que toma, aqui, a recepção pelo conteúdo –, pois eles não a (re) produzem, mas a refletem. Ademais, isso significa que a relação entre neurose subjetiva e objetiva deve ser novamente descrita à luz desses textos, menos como uma relação temporalmente posterior (OEHLER, 1997, p. 16).

Para Oehler, após 1848, representantes da *art-névrose*, como Flaubert e Baudelaire, ao analisarem o próprio malogro no contexto do fracasso da revolução, conseguem encontrar – dentre os de sua classe – elementos da própria neurose que seriam responsáveis, também, pela catástrofe histórica. Revelam, assim, uma relativa universalidade e representatividade da própria estrutura psíquica. Para driblar a censura imposta por Napoleão III, durante o *Second Empiré*, tais escritores teriam transvestido “os temas tabus da recente história francesa com relatos românticos e poéticos, confissões, tocando no ponto nevrálgico dessa sociedade através de exposição de paixões privadas, aparentemente isoladas, de heróis exóticos, excêntricos ou anacrônicos” (OEHLER, 1999, p. 59).

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- BAUDELAIRE, Charles. *Escritos Íntimos*. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1994.
- BAUDELAIRE, Charles. Qualquer caricatura francesa. In: *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3ª ed. Obras escolhidas Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOOM, Harold. Os 100 autores mais criativos da história da literatura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- CREPET, E. *Charles Baudelaire*. Paris: Messein, 1906.
- JUNQUEIRA, Ivan. A Arte de Baudelaire. In: BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- OEHLER, Dolf. Art Névrose: análise sócio-psicológica do fracasso da revolução em Flaubert e Baudelaire. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1992, nº32, 1992, p. 99–110.
- OEHLER, Dolf. *O Velho Mundo Desce aos Infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de julho de 1848 em Paris*. São Paulo: Companhia das Letas, 1999.
- OEHLER, Dolf. *Quadros Parisienses (1830-1848)*. Estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine. São Paulo: Companhia das Letas, 1997.
- OEHLE, Dolf. “Loucura do Povo e Loucura da Burguesia”. Baudelaire: ator, poeta e juiz da revolução de 1848. In: *Literatura e Sociedade* nº 13, 2010, p. 26 - 35.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade: A França no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- POOL, Phoebe. Delacroix. Rio de Janeiro/Londres: Ao Livro Técnico/ Hamlyn, 1987.
- SARTRE, Jean-Paul. *Baudelaire*. Buenos Aires: Losada, 1949.
- SEIGEL, Jerrold. *Paris Boemia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa, 1830–1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TROYAT, Henri. *Baudelaire*. São Paulo: Scritta, 1995.

CONSERVADORISMO E PERSPECTIVA VARNHAGENIANA: ANÁLISE DE UM CONCEITO

Ingrid Silva Lucas

Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO
(Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro). Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: O presente trabalho busca, partindo do prisma da História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*) de Reinhart Koselleck, refletir e traçar uma discussão a respeito da possível compreensão da ideia de *Conservadorismo* atribuída ao historiador e diplomata brasileiro, Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878). Nesta perspectiva, discutiremos nas linhas a seguir como tal noção é assimilada no contexto do Império do Brasil.

Na busca de traçar um debate acerca das compreensões a respeito deste conceito no contexto oitocentista empreendemos levantar debates a respeito de como ideias primordiais para a análise do Conservadorismo, como a concepção de Revolução, por exemplo, recebeu uma força tal ao longo dos séculos XVIII e XIX que reconfigurou o *status quo* e os diálogos políticos, não só na Europa, mas no que concerne ao ocidente, de forma geral, caracterizando políticos, intelectuais, jornalistas, etc.

Neste sentido é importante ressaltar como, a partir dos conflitos e ideias aprofundadas entre *Velho e o Novo Mundo, a ordem de coisas se*

altera e os novos conceitos são cunhados e *ressignificados* ao longo dos séculos.

PALAVRAS-CHAVE: Conservadorismo – Revolução – Historiador - Conceito

ABSTRACT: From the perspective of Reinhart Koselleck's History of Concepts (*Begriffsgeschichte*), this paper seeks to reflect on and discuss a possible understanding of the idea of conservatism attributed to the Brazilian historian and diplomat, Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878). In this perspective, we will discuss in the following lines how such notion is assimilated in the context of the Empire of Brazil.

In the quest to draw a debate about the understandings about this concept in the nineteenth century we started to raise debates about how ideas primordial for the analysis of Conservatism, as the conception of Revolution, for example, received such a force throughout the XVIII and XIX that reconfigured the status quo and political dialogues, not only in Europe, but also in the West, in a general way, characterizing politicians, intellectuals, journalists, etc.

In this sense, it is important to point out how, from the conflicts and deep ideas between the Old and the New World, the order of things changes and the new concepts are coined and redefined over the centuries.

KEYWORDS: Conservatism – Revolution –

Historian – Concept

A palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente (...). Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único articulado ao momento de sua utilização. (KOSELLECK, R. 1992: 5)

1 | INTRODUÇÃO:

Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, amplamente conhecido por sua contribuição à historiografia brasileira, e por muitos tratado, por tal empenho, como “primeiro historiador brasileiro”.

Nasceu em Sorocaba-SP, filho do engenheiro alemão - o Coronel Frederico Luís Guilherme de Varnhagen e de D^a. Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade portuguesa. Coursou o Real Colégio Militar da Luz (Lisboa), matriculando-se, em seguida, na Academia da Marinha. Aderiu à causa do ex-Imperador D. Pedro I, na disputa pela coroa portuguesa, engajado no 2º Batalhão de Artilharia.

Promovido a oficial, ingressou na Academia de Fortificações, onde concluiu o curso de engenheiro militar em 1834. Estudioso da poesia medieval lusitana, frequentador das rodas literárias lisboetas, aproximou-se de Alexandre Herculano e do Cardeal D. Francisco de São Luís, o que lhe valeu uma recomendação para ter acesso aos arquivos da Torre do Tombo. Lá, ele iniciaria suas atividades na pesquisa documental, encontrando um tesouro praticamente intocado, que soube explorar como ninguém, conforme notou Capistrano de Abreu. (...) foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB, que nessa época havia iniciado um programa de investigação, subsidiado pelo governo imperial, enviando estudiosos aos arquivos europeus, a fim de coletar e extrair cópia de documentos e diplomas para a escrita da história pátria. (GUIMARÃES, Lucia M. P., 2016).

É igualmente conhecido pela descrição e/ou característica de *conservador* por aqueles que se debruçam sobre seu pensamento e obras.

Podemos perceber o destaque de tal característica *a posteriori* das contribuições varnhagenianas e de seu período, com destaque para uma historiografia que o compreende desta forma, direta ou indiretamente. Investigadores como Nilo Odália (1997), José Carlos Reis (2006), Antonio Paim (2011) e, em especial, Arno Wehling (2013) o constituem desta forma e tal concepção serve como elã desta análise.

Neste contexto, o principal elemento que percorremos neste artigo é justamente este conceito que é vastamente utilizado para caracterizá-lo, no entanto, ao mesmo tempo é de tão imbricada compreensão no contexto em que se insere o historiador: o Brasil do século XIX.

2 | CONTEXTO HISTÓRICO

Sem dúvidas, a fase que abarca o Período Regencial e o Segundo Império é bastante conturbado politicamente, e, ainda que se buscasse um apaziguamento

das tensões advindas das demandas sociais, estas perduravam; ainda que a figura imperial tenha amenizado tais questões.

A Regência, compreendida em quase dez anos da primeira metade do século XIX (1831-1840) se faz um excelente ponto de partida para levantarmos questionamentos relevantes que a História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*) nos auxiliará responder, ou melhor, a aprofundá-los. Destacamos tais pontos a seguir, pois estes se fazem importantes, uma vez que se é demasiadamente complicada a compreensão da linguagem política no Império sem o entendimento da linguagem política de fins da Regência.

Na fase regencial tínhamos o que o professor Marco Morel (2003) intitula de uma sociedade *multifacetada*, dividida principalmente em três *partidos* políticos que refletiam algumas das faces que permeavam o contexto imperial: o partido *Restaurador*, o *Exaltado* e o *Moderado*. No entanto, é necessário destacar que o termo partido político, embora utilizado, não pode abarcar a compreensão do período para o termo, tampouco podemos compreender nesta fase uma estrutura de partido político como o entendido a partir do século XX (MOREL, 2003: 32). É preciso compreender aqui que se trata de uma espécie de conjunto de pensamento que caracteriza determinado grupo.

Ressaltado isso, frisamos que o primeiro grupo, também chamados de *caramurus*, estava totalmente vinculado à ideia de uma centralização maior do poder, e em alguns casos, ao regresso de Dom Pedro I ao trono, ou seja, como afirma Morel (Idem), a Restauração possuía uma forte tendência antiliberal e “aparecia como negação da independência brasileira de 1822, quando no Rio de Janeiro se aludia à feliz revolução de 1640 (fim da União Ibérica), ou seja, ao patriotismo português” (MOREL, 2003: 37).

O segundo rosto da sociedade, destacado no parágrafo anterior através destes “partidos”, se refere ao eixo dos *liberais exaltados*, que por sua vez tinham um discurso federalista e descentralizador, agregador, em menor ou maior grau das camadas pobres da sociedade; sem dúvidas, foi um eixo profundamente influenciado pelos movimentos sociais ocorridos na Europa (especialmente na França), e, como destaca Marcelo Basille (2014), “inspirados, sobretudo por Rousseau, Montesquieu e Paine” (2014: 61); e influenciador das inúmeras revoltas e outras manifestações sociais no período regencial.

Por fim, a representação dos moderados (que deram tom ao governo), que eram influenciados pelos pensamentos de Locke, Guizot, Benjamin Constant, podem ser destacado como:

“(…) uma espécie de visão de mundo que permitiria posicionar-se sobre qualquer assunto, um critério para distinguir o que é sábio e civilizado, em harmonia com os costumes e bom senso (...). A moderação, enfim, era apresentada como sinônimo de razão. (...) Outras palavras-chave associam-se à moderação: *juste milieu* (justo equilíbrio), liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional, além da recusa do absolutismo e do despotismo e ambiguidade diante da ideia de revolução” (MOREL, 2003: 36).

Dentro deste contexto em que se situam estes *grupos* podemos salientar os diversos conflitos que estes diferentes e por vezes polares pontos de vista se dispunham a travar ao longo do período salientado. No contexto político, em meados da década de 30 do século XIX é possível destacar uma divisão partidária mais clara em suas fronteiras, naquilo que podemos compreender melhor nas nomenclaturas de partidos *Liberal* e *Conservador*. Portanto, iniciando aqui, se podemos estabelecer um marco, a utilização na política, de forma mais clara, o uso do termo “conservador”.

Destacamos neste sentido a abrangência que os liberais tiveram neste período, participando de forma bem-sucedida destes jogos do poder; enfatizamos neste sentido o período da regência do padre Diogo Feijó em 1835, que de certa forma transparece estas vitórias, à exemplo do Ato Adicional de 1834. Avultamos também, em contrapartida, o que podemos chamar de início do declínio dos Liberais: a renúncia do mesmo, dois anos após a esta nomeação, que é um marco do chamado “Regresso Conservador”, que se torna ainda mais visível com a regência de Araújo e Lima a partir de 1838.

Tal ponto de partida se faz *mister* para compreensão da discussão que iremos travar em linhas posteriores, pois no contexto em que progride a nossa discussão, estes embates permanecem e se aprofundam com o fim do Período regencial e a ascensão imperial.

3 | IHGB – ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE PENSAMENTO

A unidade: um dos pontos centrais nesta discussão tão abrangente e um dos fatores que inclusive foi utilizado como argumentação dos *Liberais* para o “Golpe da Maioridade”, permaneceu sendo pauta de intensas discussões e que tem em Varnhagen um de seus representantes mais significativos. Neste sentido, destacamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como ponto de encontro desta preocupação.

Destacamos seu ano de fundação: 1838! Momento em que temos na esfera política, como apresentado em linhas anteriores, a ascensão de um conservadorismo. Tal projeto político, como afirma Arno Wehling (1999), tem no IHGB a sua concretização mais bem acabada no que tange a cultura. Algumas de suas principais características perpassam à: ideia de uma monarquia constitucional junto à afirmação de um poder moderador; a estrutura política centralizada mesclada a descentralização administrativa; o abolicionismo gradual; as liberdades completas viabilizada pelas instituições. Este conjunto de fatores nos possibilita identificar pontos de defesa destes conservadores, como destaca o professor Ilmar Rohloff de Mattos (2004). No entanto, o que as linhas até aqui nos ressaltam a complexidade de traçarmos uma “materialidade” do que consiste este conservadorismo em solo brasileiro no século XIX.

Apresento então algumas características do intelectual nesta breve citação:

(...) associando-me ao ponto de partida da história da civilização do Brazil, são actos de Imperial Magnanimidade, que por si sós accusarão aos leitores futuros o

reinado fecundo que produziu a obra, bem que ainda com defeitos, filha de aturado trabalho de uma vida sempre votada ao estudo e à investigação da verdade.” (VARNHAGEN, Dedicatória Tomo Primeiro, Segunda edição, 2017: 9)

Varnhagen se apresenta, então, como um ferrenho defensor da monarquia portuguesa, como destacaram muitos de seus estudiosos; também defensor da unidade territorial, e um historiador preocupado com a ideia de veracidade e imparcialidade de suas contribuições historiográficas, característica esta que refletia o seu contexto e sua ideia de história científica, profundamente influenciada por Ranke (1795 – 1886). “Mesmo para aqueles que não o apreciam (e não parece, nem ontem nem hoje, que sejam poucos) ele se converteu em uma figura incontornável para o entendimento da história da história no e do Brasil” (CEZAR, 2007: 160).

Estes pontos de análise, no entanto, não são suficientes para apontarmos uma finalização para o que perseguimos: a compreensão da ideia de conservadorismo no Brasil oitocentista. Pois ao traçarmos característica do objeto de análise simplificamos o campo que se faz bem mais intrincado, pois este participa de um contexto conservador que o cerca, portanto, que não faz dele seu único representante. Se podemos levantar outro intelectual a nível de comparação, traria José Bonifácio, caracterizado como também conservador, possui diversas características (exemplo da defesa de uma espécie de reforma agrária) que nos permite a percepção do quão complexo é analisar um conceito que utilizamos para articular análises.

4 | O CONSERVADORISMO COMO CONCEITO

Trago o pensamento varnhageniano para a discussão, pois como observado em linhas anteriores, o mesmo é apontado, de forma pouco profunda com a intitulação de *conservador*, por figuras já citadas neste artigo como Arno Wehling, Temístocles Cezar, ou ainda Nilo Odália, e tantas outras figuras que já se desdobraram nas obras do Visconde de Porto Seguro. A partir desta afirmativa, traço aqui, o questionamento, e trago uma breve discussão a respeito da complexidade da conceitualização de um contexto ou figura para aprofundamentos posteriores a respeito do estudo de caso específico.

Já que o intelectual, como salientado, é representativo de uma forma de pensamento e poder no contexto imperial, como podemos compreender então o conservadorismo a partir dele? Ou ainda, traçando este recorte específico, como podemos *historicizar* o conceito de “conservador”?

A partir destas premissas, e compreendendo que tais afirmativas perpassam, elas próprias por um contexto histórico e conceitual, é possível perceber, então um caminho de investigação do conceito analisado. No entanto, não será este nosso objetivo nas linhas posteriores, mas sim analisar a partir da metodologia koseleckeana o conceito anunciado, a linguagem, as relações existentes para que o mesmo se construa no século em que se encontra o personagem levantado.

Destacamos neste sentido a citação que marca o início deste artigo, ou seja, a relevância da *palavra*, salientada por Koselleck em sua publicação: “Uma história dos conceitos: problemas práticos e teóricos”, em outras palavras, a importância de se compreender que o conceito é *polissêmico*, ou seja, pode aderir novos ou concomitantes sentidos de acordo com os eventos e contextos, pois na análise koselleckiana, o conceito se dá como relação entre este e o que ele indica, entre linguagem e evento (oposição em certa medida ao pensamento de Gadamer no que tange ao aspecto da hermenêutica, principalmente).

Ainda neste prisma, podemos destacar igualmente a relação entre *texto* e *contexto*: “Por sua vez esse texto maior, no qual o termo se insere, articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado” (KOSELLECK, 1992: 137). O evento afetará a linguagem, e a linguagem afetará o acontecimento. O conceito está compreendido nesta estrutura de influência mútua; nesta perspectiva, então, podemos analisar o problema posto em questão.

Outro aspecto levantado em linhas anteriores é a questão de *historicizar* um conceito. Quando trazemos este caminho metodológico, estamos ao mesmo tempo colocando a análise de um conceito na dinâmica da *sincronia* e *diacronia* presentes na História. O primeiro se trata dos eventos que ocorrem ao mesmo tempo, ou seja, o contexto, neste caso, em que se insere o conceito analisado. O segundo, porém, pode ser compreendido enquanto dois ou mais eventos semelhantes que ocorrem em períodos diferentes; dentro desta análise, “não é necessário que a permanência e a alteração dos significados das palavras correspondam à permanência e alteração das estruturas por elas designadas” (KOSELLECK, 2006: 114),

Portanto, a *Begriffsgeschichte* pertence a esta dinâmica dos *estratos de tempo*, e com isto, então, ao diálogo, em maior ou menor grau, entre os diferentes níveis temporais. É interessante destacar, neste prisma, que o conceito de *estrato* é criado por Koselleck a partir de concepções de modelos geológicos das camadas para designar as características históricas enquanto estratificadas, importante para agrupar em um mesmo termo a ideia de “contemporaneidade do não contemporâneo” e de *diacronia* e *sincronia* em contextos “heterogêneos”.

Outro traço relevante a ser levantado nestes pontos teóricos em que nos concentramos é a ideia da história enquanto *singularidade*, mas, sobretudo, e especificamente para este caso, como estrutura de *repetição*. Por quê? No caso da *palavra*, como argumenta Reinhart Koselleck (e como é a questão em que nos concentramos), para se tornar um conceito político, além de outras características, necessita de uma *repetição*, sobretudo, para que seja apreendida. Sem repetição não existe conceito.

Destaco um trecho de “Estratos do Tempo” em que o historiador exemplifica este aspecto como forma de elucidação da repetição:

Consideremos o caso banal do carteiro que chega de manhã e traz a notícia da morte de um parente. Ele nos comunica uma ocorrência singular. Mas o fato de

aparecer em determinado horário é um acontecimento recorrente, possibilitado pela administração dos correios, que dispõe de um orçamento anual. O carteiro volta em cada manhã, no mesmo horário, para trazer notícias singulares (KOSELLECK, 2014: 21).

Este exemplo simples demonstra a ideia da repetição estrutural em que a história se coloca e que nos possibilita compreender alguns eventos, alguns personagens e, principalmente neste caso, conceitos que se formam. “Mesmo quem deseja dizer algo novo precisa se expressar na linguagem existente” (idem, 2014, p. 22), portanto, na repetição em que a linguagem se coloca é que há a compreensão. E o exemplo da linguagem é essencial para o trabalho com a abordagem conceitual.

Aplicando, então, o método koselleckeano, podemos ressaltar o *conceito* de Conservadorismo, e destacar que o mesmo só pode ser compreendido no bojo na Revolução Francesa. Como o historiador argumenta, este foi mais um dos “ismos” que a batalha semântica trouxe no contexto da Revolução (Koselleck destaca o período de 1750 a 1850).

Em meio aos complexos acontecimentos revolucionários, podemos colocar como ponto de relevância Edmund Burke, político inglês, considerado o fundador do conservadorismo moderno, e que se destaca para compreendermos o pensamento conservador que estão no contexto pós-Revolução, mas que ainda são fortemente influenciados por ela, não só o imaginário, mas na realidade prática e social daqueles que viviam no Brasil do século XIX, como já discutido anteriormente o caso das diversas revoltas e contestações regenciais e conflitos imperiais.

Burke, principalmente com suas ponderações no contexto de 1789, com suas “Reflexões sobre a Revolução na França” nos permite perceber suas insatisfações com relação à proposta e a agenda revolucionária. Tais contestações, em análise superficial, nos levariam a compreender o conservadorismo como *reação* somente; no entanto, Burke se coloca, por exemplo, favorável às manifestações que eclodiram na independência das Treze Colônias americanas. Estas características nos permitem compreender que a discussão é bem mais profunda e abrangente do que ponderá-lo como simples *reacionário*.

Para Burke, a Revolução Francesa não vislumbrava a liberdade, mas a *anarquia* e a *desordem*. Portanto, a disputa em torno da ideia de *liberdade* estava em jogo. Era um conceito central no embate por legitimidade. Na visão burkeana a já citada Revolução Americana e também a *Gloriosa* na Inglaterra se constituíram como verdadeiras *revoluções*, por estarem contidas na ideia de *retorno à ordem*. Por esta razão apoiou as reivindicações contra o controle excessivo e absoluto da metrópole, além de compreender tais demandas como lícitas, pois como argumenta em uma de suas famosas cartas, *Letter to the sheriffs of Bristol* (1777), era óbvia a necessidade de *maior diálogo e conciliação para que fosse evitada a separação entre a colônia e a metrópole*.

Em última análise, estava em jogo, sobretudo, a disputa conceitual, como forma de

proeminência política, neste emaranhado de *perguntas e respostas*, como argumenta Koselleck (1992). O que define o homem? Ou ainda, é possível defini-lo? Talvez estas sejam algumas das perguntas que alimentavam a querela neste período:

O Conservadorismo surge só como resposta necessária às teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade, não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza, como também alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, conseqüentemente, a felicidade. (BOBBIO, 1998, p. 243).

Neste aspecto, analisar o conservadorismo de forma profunda, colocar o estudo de caso específico em relação à outros exemplos, simultâneos ou não, e até mesmo definições diferentes do conceito, permitem a ampliação desta discussão.

Estes pontos nos levam a analisar o pensamento varnhageniano para um estudo do conservadorismo alguns anos após o acontecimento revolucionário, que se trata de um conceito complexo por si só. Como afirma Bobbio (1998), conservadorismo pode ser traçado, em linhas gerais, como uma forma de pensamento que, embora vise certa manutenção da ordem vigente, não opta pela ruptura brutal, mas, por mudanças graduais, valorizando a tradição, as leis e o poder político; sobretudo, a partir de uma ideia de limitação humana que necessita da utilização de tais premissas.

Tal definição nos permite compreender as diversas características do conceito analisado. Muitas delas podemos identificar em Varnhagen, com maior ou menor facilidade, como o aspecto da ordem, manifestada pela valorização da monarquia, por exemplo. Mas, por outro lado, Karl Mannheim (1992), em sua análise sociológica, ressalta a necessidade de analisar com certo cuidado, e conhecer a fundo o movimento e o contexto conservador do período analisado e do país em questão, a fim de compreender as nuances deste pensamento na sociedade estudada.

Partindo desta premissa, portanto, ainda que o conceito seja analisado dentro de um período *sincrônico*, ele necessita também ser investigado dentro de suas possibilidades de articulação *diacrônicas*, ainda que isto signifique compreendê-lo de uma forma na Europa e outra pouco ou bastante diferente em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BASILLE, M. **O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)**. In: O Brasil Imperial. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, GIANFRANCO, P. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

CEZAR, Temístocles. **Varnhagen em movimento: Breve antologia de uma existência**. Topói, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://socialsciences.scielo.org>>

GUIMARÃES, Lucia M. P. **Biografia**. www.usp.br/labteo/varnhagen/index.php. Acesso em: Jun. 2016.

KOSELLECK, R. **Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. Vol. 5. N. 10, p.134-146. 1992.

_____. **Estratos do Tempo:** Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC, 2014.

_____. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC, 2006.

MANNHEIM, Karl. **O Significado de Conservantismo.** In: Karl Mannheim. USP, São Paulo. Disponível em: <<https://agentenaoquersocomidablog.files.wordpress.com/2016/03/mannheim-k-significado-do-conservantismo.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MOREL, M. **O Período das Regências (1831-1870).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ODÁLIA, N. **As Formas do Mesmo:** Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

PAIM, A. **Introdução:** Varnhagen e os alicerces da historiografia brasileira. In: VARNHAGEN, F. História Geral do Brasil. Salvador: CDPB, 2011.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil:** De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VARNHAGEN, F. **História Geral do Brazil.** Vol. 1, 2ª Edição. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01819210#page/7/mode/1up>>.

WEHLING, Arno. **Estado, Historia, Memoria:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: IHGB, 1999.

_____. **O Conservadorismo Reformador de um Liberal:** Varnhagen, publicista e pensador político. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (Coord.). Varnhagen no caleidoscópio. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Leonardo Oliveira Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Porto Alegre – RS

RESUMO: O espaço cemiterial público conquistou seu lugar definitivo no Brasil após décadas de debate e muito esforço do discurso médico higienista. A proibição do sepultamento intramuros – prática herdada dos colonizadores portugueses – foi o motivo principal para o surgimento dos cemitérios, uma vez que impôs a transferência do espaço de enterro da igreja para o campo santo a partir de 1850. A transferência da moradia dos mortos implicou a configuração de um novo espaço da morte dentro da cultura funerária dos vivos e, conseqüentemente, a perda do domínio eclesiástico sobre a morte, uma vez que, durante séculos, os mortos foram inumados no interior de igrejas ou em suas circunjacências, prática adotada por grande parte da população brasileira no século XIX. O presente estudo visa reconstruir a trajetória dos mortos no período em questão, com especial atenção ao esforço eclesiástico de manutenção do monopólio da morte no interior de seus espaços intramuros.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura funerária. Cemitérios. Morte.

ABSTRACT: The public cemetery won its definitive place in Brazil after decades of debate and a lot of effort of the medical discourse. The prohibition of the intramural burial – a practice inherited from the Portuguese settlers – was the main motive for the emergence of the cemeteries, since it imposed the transfer of the burial place from the church to the holy field from 1850. The transfer of the dwelling of the dead implied the configuration of a new place of death within the funerary culture of the living and, consequently, the loss of the ecclesiastical dominion over death, since the dead have been buried within churches or in their surroundings for centuries, a practice adopted by the Brazilian population in the 19th century. The present study aims to reconstruct the trajectory of the dead in that period, with special attention to the ecclesiastical effort to maintain the monopoly of death within its intramural places.

KEYWORDS: Funerary architecture. Cemeteries. Death.

1 | INTRODUÇÃO

O espaço cemiterial público conquistou seu lugar definitivo no Brasil após décadas de debate e muito esforço do discurso médico higienista. A proibição do sepultamento

intramuros – prática herdada dos colonizadores portugueses – foi o motivo principal para o surgimento dos cemitérios, uma vez que impôs a alteração do espaço original de enterro para a nova tipologia arquitetônica, também chamada de Campo Santo, a partir de 1850. A transferência de moradia dos mortos implicou a configuração de um novo espaço da morte dentro da cultura funerária dos vivos (RODRIGUES, 1997: 21–2) e, conseqüentemente, a perda do domínio eclesiástico sobre a morte, uma vez que, durante séculos, os mortos foram inumados no interior de igrejas ou em suas circunjacências.

Aconteceu, no mundo inteiro, um fenômeno curioso bem no meado dos Oitocentos. Por medida sanitária os sepultamentos deixaram de ser no chão e nos pátios das igrejas e passaram a realizar-se em área aberta, nos chamados campos-santos ou cemitérios secularizados. (VALLADARES, 1972: 279)

Anteriormente ao surgimento dos cemitérios, o costume de enterrar os mortos sob o assoalho de espaços eclesiásticos havia sido adotado pela maioria da população brasileira até meados do século XIX. No período em questão, a prática secular cristã ainda era respaldada na noção de morte familiar e próxima, característica do mundo ocidental, que se assentava em uma relação de vizinhança cotidiana entre os indivíduos e as sepulturas; ao frequentarem as igrejas, os vivos pisavam, caminhavam, sentavam e oravam sobre seus mortos (RODRIGUES, 1997: 21).

Enquanto durou o enterramento eclesiástico, as inumações foram feitas em torno das igrejas e das capelas, o que seria de esperar, numa cidade em que a religião católica predominava entre a maioria dos habitantes. Trazidos pelos portugueses, tais costumes foram adotados desde os primórdios da colonização e remontavam à tradição ocidental cristã, que via no sepultamento eclesiástico, um espaço sagrado, uma das formas de se proceder à “boa morte”, cujo fim era a salvação no Além-túmulo. (Ibidem: 225)

O surgimento dos cemitérios deveu-se ao fato de que, no início do século XIX assistiu-se, no Brasil, ao desenvolvimento das Ciências Médicas, que voltaram parte de sua atenção à política de higienização de espaços urbanos. A fim de evitar a proliferação de enfermidades entre os vivos foram instauradas leis que não apenas proibiam enterramentos dentro de igrejas como determinavam a construção de cemitérios, espaços onde, posteriormente, seriam materializadas e eternizadas disparidades sociais entre a classe dominante da época e o resto da sociedade: os mortos ordinários.

2 | MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX

De acordo com Rodrigues (1997: 53), durante séculos os mortos foram inumados no interior de espaços eclesiásticos ou em suas circunjacências sem que a maioria dos indivíduos se incomodasse. Acreditava-se que o cerimonial fúnebre deveria ser realizado pelo clero de modo a garantir a passagem da alma do morto ao espaço celestial:

Tornava-se, por isso, necessário, na iminência da morte, quando o indivíduo ainda estava moribundo, a administração dos sacramentos da Igreja [...]. Quando defunto, era preciso “aprontar” o morto para o velório (com banhos, toaletes, vestuário) [...]. Como garantia a mais, no caso do ritual cristão, apareceram os ofícios fúnebres que, dirigidos pelo clero, sob forma de encomendação da alma e da missa de corpo presente, representavam como que o salvo-conduto para a “partida” derradeira. (Ibidem: 176)

O solo sagrado dos espaços eclesiásticos e o ritual fúnebre apropriado asseguravam salvação eterna às almas dos mortos. A arquitetura física surgiu, portanto, como coadjuvante e viabilizadora desse processo. Segundo Reis (1991: 171), as igrejas eram consideradas os edifícios mais majestosos, pois “[...] Deus passa e deve passar à frente de tudo”; assim, os mortos eram levados à igreja ou à capela que haviam frequentado em vida e sepultados sob as tábuas do assoalho, onde cavava-se a sepultura e depositavam-se os restos mortais. Findo o enterro, as tábuas eram recolocadas.

Quando alguém morria, o dobre de sinos da igreja logo avisava a todos da comunidade. [...] Nos funerais, dependendo do prestígio do morto, as ruas se enchiam de gente, que participava do cortejo em parte por seu caráter festivo, em parte pelas esmolas e doações de preciosa cera que ocorria nos sepultamentos dos mais ricos. (CYMBALISTA, 2002: 32-3)

Da mesma maneira como os cortejos fúnebres faziam referência ao sepultamento de Cristo, as sepulturas eram associadas ao local onde ele “reinava”, isto é, nas igrejas. A proximidade física entre o cadáver e os elementos que simbolizavam o divino – como, por exemplo, as imagens de santos – representava o modelo de contiguidade espiritual que se desejava obter no paraíso: “As igrejas eram a Casa de Deus, sob cujo teto, entre imagens de santos e de anjos, deviam também se abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos”. A igreja era, portanto, a porta de entrada do espaço celestial (REIS, 1991: 171).

Ser enterrado em solo sagrado representava também uma maneira de não rompimento dos laços com os vivos (Ibidem: 171), uma vez que os indivíduos, durante as missas, eram frequentemente recordados da presença dos mortos. Segundo fragmento das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – legislação eclesiástica instaurada no Brasil Colonial em 1707 – apresentado por Cymbalista, faz-se evidente que a inumação intramuros não consistia apenas em uma orientação, mas em uma ordem:

É costume pio, antigo e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fiéis cristãos defuntos nas igrejas e cemitérios delas [...] tendo em vista às sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório. [...] Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos nas Igrejas [...] e não em lugares não sagrados [...]. (CYMBALISTA, 2002: 32)

Observa-se, portanto, que ser inumado no interior de espaços eclesiásticos era prerrogativa exclusiva de indivíduos cristãos. Segundo Motta (2009: 64), tal privilégio era detido também pela classe mais abastada da sociedade, enquanto cadáveres

pertencentes a escravos e a outros segmentos desprestigiados eram comumente enterrados em valas coletivas, jogados ao mar ou em terrenos baldios:

Nem todos tinham direito à sepultura eclesiástica. Ela era terminantemente proibida aos judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tinham profissão de pobreza), aos refratários à confissão e à extrema-unção, infiéis, crianças e adultos pagãos. (REIS, 1991: 174)

Tais proibições denotam que, segundo a Igreja, nem todos os indivíduos eram merecedores da alma eterna. O veto quanto ao local de inumação intramuros era, no entanto, passível de invalidação em determinadas situações; a título de exemplo, Valladares menciona o caso de Catarina da Silva, “dama paulista, imensamente rica, doadora de enorme prestígio capaz de alterar as disposições regulamentares da Ordem, a fim de ser enterrada no chão da Capela-mor”:

[...] pelas implicações de seu testamento se torna, por mais de dois séculos, presença constante nos livros de gastos, de sufrágios e termos da venerável Ordem soube erigir sepultura de exceção no presbitério, junto ao marido, lugar privilegiado para os sacerdotes e ministros da Ordem, debaixo do altar-mor, para o que pagou com a parcela de vinte mil-réis. (VALLADARES, 1972: 141–3)

No período das inumações intramuros, as igrejas não possuíam mobiliário disponível aos fiéis durante missas, batizados, casamentos ou funerais, de modo que os vivos se sentavam e caminhavam, literalmente, sobre as sepulturas. As covas, configuradas em formato retangular e com oito a seis palmos de profundidade, eram cobertas com pedra, mármore ou madeira: “[...] eram numeradas, para evitar que fossem abertas aquelas recentemente usadas. Para ajudar o processo de decomposição, cobriam-se os cadáveres com cal. Em seguida, jogava-se terra, que era socada com pesadas calceteiras [...]” (REIS, 1991: 174–5).



FIGURA 01: Até o século XIX os vivos pisavam sobre os mortos no interior das igrejas.

FONTE: RODRIGUES, 1997: 69.



FIGURA 02: Campas de perpetuidade adquirida recobertas com lajes de pedra e inscrições emblemáticas. Igreja do Convento de Santa Teresa da Bahia.

FONTE: VALLADARES, 1972: 17.

Acreditava-se que a proximidade entre mortos e vivos, além de estar relacionada à encomendação da alma a Deus, tinha a finalidade de impedir que os espíritos retornassem ao mundo dos vivos e os perturbasse (RODRIGUES, 1997: 224). Conforme Reis, de modo geral, qualquer fiel poderia ser enterrado no interior das igrejas; o local e tipo de sepultura eram, no entanto, hierarquizados:

Uma primeira divisão se fazia entre o corpo, parte interna do edifício, e o adro, a área em sua volta. A cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente. Ali se enterravam escravos e pessoas livres, mas muito pobres. [...] também sob o chão das igrejas os mortos se dividiam de maneira que refletia a organização social dos vivos. (REIS, 1991: 175–6)

A proximidade ao altar (e, portanto, a Deus) conferia caráter eminente ao morto, como se a proximidade física garantisse espaço celestial especial, prerrogativa que podia ser assegurada ainda em vida por meio de pagamento em dinheiro, como foi o caso de Catarina da Silva, tanto embora tenha caracterizado falta de cumprimento do regulamento da Ordem.

Enterros na igreja da Penha, 1834-6

<i>Local</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>Total</i>
Corpo	20	9	29
Adro	2	16	18
Total	22	25	47

FIGURA 03: Tabela referente ao enterramento na Igreja da Penha, em Salvador, entre 1834 e 1836.

FONTE: REIS, 1991: 175.

Segundo Cymbalista (2002: 41), havia indivíduos que, não obstante seguidores da doutrina cristã, nem sequer chegavam a ser inumados nos adros das igrejas: “Muitos morriam nos sertões, sem nenhuma assistência religiosa. Era comum que escravos e desclassificados fossem simplesmente largados nos caminhos e florestas”:

Para os indigentes, havia os cemitérios administrados pelas Misericórdias, que, via de regra, apresentavam péssimas condições. Não se pode sequer dizer que correspondessem a um aspecto do serviço religioso, estando mais próximos de um serviço de remoção de lixo. (Ibidem: 41)

Reis (1991: 173) menciona o caso do escravo batizado Matias que, em 1813, morreu desamparado pelo seu proprietário, o coronel Francisco Duarte da Silva, que não o encomendou à Igreja, “[...] de sorte que os cães e urubus o comeram junto à porta do dito senhor”. Aos senhores, no entanto, era permitida a escolha de um local de sepultamento especial no interior de espaços sacralizados.

Naquele período, morrer anonimamente significava estar sujeito a ter removidos os próprios restos mortais da igreja com o passar do tempo, uma vez que covas anônimas, sem identificação dos mortos, eram reabertas e esvaziadas à medida que os corpos se desintegravam (Ibidem: 173) e preenchidas por cadáveres posteriormente.



FIGURA 04: Sepulturas reabertas na igreja do Rosário das Portas do Carmo.

FONTE: REIS, 1991: 177.

Outros dispositivos de estratificação social em cemitérios intramuros foram as catacumbas e os carneiros, espaços que agrupavam corpos de membros do clero e fiéis mais abastados: os carneiros resguardavam as sepulturas em locais reclusos, geralmente no subsolo das igrejas, e as catacumbas consistiam em agrupamentos de carneiros.

Além de abolir a proximidade entre mortos socialmente diferentes, os carneiros acabavam com o contato entre o cadáver e a terra, um processo já iniciado com o

enterro em caixão. A mudança representava uma revolução na ideia de equivalência do cadáver à terra como pó original, matéria primeira [...]. (REIS, 1991: 178)

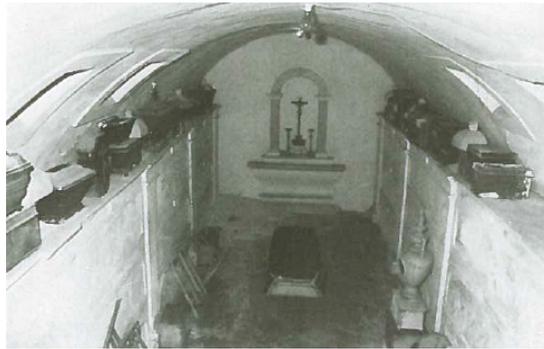


FIGURA 05: Carneiros da Ordem Terceira de São Domingos.

FONTE: REIS, 1991: 181.



FIGURA 06: Lápides de indivíduos abastados eram minuciosamente elaboradas ao passo que anônimos e escravos, em geral, não dispunham de identificação na sepultura.

FONTE: REIS, 1991: 184.

O domínio sobre espaços de enterramento conferia à Igreja liberdade para separar os privilegiados e mercedores da alma eterna dos que não eram dignos do Paraíso. Tal liberdade seria censurada após a ascensão das Ciências Médicas no século XIX; no entanto, a Igreja não desistiria do monopólio da morte tão facilmente.

3 | A REVOLTA CONTRA O CAMPO SANTO

Segundo Rodrigues (1997: 89–90), a proibição do sepultamento intramuros

iniciou-se no Rio de Janeiro por volta de 1801, através de carta régia que não só vetava o procedimento como ordenava a construção de um cemitério em função de eventuais riscos à saúde pública.

Posteriormente, irrompeu na Bahia uma revolta popular que teve origem nas irmandades e ordens terceiras de Salvador, alcunhada “Cemiterada”. Descrita por Reis (1991: 13) como “extraordinário evento”, o motim teve lugar na capital baiana em 25 de outubro de 1836, uma vez que, no dia seguinte, entraria em vigor a lei que proibia o tradicional costume de sepultamento nas igrejas e concedia a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos.

A partir da Lei do Cemitério, elaborada em 1835 em território baiano, a inumação dos mortos seria obrigatoriamente transferida das igrejas para o novos Campos Santos; a lei, no entanto, não ia de encontro com os interesses das irmandades, padres e frades, que desejavam manter o monopólio dos enterramentos no interior dos espaços eclesiásticos, revelando “uma estreita motivação econômica” e “uma expressão atrasada de religiosidade”: “irmandades, padres, sacristãos, negociantes de artigos funerários teriam insuflado um povo ignorante e supersticioso contra o Campo Santo, com o único objetivo de defender seus interesses econômicos” (Ibidem: 22).

A sociedade foi, desse modo, utilizada como instrumento para que a Igreja mantivesse o domínio sobre os mortos a partir da ameaça de que, uma vez sepultado em solo não sagrado, o corpo estaria fora do controle de Deus e, portanto, fora do Paraíso. Foi então elaborado, pelos próprios manifestantes, um documento que exigia a anulação da Lei do Cemitério, posteriormente entregue ao presidente da província e acompanhado de múltiplas petições de irmandades. Discordava-se da lei que garantiria o monopólio do cemitério a empresários, mas nada se falou quando esse pertencia à Igreja.

Nos dias anteriores à manifestação, circulara um abaixo-assinado denunciando os “cemiteristas”, como foram rotulados os adeptos do Campo Santo [...], principalmente seus proprietários. E assinaram esse documento não apenas os membros de irmandades. [...] A “população” também tinha interesses seus ali em jogo, e se juntou às confrarias para defendê-los. (Ibidem: 14)

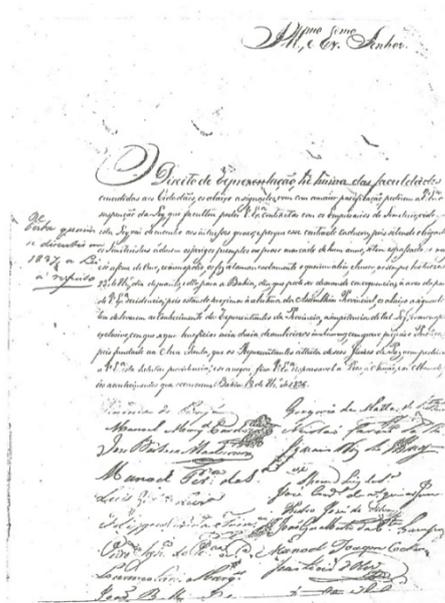


FIGURA 07: Primeiras assinaturas do manifesto da Cemiterada.

FONTE: REIS, 1991: 323.

A manifestação, que teve lugar na Praça do Palácio, reuniu não só representantes das irmandades – os únicos solicitados pelo presidente na ocasião – mas também vários manifestantes, membros ou não das confrarias, que invadiram o palácio e protestaram contra a empresa responsável pelo Campo Santo:

Perto da praça ficava o escritório da empresa funerária, que foi apedrejado enquanto os manifestantes gritavam contra um dos sócios: “morra José Antônio de Araújo”, palavra de ordem que, numa revolta desse tipo, era de uma adequação retórica perfeita. [...] Assim, não foi somente “o povo” que deu início à violência na praça, mas gente organizada em irmandade. Enquanto apedrejavam, “davam vivas às Irmandades e morras aos Pedreiros livres, e de repente apareceu um *morra ao Cemitério!*”. (Ibidem: 15–6)

Dispersos com ajuda da polícia, os manifestantes se dirigiram ao Campo Santo, que ficava a cerca de três quilômetros do centro de Salvador, munidos de “machados, alavancas e outros ferros, e em número de mais de 3 mil pessoas, em menos de uma hora, deram com o Cemitério em baixo, quebrando tudo e deitando fogo ao que podia arder”.

Várias testemunhas viram quando os rebeldes [da Cemiterada] retornaram à cidade, levando barras de ferro e outros materiais arrancados do cemitério. [...] Os rebeldes foram vistos empurrando um carro funerário trazido do Campo Santo, que acabou destroçado nas imediações do palácio do governo. [...] Os manifestantes deram um ar ritualístico à revolta. [...] “a maioria parecia sentir alegria” pela destruição de um estabelecimento que acreditavam significar a “destruição da religião católica”. (Ibidem: 17–8)

No Rio de Janeiro, embora não tenha havido revolta popular semelhante, tampouco destruição do Campo Santo, a população se voltou contra o discurso médico e a atribuição da propriedade sobre sepultamentos a empresários particulares. O visconde de Baependi, segundo Rodrigues (1997: 96), se opôs veementemente a

tal concessão sob alegação de que a sociedade não aceitaria o estabelecimento de cemitérios extramuros por associações não religiosas, uma vez que “irmandades e corporações religiosas [...] tinham feito despesas com a construção de catacumbas e sepulturas”.

A Cemiterada baiana só obteve seu desfecho com o advento da cólera em 1855. No Rio de Janeiro, a situação foi semelhante: a lei que exigia a construção de cemitérios, instaurada em 1835, só entrou em vigor a partir de 1850, quando o cólera-morbo acometeu diversos indivíduos. Verificou-se, portanto, que a retirada dos mortos do interior das igrejas constituía medida de saúde. Em outubro de 1855 foram finalmente apresentados os documentos técnicos para execução das obras (RODRIGUES, 1997: 104).

Em São Paulo, ainda em 1850 eram realizadas inumações intramuros, fenômeno alterado também pela epidemia do cólera-morbo. Apenas em 1858 foi construído, benzido e inaugurado o primeiro cemitério paulista que, de modo análogo ao que sucedera-se na Bahia, sofreu resistência da população e de associações religiosas: “O caráter aparentemente menos drástico da epidemia de cólera nesta região, em relação às demais, provavelmente impediu que as providências de transferência dos sepultamentos fossem tomadas imediatamente” (Ibidem: 104).

Conquanto houvesse perdido definitivamente o monopólio sobre os mortos, a Igreja e seus fiéis mais abastados encontrariam outros modos de distinguir-se perante o resto da sociedade, ainda que não em espaços intramuros. A profusão de signos distintivos operou a favor da doutrina católica, que dominaria posteriormente também os espaços extramuros.

4 | OS MORTOS CHEGAM AO CAMPO SANTO

“Era, e sempre foi, desejo do abastado, distinguir-se através de uma marca perene, de um objeto de consagração – o túmulo [...]” (VALLADARES, 1972: 280)

De acordo com Valladares (1972: 279), a prática do enterramento a céu aberto não era novidade no período que foi implantada no Brasil, visto que outras nações já traziam tradicionalizado tal costume; foi, no entanto, crucial para a desvinculação dos mortos com a Igreja e para a dissolução do seu monopólio sobre a morte, uma vez que se deixou de ser imposição o costume de inumação como garantia de Paraíso.

Segundo Motta (2009: 30), a transferência do espaço de enterramento no século XIX foi importante e significativa, pois acarretou na extinção de sepulturas *ad sanctos* e na perda do domínio da Igreja sobre sepultamentos e rituais fúnebres. A transfiguração do cemitério em uma nova instituição social e cultural representou, sobretudo, a privação do controle eclesiástico sobre a morte e sobre os mortos no Ocidente.

A partir da subordinação dos novos Campos Santos ao poder público, ou seja, à racionalidade administrativa do Estado, os mortos romperam elos simbólicos e

seculares com a Igreja, que resguardava no princípio do sepultamento intramuros a garantia de salvação eterna das almas dos mortos. No entanto, a implementação dos novos espaços da morte – geralmente situados nas periferias das cidades – resultaria em mudanças profundas nas atitudes dos vivos diante da finitude humana, o que acarretou na alteração da sensibilidade coletiva frente ao destino dos mortos (Ibidem: 30).

As novas atitudes perante a morte prenunciaram seu caráter no Ocidente do século seguinte. Conforme Ariès (2014 [1977]: 756), a modernidade do século XX “expulsou a morte” do cotidiano: “A sociedade já não faz uma pausa, o desaparecimento de um indivíduo não mais lhe afeta a continuidade. Tudo se passa na cidade como se ninguém morresse mais”. Tal afastamento engendrado entre vivos e mortos pode ser observado espacialmente em necrópoles modernas, que são em geral marginalizadas dentro das sociedades dos vivos.

Ao retirar os mortos do interior das igrejas, a morte deixou de ser vista com familiaridade e passou a ser tratada com aversão e como fenômeno apartado, longínquo e praticamente imaginário. A transferência do espaço de enterramento, no entanto, deu início a um novo modelo de relação urbanística entre vivos e mortos, que se tornaria fundamental na concepção de determinadas cidades brasileiras:

[...] a inserção urbana dos mortos na cidade [caracteriza o] período que se conclui na última década do século XIX com a consolidação do cemitério municipal como local que centraliza a morada dos mortos. [...] essa construção social, que em nome da civilização segrega os mortos dos vivos, estabelece um só lugar para eles na cidade – o cemitério público. (CYMBALISTA, 2002: 17–8)

A partir do surgimento dos cemitérios públicos, todos os indivíduos da sociedade teriam, em tese, sepultamento secularizado garantido. Esse direito foi, no entanto, assegurado em parte, uma vez que tais lugares operavam de modo incisivo no sentido de segregar os mortos mediante elementos simbólicos e arquitetônicos na tentativa de evidenciar que a morte não era socialmente uniforme:

[...] a concentração da interface entre vivos e mortos em um só local engendrou outras maneiras de diferenciação entre os vários grupos da sociedade, entrando em cena a arquitetura, mobilizada em todo o seu potencial no sentido de atribuir aos túmulos uma posição específica na sociedade. [...] a forma final dos túmulos origina-se de escolhas e imposições culturais, estéticas, econômicas [...]. (Ibidem: 18)

Conforme Valladares (1972: 279), o fenômeno da transferência dos mortos da Igreja ao Campo Santo – que afetou principalmente sociedades de predominância católica – não se deveu apenas à questão científica e higienista trazida pelo século XIX, mas ao desejo da classe dominante de empregar seu capital a fim de distinguir-se e monumentalizar-se perante o resto da sociedade por meio de obras tumulares, materializando uma aspiração que, segundo o autor, “existia há longos tempos”:

[...] quando se atenta para o resultado ocorrido, sobre mais de um século, estudando-se o fantástico derrame de fortuna nas construções tumularias pomposas, dos abastados de cada cidade, quando se verifica a diferença de comportamento

entre a sepultura de igreja e a da construção livre arbitrada pela fantasia social do usuário, e também quando se considera a história social e cultural do mesmo período, então se percebem outras razões no fenômeno. (Ibidem: 279)

O caráter remoto atribuído por Valladares ao desejo de distinção social é ratificado por Motta (2009: 61), que menciona que, antes mesmo do surgimento dos primeiros cemitérios secularizados do Brasil, já se fazia presente a aspiração pela individualidade do corpo na sepultura. Os espaços da morte primevos, pautados no gosto individual, conformariam, portanto, uma paisagem heterogênea e fragmentada dentro das cidades dos vivos (CYMBALISTA, 2002: 19).

Não foi somente uma questão [...] metade empírica e metade científica. [...] se apenas por isso acontecesse, os cemitérios católicos em descampados teriam permanecido sóbrios, padronizados, como os que se erigiam para as irmandades, em mausoléus coletivos, ou como os de outras religiões. (VALLADARES, 1972: 279)

Como aponta Vovelle (2010 [1996]: 268), a fé proclamada e as referências à doutrina católica se tornaram onipresentes nos novos Campos Santos sob forma de símbolos e alegorias que reafirmavam preceitos cristãos. Desse modo a Igreja Católica, embora não detivesse mais pleno monopólio sobre os mortos, fez-se presente nos cemitérios extramuros e tornou-se protagonista também nos espaços de enterramento fora de seu domínio físico, revelando a influência de sua dominação ideológica.

[...] os ensinamentos da Igreja [...] permanecem mais do que nunca onipresentes no lugar dos mortos [...] uma quantidade de motivos que já nos parece familiar [...] a alma – geralmente feminina – levantando voo enlevada pelo anjo, mas também o que nos remete a outro tipo de percepção, brutalmente raptada pela Morte, que a iconografia do purgatório relegara a um lugar mais do que subalterno. (Ibidem: 268)

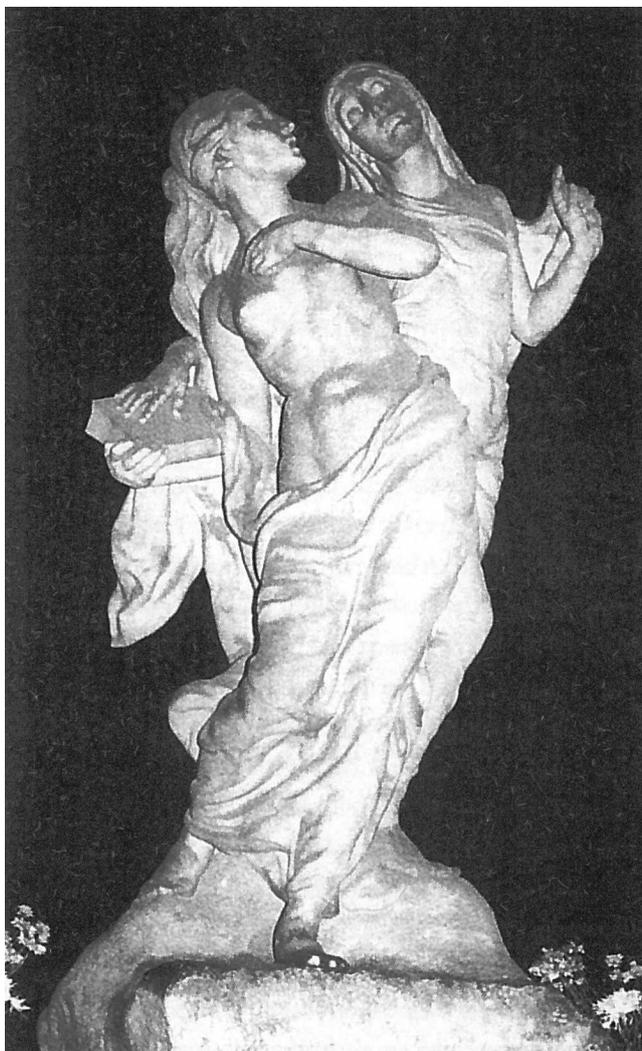


FIGURA 08: Tema da alma arrebatada pelo anjo da morte. Gênova, Staglieno.

FONTE: VOVELLE, 2010 [1996]: 269.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 837 p.

CYMBALISTA, R. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. 210 p.

MOTTA, A. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. 202 p.

OLIVEIRA, L. *Espaços da morte*. 410 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (6ª reimpressão: 2012). 357 p.

RODRIGUES, C. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997. 276 p. (Coleção Biblioteca carioca; v. 43. Série publicação científica)

VALLADARES, C. do P. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho

Federal de Cultura, 1972. 1487 p.

VOVELLE, M. *As almas do purgatório ou o trabalho de luto*. Tradução de Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 346 p.

DEMOCRACIA E AUTORITARISMO: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE EDUARDO GOMES EM CONTEXTOS DE TRANSIÇÕES

Flavia Salles Ferro

RESUMO: O trabalho tem como proposta discutir a trajetória política de Eduardo Gomes, analisando suas ações e ideologia entre os anos 1922 e 1967, contexto que perpassa desde a Primeira República até os primeiros anos da Ditadura Militar Brasileira. Como tenentista tinha aspirações de governo centralizado, se opunha ao liberalismo e denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias. Contudo, como candidato a presidente da República em 1945 e 1950, pela legenda da União Democrática Nacional e, posteriormente, como filiado ao partido, defendia o liberalismo. O objetivo do trabalho, portanto, é compreender os períodos de transições – democracia e autoritarismo – a partir de personagem que teve intensa participação política no contexto e mudou de pensamento político.

ABSTRACT: The paper aims to discuss the political career of Eduardo Gomes, analyzing their actions and ideology between the years 1922 and 1967 context that permeates from the First Republic until the early years of Dictatorship Brazilian Military. As lieutenants had centralized government aspirations, opposed to liberalism and denounced the demoralization of political customs by oligarchies. However, as a candidate

for president in 1945 and 1950 by the legend of the National Democratic Union and later as affiliated with the party, defended liberalism. The objective therefore is to understand the periods of transitions - democracy and authoritarianism - from character who had intense political participation in the context and changed political thought.

PALAVRAS-CHAVE: Eduardo Gomes; Autoritarismo; Transição política.

KEYWORDS: Eduardo Gomes; Authoritarianism; Political transition.

Eduardo Gomes nasceu em Petrópolis (RJ), em 1896. Parte integrante de família tradicional do Rio de Janeiro, detentores de posses e herdeiros de nomes relacionados à política nacional, filho de Luís e Jenny Gomes. Seu pai teve carreira no Exército da Marinha, foi redator no Jornal do Brasil e deteve vastas posses. No entanto, abandonou a carreira militar e se empreendeu na construção de ferrovia. Isto gerou sua ruína financeira. Sua mãe, Jenny Gomes, era filha do visconde Rodrigues Oliveira e bisneta de Nicolau de Campos Vergueiro, importante político do Império brasileiro.

Em 1916, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Finalizado o curso

em dezembro de 1918, foi declarado aspirante-a-oficial das armas de artilharia. Neste mesmo ano matriculou-se no Curso Especial de Artilharia, concluindo em 1919. Em dezembro deste, passou a segundo-tenente, sendo transferido para o 9º Regimento de Artilharia, em Curitiba. Em janeiro de 1921 foi promovido à primeiro-tenente. Ingressou em março desse mesmo ano na primeira turma do Curso de Observador Aéreo da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Foi sob a patente de primeiro-tenente que Eduardo Gomes participou do levante do Forte de Copacabana, ocorrido no Rio de Janeiro, em julho de 1922. O personagem tornou-se figura pública após esse episódio. Atuou também em 1924 na revolta em São Paulo. Após o movimento, foi preso quando viajava ao Paraná na intenção de se juntar a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Passou os anos seguintes ora encarcerado, ora refugiado. Anistiado em maio de 1930, Eduardo Gomes participou da Aliança Liberal, atuando na Revolução de 1930 que colocou fim à Primeira República.

Os tenentes foram aclamados heróis nacionais devido à importância que tiveram para por fim ao governo “corrompido”, “oligárquico”, “fraudulento”, como assim era chamada a “República Velha” pelos que construiriam o novo governo. Os militares conhecidos no movimento tenentista, neste contexto, não representaram, apenas a dimensão militar da Revolução de 1930: o tenentismo abrangia os ideais revolucionários característicos dos que participaram da Aliança Liberal. Mário Lanna Júnior escreveu: “É, antes de tudo, um movimento revolucionário. Como salvador da pátria, denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as forças armadas” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 347).

Eduardo Gomes, devido a sua atuação como tenente revolucionário na Primeira República, possuía legenda de herói, a qual permaneceu e fora intensificada nos anos que se seguiram. Após o movimento revolucionário de 1930, Eduardo Gomes dedicou-se à carreira militar. Participou da criação e dirigiu, em 1931, o Correio Aéreo Militar. Em 1932, combateu juntamente com Juarez Távora os revoltosos paulistas, contribuindo nos entendimentos promovidos pelo Governo Provisório e o estado de São Paulo.

Terminado o movimento revolucionário de 1932, Eduardo Gomes retomou suas atividades no Correio Aéreo Militar. Atuou como comandante do 1º Regimento de Aviação e foi promovido a tenente-coronel em 1934. Participou, sob essa patente, junto às forças legalistas contra o levante organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1935.

Instaurado o Estado Novo em 1937 e discordando do golpe de Estado, Gomes pediu exoneração do comando do 1º Regimento de Aviação. Em 1941, após a criação do Ministério da Aeronáutica, foi promovido a brigadeiro e, em seguida, nomeado comandante das Zonas Aéreas I e II, com sedes em Belém e em Recife. Em Pernambuco, atuou na construção de bases aéreas com investimentos financeiros norte-americanos. O político teve papel de destaque nas relações entre o governo brasileiro e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Em setembro de

1944 foi elevado a major-brigadeiro do ar.

Em fins de 1944, Eduardo Gomes foi procurado por Virgílio de Mello Franco, Juracy Magalhães, Ari Parreiras, Prado Kelly e Juarez Távora para iniciarem a preparação para a fundação de partido nacional opositor ao governo federal – a União Democrática Nacional. O major-brigadeiro Eduardo Gomes foi escolhido para ser candidato à presidência da República. A escolha do sucessor foi devida por, como analisou Maria Victoria Benevides, ele ter alto posto militar, legenda de herói e tradição de lutas democráticas, aliadas a “nome limpo” (BENEVIDES, 1981, p. 4).

Apesar de sua derrota nas urnas para Eurico Gaspar Dutra em dezembro de 1945, seu nome fora aclamado pelo país como herói nacionalista de índole inquestionável, como é possível perceber na narrativa de Virgílio de Mello Franco, primeiro secretário-geral da UDN:

“Depois de ter dado tudo quanto pode de si mesmo, tal como em 1922, em 1930, em 1935 e em 1937, o homem de ação e de pensamento, o homem solitário, isto é, o homem livre, coerente com seu nobre passado, regressa imaculado ao convívio dos seus camaradas.[...] Mas o país que pensa, sente e anseia, percebe claramente que Eduardo Gomes foi, é e continuará sendo o homem das forças excepcionais. E porque está escrito que a sua força imensa ainda será empregada ao serviço do país, ninguém duvida do seu destino” (FRANCO, 1946, p.82).

A citação acima evidencia que há exaltação ao passado de Eduardo Gomes. Assim, a memória influencia na opinião sobre o personagem no contexto das eleições de 1945. A construção da opinião baseou-se em atuações no movimento tenentista de 1922, na Revolução de 1930, no combate ao movimento comunista de 1935 e em seu afastamento do governo diante da ditadura estadonovista. Assim sendo, as opiniões sobre o personagem foram construídas através de reinterpretações do passado. Há, portanto, interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, no dizer de Pollak.

Dessa forma, pode-se compreender que a legenda de herói, nacionalista, comprometido com a pátria e salvador dela, foram construídas tendo como fundamento a participação de Eduardo Gomes na vida pública do país. Por estas razões, mesmo com a derrota nas urnas em 1945, ele foi novamente escolhido pela UDN para disputar as eleições presidenciais de 1950 sendo, dessa vez, derrotado por Getúlio Vargas.

Vargas, em seu governo democrático, convidou Eduardo Gomes para assumir o Ministério da Aeronáutica, mas ele recusou. Foi então, em 1954, um dos líderes da campanha pelo afastamento de Getúlio Vargas. Quando do episódio do atentado a Carlos Lacerda, em cinco de agosto deste mesmo ano, o major- Rubens Florentino Vaz, que acompanhava Lacerda, foi assassinado. Este era subordinado a Eduardo Gomes, que na imprensa discursou: “Para bem da honra da nação, confio que esse crime não ficará impune”. Pressionado a se afastar do cargo de presidente da República, Getúlio Vargas cometeu suicídio.

Eduardo Gomes durante o governo de Café Filho (1954-1955) foi ministro da Aeronáutica. Opôs-se a Juscelino Kubitschek como presidente da República,

justificando que o candidato não obtivera maioria absoluta no pleito realizado em 1955.

Em setembro de 1960 Eduardo Gomes foi promovido a marechal-do-ar. Em 1964, foi um dos principais articuladores na conspiração para o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart. Em 1965 retomou o cargo de ministro da Aeronáutica, permanecendo até março de 1967. Eduardo Gomes faleceu em 1981.

A trajetória política de Eduardo Gomes perpassa por contextos de mudanças. Como tenentista, tinha aspirações de governo centralizado. Após a Revolução de 1930 apoiou o governo provisório e constitucional de Getúlio Vargas. Quando foi instaurada a ditadura do Estado Novo, Gomes pediu exoneração de seu cargo público. Como candidato duas vezes a presidente da República, representou grupo opositor ao governo federal, com ideias liberais. Na década de 1950 atuou seguindo essa mesma vertente liberal e opositora ao trabalhismo. Participou do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura instaurada.

Pode-se perceber, assim, que o pensamento de Eduardo Gomes, bem como a cultura política que ele se insere modificou-se com o passar do tempo. No dizer de Rodrigo Patto Sá Motta:

“[...] as culturas políticas não são infensas à ação do tempo. Embora mantendo as características básicas que lhes garantem a identidade, elas podem adaptar-se às mudanças experimentadas pelas sociedades ao longo do tempo, que tornam determinados temas obsoletos e trazer à tona novos problemas” (MOTTA, 2009, p. 22).

Dessa forma, é preciso analisar a trajetória política de Eduardo Gomes tendo como premissa o período histórico, bem como considerar as culturas políticas e suas adaptações aos contextos de mudanças. Como analisa Vavy Pacheco Borges,

“Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas. E, para eles, como para nós, há uma parte indecifrável do aleatório, do imprevisível, do misterioso da vida (a não ser que acreditemos em alguma espécie de “Divina Providência”)” (BORGES, 2009, p.233).

Assim sendo, se, em um primeiro momento, Eduardo Gomes é interpretado como oportunista, interesseiro, contraditório, cabe ao historiador investigar e adentrar-se na conjuntura, estudar as complexidades, para então compreender o personagem. Dessa forma, torna-se necessário analisar a trajetória política de Eduardo Gomes tendo como premissa o período histórico e suas adaptações aos contextos de mudanças.

É preciso relativizar o período considerando a Primeira República, o pensamento social e político da época, que tinha o federalismo como um dos principais problemas e causa da falta de participação política. Defendia-se, então, a centralização governamental como solução. Posteriormente, a Aliança Liberal tinha como pauta a centralização política. Portanto, o governo Vargas foi a concretização de seus ideais.

Contudo, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, e a participação do Brasil ao lado dos Aliados, criou clima de contradição na política brasileira: como um país

que lutava contra o fascismo para que a liberdade e a democracia fossem restituídas a outros povos, viveria em regime autoritário sem os direitos e garantias que reclamavam os Aliados? É possível notar a mudança do pensamento político na época. Alguns, dos que antes defendiam a centralização política e concordaram com o Estado Novo, tornam-se, então, oposição ao regime. Posteriormente, com a posição dos Estados Unidos na defesa de economias liberais, personagens que participavam da União Democrática Nacional, como é o caso de Eduardo Gomes, concordam e defendem a adoção desta estratégia econômica no Brasil. No entanto, cabe também ao historiador questionar o significado do liberalismo e sua concordância com o autoritarismo nesse contexto.

A pesquisa sobre a biografia política de Gomes baseia-se na ideia de que é preciso compreender que o indivíduo possui interação com a sociedade de seu tempo e apresenta contradições e mudanças de pensamentos, pois ao mesmo tempo em que o sujeito constrói a sua própria vida, a vida também condiciona o sujeito. Os personagens históricos não são modelos de coerência. As tensões, o imaginário e, principalmente, o indecifrável e o imprevisível da vida devem ser considerados na narrativa do biografado.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. Paz e Terra, 1981.

BORGES, Vavy Pacheco. “O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões”. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

DIAS, Sônia. Verbete “Eduardo Gomes”, **Dicionário histórico-biográfico brasileiro Rio de Janeiro: CPDOC/FGV**, 2001.

FRANCO, Virgílio de Mello. **A campanha da UDN**. Editora Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1946.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 347.

MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos**. Argumentum, Belo Horizonte, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935 – sonho e realidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____ (org.). **Pão, terra e liberdade, memória do movimento comunista de 1935**. Rio de Janeiro/São Carlos: Arquivo Nacional/EUFSCar, 1995.

DO SUBVERSIVO AO TRAFICANTE: O PAPEL DA GUERRA ÀS DROGAS NA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO INTERNO” NO BRASIL

Luiz Henrique Santos Brandão

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História
Brasília – Distrito Federal

RESUMO: A guinada militarizante das políticas de “guerra às drogas” ocorrida na década de 1970 foi parte de um conjunto de medidas – entre elas o AI-5 – para radicalizar a perseguição política e alargar a abrangência da vigilância do Estado sobre o cotidiano. A implementação destas medidas era preconizada pela Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra, e que foi utilizada para justificar o Golpe Militar de 1964 no Brasil. Traçarei portanto os contornos de uma genealogia do “inimigo interno”, identificando-o como uma categoria híbrida entre o criminoso comum e o inimigo de guerra, mas também como um personagem criado a partir da articulação entre as categorias do “louco”, do “anormal” e do “degenerado”. Pretendo com isso identificar o aspecto estratégico do dispositivo proibicionista no contexto do terrorismo de Estado promovido pela Ditadura Militar, a saber, de que a criminalização do uso e comércio de determinadas plantas ou substâncias de uso comum e habitual constituiu-se como instrumento de perseguição política generalizada com base em critérios morais, ao

mesmo tempo em que desempenhava a função de propaganda moral da Ditadura Militar.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra às Drogas; proibicionismo; anticomunismo; terrorismo de Estado; Ditadura Militar

ABSTRACT: The militarizing turning of the 70’s occurred in the “drug war” politics was part of a set of measures – the AI-5 between them – aiming to radicalize the political persecution and to broaden the scope of State’s vigilance of the everyday life. The implementation of these measures was advocated by the National Security Doctrine, formulated by the Superior School of War and used to justify the Brazilian military coup in 1964. I’ll therefore draw the general traces of a genealogy of the “internal enemy”, identifying it as a hybrid category between the common criminal and the war enemy, but also as a character created from the articulation between the categories of the “crazy”, the “abnormal” and the “degenerated”. I thus intend to identify the strategical aspect of the prohibitionist apparatus in the context of the State terrorism promoted by the Military Dictatorship, i.e., that the criminalization of the use or of the commerce of certain plants or substances with common or habitual use constitutes itself as a instrument of generalized political persecution with a strictly moral basis in the same time as it serves as moral propaganda

for the dictatorial government.

KEYWORDS: War on Drugs; proibicionismo; anti-comunism; State terrorism; Military Dictatorship

1 | INTRODUÇÃO

Quando analisamos a política criminal de drogas brasileira sob os auspícios dos princípios fundamentais estruturantes do atual ordenamento jurídico nacional, uma das aberrâncias que mais saltam aos olhos é a continuidade, sem nenhum tipo de revisão ou segunda apreciação, da lei nº 6.368/76. Trata-se da Lei de Tóxicos vigente até 2006, quando uma nova lei radicalizou o modelo repressivo para as políticas públicas sobre drogas no Brasil.

As leis produzidas pela Ditadura Militar a este respeito ainda no período anterior a Lei de Tóxicos de 1976 já suscitavam críticas à época de sua aprovação cuja acidez pode ser percebida em mais de um exemplo. Acerca do Decreto-Lei de nº 385/68, produzido na esteira do escancaramento do estado de exceção pelo Ato Institucional de nº 5, algumas das personalidades mais eminentes do pensamento jurídico à época se manifestaram entendendo a medida como “norma vexatória e inoperante” (BARRETO, 1982: 29), “orientação deplorável e inexplicável, posta em péssima perspectiva social” (FRAGOSO, 1997: 59) e que teria abalado “a consciência científica e jurídica da Nação” (SOUZA, 1972: 57).

A subsequente lei nº 5.726/71, apesar de internacionalmente elogiada por descriminalizar o “toxicômano”, sofreu também críticas por não estabelecer suficientes critérios que permitissem a distinção entre usuário eventual e traficante, além de cominar pena de reclusão ainda maior que a anterior:

a Lei Anti-Tóxicos [5.726/71] deixou a desejar porque quando todos esperavam que o tratamento punitivo para o consumidor da droga, que a trouxesse consigo, desaparecesse ou fosse bem menor do que os dispensado ao traficante – apenas para justificar a imposição da medida de segurança –, ambos continuaram a ter idêntico apenamento. E agora, com pena ainda maior: reclusão de 1 (um) a 6 (seis) anos, e multa [...]” (SOUZA, 1972: 58-59).

A lei de 1976, no entanto, marca uma inflexão importante na política criminal sobre drogas da Ditadura Militar, contrariando as recomendações internacionais e marcando a guinada militarizante, cujo forte reverberar ainda se nota no tom das políticas brasileiras sobre o tema. Dito de outro modo: se até 1971 ainda havia um equilíbrio e mesmo espasmos de predominância do modelo médico-sanitarista, a lei de 1976 possui um viés abertamente bélico, reproduzindo quase *ipsis literis* o discurso da *war on drugs* estadunidense – vide, a título de exemplo, a maneira quase parodial com que as bravatas nixonianas eram reproduzidas nas declarações de “guerra às drogas” durante o governo Médici.

Para a historiadora espanhola Belén Luca de Tena, a radicalização das posturas antidrogas e, conseqüentemente, a militarização progressiva das políticas de “combate

aos tóxicos” extraiu sua justificativa do clima de “alerta vermelho” que caracterizou o cenário político do país no período, “estabelecendo-se um paralelismo entre a conspiração política de comunistas e socialistas e a conspiração moral daqueles que traíam a nação por meio do consumo imoral de drogas” (LUCA DE TENA, 2000: 51).

A partir destas inquietações, o esboço aqui traçado busca dar conta de uma genealogia da figura do “inimigo interno” no Brasil a partir da Ditadura Militar ou, mais especificamente, da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) sob forte influência norteamericana e que, não obstante, tinha como um de seus principais objetivos resguardar as tradições e instituições nacionais da influência estrangeira.

O fio condutor da investigação apresentada aqui foram então as evoluções deste conceito de “inimigo interno” em sua relação com o que chamei aqui de “dispositivo proibicionista”, articulado nas décadas de 1960 e 1970 a uma ideia de “tóxico-subversão”, que seria parte de uma tática elaborada pelo “Movimento Comunista Internacional” para uma sub-reptícia dissolução dos pilares morais da sociedade ocidental, cristã, neoliberal, através do incentivo a liberdade sexual e ao consumo de “tóxicos”. Fica ainda evidente a forma pela qual o pendor moralizante de tal construção simbólica em torno do “inimigo interno” se aproxima de uma tradição que remonta às articulações entre o saber médico-psiquiátrico e o poder jurídico em um tipo específico de configuração, à qual Michel Foucault chamou de “poder normalizador”, vinculado a práticas de governo explicitamente pautadas por um ideal de “higiene social”.

2 | A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Três meses depois do golpe de Estado que iniciou o período de Ditadura Militar no Brasil, o general Castelo Branco aprova a Lei 4.341/64, criando o Serviço Nacional de Informações (SNI). O órgão seria responsável por “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (Lei 4.341/64, Art. 2º). Em outras palavras, consonante com a Doutrina de Segurança Nacional, cria-se um órgão encarregado por mapear grupos “subversivos”, bem como identificar ações ou ideias que colocariam em risco a ordem e a segurança nacional. Mas o que era, afinal, a Doutrina de Segurança Nacional?

A primeira lei a vigorar no Brasil respeitante a este tema (Lei nº38) foi criada em abril de 1935 pela ditadura varguista a fim de tipificar os crimes militares e contra a segurança do Estado. Uma lei posterior, ainda sob Vargas, definia os crimes contra o Estado e a sua ordem política e social, apresentando, assim como a anterior, traços explicitamente anticomunistas. Em ambas, a segurança nacional era compreendida como a salvaguarda das instituições estatais, assim como da soberania e autonomia do Estado.

O Decreto-Lei 314 de 1967 e o posterior Decreto-Lei 898 de 1969, promulgados pela Ditadura Militar marcam uma inflexão em relação às leis legadas pela ditadura varguista ao terem sido elaborados com o objetivo específico de promover o combate contra um inimigo interno, que seria considerado estranho à identidade nacional e contrários aos interesses nacionais – definidos, é claro, nos termos do regime –, de modo a suprimir garantias constitucionais e instrumentalizar política e operativamente as Forças Armadas para a perseguição e extermínio dos habitantes do próprio país.

As novas leis de segurança nacional impostas pela Ditadura Militar nos anos 1960 significaram a implementação, no Brasil, da chamada “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN), que era a aplicação latino-americana da política imperialista estadunidense de alcance mundial formulada em 1947 e conhecida como “Doutrina Truman”. Sua tese central, sobre a necessidade de defesa da civilização cristã ocidental contra a “penetração perniciosa” da ideologia marxista-leninista, desempenhou um papel central na implantação de regimes ditatoriais em todos os países sob influência estadunidense, em especial os países latino-americanos. Segundo Heloísa Greco:

Trata-se de um projeto geral para a sociedade compreendendo, portanto, todos os aspectos da vida coletiva e todas as decisões políticas do país. Seus princípios, sintetizados por Golbery do Couto e Silva, principal ideólogo da ditadura militar, são os seguintes: o Ocidente como ideal; a ciência como instrumento de ação; o cristianismo como paradigma ético. A partir do combate cerrado ao comunismo internacional em nome da democracia, adota-se o conceito de “guerra de subversão interna”, compreendendo “guerra insurrecional” e “guerra revolucionária” e a noção de “fronteiras ideológicas” em oposição a “fronteiras territoriais” – é, assim, estatuída a categoria de “inimigos internos” cuja contenção e eliminação se tornam a razão de ser do Estado de Segurança Nacional (GRECO, 2003: 47).

A DSN não se limitaria assim aos seus instrumentos legais, como os decretos-lei mencionados. Observando-se as suas múltiplas implicações – éticas (cristianismo), epistemológicas (cientificismo) e civilizacionais (ocidentalismo), como na síntese de Golbery – bem como a diversidade dos meios através dos quais seus aspectos normativos e disciplinares se manifestam, poderíamos melhor entendê-la recorrendo ao conceito de “dispositivo”, tal como foi elaborado por Michel Foucault.

Por “dispositivo” Foucault compreende a relação ou conexão estabelecida entre instituições, discursos, saberes médicos e científicos, normas morais, medidas administrativas e instrumentos legais mobilizados com a finalidade estratégica de impor um conjunto de normas e suprimir grupos ou sujeitos desviantes (FOUCAULT, 1981: 194). Deste modo, podemos entender a criação do SNI como fazendo parte deste “projeto geral para a sociedade [...] a partir do combate cerrado ao comunismo internacional” (GRECO, 2003: 47), funcionando como uma das diversas partes que compõem um dispositivo cuja finalidade estratégica seria o fortalecimento das “fronteiras ideológicas” e a eliminação destes elementos considerados desviantes ou estranhos ao corpo social.

A identificação da ideia de uma coesão social à segurança do Estado, confundindo, portanto, as fronteiras entre Estado e sociedade e borrando as distinções

entre criminoso e inimigo de guerra, teve por consequência a criminalização de todo tipo de discurso político, manifestação artística, hábitos ou referenciais teóricos que apontassem para problemas estruturantes do modelo socioeconômico que o regime procurava impor, como a luta de classes, relações de exploração ou desigualdade socioeconômica, identificando estas ideias como deturpações nocivas à unidade nacional e, portanto, como subversivas.

Temos assim uma articulação entre o estabelecimento de um aparelho estatal voltado à repressão política e um conjunto mais ou menos coeso de valores morais a serem defendidos, que acabou por engendrar a criação de um “inimigo” (interno) – definido por critérios progressivamente abstratos –, mas também que pressupunha um tipo de cidadão desejável.

Trata-se, portanto, de um dispositivo cuja operacionalidade não se restringe à supressão, perseguição, repressão ou extermínio dos grupos-alvo identificados como inimigos do Estado. É preciso notar que existe aí uma dimensão positiva, no sentido da afirmação criadora de um tipo de sujeito, de um estilo de vida considerado correto, moral e útil, adaptado à uma moralidade burguesa, à uma produtividade capitalista, à uma sexualidade heteronormativa e monogâmica, e a um regime farmacológico proibicionista. Ao suprimir o comunista, o “pederasta”, a mulher “promíscua”, o “terrorista” e o “viciado em entorpecentes” o dispositivo em questão põe em evidência, reafirma, legitima o “cidadão de bem”, o trabalhador “sóbrio”, comprometido com a “unidade nacional”, a defesa da família, da moral e dos “bons costumes”, ou seja: o sujeito disciplinado, produtivo, dócil e útil.

Apretensão moralizante da ditadura foi, portanto, essencial para a autolegitimação do estado de exceção enquanto medida tomada em nome dos “interesses nacionais” e o subsequente estabelecimento de um amplo aparelho burocrático destinado à perseguição política.

Isto posto, Maud Chirio argumenta que, embora o anticomunismo tenha desempenhado um papel central para a legitimação, por exemplo, do golpe de 1964, a partir de 1968 ele muda de tom. Ela observa que temas como a destruição da família, a corrupção da moral e dos bons costumes ou os estragos provocados pelo materialismo ateu, que passam a ser vistos como provas auto-evidentes do progresso da subversão, não eram, até 1968, o principal foco das declarações públicas feitas por militares (CHIRIO, 2012: 121). Qual teria sido então o motivo desta aparente inflexão?

O ano de 1968 marca um endurecimento do regime em relação à perseguição do Movimento Estudantil. Foi neste ano, por exemplo, que a Universidade de Brasília foi sitiada e invadida por tropas do Exército. Foi também neste ano que ocorreu a prisão de oito estudantes em um congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

É preciso notar também que uma das principais marcas do final da década de 1960 é o crescimento dos movimentos que ficaram conhecidos como “contracultura”, da defesa da liberdade sexual e do consumo de drogas psicodélicas recém descobertas. Os militares atribuíam estas mudanças, à penetração silenciosa das táticas do

“Movimento Comunista Internacional” (MCI) que visavam destruir as estruturas do mundo ocidental, facilitando assim a conquista pelos comunistas. Deste modo, o MCI seria o grande responsável por trás das práticas imorais, a produção e o incentivo ao consumo de drogas e o apoio ao amor livre, cujo alvo principal seria a juventude (SAMWAYS, 2014: 32).

Desta forma, a popularização das drogas psicodélicas nos Estados Unidos ocorre num momento político particularmente tenso e fortemente marcado pela perseguição política. A declaração do então presidente Richard Nixon, em 1972, de “uma guerra total contra o inimigo número um dos Estados unidos: as drogas perigosas”, marca o recrudescimento da reação conservadora em defesa da “América tradicional”, entendida por oposição aos grupos que sacudiam a vida política norte-americana na década de 1960: hippies, pacifistas, libertários, feministas, ativistas gays e movimento negro (RODRIGUES, 2014: 39-40).

Neste contexto, na medida em que o Movimento Estudantil ganhava força e conquistava legitimidade, as universidades passaram a ser reconhecidas como um dos principais redutos de resistência e contestação ao regime militar (RIDENTI, 1997, p.17). Torna-se assim cada vez mais evidente a urgência estratégica de deslegitimar organizações estudantis para que sua perseguição e criminalização fosse amparada pela opinião pública. A caricatura do comunista ateu e terrorista não desaparece do discurso alarmista amparado pela DSN, mas passa a agregar o estudante ‘viciado em entorpecentes’, ‘promíscuo’ e ‘pederasta’, operacionalizando o conceito de “tóxico-subversão” como uma nova ferramenta de perseguição política, novamente perpetrada com base em critérios moralizantes.

3 | O DISPOSITIVO PROIBICIONISTA

Utilizando-se dos poderes instituídos pelo artigo 2º do recém decretado Ato Institucional de nº 5, o general Costa e Silva introduz uma série de alterações legais no artigo 281 – lei dos anos 40 que tipificava o crime de tráfico –, por meio do Decreto-Lei de nº 385. Entre as principais mudanças, vale destacar a equiparação das penas previstas para usuário e traficante (§ 1º, inciso III), marcando um distanciamento do modelo de diferenciação. Trata-se de um padrão legiferante sintomático da radicalização do Sistema de Segurança Nacional, que produziu extensa estrutura legislativa dirigida ao combate do ‘inimigo’ interno.

Mais tarde, já na década de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici articulou uma ampla mobilização entre os três setores das Forças Armadas, as polícias civis e militares, os Ministérios da Justiça, Educação e Saúde em sua campanha de “moralização” da juventude através do “combate ao uso de entorpecentes”. O peso político de mobilizações como essa pode ser notado, por exemplo, numa reportagem em primeira página publicada pelo Correio Braziliense em 1971 com o título “Médici

lidera a luta contra o tóxico”. Nela, o jornal informa que “as autoridades qualificaram o problema dos tóxicos e entorpecentes no País como da mesma gravidade que a eliminação do terrorismo” (Edição 03454, 1971: 1).

A equiparação do problema dos “tóxicos e entorpecentes” ao “terrorismo” é sintomática da aplicação do conceito de “tóxico-subversão”, que explorarei mais adiante. Temos aqui apresentada uma ampla articulação, em diversos âmbitos do poder público, objetivando a imposição de uma norma sanitária, moral e disciplinar, com um discurso médico e um argumento em termos de segurança pública. O problema do uso de drogas era tão urgente quanto o do terrorismo, e o discurso sobre ambos é concebido em termos bélicos.

Dito isso, não se pode deixar de notar que o período da ditadura militar representou um dos mais importantes pontos de inflexão no que se refere à operacionalização do dispositivo proibicionista enquanto estratégia “normalizadora”. Neste contexto, o golpe de 1964 é considerado na verdade um divisor de águas na política criminal sobre drogas brasileira. Foi com a Ditadura Militar que a política proibicionista passou do modelo sanitário para o bélico, identificando a “toxomania” à ação de organizações subversivas.

Uma outra edição do jornal citado acima, esta de 1970, traz uma reportagem com o título “Combate sem tréguas”, que noticia a distribuição, pela sub-delegacia do Departamento de Polícia Federal, de um “estudo” assinado por um certo capitão Vicente José Brasil, no qual “os tóxicos e seu tráfico são relacionados como instrumento de subversão dentro da tática comunista de amoralização do homem” (Edição 03258, 1970: 17). O “estudo” em questão inicia-se alertando o leitor de que “o comunista é carente de escrúpulos” e que “com ele não deve haver a concessão do diálogo, por ser sua semântica pejorativa e de eflúvios toxicológicos” (idem) e termina com uma exortação:

”Unam-se a nós do Serviço Nacional de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes, a nós da Polícia Federal, a nós do Governo Brasileiro, a nós do povo, pois a nossa união formará uma muralha intransponível contra os inimigos vermelhos da Pátria!” (idem).

Dos generais que ocuparam a Presidência da República durante o período ditatorial, Médici foi o que mais ostensivamente se utilizou do discurso da “guerra às drogas” para fins de promoção política, assemelhando-se aos usos políticos da política de “tolerância zero” levada a cabo nos EUA pelo presidente Nixon no mesmo período.

Desse modo, embora a Doutrina de Segurança Nacional tenha se pautado pela ‘ideologia de Defesa Social’, esta última constitui uma tendência do pensamento jurídico acerca das funções do Direito Penal que antecede o período ditatorial e é superveniente a ele. Trata-se de um discurso que se fundamenta em uma “concepção abstrata e ahistórica de sociedade, entendida como uma totalidade de valores e interesses” coerente e monolítica (BARATA, 1993: 42), interpretando como antagonismo e adotando uma postura beligerante e persecutória em relação a posicionamentos e

atitudes “desviantes”.

Assim, apesar de a ditadura não ter sido o primeiro regime a operar medidas proibicionistas, foi certamente o primeiro a se dedicar declaradamente ao que conhecemos ainda hoje como “Guerra às Drogas”. Constrói-se assim, por meio das campanhas de lei e ordem e da reelaboração do significado de “Segurança Nacional”, o estereótipo político-criminal de um novo inimigo interno: o traficante. Como lembra Vera Batista:

A guerra contra as drogas pôde assim garantir a permanência do aparato repressivo, aprofundando seu caráter autoritário e assegurando investimentos crescentes para o controle social e a segurança pública. Não foi só a infraestrutura que se manteve após o regime militar: o novo inimigo propiciou também a renovação dos argumentos exterminadores, o aumento explosivo das execuções policiais e a naturalização da tortura. Tudo é normal se o alvo é o traficante nas favelas. Temos hoje no Rio de Janeiro um projeto de ocupação militar nas áreas de pobreza em nome dessa guerra (BATISTA, 2014: 194).

A Guerra às Drogas cumpre assim, em sua relação embrionária com a Doutrina de Segurança Nacional uma função estratégica de assujeitamento e docilização da população por meio de práticas e discursos de caráter coercitivo, intimidador e moralizante, características dos abusos que configuram o terrorismo de Estado.

4 | TÓXICO-SUBVERSÃO

Um dos exemplos documentais mais candentes da mitologia conspiracionista promovida pela DSN nesse sentido – da corrupção moral como tática de subversão – é o do relatório produzido em 1973 pelo Ministério do Exército sobre a “infiltração subversiva no meio universitário de Brasília”, relacionando diretamente “índices de higiene”, “uso de tóxicos”, “pederastia” e “erotismo” como indícios do sucesso obtido pelo MCI na corrupção moral dos estudantes em Brasília:

A incidência do uso dos tóxicos no meio estudantil é um alarmante indício do sucesso parcial já obtido pelo MCI em Brasília. As investigações realizadas não tiveram o objetivo de esgotar o problema, tal é a sua amplitude e complexidade. Foi, entretanto, uma oportunidade aproveitada para se obter uma amostragem da ligação efetiva tóxico-subversão.

Por outro lado, o baixo índice de higiene em que vivem nas “repúblicas”, o aspecto pessoal de muitos estudantes sujos, barbudos e cabeludos – aliado ao relaxamento das convenções sociais e morais, a incidência dos pederastas, a atividade fotográfica, como arte, deturpada para o erotismo e em alguns casos, uma atividade sexual desregrada e quase grupal, demonstra o interesse em utilizar a corrupção dos costumes, como auxiliar do binômio tóxico-subversão (Arquivo Nacional. Fundo ASI-UnB. Documento BR AN, BSB.AA1.0.ROS.33).

Percebe-se, assim, como o “inimigo” passa a ser caracterizado sob uma nova roupagem: tinha o cabelo comprido e usava drogas, pregava o amor livre, a paz e o desarmamento. Táticas pacifistas que esconderiam o verdadeiro objetivo dos comunistas: destruir o ocidente e seus valores (SAMWAYS, 2014: 20).

Para que se possa perceber de maneira mais distinta função do SNI no quadro até aqui apresentado, passo então a apresentação de alguns trechos marcantes retirados de um documento de 31 páginas produzido pela Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília (ASI-UnB) – um dos braços do SNI que atuava dentro da estrutura burocrática da Universidade – por ocasião da prisão, em 1973, de vários jovens “em decorrência de informações colhidas de que em Sobradinho – uma das Regiões Administrativas do Distrito Federal – havia um grupo que se reunia para discutir política ideológica de esquerda e fumar maconha” (p. 3). O dossiê traz seus nomes, os nomes dos pais, endereço e escolaridade de cada um. Nos trechos que se seguem, tomei o cuidado de suprimir estas e outras informações que possibilitem a identificação dos envolvidos, dado o teor das informações.

De modo muito similar ao que foi apresentado anteriormente com o documento de mesma data produzido pelo Ministério do Exército, um dos trechos iniciais do dossiê traz as impressões que o agente teve das repúblicas de estudantes situadas nos arredores da UnB:

AS “REPÚBLICAS” DE ESTUDANTES

Durante as investigações o CODI/CMP-11^aRM encontrou um quadro deprimente, ao proceder buscas em uma residência de estudantes no Plano Piloto, constatando que vivem num ambiente de acentuada promiscuidade, onde tóxicos e sexo são misturados com impregnação ideológica de esquerda. Os mais antigos, desencaminhando os recém-chegados à BRASÍLIA para tentar o ingresso na Universidade. Os que aqui residem, visitando assiduamente esses “infernhos” e, alguns, deixando a própria casa para residir nessas “repúblicas” (BR AN, BSB. AA1.MPL.024).

Este trecho sozinho já exemplifica de maneira quase caricatural o que foi apresentado até aqui: a espécie causada no agente tem três motivos principais: tóxicos, promiscuidade e ideologia de esquerda. Constata-se ainda a percepção do estudante universitário como corruptor da juventude que chega à Brasília para aprimorar sua formação, mas é rapidamente ‘desencaminhado’ pela liberdade sexual, uso de ‘tóxicos’ e discussões políticas de viés marxista. Ainda no mesmo documento:

A sua residência, na SQS-409, tornou-se ponto de reunião de universitários viciados em maconha e conhecidos como de idéias subversivas. As revistas e os livros de cunho subversivo alí existentes – alguns recebidos do exterior – eram manuseiados pelos visitantes. O gabinete fotográfico era usado por vários de seus amigos e colegas. Por outro lado, a atividade fotográfica, exercida nos cursos da Universidade era deturpada para a exploração dos ambientes de miséria – álbum de GURUPI – e para a corrupção dos costumes, sob o pretexto de expressão corporal, para ilustração de livros. Sintomática a constatação de que seu monitor, no curso de Fotografia na UnB, fora [...] elemento já conhecido dos OI da área, ex-integrante do PCB, viciado em maconha e homossexual (p. 4).

[...]

Frequentava a casa de [...] (SQS-409) onde tinha contato com colegas que fumavam maconha. Reunia-se, no ano passado, no Apartamento de [...], seu colega de Comunicação da UnB, com vários outros, onde fumavam maconha e discutiam

política marxista (p. 11).

[...] também frequentava as reuniões do grupo de [...] na redação do jornal onde também estava presente o binômio “maconha – discussão política” (p. 17) [grafia reproduzida do original] (BR AN, BSB.AA1.MPL.024).

Nota-se a importância dada a sexualidade dos ‘suspeitos’, além do envolvimento com ‘tóxicos’, para o diagnóstico do ‘elemento subversivo’. Este é o teor das outras trinta páginas que se seguem. Isto porque neste período, as ações do SNI se distribuíam em três frentes principais: política, tóxicos e pornografia:

Com o aprimoramento dos meios de comunicação, como o rádio, a televisão e o cinema, os setores anticomunistas acreditavam que os “subversivos” estariam se apropriando dessas armas psicológicas para conquistar corações e mentes, buscando também debilitar a juventude através do incentivo ao consumo de drogas e pregando o amor livre. Em um país de maioria católica e ainda permeada por um pensamento conservador, as drogas e a pornografia eram vistas como um grande mal à sociedade, pois estariam a serviço de Moscou para debilitar os valores tão defendidos pelo ocidente. [...] A política, os tóxicos e a pornografia eram então considerados como vírus que ameaçavam não somente a estrutura militar, mas também o mundo ocidental como um todo. Esses vírus seriam agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional (LAGÔA, 1983: 19).

Se, nas décadas anteriores, o anticomunismo já havia se apropriado do discurso religioso não só de combate ao ateísmo, mas também associando o comunismo a uma prática demoníaca (RODEGHERO, 2003), a partir do final da década de 1960 ele se associará a um discurso moralizador mais abrangente, de defesa das estruturas tradicionais, em especial família, a propriedade privada e os costumes.

Isto posto, o que aparecia inicialmente como uma inflexão, relativa mudança no alvo principal do terror de Estado, apresenta-se então como uma continuidade: a mobilização de preconceitos morais com a finalidade de deslegitimar a oposição e criar uma caricatura do “inimigo interno” no imaginário político como técnica de governo (SAMWAYS, 2014: 20).

Como se pôde notar, o serviço de informações constituía um dos principais componentes do dispositivo proibicionista, tendo sido responsável por subsidiar a política de terror empreendida pela ditadura. Amparado pela Doutrina de Segurança Nacional, o SNI representou um dos exemplos mais extremos da intromissão abusiva do Estado em assuntos privados, como o uso de substâncias psicotrópicas e a sexualidade.

Ao adotar a moralidade conservadora como fator de coesão e a unidade nacional como critério da segurança de Estado, a Ditadura Militar não apenas sistematizou e impôs o pensamento de setores significativos das elites militares e civis (VIEIRA, 2010: 82), mas operou a transformação em política pública de práticas como a espionagem, perseguição política/moral, sequestro, tortura e assassinato em nome da defesa da família e dos bons costumes.

5 | PODER NORMALIZADOR

A instrumentalização da proibição às drogas como “artifício de política externa e recurso para a governamentalização – disciplinarização, vigilância e confinamento – de grupos sociais ameaçadores à ordem interna” (RODRIGUES, 2003: 259), já é velha conhecida da história das drogas. Nos Estados Unidos, as primeiras campanhas de amedrontamento da população acerca dos “perigos da droga” datam da proibição do ópio, em 1900. Já nessa época seu uso de determinadas drogas era relacionado a grupos étnicos específicos:

[...] negros seriam consumidores de cocaína, indígenas do cacto peyote, chineses de ópio, hispânicos de maconha, italianos e irlandeses de álcool, [...] a “guerra” estava lançada, baseada em critérios morais e de defesa da saúde pública. Não era, portanto, uma cruzada contra substâncias inanimadas – as drogas – mas contra as pessoas que as produziam e consumiam (RODRIGUES, 2014: 39)

A partir da década de 1920, a reprovação moral ao uso de substâncias psicoativas passa a identificar seu uso com certos grupos sociais vistos como “ameaçadores”. Foi assim que as ligas puritanas absenteístas conseguiram mobilizar uma ampla rede de apoio direcionada à perseguição de minorias e imigrantes associados a comportamentos “moralmente reprováveis” e que representariam uma ameaça aos valores clássicos da América branca e puritana (RODRIGUES apud CARVALHO, 2011a: 5).

As declarações do chefe do *Federal Bureau of Narcotics* nos anos 1930, Harry J. Anslinger, exemplificam de forma quase caricatural o caráter racista, xenófobo e alarmista do proibicionismo norteamericano:

[...] a maconha é a maior causa de violência na história da humanidade. A maioria dos fumantes são negros, hispânicos, filipinos e vagabundos. Sua música satânica, o jazz e o swing, é resultado do uso da maconha. Esta maconha que faz com que mulheres brancas queiram ter relações sexuais com negros (ANSLINGER, 1937).

Tal instrumentalização do dispositivo proibicionista realiza-se pois, no início do século XX, fundamentada sobre ideais eugênicos e inspirada no imaginário social sobre as “classes perigosas”. O termo foi utilizado já em 1857, por Morel, em seu trabalho “Tratado das Degenerescências”, para designar aqueles que não possuiriam “nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa” (apud COIMBRA, 2001: 88).

Em “História da Loucura na Idade Clássica”, Foucault nota que “indigência, preguiça, vícios e loucura se misturam numa mesma culpabilidade” (1978: 538), identificando as aproximações entre “loucura” e “decadência social”, “degenerescência” e “doença mental”. O pendor higienista do dispositivo proibicionista pode ser observado, por exemplo, na autorização dada pela Justiça à Prefeitura de São Paulo, em maio de 2015, para a aplicação de uma política de internação compulsória em massa para pessoas em situação de drogadição mediante avaliação psiquiátrica.

Da mesma forma como, a partir de 1793, a medicalização do tratamento do

louco foi defendida por Pinel como uma substituição da violência e do encarceramento pelo tratamento terapêutico, uma substituição da repressão pelo discurso médico, as políticas de internação forçada para os casos de drogadição são apresentados pela administração estatal como uma alternativa “humanitária” à repressão policial.

Os desdobramentos posteriores das investigações iniciadas em “História da Loucura” conduziram Foucault à exploração de uma outra categoria, surgida a partir da articulação entre o saber médico/psiquiátrico e o poder jurídico, a saber, a categoria do “anormal”. Para Foucault, o surgimento desta nova personagem está condicionado à constituição de “um duplo psicológico-ético do delito” por meio do exame psiquiátrico (2001: 21). Em outras palavras, o exame opera um deslocamento da infração penal em si para as implicações propriamente morais do delito:

O exame permite passar do ato à conduta, do delito à maneira de ser, e de fazer a maneira de ser se mostrar como não sendo outra coisa que não o próprio delito [...] o que é mais grave é que o que é proposto nesse momento pelo psiquiatra não é a explicação do crime: na realidade, o que se tem que punir é a própria coisa, e é sobre ela que o aparelho judiciário tem de se abater (FOUCAULT, 2001: 20-21).

O discurso do perito psiquiatra estabelece assim uma relação de causalidade entre estes comportamentos e maneiras de ser e o crime em si. De fato, na prática judiciária, estes fatores externos ao crime serão incorporados a ele, constituindo a própria matéria punível. Cria-se assim, através da articulação entre o exame psiquiátrico e o inquérito judiciário, a noção de que existem “personalidades perigosas”, tipos de pessoas que teriam uma propensão natural a comportamentos desviantes e potencialmente criminosos. É a este dispositivo, que institui a punibilidade *a priori* do anormal, que Foucault chama de “poder normalizador”.

Ao discutir o conceito de “norma” e sua função estratégica no âmbito das instituições disciplinares e seus desdobramentos médico-jurídicos é necessário atentar à distinção fundamental entre os conceitos de “normal” e “saudável”, bem como entre “anormal” e “patológico”. Os efeitos da progressiva indiferenciação entre estes conceitos é explorada por Georges Canguilhem, tendo ele apontado que a ideia de “norma” necessariamente impunha um conjunto determinado de exigências e coerções aos domínios aos quais ela fosse aplicada: “normalizar é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda que estranho” (CANGUILHEM, 2009: 91-92).

Em seu estudo sobre os “anormais”, Foucault percebe na evolução das noções estabelecidas pela psiquiatria sobre o “degenerado” o surgimento de uma nova forma de racismo, fruto de um saber sobre a degenerescência. O degenerado será, no século 19, progressivamente categorizado como “incurável” e identificado como “aquele que é portador do perigo” (FOUCAULT, 2001: 404). Assim, Foucault assinala as estratégias de normalização psiquiátrica, que se passarão a apresentar não apenas como uma forma possível, mas como ‘a’ forma de proteção da sociedade por excelência contra

os perigos potencialmente oferecidos pelo “anormal”. São justamente estas formas de normalização psiquiátrica que culminarão, no século 20, na radicalização daquilo que Foucault chamou de “racismo de Estado” ou “racismo de guerra”, que possibilitaria uma filtragem de todos os indivíduos no interior de uma sociedade (2001: 403).

6 | CONCLUSÃO

O proibicionismo não é apenas a decantação jurídica de um conjunto de preconceitos infundados cuja perversidade se pode notar nas estatísticas da população carcerária ou no perfil socioeconômico das vítimas da letalidade policial. Trata-se, antes, de uma continuação histórica da instituição de um conjunto de disciplinas e estratégias de normalização.

Essa consideração do poder normalizador para além de seu caráter repressivo, evidenciando uma dimensão afirmativa, criadora, ainda que de caráter coercitivo, constitui o ponto de partida para o meu argumento de que o dispositivo da Guerra às Drogas não pode ser compreendido se nos restringimos a observar apenas seus efeitos de supressão, proibição, negação. É preciso perceber que tipo de valores, discursos, modos de subjetivação, estilos de vida e formas de pensar ele está afirmando, protegendo e impondo, para que seja possível um diagnóstico mais preciso do problema.

À luz destas considerações, aproximamo-nos da definição do suspeito/criminoso como uma evolução do conceito de inimigo interno tal como foi delineado nos termos da Doutrina de Segurança Nacional (SANTOS, 1994: 16). Esta aproximação ocorre principalmente, segundo Luis Eduardo Greenhalgh, por intermédio da continuidade da militarização da Polícia, enquanto força auxiliar das Forças Armadas, que era treinada, durante a ditadura, segundo a cartilha da DSN:

Como o inimigo político era “privativo” (para fins de repressão) das Forças Armadas federais, as políticas militares tiveram que inventar outro inimigo, que passou a ser determinado por fatores socioeconômicos. Os inimigos ou suspeitos eram os negros, os mais pobres, as prostitutas, os favelados. Ou seja, aqueles que estão mais marginalizados, mais afastados do processo produtivo e seus benefícios. Instrumentalizados dentro dos mesmos princípios e métodos das Forças Armadas (tortura, violência etc), as forças auxiliares de repressão policial comum passaram a utilizar as mesmas táticas de repressão usufruindo também da mesma punibilidade que caracterizou o regime militar (GREENHALGH, 1994, 11).

A criminalização de substâncias de ampla e habitual utilização, como é o caso da maconha, cumprem um propósito estratégico dentro das tradições inquisitoriais que atravessam a prática jurídica brasileira, legitimando práticas de coerção arbitrárias e inflacionando perigosamente o poder policial (ZALUAR, 2004: 33).

Mais do que alardear o escandaloso fracasso da política de “guerra às drogas” em relação àquilo a que ela formalmente se propõe, a saber, a supressão do comércio de substâncias psicotrópicas consideradas ilícitas, é preciso perceber que é justamente a

continuidade deste fracasso que atesta a real função do dispositivo: o controle social das classes perigosas.

REFERÊNCIAS

ANSLINGER, Harry, J. **Additional statement of H. J. Anslinger, Commissioner of Narcotics.** *Transcription of Congressional Hearings. The Marihuana Tax Act, 1937.*

BARRETO, J. D. L. Menna. **Estudo da nova lei de tóxicos.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1982.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica y Crítica del Derecho Penal: introducción a la sociología jurídico-penal.** Madrid: Siglo Veintiuno, 1993.

BATISTA, Vera Malaguti. Atendendo na guerra. In: BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias (Orgs.) **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack.** Rio de Janeiro: Revan, 2014.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Jonatas C. de. **Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional.** Trabalho apresentado na VI Semana de História e III Seminário Nacional de História: Política, cultura e sociedade. Programa de Pós Graduação em História/UERJ: Rio de Janeiro, 2011a.

_____. **A produção de leis e normas sobre drogas no Brasil: a governamentalidade da criminalização.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011b.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06.** 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas.** Rio de Janeiro: Reavan, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica.** Perspectiva: São Paulo, 1978.

_____. The confession of the flesh. In: **Power/Knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977.** Pantheon Books: New York, 1981.

_____. FOUCAULT, Michel. **Os Anormais.** Martins Fontes: São Paulo, 2001.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal: parte geral.** 15º ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia.** Tese de Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas pela UFMG. Belo Horizonte: 2003.

GREENHALGH, Luis Eduardo. **Segurança Pública e Ideologia da Segurança Nacional.** Fragmentos para uma Introdução Crítica à Retórica da Segurança Pública. IAJUP: Rio de Janeiro, 1994.

LAGÔA, Ana. **SNI: Como nasceu, como funciona**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

LUCA DE TENA, Belén. **La guerra de la cocaína**. Editorial Debate: Madrid, 2000.

RIDENTI, M. Que história é essa? In: REIS FILHO, D. A. et al.(org). **Versões e ficções: O seqüestro da história**. 2a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2. ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

RODRIGUES, Thiago. **Drogas e liberação: enunciadores insuportáveis**. Revista Verve, Nu-Sol/PUC-SP (nº 03). São Paulo: 2003.

_____. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra**. Contexto Internacional (PUC), vol. 34, nº 1. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Quem é o Inimigo?** Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10, nº 110, novembro de 2014.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Universidade Federal do Paraná (tese de doutorado). Curitiba, 2014.

SANTOS Jr. Belisário dos. **Segurança Pública: conceitos e preconceitos**. Fragmentos para uma Introdução Crítica à Retórica da Segurança Pública. IAJUP: Rio de Janeiro, 1994.

SOUZA, Ney Fayet. **Lei anti-tóxicos: reparos e sugestões para o art. 314 do novo Código Penal**. Estudos Jurídicos, São Leopoldo, 1972. nº 04.

VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) no Regime Militar (1968-1979)**. Universidade de Brasília (dissertação de mestrado). Brasília, 2010.

ZALUAR, Alba Maria. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

DOCUMENTOS

Arquivo Nacional. Fundo ASI-UnB. Documento **BR AN, BSB.AA1.0.ROS.33**

_____. BR AN, BSB.AA1.MPL.024

Biblioteca Nacional. Correio Braziliense. Edição **03258 (1)**, 1970.

_____. Edição **03454 (1)**, 1971.

ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE

Samara Letycia Moura Borges
(Universidade de Brasília)

RESUMO: Este texto pretende discutir a utilização do filme como recurso didático nas aulas de História, abordando a representação da temática negra. Para tanto, foi exibido o filme “Em Defesa da Honra” para os discentes do 9º ano de ensino do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes situado na região rural do município de Porto Nacional (TO). Após a exibição, foi aplicado um questionário sobre temas apresentados no filme. O filme narra a violência vivenciada pelos operários no sul dos Estados Unidos, diante da conjuntura de discriminação, os operários formam grupo chamado de “Diáconos pela Defesa e Justiça”. Por meio dos questionários, pôde-se observar uma postura crítica e interessada dos discentes que apresentaram aceitação da utilização de filmes nas aulas de História.

PALAVRAS-CHAVE: Representação; História; Filme; Ensino.

ABSTRACT: The text can be used as a didactic resource in History classes, addressing a representation of the black theme. For that, the film “In Defense of Honor” was launched for the students of the 9th year of education at the Campo Chico Mendes Municipal Education

Center located in the rural area of the municipality of Porto Nacional (TO). After the screening, a week was given on themes featured in the film. The film chronicles the violence experienced by workers in the South of the United States. In the face of discrimination, the workers form groups called “Deacons for Defense and Justice”. Through the questionnaires, close a criticism and criticism of the speeches than the acceptance of history classes.

KEYWORDS: Representation; History; Movies; Teaching.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a utilização do filme como proposta de recurso didático nas aulas de História, analisando e discutindo o filme com temática da resistência negra como representação da realidade, bem como as possibilidades e os problemas metodológico-epistêmicos que o docente pode vir a ter durante sua utilização na sala de aula. Para o desenvolvimento deste trabalho foi exibido um filme na aula de História no Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes para os discentes do 9º ano do ensino fundamental.

Comumente as aulas de História são consideradas “monótonas” por seu conteúdo e/

ou pela prática docente, sobretudo, por este último. Dependendo como o conteúdo é abordado, as aulas podem despertar a atenção e interesse dos discentes. Assim trazer o filme para o universo escolar é adentrar novas possibilidades e inserir-se nas novas abordagens pedagógicas, já que o docente deve atentar-se para as demandas das novas “ferramentas” de aprendizagem.

O filme escolhido para trabalhar com os discentes é “Em Defesa da Honra”, escolhemos este filme porque ele representa um dos momentos da luta contra o racismo nos Estados Unidos que apesar de mostrar-se como um interessante filme é pouco conhecido. Dirigido por William Henry, o filme foi lançado em 2003 não apresentando como uma obra cinematográfica de grande expressividade no mercado industrial, ao contrário de outras produções fílmicas dirigidas por Henry, o filme não possui grandes efeitos especiais que geralmente os filmes Hollywoodianos costumam apresentar.

O filme em Defesa da Honra, Duke, nos apresenta o personagem Marcos Clay - interpretado pelo ator Forest Whitaker - que sofre as condições de um operário negro americano em meados da década de 1960 no sul dos Estados Unidos, já que ele e demais afro-americanos eram discriminados pela elite dominante e racista, sobretudo, pelos simpatizantes da Ku Klux Klan (KKK). A partir da situação vivenciada pelos oprimidos e pela necessidade de patrulhas em bairros negros, surge então o grupo Diáconos pela Defesa e Justiça com a tentativa de se impor frente aos descasos que sofriam.

2 | CINEMA E HISTÓRIA

A história é apresentada e representada de diferentes formas e o filme pode ser uma delas, já que é um dos veículos que pode representar uma determinada realidade. Trata-se de um grande avanço do registro das imagens, na qual se deu a preservação das imagens em movimento. O filme é um meio alternativo e interessante de comunicação que tem se caracterizado como um objeto industrial, pois causa um enorme impacto, principalmente nas massas, levando em suas obras cinematográficas lutas e ideologias.

Nesse sentido, Morenttin (2003), com influência nas obras de Marc Ferro escreve o artigo “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro” sobre a utilização do cinema como fonte na história e sua relação com ela a partir dos textos do historiador francês. Para Morenttin (2003), “o cinema traz informações complementares e refaz a ideia de uma época ou acontecimento”.

Contudo, como ressalta Marc Ferro (*apud* MORENTTIN, 2003) é preciso atenção para a historicidade, percebendo o diálogo do filme com as diversas e diferentes correntes ideológicas e a realidade, trazendo à tona elementos que foram essenciais para a transformação histórica, pois tais produções afetam o psicológico do público. De acordo com Duarte (2002):

O significado cultural de um filme (ou de um conjunto deles) é sempre constituído no contexto em que ele é visto e/ou produzido. Filmes não são eventos culturais autônomos, é sempre a partir dos mitos, crenças, valores e práticas sociais das diferentes culturas que narrativas orais, escritas ou audiovisuais ganham sentido (DUARTE, 2002, p. 51-52 *apud* COELHO; VIANA, 2011).

Por ser um objeto cultural imbuído em nossa cultura contemporânea e idealizador de novas formas de ver o mundo, tem-se proliferado em nossos costumes e hábitos chegando a não somente expor, mas também induzir a informações de identidade e influenciar nas demais formas de desenvolvimento da sociedade. Para tanto, Eric Hobsbawm (*apud* KORNIS, 1992) percebe o cinema como uma “influência decisiva na maneira como as pessoas percebem e estruturam o mundo”. O cinema tem se infiltrado na transmissão cultural e se tornado uma ferramenta no processo de formação educacional, entretanto Kornis (1992), observa que os documentos visuais estão sendo usados de forma inadequada, já que apesar deles serem utilizados em sala de aula, recebem pouca atenção metodológica. Quanto às dificuldades que alguns docentes têm de ensinar utilizando os documentos visuais, Bittencourt (2004) no livro “Ensino de História: fundamentos e métodos” propõe discutir sobre a diversidade dos tipos de instrumentos em sala de aula, sugerindo formas de organizar e conciliar o conteúdo com as ferramentas de ensino, entre elas, a utilização dos filmes. Em um capítulo dedicado ao assunto cujo título é “Documentos não escritos em sala de aula” ela enfatiza sobre os cuidados na escolha de um filme. Para a autora, o primeiro passo é o docente conhecer as experiências dos discentes e identificar a experiência deles como expectadores (BITTENCOURT, 2004, p. 375). Através das experiências dos discentes é possível identificar suas representações acerca de um determinado tema. O interesse com este trabalho é apresentar o filme como uma ferramenta importante na sala de aula e com ele discutir as análises dos discentes em relação a realidade do negro na sociedade. A partir da exibição do filme “Em Defesa da Honra”, buscou-se analisar a percepção dos discentes sobre a situação vivenciada pelos negros na história, entendendo que o filme pode ser utilizado de forma didática, mas que sua utilização também pode reforçar a ideia de superioridade das “raças” ou pode colocar este pensamento em questão, já que o filme altera ou expõe uma realidade (KORNIS, 1992). Ao discutir sobre as representações dos discentes, Zamboni (1999) afirma que todas as imagens nos trazem uma mensagem e essas mensagens são construídas a partir das ideias que os discentes já têm sobre o assunto. Dessa forma, pretende-se com este trabalho identificar a influência dos filmes nas ações cotidianas e sua aceitação quanto ao conteúdo cinematográfico.

Por fazer parte da educação dos jovens, o uso do filme nos remete as questões sobre a apropriação do conhecimento, tais como: os jovens sabem da influência do cinema na formação de opinião? Como eles interpretam um filme? Qual é a aceitação do conteúdo exibido?

As representações fílmicas apresentam costumes, ideias e ações. As representações abrange imagens, revistas, livros, oralidade e o filme. A televisão e

o cinema contribuíram e continuam a contribuir para uma concepção de história e de tempo histórico. Estes são alguns dos veículos de comunicação que tem influência sobre os que o assistem e, assim, podemos observar o quanto o filme tem influenciado as práticas das pessoas, especialmente dos discentes. Com advento das imagens em movimento, nas quais foram desenvolvidas técnicas narrativas que ainda hoje são empregadas no cinema e na televisão, observou-se que além de ser um meio de comunicação, o filme também é um objeto industrial que faz circular capital monetário. Logo, é preciso atentar-se para as mensagens transmitidas pelo filme. Os docentes precisam acompanhar as mudanças e, por isso, podem fazer uso de novos recursos didáticos para o ensino. Segundo Viana (2010):

Por muito tempo, a escola privilegiou o uso da língua escrita, mas a atualidade requer imagens, pois hoje o mundo é da imagem. A invasão da imagem mostra que o estímulo visual se sobrepõe no processo de ensino/aprendizagem, pois a cultura contemporânea é visual. O aluno é estimulado pelas histórias em quadrinhos, videogames, vídeos, telenovelas, cinema, jogos variados, inclusive do computador, todos com apelos às imagens (VIANA, 2010, p. 03 *apud* COELHO; VIANA, 2011).

Para Kornis (1992) um filme pode se aproximar da realidade e se tornar uma fonte precisa expondo visões de mundo, valores, identidades e ideologias de uma sociedade, dependendo das circunstâncias que é utilizado pode articular-se ao contexto histórico e social da atualidade. Trabalhar com esse filme é entender também como o filme pode ser utilizado como recurso didático e pode auxiliar os docentes nas suas aulas, atentando-se para a ideia de que o filme pode “reforçar” estereótipos, cabendo ao docente “desconstruir” visões estereotipadas que resultam na discriminação e alijamento de alguns grupos étnicos. Neste sentido, Teixeira (2006) afirma que:

Ver filmes discuti-los e interpretá-los é uma via para ultrapassar as nossas arraigadas posturas etnocêntricas e avaliações preconceituosas, construindo um conhecimento descentrado e escapando às posturas “naturalizantes” do senso comum (TEIXEIRA, 2006, p. 08 *apud* COELHO; VIANA, 2011).

Após a exibição do filme foi aplicado um questionário com seis questões. O uso desse questionário serviu para analisarmos como os discentes perceberiam as situações apresentadas no desenvolvimento do filme. Assim, por meio da percepção dos discentes, buscamos entender o impacto ideológico do filme e se os discentes identificariam a temática abordada pelo filme.

3 | CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CHICO MENDES

O Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes localiza-se na TO 255, km 12, Projeto de assentamento Santo Antônio, zona rural do município de Porto Nacional - TO, ocupando uma área de 14 hectares. Diante das discussões que apontaram para os desafios das escolas rurais brasileiras, recorreu-se ao trabalho de

Fernandes e Rodrigues (2010) e o Caderno SECAD (2007) – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade organizado por Henrique, Maragon, Delamora e Chamusca.

Segundo Fernandes e Rodrigues (2010) a educação do campo tem uma trajetória que foi negada durante muitas décadas e apesar do Brasil ter uma sociedade predominantemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891. No caderno SECAD que trata sobre a Educação no Campo (2007) diz que somente a partir da Constituição de 1988 foi que a legislação brasileira relativa à educação passou a contemplar as especificidades das populações identificadas com o campo. Antes disso, a educação para essas populações foi mencionada apenas para propor uma educação instrumental, assistencialista ou de ordenamento social. Ainda de acordo com o caderno SECAD (2007) é preciso conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário também mobilizar e colocar em cheque ideias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Além disso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e a cidade.

Acerca do nome da escola, é uma homenagem ao seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, segundo Fernandes e Rodrigues (2010):

O Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes recebeu esse nome para homenagear Francisco Alves Mendes Filho, seringueiro desde criança, que dedicou praticamente toda a sua vida à defesa dos trabalhadores e povos da floresta. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Chico Mendes (como é chamado popularmente) teve um trabalho reconhecido internacionalmente, sendo várias vezes premiado inclusive pela ONU, que o distinguiu como um dos mais importantes defensores da natureza no ano de 1987. Através de sua luta pela implantação das reservas extrativistas, Chico Mendes combinava a defesa da floresta com a reforma agrária reivindicada pelos seringueiros, contrariando grandes interesses, principalmente os dos latifundiários e da UDR.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico do centro contou com a participação dos pais, comunidade local, professores, alunos e funcionários. Sendo o documento composto pelos seguintes elementos: visão escola e planejamento. Elementos que, segundo o PPP, objetivam compreender “a escola que temos, a escola que queremos e como construí-la”.

4 | EXIBIÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas dos discentes passaram pela escravidão colonial até os temas da atualidade. No entanto, uma das questões que se referia a KKK, poucos discentes apresentaram conhecer a existência da Ku Klux Klan – somente 04 (quatro) afirmaram conhecer.

Houveram algumas respostas surpreendentes em relação à consciência negra. A maioria dos discentes ficou surpresa com a coragem dos protagonistas negros e indignaram-se também com as condições sociais e raciais que foram apresentadas no filme à época, já que muitos não conheciam a extremidade do racismo no recorte temporal abordado pelo filme e por meio da exibição do filme puderam entender acerca dos espaços de segregação. A imagem associada ao campo, no senso comum, advém de um discurso tradicionalista, no qual, os habitantes rurais não têm acesso à tecnologia. A realidade vivenciada pelo Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes alerta-nos para a necessidade de romper com estigmas e promover um ambiente que atenda às necessidades de aprendizagem dos discentes.

Poucos saíram da sala, mostraram-se interessados pelo filme. Nas cenas que apresentaram as repressões das manifestações, todos ficaram surpresos. Dessa forma, as mudanças de suas expressões eram instigantes, lamentaram-se e faziam comentários frente às agressões sofridas pelo negro: “bate nele também” e “não deixa fazer isso com você”.

Os discentes sorriam e expressaram-se com gestos em algumas cenas, tratava-se de um momento em que a igualdade se almejava e, ao sorrirem, não mostravam sorrir somente por uma situação cômica, mas demonstravam contentamento, houve uma boa recepção da exibição do filme na aula de História.

Após o término do filme foi-lhes entregue o questionário, o que foi interessante, pois os estudantes o preencheram com seriedade. A maioria não conhecia o filme, tampouco grupos como o Diáconos pela Defesa e Justiça, no entanto, souberam reconhecer a temática do filme.

O racismo e suas consequências chamaram-lhes à atenção. Ao verem as mobilizações como tentativa de reivindicação dos direitos civis da população negra, parecia não acreditar porque para eles o filme não se baseava em fatos reais.

Um aluno disse, através do questionário, que o movimento dos negros apresentado pelo filme mostrou também a luta pelos direitos trabalhistas. Acerca da pergunta sobre a Consciência Negra, outra aluna respondeu que “consciência negra significa respeitar a todos e que temos direitos iguais, independentemente da cor da pele”. É importante ressaltar que os discentes repudiaram a violência praticada pelos simpatizantes da KKK e compreendiam a ação dos diáconos frente à conjuntura da segregação racial.

Considerando o exposto, para a qualidade do ensino, o uso de recursos novos como o filme requer ser pensado e discutido. Tanto os docentes da zona rural como o da zona urbana precisam adequar-se as linguagens que apontam para uma inovação didática, já que “qualquer gênero de filme pode se transformar em um poderoso recurso pedagógico” (CARVALHO, 2003).

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.**

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. **Conhecimento da história e da educação: o cinema como fonte alternativa.** São Paulo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Ano 10, n. 2, 2003.

COELHO, Roseana; VIANA, Marger. **A utilização de filmes em sala de aula, um breve estudo no Instituto de Ciências Exatas e Biológicas da UFOP.** Revista da Educação Matemática da UFOP, Vol. I, 2011.

CHECCO, Guilherme Barbosa. **Negros Protagonistas: cinema e música na integração racial americana.** São Paulo. PUC/SP, 2010.

FERNANDES, Ailton; RODRIGUES, Ismeralda. **A Educação do Campo e os instrumentos da pedagogia da alternância no Centro Municipal de Educação no Campo Chico Mendes.** Programa Nacional de Gestores de Educação Básica, 2010.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antônio; DELAMORA, Michiele; CHAMUSCA, Adelaide (Orgs.). **Educação do Campo: Diferenças mudando paradigmas.** Cadernos SECAD. Brasília, 2007.

KORNIS, Mônica Almeida. **História e Cinema: um debate metodológico.** Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Vol. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

MORETTIN, Eduardo Victorio. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro.** Curitiba. Editora UFPR, 2003.

SILVA, Priscila Aquino. **Cinema e História: o imaginário norte americano através de Hollywood.** Rio de Janeiro. UFF, Vol. 2, n. 5, 2004.

ZAMBONI, Ernesta. **Representações e linguagens no ensino de História.** Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 18, n. 36, p. 89-102, 1999.

ENTRE O DISFORME E O MONSTRO: O CORPO ESPETÁCULO

Juçara de Souza Nassau

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de
Artes Visuais
Goiânia – Goiás

RESUMO: Se a maioria das doenças pode ser detectável, possui uma organicidade, visibilidade, enfim, constitui-se de dados a partir dos quais se pode desenvolver uma ação médica, compreendemos que não é mera casualidade que as deformidades do corpo enfermo apreendem a atenção do olhar médico e foram historicamente representadas. Desde o período renascentista esse corpo disforme, tido como imperfeito, começou a ser considerado monstruoso e foi amplamente ilustrado. Embora muitas dessas ilustrações não tenham sido consideradas relevantes para o entendimento e estudo da anatomia humana, foram divulgadas em obras especializadas ou publicadas apenas a título de curiosidade, satisfazendo a mera exploração visual de uma aparência física, considerada diferente e, portanto, perturbadora. A partir dessas observações, propomos uma reflexão sobre a visibilidade das deformidades do corpo através das fotografias médicas produzidas pelo médico/fotógrafo Konstantin Christoff (1923-2011) na Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros-MG, em meados do século XX. Assim, refletiremos a

respeito das imagens das lesões das patologias dermatológicas, como foi o caso das epidemias como a varíola, das graves deformidades, dos hermafroditas, dos indivíduos afetados por gigantismo, entre outros que historicamente receberam atenção visual e promoveram a Cultura Visual da Medicina.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo defeituoso; Fotografia médica; Cultura Visual

ABSTRACT: If the majority of diseases can be detectable, it has an organicity, visibility, and finally, it is a data from which a medical action can be developed, we understand that it is not mere chance that the deformities of the diseased body apprehend the attention of the physicians and were historically represented. Since the Renaissance period this misshapen body, considered as imperfect, began to be considered monstrous and was amply illustrated. Although many of these illustrations have not been considered relevant to the understanding and study of human anatomy, they have been disseminated in specialized works or have been published only for the sake of curiosity, satisfying the mere visual exploration of a physical appearance, considered different and therefore disturbing. From these observations, we propose a reflection on the visibility of body deformities through the medical photographs produced by the physician / photographer

Konstantin Christoff (1923-2011) at the Santa Casa de Misericórdia in Montes Claros-MG, in the middle of the 20th century. Thus, we will reflect on the images of the lesions of the dermatological pathologies, as was the case of epidemics such as smallpox, severe deformities, hermaphrodites, individuals affected by gigantism, among others who historically received visual attention and promoted the Visual Culture of Medicine.

KEYWORDS: Defective body; Medical photography; Visual Culture.

1 | INTRODUÇÃO

Se a maioria das doenças pode ser detectável, possui uma visibilidade, enfim, constitui-se de dados a partir dos quais se pode desenvolver uma ação médica, compreendemos que não é mera casualidade que as deformidades do corpo enfermo apreendem a atenção do olhar médico e foram historicamente representadas. A partir dessas observações, propomos uma reflexão sobre a visibilidade das deformidades do corpo. Assim, refletiremos a respeito das imagens das graves deformidades, dos hermafroditas, dos indivíduos afetados por gigantismo, entre outros, que historicamente receberam atenção e promoveram a Cultura Visual da Medicina.

2 | AS PRIMEIRAS ILUSTRAÇÕES

Desde o período renascentista o corpo disforme, tido como imperfeito, começou a ser considerado monstruoso e foi amplamente ilustrado. Almejava-se a produção de imagens através do corpo perfeito. Tal como considerava a sua existência e com o qual pudesse ser apreciado, estudado com regularidade e consertado. Para tanto, através da produção de imagens, expunham-no em todos os seus detalhes: vislumbrava-se, ainda, a exata localização de cada membro e como se dispunham no corpo humano, assim, como a divisão de cada uma de suas partes (SILIBIA, 2012).

Apesar da pretensão de averiguar o funcionamento do corpo com anseios de tomá-lo como uma máquina perfeita e manipulável, num mundo dessacralizado, as obras dos primeiros ilustradores anatomistas, às vezes, apresentavam algumas aberrações e se distanciam do corpo idealizado e perfectível objetivado pela ciência. Notamos que muitas representações evidenciavam certa atmosfera espetacular e de ostentação. Era recorrente, nos primeiros desenhos e gravuras, o corpo humano mostrar-se incompleto, desproporcional e não representar a exatidão anatômica tão desejada pelos saberes científico e pelas ideias mecanicistas da época.

Nesse ponto, vale lembrar que para serem estudados, muitas vezes, os corpos eram saqueados em seus túmulos e desenhados às pressas. As partes do corpo não desenhadas eram substituídas por partes correspondentes dos desenhos anatômicos de animais. Surgiam, assim, desenhos com corpos incompletos, que posteriormente

eram complementados com a anatomia animal da qual já se tinha conhecimento. Para Ho Kim (2012), muitas vezes, os corpos tiveram suas proporções ajustadas para coincidir com os cânones artísticos renascentista de proporções do corpo humano ideal.



Figura 01: Sétima gravura dos músculos: o afrouxamento das cordas, Andréa Versalius, 1539.

Fonte: Saunders e O'Malley, 2002, p. 111

Nessa esteira, no livro *De Humani Corporis Fabrica* (1539) de Andreas Vesalius (1514-1564) verificamos, por exemplo, a imprecisão dos desenhos anatômicos e a carga de subjetividade que carregam que, em muitos casos, apenas ocasionava uma aparência dramática e “bizarra” nas figuras sem maiores preocupações com a objetividade científica (Figura 01). Dispõem-se cadáveres como personagens mumificados em poses, causando-nos estranhezas (SAUNDERS e O'MALLEY, 2002). Nesse sentido, para Ortega (2008, p. 144) essas ilustrações anatômicas renascentistas “apelam para o uso de poses canônicas de obras de arte reconhecidas” em que “o interesse de Vesalius é produzir uma descrição normativa da anatomia humana”.

Entre os séculos XVI e XVIII objetivando a perfeição na representação do corpo busca-se não apenas os desenhos precisos, mas também, os corpos perfeitos que servissem como modelo exemplar na representação da anatomia humana e que fossem capazes de fazer entender o seu funcionamento.

A partir da ambição de compreender o exato funcionamento do corpo e realizar as identificações e mapeamentos das doenças a partir das imagens, começa-se a verificar que produzidas manual e subjetivamente não continham a veracidade que os cientistas aspiravam. Esse fato levará à utilização da fotografia como novo mecanismo de registro desde a sua invenção por Louis Jacques Mandé Daguerre (1787 - 1851), em 1839. Segundo Silva (2003) no meio científico tornou-se aceita a noção de que a fotografia se constituía de técnica ideal para representar o corpo, sendo considerada superior ao desenho e a pintura, poderia registrar, com fidelidade, as aparências das

células ou dos cadáveres humanos.

Como resultado da produção e divulgação das imagens dos corpos, sejam considerados perfeitos ou não, temos as formas de percepção e os regimes de visualidades que se imbricam ora atendendo à objetividade da ciência e ora servindo-se da subjetividade da arte.

3 | REPRESENTAÇÕES VISUAIS DO CORPO MONSTRUOSO

Embora muitas das ilustrações do corpo humano não tenham sido consideradas precisas e relevantes para o entendimento e estudo da anatomia foi amplamente divulgado em obras publicadas até meados dos séculos XVIII apenas a título de curiosidade, satisfazendo a mera exploração visual de uma aparência física, considerada diferente. Sejam consideradas criaturas da natureza ou produtos da imaginação humana (Figura 02), o fascínio, a curiosidade e o temor despertado, motivaram a presença de seres considerados monstruosos em obras dedicadas a fenômenos extraordinários e nos tratados de anatomia publicados na Idade Moderna. O entendimento do corpo monstruoso advém, em grande parte, das variadas interpretações que, ao longo da história, têm sido associadas a este tipo de seres. Esses fenômenos designados prodígios, “são encarados como a marca de uma transgressão moral grave acompanhada de um presságio de um castigo divino” ou “são simplesmente descritos como fatos da natureza com origem acidental e destituídos de significado moral” (COSTA, 2016, p. 11).



Figura 02: “Um monstro fêmea sem testa”. Ambroise Paré, 1563.

Fonte: Costa, 2016, p. 11

Outras imagens dos corpos considerados imperfeitos ficariam excluídas dos livros de medicina quanto os sujeitos portadores de alguma deficiência estavam relegados à exclusão da vida social, tidos apenas como “fenômenos singulares e extraordinários” a serem vistos e observados a certa distância física ou através de suas imagens.

Mas o que pode ser considerado um corpo perfeito? A respeito dessa percepção, Canguilhem (1978) mesmo considerando que os fenômenos vitais normais e patológicos foram atribuídos valores opostos, tornando-os uma espécie de dogma, essa autora entende a doença como o aumento ou a redução do estado normal. Nesse sentido, pondera que a fisiologia e patologia se confundem e considera a possibilidade de que alguns sintomas - mecanismos constantes no estado patológico - sejam os mesmos no estado da saúde e da doença. Tomada dessa maneira, “a saúde perfeita não passa de um conceito normativo, de um tipo ideal” (p. 54).

Para Stiker (2012), as teorias sobre o monstro se baseiam no excesso de características do corpo como as atrofias e as repetições de suas partes ou, então, os sujeitos possuidores de alguma deficiência, como os surdos, por exemplo. O enfermo físico não é só o corpo estropiado e mutilado é também o corpo disforme ou enfraquecido. É aquele que possuidor dessas particularidades se achou aproximado do corpo monstruoso, ao ponto de ser identificado com ele.

Esse sujeito leva todos os tipos de ataques e sofrimentos ao ser considerado um fenômeno a ser visto apenas através de suas estranhezas anatômicas. Para Courtine (2011, p. 254), em Paris, no século XIX, eles desfilaram em carros, junto com animais, igualmente curiosos, eram visitados em feiras “com a banalidade rotineira” e “os olhares faziam um inventário sem limites da grande exibição das bizarrices do corpo humano”.

Podemos entender, a partir dessas colocações que, nesse século, a curiosidade impera assim como a insensibilidade. Os “anormais”, também, são sujeitos rejeitados pela família e vagam pelas ruas, hospitais e hospícios. Eram, muitas vezes, percebidos numa perspectiva religiosa como sinais mais ou menos maléficos. E apesar do conceito de monstruosidade, num primeiro momento, nada ter a ver com a degeneração, essa relação se estabelecerá com o passar dos anos e se aplicará, também, às enfermidades mentais (STIKER, 2012).

Nesse período, no Brasil, os sujeitos considerados defeituosos ainda eram classificados como idiotas aos quais, também, não deveria ser dada muita atenção por parte dos “sábios médicos”, que não lhes dirigiam a atenção de um saber particular. “É uma história de separações, diferenciações, classificações, cortes incessantes” (LOBO, 2011, p. 414-415).

4 | FOTOGRAFIA: ENTRE O REGISTRO DO ESPETÁCULO E O INSTRUMENTO DE SEGREGAÇÃO

No século XIX, nos hospitais e asilos Europeus produziu-se um imenso arquivo fotográfico das pacientes. Nesses lugares, através da fotografia e do vídeo, recursos utilizados como ferramentas da ciência, mapeou-se a doença, registrou-se a dor em meio a experiências clínicas (entre elas os eletrochoques), crises de epilepsia e práticas de hipnoses com o intuito de descobrir a verdadeira fonte do comportamento

patológico desses sujeitos que se isolaram e se deixaram servir de experimentos de cunho científico.

Para Didi- Huberman (2015) o asilo *La Salpêtrière*, em Paris, é considerado como o “teatro dos crimes” e uma “fábrica de imagens” onde foram registradas as reações dos corpos perante as técnicas de hipnose (Figura 03) e eletrochoques.



Figura 03: Paul Regnard, “Atitudes passionais”, Paris, 1878.

Fonte: <http://www.softrevolutionzine.org/2017/le-rappresentazioni-dell-isteria/>

Para Didi-Huberman, (2015) as internas desse asilo foram classificadas por Jean-Martin Charcot (1825-1893) como um objeto do olhar e as imagens de suas dores, um mero espetáculo a ser mostrado ao público. A exemplo disso cita o prefácio escrito por Charcot, da *Revista fotográfica dos hospitais da Paris*, de 1869 e questiona a projeção da dor na imagem e do espetáculo que daí vem e comenta:

[...] certamente não constava a palavra “horror” (havia antes, “*honra de oferecer ao público*” – “*médico*”, vale destacar – o espetáculo verdadeiro “*dos casos mais interessantes*” e mais “*raros*” da patologia; havia também nesse prefácio palavras como “*verdade*”, “*benefício*”, “*magnífico*”, “*pleno sucesso*”, etc.). Mas, para nós, seres sensíveis (e que não somos “do ramo”), trata-se de um verdadeiro catálogo de horrores. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 61, grifos do autor)

Os registros desses “espetáculos” e catálogo de “horrores” evidenciava, dessa maneira, a correlação entre os aspectos físicos, a gestualidade e a capacidade cognitiva que criariam a representação dos sujeitos em diversas áreas do conhecimento. Assim, coisifica-se o indivíduo e o insere em categorias criadas a partir dos gestos, das posturas, na figuração ou características das fâceis, nas medidas do corpo, entre outros métodos que acabam por refletir numa classificação física dos tipos e/ou na criação imagética das personalidades.

5 | O REGISTRO FOTOGRÁFICO DO CORPO ANORMAL

Para Courtine por volta da década de 1880 que a “exibição do anormal” e das diferenças do corpo humano atingirá o ponto máximo:

[...] elemento central de um conjunto de dispositivos que fazem da exposição das diferenças, estranhezas, deformidades, enfermidades, mutilações, monstruosidades do corpo humano o suporte essencial de espetáculos onde se experimentam as primeiras formas da indústria moderna da diversão de massa (2006, p. 254).

Ao final desse século, além de proporcionar divertimento ao público com a exposição dos sujeitos em espetáculos, também a imagem do corpo defeituoso foi exposta e divulgada, a mero título de curiosidade. Mais uma vez o corpo se torna espetáculo e, para isso, um novo recurso será utilizado para comprovar a sua existência: a fotografia.

Um exemplo desse fato são as fotografias produzidas pelo fotógrafo Christiano Junior (1832-1902). Esse fotógrafo realizou a partir de 1865 (Figura 04), segundo Kossoy (2002) uma “coleção de *typos pretos*” colocadas à venda sob forma de *carte de visite* “bem ao gosto da antropologia social e das teses racistas em voga na Europa” (p. 174).

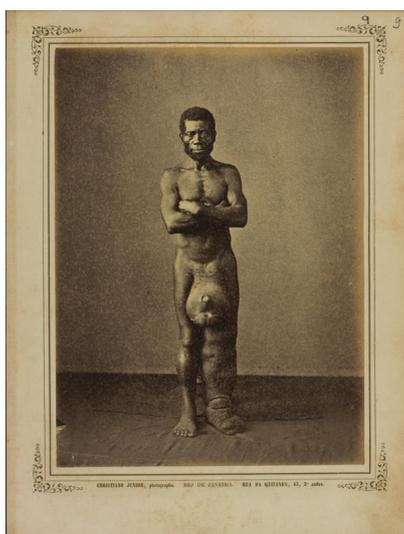


Figura 04: Christiano Junior, Elephantiasis, cc. 1866.

Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br>

Além da deformidade física e lado a lado com a exibição dos monstros humanos, segundo Courtine (2006, p. 256), que “as diferenças raciais foram a princípio objeto de espetáculo, diante de olhares prontos a adivinhar a anomalia monstruosa sob a estranheza exótica”.

Nessa esteira, o diferente se destaca, sejam diferenças raciais ou deformidades físicas. Os sintomas visíveis e as marcas da doença diferenciariam o indivíduo dos demais. Ao referir-se à fotografia médica dos hermafroditas Cascais (2017) reflete a respeito objetificação dos sujeitos como espécimes patológicos e do poder médico

que procura reestabelecer a eles a normalidade:

daqueles que o tornavam idêntico aos tipos estabelecidos pelas diferentes ciências de classificação taxonômica dos sinais visíveis, como a fisiognomia. A fotografia médica e científica dos hermafroditas que pareciam pôr em causa esses sistemas de classificação visa pois restituí-los à normalidade, tais como a restante fotografia judiciária e policial dos indivíduos perigosos (prostitutas, delinquentes, homossexuais, vadios, alcoólicos, doentes mentais, etc.). (CASCAIS, 2017, p. 60)

Instaura-se aí um regime de visibilidade. No qual visa caracterizar de forma distintiva a normalidade e/ou precisar o grau de anomalia do corpo em oposição ao que deve ser considerado norma ou normal. Resta ao sujeito a conformação orgânica que ficará registrada e, de certa maneira, moldada na imagem a legitimar a segregação desses indivíduos.

Nessa esteira citamos outro fotógrafo brasileiro que também registrou imagens das deformidades do corpo: Konstantin Christoff (1923-2011). Médico, artista e fotógrafo que residiu na cidade de Montes Claros- MG onde chefiou o Serviço de Cirurgia da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros e atuou como médico cirurgião geral e cirurgião plástico por mais de quarenta anos (METZLER, 1990).

Percebemos através da fotografia realizada por Konstantin Christoff produzida na Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros-MG e na periferia dessa cidade, em meados do século XX, que poucas mudanças de perspectiva ocorreram na visibilidade dada ao corpo, comparativamente aos posicionamentos do século anterior. A Figura 05, por exemplo, é intitulada “mulher barbada” pelo médico/fotógrafo e capturada pela lente de sua câmera. O desvio da normalidade se faz presente e exhibe-se na imagem sob a “estranheza exótica”.



Figura 05: Konstantin Christoff, “Mulher barbada”, Montes Claros-MG, 195-.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Elvira Curte R. Christoff

No campo das percepções das anomalias corporais as enfermidades acabam tendo um lugar de destaque, passíveis de construir olhares coletivos. Sicad (2006, p. 146-147) nos afirma que “a fotografia troca as anatomias pelas aparências”. Nesse sentido as fotografias médicas irão registrar a superfície do corpo, das lesões dermatológicas às protuberâncias da pele (Figura 06) exibindo as deformidades corporais através de suas imagens.



Figura 06: Konstantin Christoff, s/t, Montes Claros-MG, 195-.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Elvira Curte R. Christoff

Assim, a fotografia médica tentará, através do registro do corpo enfermo, definir uma norma ao diferenciar o sadio do patológico (FABRIS, 2002, p. 35). Nessa esteira, Ortega (2008, p. 144) afirma que na história de visualização do corpo coexiste uma procura pelo “normal ou típico com uma exigência estética pelo perfeito”.

Portanto, a história do corpo é também a história da visibilidade dada a ele. É a insensível exposição das diferenças e, principalmente, a visão mórbida que, espetacularmente, alimenta os regimes de exclusão.

6 | CONCLUSÃO

Os registros do corpo, sejam desenhos ou fotografias, tornam-se um dispositivo para divulgar o corpo considerado anormal com as mais diversas intenções, mas constantemente, como atestado de presença e ligados aos regimes de segregação.

Na presença perceptiva das anomalias corporais se apagam as outras distinções, o ser humano passa a ser visto apenas externamente e a ser mero “monstro”. É conflitante notar que, durante séculos, esses sujeitos causaram fascínio, foram excluídos e colocados à margem da sociedade. Ao longo do tempo se inaugurará uma nova fase em que os portadores de alguma enfermidade ou deficiência física, poderão sair da reclusão em que foram submetidos e de uma visibilidade apenas tida como concomitantemente espetacular e pavorosa.

REFERÊNCIAS

CASCAIS, A.F. **A cultura visual da medicina e os prodígios da fotografia**. In M. Oliveira & S Pinto, Atas do Congresso Internacional Comunicação e Luz. (p. 87-96) Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2373 Acesso em 23 junho de 2017.

_____. **Hermafroditismo e intersexualidade na fotografia médica portuguesa**. Comunicação e Sociedade, vol. 32, 2017. <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2751/2659> Acesso em

12 de fevereiro de 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. **O corpo anormal**: História e antropologia culturais da deformidade. In. CORBIN, Alain, et all. História do corpo: as mutações do olhar. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2006

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Trad. Maria Tereza R. de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

GONÇALVES, Tatiana Fecchio da Cunha. **A representação do louco e da loucura nas imagens de quatro fotógrafos brasileiros do século XX**: Alice Brill, Leonid Streliaev, Cláudio Edinger, Cláudia Martins. Tese (Doutorado em Artes) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2010.

COSTA, Palmira Fontes da. **O lugar das imagens na percepção e entendimento do corpo monstruoso, 1550-1750**. ArtCultura, Uberlândia, v. 18, n. 32, p. 9-23, jan.-jun. 2016. Disponível em http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF32/05_O_lugar_das_imagens_na_percepcao_e_entendimento_do_corpo.pdf Acesso em 10 de Julho de 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Invenção da histeria**: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

FABRIS, Anateresa. **Identidades Virtuais: uma leitura do retrato fotográfico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002.

METZLER, **Via sacra: Konstantin**. In SACRAMENTO, Enock, et all. Arte e Medicina. São Paulo: Sadalla Galeria de Arte, 1990.

LOBO, Lília Ferreira. **Exclusão e inclusão: fardos sociais das deficiências e das anormalidades infantis no Brasil**. In PRIORI, Mary Del; AMANTINO, Márcia (Org.) São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILIBIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: corpo subjetividades e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, James Roberto. Doença, **Fotografia e representação. Revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. S.P, 2003.

_____. Fotografia e ciência: a utopia da imagem objetiva e seus usos nas ciências e na medicina. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.9 no.2 Belém Maio/Ag. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222014000200006 Acesso em 12 de dezembro de 2017.

FUNÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL

Lindsay Borges

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Informação e Comunicação
Goiânia - GO

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo examinar os discursos de dois grupos que se manifestaram durante as comemorações do centenário de nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro arcebispo de Goiânia, ocorridas em 2010. O propósito é assinalar como na ocasião se configurou uma disputa de memória entre dois modelos de Igreja. A partir dos distintos discursos proferidos durante as cerimônias de homenagem e tomando a linguagem como expressão das relações sociais e institucionais, ressaltaremos um esforço de atualização da memória, operada por meio de um processo de seleção, concedendo novo sentido à trajetória do arcebispo no presente. Enquanto um grupo buscava perpetuar o que denominava como “memória viva” do prelado, o outro visava enquadrá-la em novos moldes, mais adequados à nova trajetória eclesial em curso.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, memória, imprensa religiosa.

ABSTRACT: The present study aims to examine the discourses of two groups that emerged

during the birth centenary celebrations of Dom Fernando Gomes dos Santos, first Archbishop of Goiânia, which took place in 2010. The purpose is to point out how in the occasion a memory dispute occurred between two models of the Church. From the distinct speeches given during the homage-paying ceremonies and considering the language as an expression of social and institutional relations, we will emphasize on the effort to update the memory, operated through a selection process, giving new meaning to the archbishop’s trajectory in the present. While one group sought to perpetuate what they called the “living memory” of the prelate, the other group aimed to frame it in new molds, more suited to the new ongoing ecclesial trajectory.

KEYWORDS: discourse, memory, religious press.

1 | INTRODUÇÃO

As comemorações do centenário de nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro arcebispo de Goiânia (1957-1985), celebradas em 2010, deram espaço a uma disputa de memória revelada pelos discursos de dois grupos que se manifestaram durante as diversas cerimônias e por meio de periódicos religiosos. De um lado, o grupo de ex-auxiliares de Dom Fernando e de outro o

novo grupo então à frente da Arquidiocese. Para examinar essa efeméride é fulcral sintetizar a trajetória desse arcebispo em Goiânia.

Dom Fernando chegou a Goiânia em 1957 e durante seu arcebispado tornou a Arquidiocese uma referência para a Igreja no Brasil. O prelado, que teve participação importante na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, deu projeção à Igreja de Goiânia, tornando-a conhecida e respeitada no Brasil e no exterior. Dentre suas expressivas iniciativas, ampliou a dimensão de projetos já existentes, com a efetivação da Ação Católica e implantação do Movimento de Educação de Base (MEB), em Goiânia. Apoiou o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Durante o governo militar, o arcebispo tomou várias iniciativas em defesa de religiosos e leigos perseguidos pelo regime.

A capacidade de Dom Fernando em dar respostas aos desafios interpostos à Igreja, aglutinou em torno do arcebispo um grupo de religiosos e leigos que apoiava o modelo de Igreja proposto por ele. Mesmo após a morte do arcebispo, em 1985, o grupo reiterou sua identidade em torno da memória do prelado e de seu projeto pastoral; memória que se tornou o elemento mediador que possibilitava às pessoas se reconhecerem como grupo. A equipe que antes auxiliava Dom Fernando, agora se apropriava de sua memória tendo em vista legitimar a continuidade do projeto pastoral iniciado por ele, evitando que outro modelo de Igreja fosse implantado na Arquidiocese.

Durante o governo de seu sucessor, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, arcebispo de Goiânia entre 1986 e 2002, foi possível a gestão dessa memória no sentido de que ela se perpetuasse e fosse transmitida às novas gerações. Nos grandes eventos da Arquidiocese, como os aniversários de morte de Dom Fernando, essa memória era valorizada, sobretudo na força dos testemunhos. No entanto, o arcebispo que assumiu em 2002, Dom Washington Cruz, se orientava por uma visão de Igreja distinta da proposta por seus antecessores, não reforçando paradigmas do modelo de engajamento anterior. Como membro da Congregação Passionista – organização precipuamente contemplativa, que une oração e ação junto aos pobres e marginalizados – o novo arcebispo foi escolhido pelo Papa João Paulo II (1978-2005), que desde os anos 1980 vinha promovendo mudanças na orientação da Igreja na América Latina, destacando-se sua oposição à participação de padres e bispos na política (DUFFY, 1998)

Desde sua posse, Dom Washington apontou novos rumos para a Arquidiocese, promovendo uma ruptura com o grupo e o modelo de Igreja que prevalecia desde o período de Dom Fernando. A medida mais visível dessa ruptura foi a destituição dos membros da direção da Universidade Católica de Goiás (UCG), hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), e da Sociedade Goiana de Cultura (SGC), entidades estratégicas da Arquidiocese. Configurou-se, dessa forma, uma disputa por espaço político no âmbito da Arquidiocese, em que um grupo visava a continuidade do projeto anterior e o outro traçava novas perspectivas para a Arquidiocese, acreditando que isso só seria possível mediante o afastamento da equipe anterior.

Nesse cenário de mudanças ocorreram as comemorações do centenário de nascimento de Dom Fernando, configurando um momento de redefinição do sentido da memória do arcebispo. Em todo esse processo de embate, os dois grupos se apropriaram da memória do prelado e apresentaram projetos distintos para as comemorações, buscando definir o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido.

Sob essa concepção, segundo Hervieu-Leger (2005), até mesmo a Igreja, como sociedade tradicional, reflete os problemas das sociedades diferenciadas, em que não existe mais “memória total”. Não há mais a exclusividade da memória, sendo que muitas podem ser colocadas em jogo. A disputa se configurou quando, por um lado, o grupo que estava à frente da Arquidiocese incluiu o centenário no calendário da instituição e, por outro, o grupo de ex-auxiliares de Dom Fernando, não satisfeito com a programação apresentada, planejou atividades paralelas. Em face dessa controvérsia, configurou-se dois projetos de memória: um oficial, encaminhado pela Arquidiocese, e outro encabeçado pelo padre Alaor Rodrigues de Aguiar, fiel discípulo de Dom Fernando.

Ao observar a postura dos dois grupos durante as comemorações, evidencia-se que ambos tinham interesses políticos em jogo. Segundo Seixas (2001, p. 42), toda memória é “reconstrução engajada do passado”, impulsionada por interesses políticos, percebendo essa função política em uma dimensão ampliada. Para a autora, memória não é só controle do passado, mas envolve outros aspectos, como a afetividade, destacando-se em ambas o caráter interessado. Ou seja, a memória não apenas aflora o real, mas busca construí-lo sob determinada perspectiva. Nesse sentido, a disputa pelo enquadramento da memória de Dom Fernando tinha o componente político, mas também o emocional. Para Pollack (1992), enquadramento da memória é a forma como a lembrança é registrada para ser consultada no futuro.

Esse contencioso aponta, também, que a memória de Dom Fernando não estava cristalizada, mas se atualizava no tempo por meio de lugares de memória como o centenário. Reportando-nos a Seixas (2001), ao introduzir o passado no presente por meio dos lugares, a memória se atualiza e esse cenário sugere que os dois grupos buscavam um novo enquadramento para a memória de Dom Fernando, tendo em vista legitimar seus projetos no presente e no futuro, deixando transparecer que essa memória continuava sendo importante para a Arquidiocese. Entretanto, sobressaem questões importantes nesse âmbito: qual a importância atribuída a essa memória por cada um desses grupos? Como desejavam que o prelado fosse lembrado a partir desses eventos? Enfim, quais os interesses em jogo durante o centenário e qual o enquadramento que cada grupo concedia a essa memória?

O novo grupo dirigente não desconsiderava a importância de Dom Fernando, ainda que inserindo ajustes nessa memória, tendo em vista adequar sua capacidade de influenciar o presente. Mesmo no interior das mudanças, o centenário foi assumido como uma data relevante, uma vez que se tratava do primeiro arcebispo de Goiânia,

que deixara um legado importante do qual agora se usufruía. Isso nos reporta a um “dever de memória” que, conforme afirma Ricoeur (2007, p. 101), “é o dever de fazer justiça pela lembrança, a um outro que não o si”, ou seja, é uma tarefa que se deve cumprir, é o dever se impondo ao desejo, porque há uma dívida para com o outro.

Nessa ambiência, os ex-auxiliares de Dom Fernando compreenderam os novos paradigmas, mas seguiram evocando a centralidade da memória do prelado, visando perpetuá-la inalterada, como uma “memória viva”. Além de defenderem que essa memória fosse continuamente reatualizada como até então, essa postura definia a própria existência do grupo, tornando-se um elemento constituinte de sua identidade, mantenedor de uma herança valiosa e que não poderia ser minimizada e mesmo esquecida. O “desejo de memória” levava o grupo a se mobilizar não só para recordar o tempo passado, mas para manter essa memória viva, influenciando o tempo presente.

Em virtude disso, a disputa de memória ficou simbolizada particularmente nas fotos selecionadas para compor os cartazes, que se tornaram peça central das campanhas dos dois segmentos. A foto estampada no cartaz do centenário oficial foi obtida na celebração de uma missa de encerramento da Festa de Trindade, que ainda costuma ter o arcebispo como seu celebrante principal (Figura 01). Dom Fernando aparece trajando as vestes litúrgicas e é mostrado no altar, tendo à frente os elementos da liturgia, com destaque para as âmbulas que portam as hóstias consagradas. Não só o rosto é destacado, mas também as mãos, que, erguidas ao alto, mostram Dom Fernando investido na sacralidade do sacerdócio e ungido para officiar os rituais sagrados e dogmáticos da liturgia católica, quadro emoldurado pelo céu azul. O altar está colocado no alto, levando o pastor, numa posição hierarquizada, a olhar para seu rebanho postado abaixo. Essa foto se ancora em uma imagem espiritualizada do arcebispo, como um homem mais voltado à Igreja do que para o mundo em que atua, concepção endossada pelo novo magistério da Arquidiocese.

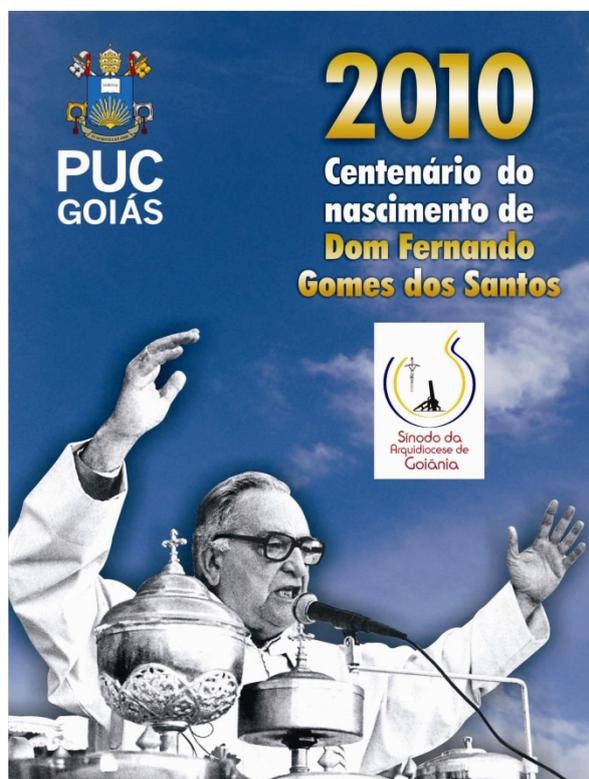


Figura 01: Cartaz oficial do Centenário

A foto escolhida para o cartaz do grupo de ex-auxiliares do prelado mostra Dom Fernando durante entrevista a um semanário local, na qual está posicionado em uma mesa de trabalho, vestindo camisa branca e paletó, tendo atrás de si uma cortina (Figura 02). A foto mostra Dom Fernando em meio corpo, como a anterior, e também privilegia, além da cabeça, seus braços, em que se destaca o relógio, sugerindo a imagem de um homem ligado às questões do seu tempo. O ambiente fechado e o semblante sério do arcebispo sugerem um pastor preocupado em se posicionar sobre a realidade concreta atinente ao seu rebanho. Essa imagem se ancora em um homem mais voltado para o mundo que para o interior da Igreja. É importante assinalar também que essa foto já não evoca poder – como esse grupo representava Dom Fernando desde sua morte – mas reflexão e sofrimento.

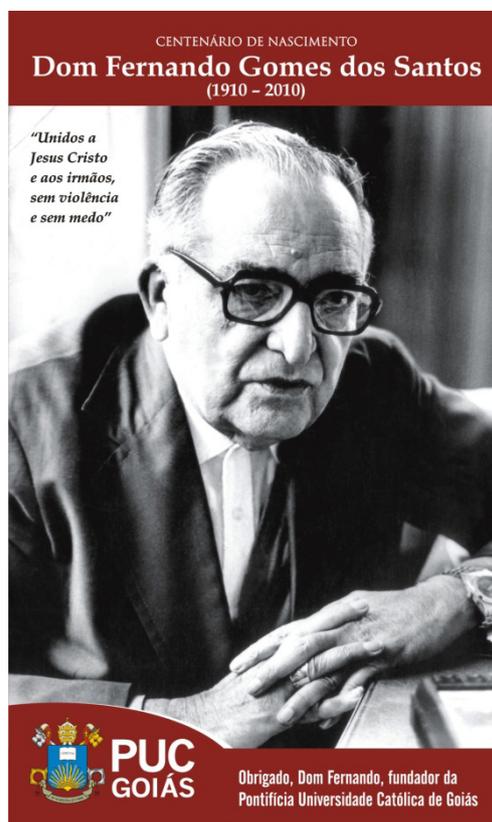


Figura 02: Cartaz não oficial do Centenário

Enquanto uma imagem procura mostrar Dom Fernando mais espiritualizado, um homem de fé e de oração, como deve se postar a hierarquia eclesial, a outra o representa como um arcebispo mais humanizado e preocupado com as questões do seu tempo. Nenhuma delas consegue abarcar Dom Fernando completamente, como homem de fé e de ações concretas, entre tantas outras características possíveis. Como se tratam de representações da realidade, construídas para atender distintos interesses, não conseguem abarcar a complexidade da figura humana do arcebispo pioneiro, mas conseguem transmitir a mensagem subliminar dos segmentos que as escolheram, dentre tantas outras possíveis, como representativas para a efeméride celebrada.

Nesse passo, para os novos dirigentes da Arquidiocese, após as mudanças que introduziram no início da gestão, a memória do prelado não se apresentava mais como central, necessitando apenas de ajustes, visando redefinir o lugar que ocuparia a partir de então. Essa equipe tinha clareza sobre a impossibilidade de banir a memória do prelado, fosse pelo significativo legado deixado, fosse pela diversidade que compõe a Igreja, em que não há unanimidade, existindo pessoas que ainda exigem reverência a essa memória.

Já o grupo de seguidores de Dom Fernando também tinha convicção de que não seria mais possível dar continuidade aos projetos do primeiro arcebispo de Goiânia, pois os tempos eram outros e exigiam distintas abordagens. Contudo, ao não concordarem com as diretrizes da nova gestão arquidiocesana, reforçaram a memória

do prelado como uma forma velada de protesto e de mostrar que se posicionaram por outros encaminhamentos na gestão da memória dessa figura singular.

Nessa perspectiva, o conceito de representação é basilar e, neste texto, será pensado conforme Chartier (1990), como a forma com a qual os grupos classificam a si e aos demais, estabelecendo essas diferenças de maneira a dar sentido ao mundo. Por se estruturarem em um campo de disputas, não são neutras, mas guiadas pelos interesses de grupos, tornando-se necessário identificar a posição dos que as elaboram. Aqui nos orientamos também pelas reflexões de Bakhtin que “define a língua como a expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta” (YAGUELLO, 1990).

2 | A RETÓRICA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO

Após essa reflexão inicial, torna-se importante destacar os discursos proferidos durante a comemoração de cada segmento em particular, que serão examinados a partir de documentos e, principalmente, por meio da cobertura realizada pelos veículos de comunicação religiosos. Os veículos de comunicação da Arquidiocese e da PUC/GO cobriram o centenário oficial, enquanto o jornal da Paróquia São Francisco de Assis, editado pelo Padre Alaor de Aguiar, abriu espaço para a equipe que acompanhou Dom Fernando se manifestar, como será destacado na sequência.

2.1 O Centenário Oficial

A programação oficial do centenário organizada pela Arquidiocese foi aberta com a tradicional Reunião Mensal de Pastoral e contou com uma palestra conjunta proferida pelo reitor da universidade, Professor Wolmir Amado, e pelo Vigário Geral da Arquidiocese, Monsenhor João Daiber, que discorreram sobre a história de Dom Fernando e sua importância para a Arquidiocese de Goiânia.

Um texto do reitor da PUC/GO no jornal *Brasil Central* aponta as novas posturas da Arquidiocese, no qual afirma que o centenário foi organizado para ressaltar a memória de Dom Fernando que, segundo ele, “é referência imprescindível de nossa memória eclesial” (AMADO, 2010, p. 4i). Suas palavras são emblemáticas ao afirmar que Dom Fernando “soube ser resposta em seu tempo” admitindo que “com a devida hermenêutica”, algumas de suas intuições e práticas ainda “permanecem válidas e atuais”. Isso nos leva a refletir que, para esse grupo, Dom Fernando era uma memória importante, mas circunscrita no tempo. Um texto publicado no jornal editado pelo padre Alaor (AGUIAR, 2010c, p1), ex-auxiliar de Dom Fernando, faz referências à reunião de pastoral, deixando transparecer a percepção de certas limitações: “parabéns pela dedicação e coerência dentro dos limites propostos para este evento”.

Na abertura das solenidades, no dia 1º de junho, foi celebrada missa solene.

Em sua homilia, Dom Washington referenciou a trajetória de Dom Fernando antes de vir para Goiânia, reiterando o compromisso daquele prelado com o mundo da cultura e da educação, desde a fundação de colégios no Nordeste até a criação de várias instituições em Goiânia, entre elas a UCG, hoje PUC/GO. Ao vincular a memória de Dom Fernando aos projetos no campo da educação, esse discurso dava mostras de que Dom Fernando seria lembrado pela Arquidiocese, precipuamente nessa área. Dom Washington o denominou de aguerrido e visionário, afirmando que semeou sementes de esperança e irmanou-se com os mais pobres, estimulando sua organização. Segundo o arcebispo, Dom Fernando foi fiel à palavra de Deus, mencionando também sua prática libertadora e seus confrontos com o regime militar.

Há que se destacar o pequeno comparecimento dos fieis católicos às celebrações na catedral metropolitana, o mesmo ocorrendo com a participação de autoridades na cerimônia. A cobertura da missa do centenário pelos veículos de comunicação da Arquidiocese e seus organismos também chamou atenção pela pequena repercussão, contando apenas com a postagem de fotos da cerimônia no jornal virtual *PUC Notícias* (2010, p.1). Não houve repercussão da missa solene na imprensa local, tornando-se um ato de âmbito interno da Igreja de Goiânia.

O modo como se deu a veiculação dos eventos do centenário pelos veículos de comunicação da Arquidiocese chama atenção para a construção de sentido no texto jornalístico. De acordo com Mouillaud (2002) forma e sentido não podem ser separadas na análise desse tipo de texto, pois ambos se influenciam. A extensão da matéria, sua localização na página, o tamanho da letra e do título, a presença da fotografia, revelam a importância atribuída ao conteúdo pelo jornal.

Enfatizamos a missa do centenário por considerarmos que foi o evento mais carregado de simbolismo de toda a programação, não lembrando, no entanto, os eventos *pós mortem* organizados pelos ex-auxiliares do prelado. Para o grupo que deu continuidade ao projeto do arcebispo, os eventos serviam para atualizar a memória do mesmo, no sentido de que continuasse respaldando o trabalho da Arquidiocese. Contudo, para a equipe que se encontrava no poder no período do centenário essa memória visava respaldar um passado importante, reiterando, entretanto, a centralidade do presente e ações que visavam reforçar a instituição em sua marcha para o futuro.

A programação do dia 15 de outubro sinaliza o desejo de vincular definitivamente a imagem de Dom Fernando à PUC/GO, seja pela relevância da sua iniciativa dando respaldo à consolidação da universidade, seja por enquadrar a memória do arcebispo em um campo mais restrito. A cerimônia foi um evento conjunto em que se comemorava o Centenário de Nascimento de Dom Fernando, os 51 anos de fundação da Universidade Católica de Goiás e um ano de PUC/GO, conforme convite para o evento. O reitor proferiu um breve discurso de abertura, ressaltando que todas as homenagens cabiam em uma moldura maior, que era o centenário de Dom Fernando, lembrando que esta era uma forma de externar o agradecimento ao arcebispo por seu trabalho em prol da universidade. Desse modo, a importância atribuída ao evento conjunto corrobora

a interpretação de que a direção da Arquidiocese pretendia enquadrar a memória de Dom Fernando, sobretudo, como criador da universidade.

Em seu pronunciamento, Dom Washington mencionou Dom Fernando como destacado defensor dos direitos humanos, da liberdade e da justiça, além de precursor de uma Igreja renovada, por vislumbrar uma sociedade mais justa. No entanto, além de exaltar seu antecessor como “pai preocupado, previdente e carinhoso” (CRUZ, 2010), enfatizou que o maior legado de Dom Fernando foi seu amor a Cristo e aos irmãos. Amor que teria se materializado em obras voltadas para atender às necessidades do seu povo, amor que “o cativou e mobilizou toda a sua energia”, amor profético, solidário, terno, convencido, ativo e perseverante (idem, ibidem).

Dom Washington reiterou a importância de recordar os traços nobres herdados de Dom Fernando, afirmando que constituem um “acervo espiritual” para a Arquidiocese e que viver esses valores “é condição para um desenvolvimento fecundo e sem complexos”. E complementa: “quando a sociedade, como um todo, e as pessoas individualmente, desconhecendo sua história, rompem com sua melhor tradição e esquecem sua identidade, ficam condenadas à frustração e ao fracasso” (idem, ibidem). Se a memória de Dom Fernando não ofuscava seus sucessores e tornava-se um patrimônio a ser preservado como referência da Igreja local, tornava-se necessário, no entanto, enquadrá-la em um novo patamar, o de um pai amoroso e diligente com seus filhos.

Em face dessa concepção merece destaque ainda o fato de o jornal *Folha PUC* (2010a, p. 5) ter feito a cobertura desse evento acompanhada de uma matéria sobre a trajetória de Dom Fernando, referindo-se a ele como empreendedor, devido aos inúmeros projetos de sua iniciativa, matéria transcrita no espaço da reitoria, na página da PUC/GO na internet (PUC GOIÁS, 2011).

A última cerimônia da programação do centenário sob encargo da Arquidiocese e da PUC/GO – quando também se comemorava os 51 anos de fundação da universidade – constou da missa solene, realizada na Basílica do Divino Pai Eterno, em Trindade, GO, dia 17 de outubro. Em sua homilia, Dom Washington lembrou os vários acontecimentos então rememorados, com destaque ao centenário de nascimento de Dom Fernando, reiterando-o aos presentes como primeiro arcebispo de Goiânia e fundador da PUC/GO. O arcebispo voltou a se referir a Dom Fernando como aguerrido e visionário, ressaltando sua relação com o mundo da cultura e da educação. Em um discurso voltado para a relação de Dom Fernando com a PUC/GO, Dom Washington enalteceu o antigo prelado pela criação da universidade como espaço de educação qualificada, afirmando tratar-se de uma iniciativa avançada para a época. A cerimônia contou com a presença restrita de lideranças da Arquidiocese e da PUC/GO.

A missa obteve como repercussão apenas uma foto legendada no jornal *Brasil Central* (2010, p. 3i), encerrando o período de comemoração do centenário de nascimento de Dom Fernando. A cobertura do centenário pelos veículos de comunicação da Arquidiocese e seus organismos não se restringiu à divulgação dos

eventos oficiais. O jornal *Brasil Central*, em sua coluna intitulada *Memórias*, lembrou passagens da vida de Dom Fernando e também divulgou curtos depoimentos de religiosos que conviveram com o prelado. Monsenhor João Daiber, Vigário Geral da Arquidiocese, lembrou as qualidades humanas e espirituais do arcebispo e seu diálogo simples com todos os segmentos sociais, enfatizando que Dom Fernando “era o homem que a Igreja de Goiânia precisava para aquela época” (DAIBER, 2010, p. 3i).

O depoimento do pároco da catedral, Monsenhor Luiz Lobo – publicado em parte no *Brasil Central* e na íntegra no jornal coordenado pelo padre Alaor – refere-se a Dom Fernando como “verdadeiro profeta”, lembrando seu pastoreio durante a ditadura militar, defendendo os pobres e os perseguidos políticos, afirmando que “o vigor e a coragem [do arcebispo] vinham de sua vida de fé” (LOBO, 2010, p. 3i). Monsenhor Nelson Rafael Fleury (2010, p. 4i), vigário paroquial da Catedral Metropolitana, lembrou a preocupação de Dom Fernando em congregar os religiosos por meio de retiros e reuniões periódicas. O jornal *Folha PUC* (2010b, p. 20) publicou matéria apresentando parte da biografia de Dom Fernando, ressaltando sua preocupação com a educação, culminando com a criação da PUC/GO e citou também a experiência de reforma agrária possibilitada pelo arcebispo na Fazenda Conceição, de propriedade da Arquidiocese. Sobre a ínfima divulgação do centenário, o Padre Alaor (AGUIAR, 2010b, p. 16) assim se manifestou: “A memória está muito curta e parece que alguns querem que ela fique mais oculta ainda!”

Ao refletirmos sobre o sentido atribuído à memória de Dom Fernando pelo grupo à frente da Arquidiocese sobressai um trabalho de reenquadramento dessa memória. Enquanto o grupo ligado a Dom Fernando, como destacaremos, registrava como digno da memória do arcebispo o período em que ele defendeu os perseguidos políticos e os marginalizados pelas políticas econômicas, os novos encaminhamentos apontavam que a memória do prelado fosse vinculada mais efetivamente à criação da PUC/GO e a um perfil mais solidário e afetuoso. O que estava em jogo eram dois modelos de Igreja, sendo que o novo grupo no comando da Arquidiocese buscava imprimir sua marca, se apropriando da memória do arcebispo em favor do projeto pastoral em vigor na Arquidiocese.

2.2 O Centenário Sob A Égide dos Antigos Auxiliares

Enquanto a Arquidiocese detinha a estrutura necessária para a promoção de eventos e os meios internos de comunicação para divulgá-los sob novos parâmetros, os ex-auxiliares de Dom Fernando ancoravam-se basicamente nas lembranças, contando com a divulgação de três encartes no jornal *Comunidade São Francisco de Assis*, da Pastoral da Comunicação da paróquia de mesmo nome, no Bairro São Francisco, cujo pároco era o Padre Alaor Rodrigues de Aguiar. O jornal publicou cerca de quarenta depoimentos em seus números que circularam em janeiro, março e junho;

o primeiro deles inaugurando as comemorações do centenário na Arquidiocese.

Padre Alaor tornou-se o coordenador dessa comemoração paralela porque foi dele a iniciativa de produzir os encartes do jornal e fazer contatos com as pessoas que tiveram proximidade com Dom Fernando, solicitando seus depoimentos. Movido pela emoção, Padre Alaor não escondia seu inconformismo com o que considerava apagamento que a memória de Dom Fernando sofreu na última década e desdobrou-se para manter viva a esperança de que essa memória perdurasse, afirmando sua atualidade:

Com a distância de 25 anos, tenho observado que muitas das impressões fortes da época já se desfizeram ou perderam sua força e até a espiritualidade das lutas e da vibração daqueles momentos de viva esperança. Mesmo assim, tentei animar e comunicar durante o Centenário de Dom Fernando aquilo que conservo de mais vivo na memória e no coração. Ainda tenho rezado para que a memória de Dom Fernando não passe pelo ralo dos acontecimentos. Esta memória foi e é um apelo à conversão dentro e fora das paredes da Igreja. O eco de sua orientação rumo às atitudes evangélicas, ainda nos dias de hoje, pode ser ouvido: “não tenha medo de errar!” (AGUIAR, 2010c, p. 1).

É perceptível que o padre desejava não só criar um lugar de memória (NORA, 1993) cristalizado no tempo, mas trazer de volta o exemplo vivo de Dom Fernando, chegando a se referir não à memória, mas à própria vida do prelado, como no trecho no qual ele registra que “não podemos nos permitir o esvaziamento da vida de Dom Fernando, quando é celebrado o centenário de seu nascimento” (AGUIAR, 2010a, p. 3).

Em razão da iniciativa de reatualizar a atuação de Dom Fernando à frente da Arquidiocese e para referendar a autenticidade e a representatividade dos depoimentos, Padre Alaor (AGUIAR, 2010d, p. 1) assinala que estes foram buscados “na vida de pessoas que beberam na mesma fonte que o Primeiro Arcebispo de Goiânia” e “que acenderam sua tocha no mesmo Espírito Santo de Deus” (idem, ibidem). Segundo o padre, essas testemunhas eram “verdadeiros acervos ambulantes” (idem, p. 3) e a publicação dos textos visava contribuir com as celebrações que, segundo ele, atualizavam a pessoa, a personalidade e a memória viva de Dom Fernando.

Nesse contexto, é importante refletir sobre o que significava para esse grupo lembrar Dom Fernando em seu centenário de nascimento e o que motivava essas pessoas a referendarem a atuação emblemática do arcebispo. Ao observar esses depoimentos percebe-se que foram unânimes em proclamar que Dom Fernando não poderia ser esquecido, revelando, também, um “dever de memória”. Dom Celso (ALMEIDA, 2010, p. 4) chega a afirmar que celebrar o centenário de nascimento do arcebispo “é cumprir um dever de justiça pelo que ele realizou na Igreja do Centro-Oeste”. No entanto, muitos vão além e revelam a esperança de que o centenário pudesse ajudar a Igreja a repensar seus rumos, atualizando essa memória. Ivo Poleto, ex-assessor da Comissão Pastoral da Terra, após lembrar Dom Fernando como um homem ativo e provocador de mudanças, confirma essa perspectiva quase

hagiográfica:

[...] esta celebração tem sentido como nova oportunidade para os que estão reduzindo a mensagem de Jesus às suas escolhas e comodismos reverem suas opções, retomando o caminho da fidelidade ao projeto libertador de Jesus, sempre na perspectiva do Reino, sua grande paixão e utopia. (POLETO, 2010, p. 5)

A mesma concepção movia outro sacerdote, que revelava sua esperança de que a coragem, a firmeza, a autenticidade e a liderança de Dom Fernando servissem de exemplo a todos que tinham “perdido o entusiasmo e o gosto por uma Igreja de opções claras e corajosas em favor dos pobres, dos coisificados deste mundo” (ANTONY, 2010, p. 12). Frei Marcos Sassatelli (2010, p. 7) reiterou: “hoje [Dom Fernando] diria para a Igreja de Goiânia que ela deveria ser mais simples, mais pobre e comprometida com as lutas dos pobres e mais comprometida com os direitos humanos. Que a Igreja de Goiânia seja testemunha da luta pelo Reino de Deus na História”.

Um dos pilares em que se alicerçava a maioria dos depoimentos sobre Dom Fernando era a ideia de que o arcebispo foi um defensor dos pobres e perseguidos e, sobretudo, um profeta que denunciava as injustiças e anunciava o evangelho, além de destacar a sua coragem profética. A afirmação dessa memória era um importante contraponto para o grupo demarcar a diferença entre o modelo de Igreja implantado por Dom Fernando e o modelo em vigor na Arquidiocese.

As lembranças reportam-se prioritariamente ao período posterior a dois marcantes acontecimentos: o Concílio Vaticano II (1962-1965) e o acirramento do regime militar em 1968. Ao elegerem a participação de Dom Fernando nas mudanças da Igreja e no enfrentamento com o regime como principais marcos dessa memória, os depoentes afirmavam que a presença do prelado em Goiás naquele período era fruto da providência divina, endossando a envergadura da sua figura e da sua atuação paradigmática. Segundo palavras do Padre Jesus Flores (2010, p. 7): “Ele foi o homem certo para aquele momento certo. No tempo do Concílio, no tempo da ditadura militar, foi um homem providencial para aquela hora”.

Segundo Ivo Poleto (2010, p. 5), Dom Fernando tornou-se “uma luz levantada na encruzilhada geográfica e cultural” em que havia se transformado o Centro-Oeste do Brasil. Para Dom Pedro Casaldáliga (2010, p. 4), o arcebispo foi o “homem da Igreja”, capaz de tomar decisões e assumir responsabilidades em um momento decisivo para a instituição, para o Brasil e particularmente para o Centro-Oeste, fronteira que desafiava a Igreja exigindo criatividade e profecia: “olhando à distância todo esse itinerário eclesial e civil do Centro-Oeste, a gente não consegue imaginar outra figura que não Dom Fernando”.

Nessa mesma perspectiva, conforme sintetiza o professor Antônio Cappi (2010, p. 9), ao se referir a Dom Fernando, “são as épocas de luta que revelam os grandes homens”. Foi a inserção do arcebispo na história, influenciando os acontecimentos e sendo influenciado por eles, que levou a maioria dos depoentes a considerá-lo, além de homem providencial, como dotado de missão profética. Sob esses parâmetros,

Dom Fernando foi profeta por denunciar as injustiças contra os pobres e perseguidos e por anunciar o evangelho em uma Igreja renovada. Para o professor Joel Ferreira (2010, p.9), o arcebispo foi profeta nos “tempos de chumbo” da ditadura militar, agindo como um esteio de resistência ao regime em Goiás:

Em momento algum, esqueceu-se do “anuncio” do evangelho sendo o pastor e animador desta grande Arquidiocese. Ao mesmo tempo, com coragem “denunciou” ininterruptamente as injustiças em todos os níveis, o desrespeito estrutural aos direitos humanos, as prisões e torturas de cidadãos sendo cristãos ou não. Gritava, como faziam os profetas bíblicos, na defesa dos que não tinham voz e espaço.

O compromisso de Dom Fernando com a causa dos pobres e da justiça social foi ressaltado por vários depoentes. Segundo Frei Marcos Sassatelli (2010, p. 7), a prática de Dom Fernando “era uma forma de concretizar as lutas da Igreja viva no meio do povo de Deus”, apoiando os mais pobres, as lutas dos trabalhadores, os direitos humanos, as Comunidades Eclesiais de Base, o protagonismo dos leigos, entre outras iniciativas.

Para Ivo Poletto (2010, p. 5), o “grito profético” de Dom Fernando “foi sempre no sentido de ‘não ter medo’ e de construir verdadeira comunidade eclesial a serviço da causa de Jesus”. O que sobressai desses depoimentos é sempre a reiteração da coragem de Dom Fernando, como uma das virtudes mais destacadas, principalmente a coragem de falar a verdade que, segundo alguns, teria proporcionado ao arcebispo muitas amizades, mas também muitas incompreensões e afastamentos. “Não ter medo de errar” foi uma frase muito citada como um dos principais ensinamentos para quem conviveu com o prelado.

Ao compararmos as duas comemorações – da Arquidiocese e dos ex-auxiliares de Dom Fernando, observamos que as representações de ambos os grupos são marcadas pelo esquecimento daquilo que não interessa lembrar, daquilo que não se mostra como relevante para os mesmos. Toda lembrança é marcada pelo esquecimento como sua outra face e enquanto uma se ilumina a outra permanece ofuscada. Os ex-auxiliares de Dom Fernando reforçam a imagem do antigo arcebispo como homem de coragem profética, que lutou ao lado dos pobres e perseguidos políticos, coerente com o modelo de Igreja privilegiado após o Concílio Vaticano II, como se a vida sacerdotal de Dom Fernando tivesse tido início nesse período. O outro grupo também se reporta a essa prática, mas procura restringi-la no tempo, destacando outros feitos do arcebispo, desejando redefini-lo como um empreendedor, de modo particular, como o fundador da UCG, atual PUC/GO.

A atuação marcante de Dom Fernando como primeiro arcebispo de Goiânia marcou profundamente seu entorno. Clérigos e leigos que o acompanharam relembram com fervor o período em que ele esteve à frente da Arquidiocese com uma contribuição exemplar. Sua ação extrapolou os limites da própria instituição religiosa e se espalhou em distintos âmbitos, tornando-o uma referência regional e nacional, para além da Igreja, sempre engajado nas causas sociais, sob a égide do Concílio que mudou a

face da Igreja a partir dos anos 1960. Certamente o carisma de que ele era dotado contribuiu para a construção e perpetuação da sua imagem, que permaneceu arraigada, sobretudo na memória local mesmo após a sua morte, com sua substituição por Dom Antônio. Essa trajetória começou a ser menos referendada a partir da substituição de Dom Antônio, em novos encaminhamentos que, entretanto, não minimizam esse período emblemático com Dom Fernando à frente da Igreja em Goiânia.

A comemoração do seu centenário, aqui problematizada, mostra essa etapa e a disputa que se travou em torno da memória do arcebispo. Certamente para aqueles que com ele conviveram seu lugar deveria permanecer como pedra angular das ações arquidiocesanas. Entretanto, as mudanças são naturais e as pessoas que assumiram a linha de frente com o atual arcebispo se fundamentam em seus próprios projetos e nesses encaminhamentos reposicionaram a atuação de Dom Fernando em novo patamar. Evidentemente que os novos encaminhamentos desapontaram seus seguidores mais fiéis e os depoimentos colhidos para os registros publicados nas comemorações não oficiais demonstram essas inquietações. Como a memória é seletiva a impossibilidade de conciliar distintas perspectivas é evidente também nesse caso e o exercício de reflexão que aqui se procedeu buscou registrar esse paradoxo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pe. Alaor Rodrigues de. Centenário de nascimento de Dom Fernando Gomes. **Comunidade São Francisco de Assis**. Goiânia, n.6, p.3, mar. 2010a.

_____. Centenário do Nascimento de Dom Fernando Gomes dos Santos na Arquidiocese de Goiânia. **Comunidade São Francisco de Assis**. Goiânia, n. 7, p. 16, jun. 2010b.

_____. Martírio e herança espiritual de Dom Fernando. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n. 7, p. 1, jun. 2010c, p. 1.

_____. Centenário de Dom Fernando Gomes dos Santos. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n.5, p.1, 2010d.

ALMEIDA, Dom Celso Pereira. Celebrar o centenário é cumprir o dever de justiça para com o primeiro arcebispo de Goiânia. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n. 6, p. 4, mar. 2010.

AMADO, Wolmir Therezio. Centenário de Dom Fernando. **Brasil Central**, Goiânia, n. 508, p. 4i, março de 2010.

ANTONY, Thomas Joseph. Entrevista. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n. 5, p. 12, jan. 2010.

BRASIL CENTRAL. Em Brasília. **Brasil Central**, Goiânia, n. 507, p. 3i, fev. 2010.

CAPPI, Antônio. Dom Fernando: reconhecimento e depoimento. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n. 6, p. 9, mar. 2010.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Dom Fernando: pai da pátria e patriarca da Igreja. **Comunidade São**

Francisco de Assis, Goiânia, n. 6, p. 4, mar. 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, Dom Washington. Dom Washington destaca trabalho social de Dom Fernando ao lembrar o centenário de seu nascimento. **Católica-Reitoria**, Goiânia, 19/10/2010. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/ucg/reitoria/home/secao.asp?id_secao=2901. Acesso em: 19/10/2010.

DAIBER, Mons. João. Depoimentos sobre Dom Fernando. **Brasil Central**, Goiânia, n. 511, p. 3i, jun. 2010.

DUFFY, Eamon. **Santos & Pecadores**: história dos Papas. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

FERREIRA, Joel Antônio. Entrevista. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n. 5, p. 9, jan. 2010.

FLEURY, Nelson Rafael. Chegada de Dom Fernando a Goiânia. **Brasil Central**, Goiânia, n. 511, p. 4i, jun. 2010.

FLORES, Padre Jesus. Entrevista. **Comunidade São Francisco da Assis**, Goiânia, n. 5, p. 7, jan. 2010.

FOLHA PUC. Centenário de nascimento de Dom Fernando, fundador da SGC e da UCG. **Folha PUC**, Goiânia, n. 481, p. 5, abril de 2010a.

_____. Dom Fernando Gomes dos Santos: vocação e coragem para semear. **Folha PUC**, Goiânia, n. 485, p. 20, ago. 2010b.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Catolicismo - a configuração da memória. **Revista de Estudos da Religião** (REVER), PUC/SP, n. 2, Ano 5, p. 87-107, 2005.

LOBO, Mons. Luiz. Depoimentos sobre Dom Fernando. **Brasil Central**, Goiânia, n. 511, p. 3i, jun. 2010.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 29-35.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista de estudos Pós-Graduados em História do departamento de História da PUC de São Paulo, v. 10, p. 07-28, 1993.

POLETO, Ivo. Entrevista. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n. 6, p. 5, mar. 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PUC GOIÁS comemora seus 51 anos e o centenário do nascimento de Dom Fernando. **Católica-Reitoria**, Goiânia, 15/10/2010. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/ucg/reitoria/home/secao.asp?id_secao=2897. Acesso em: 9/1/2011.

PUC NOTÍCIAS. Missa de centenário de nascimentos de Dom Fernando. **PUC Notícias**, p.1, 2 de junho de 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SASSATELLI, Frei Marcos. Entrevista. **Comunidade São Francisco de Assis**, Goiânia, n. 5, p. 7, jan. 2010.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

GÊNERO E DISCURSO NO CURDISTÃO SÍRIO: NOTAS DE PESQUISA

Maria Raphaela Campello

1 | INTRODUÇÃO

Presentes nas fronteiras montanhosas entre a Turquia, Síria, Irã e Iraque, os curdos estão em meio àquilo que Kadiyoti (1988) chama de eixo do patriarcalismo clássico. Esta região seria tradicionalmente caracterizada pela dominação masculina, preferência pelo filho, códigos restritivos de comportamento para as mulheres e pela associação da honra da família à virtuosidade feminina. Essas condições advêm da formação societal tradicional baseada no tribalismo e agrarismo. A endogamia, prática que precede em muito o Islã, foi adotada como meio de manter a propriedade dentro da mesma família. A mulher, capaz de gerar filhos - e, portanto, força produtiva -, passa a entrar na mesma lógica econômica, como propriedade, e o casamento torna-se transação.

Apesar de sua especificidade¹, não se pode afirmar que as sociedades curdas tenham passado ilesas pela onda patriarcal.

Na verdade, práticas como a excisão feminina são, ainda, frequentes em determinadas áreas do território curdo², e a esfera pública lhes vem sido amplamente interdita, na dupla condição minoritária de curdas e mulheres. Contudo, nesta mesma região, exércitos exclusivamente femininos afloraram, juntamente com um discurso libertário sobre gênero. Como se operou essa mudança? Qual a participação das mulheres nela? Quais são as variáveis do processo de subjetivação da mulher curda no eixo Turquia-Síria? Tais são as perguntas que orientarão a pesquisa.

Neste trabalho, apresentaremos notas de pesquisa ainda em primeiro estágio de execução³. Mobilizaremos conceitos de Michel Foucault para extrair conclusões acerca do processo de autonomização das mulheres no Curdistão, que culmina, atualmente, na presença de exércitos exclusivamente femininos e a participação igualitária das mulheres na auto-gestão das comunidades de Rojava, Síria. Trataremos igualmente do pensamento de Abdullah Öcalan, líder do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e

1 Os curdos, apesar de islamizados, não foram jamais arabizados, e sua língua tornou-se elemento distintivo quanto aos persas, árabes e turcos. As línguas curdas, sobretudo o kurmanji, forneceram as bases do nacionalismo curdo emergente no século XIX, herdeiro do Iluminismo europeu e fomentado pelas potências mandatárias, i.e., Inglaterra e França. Existe, portanto, a percepção de uma distinção cultural profunda entre os curdos e os povos que os rodeiam.

2 Com base em dados do Réseau Suisse Contre L'Excision

3 Os desdobramentos posteriores desta pesquisa, iniciada em 2016, podem ser consultados em CAMPELLO, 2018

mentor intelectual do PYD (Partido de União Democrática), que coordena processo revolucionário em Rojava. Faremos uso de fontes secundárias que investigaram e entrevistaram mulheres curdas a partir da década de 1980.

2 | DIAGRAMAS DE PODER E SUBJETIVAÇÃO

Foucault afirma que “relações de poder são tanto intencionais quanto não-subjetivas” (FOUCAULT, 1988). Dividiremos essa afirmação em três partes para explicá-la: relações de poder, intencionalidade e não-subjetividade. Primeiramente, acerca do poder, entendemos que não pode ser explicado de maneira unidimensional: não apenas na esfera do domínio político, econômico ou social está o poder. Não o entendemos, também, como algo que existe por si só – o poder não existe, o poder se exerce. Trata-se de uma construção histórica que tem múltiplas formas e que está presente em todas as relações sociais, em rede, permeando todas as práticas cotidianas. Daí a utilização do termo relações de poder.

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. (FOUCAULT, p. 369, 2012)

O poder reside, para o autor, é uma modificação que permeia uma rede de mecanismos de poder. Esta rede (determinada pela lei, pela tradição, diferenças culturais...) permite a uma unidade interferir intencionalmente nas ações das outras, provocando mudanças, quase sempre adotadas como resposta a interesses particulares. Daí a intencionalidade. A totalidade deste sistema é o que ele chama de “diagrama de poder”, onde existe uma “mútua pressuposição”, nos termos de Deleuze (HELLER, 1996), entre mecanismos de poder e diagrama de poder. O exercício de poder modifica constantemente a anatomia do diagrama, mas só é possível debruçando-se sobre mecanismos pré-existentes de poder. É isso que o autor entende por não-subjetividade. No entanto, ele vai mais além: o uso que indivíduos fazem de seu poder pode ser igualmente não subjetivo se há uma disjunção entre a intenção da ação e seu efeito concreto.

É aí que reside a diferenciação proposta por Foucault entre tática e estratégia. Nem todas mudanças institucionais acontecem deliberadamente: algumas são não-intencionais, resultado do efeito inesperada da ação. Táticas são ações intencionais determinadas; estratégias são efeitos não-intencionais, mas institucionalizados, da articulação não-subjetiva de táticas distintas de diversos grupos e indivíduos. As instituições nascidas da disjunção entre intenção e efeito conseguem se sustentar na medida em que os sujeitos nelas envolvidos reconhecem a legitimidade de sua tática. Isso as permite operar mesmo que tais sujeitos não reconheçam as consequências, i.e., a estratégia final, de tais instituições.

Tal anatomia das relações de poder tem como consequência a subjetivação. O sujeito nasce, único, em um ambiente onde língua e cultura já estão dados. É a desse ambiente que a subjetividade se nutre, e é dele que ela parte. Assim, as escolhas táticas são todas não-livres: o sujeito é livre para a escolha dentro do universo limitado daquilo que é capaz de formular discursivamente. A subjetividade nunca é, portanto, independente do processo de subjetivação.

Esse processo nunca é homogêneo: é capaz de formar tanto poderes hegemônicos quanto contra-hegemônicos. Na verdade, de acordo com Foucault, a multiplicidade de discursos sempre presentes garante que a subjetivação produza posições subjetivas estruturalmente incompatíveis. Tais posições subjetivas, hegemônicas ou contra-hegemônicas, se capazes de produzir mudanças, são poder. Porque usurpar de todos os grupos oponentes todos os mecanismos de poder é improvável, e porque todo mecanismo de poder - notoriamente o discurso - é potencialmente reversível, a resistência é uma das faces de toda relação de poder, e tem com ele uma relação de mutualidade constitutiva. (LILJA; VINTHAGEN, 2014)

A subjetivação, portanto, não significa a impossibilidade da emergência de posições de sujeito liberadas (que Foucault opõe às repressivas), isto é, em relações de poder em que indivíduos ou grupos não são capazes de congelar determinadas relações de poder e torná-las imutáveis, irreversíveis. A proliferação da possibilidade, para Foucault, é liberdade (HELLER, 1996).

3 | A CONSTRUÇÃO DA MULHER CURDA

Em *Bargaining With Patriarchy* (1988), Deniz Kandiyoti define as regiões compreendidas pelo Norte da África, Sul e centro da Ásia e o Oriente-Médio muçulmano como dominadas por aquilo que ela chama de patriarcalismo clássico, cuja reprodução está relacionada com a família estendida e a autoridade concedida a membros anciãos de uma sociedade. Essa organização, afirma a autora, relacionaria-se possivelmente com a incorporação e controle da família pelo Estado. Tal interpretação as associa a dominação do sexo masculino sobre o feminino às mudanças em termos de produção agrária da transição para o período Neolítico.

O patriarcado de tipo clássico que emerge então, para Kandiyoti, é definido pela preponderância das figuras paternas em termos não apenas simbólicos mas materiais, usurpando da mulher sua possibilidade produtiva através do cerceamento ao trabalho, educação e à esfera pública. É baseado na família, ou tribo, seu núcleo político fundamental. A endogamia, prática que precede em muito o Islã, foi adotada como meio de manter a propriedade dentro da mesma família. A mulher, capaz de gerar filhos - e, portanto, força produtiva -, passa a entrar na mesma lógica econômica, como propriedade, e o casamento torna-se transação.

Há uma série de códigos, normas, que guiam o comportamento feminino na

direção do ideal de mãe e esposa, especialmente através da associação entre honra familiar e virtuosidade feminina, e restringem o comportamento de diversas formas. Segundo uma guerreira curda de Rojava, “é claro que o patriarcado prevaleceu aqui também, e igualdade entre gêneros era algo sobre o qual não se poderia sequer sussurrar” (KNAPP; FLACH; AYABOGA, 2016). Além disso, dentro de um mesmo núcleo familiar, mulheres mais velhas (em especial a sogra) ocupam uma posição superior em relação àquelas mais jovens, o que serve de amparo para estas, que vêem na maternidade possibilidade de ascensão social, perpetuando um ciclo que mantém as mulheres nas esferas inferiores da sociedade.

A Turquia, por sua vez, parece excluir-se dessa lógica tradicional. O país, desde o final do século XVIII, passou por diversas reformas de proclamado intuito de modernização; em particular, a Revolução Kemalista. Trata-se de um projeto de modernização, em que se dissemina um discurso progressista que prega a igualdade entre gêneros no nível legal. Nesse processo, as mulheres ganharam acesso ao espaço público e participação na educação e trabalho. Contudo, o discurso de igualdade tem base nacionalista: é a identidade nacional - vale lembrar que este processo se desdobra enquanto a Turquia busca estabelecer-se sobre as ruínas de um Império Otomano multiétnico e multicultural - que deve ser colocada acima dos sexos. Neste processo, as mulheres curdas foram, portanto, amplamente marginalizadas.

Paralelamente, os curdos são vistos como uma minoria a ser suprimida em prol do projeto modernizador da nova Turquia. Em uma sociedade em que a identidade curda não é reconhecida, e mesmo a língua curda proibida nas escolas, a opressão da mulher curda não era uma questão, e seu acesso às instituições que as permitiriam buscar ajuda lhes são inacessíveis.

Observamos que por todo território em que os curdos estão espalhados as mulheres sofrem esse tipo de dupla opressão: em função de seu gênero, no seio do cinturão patriarcal, e em função de sua identidade étnica. Os curdos têm por séculos lutado pelo reconhecimento de sua identidade. Durante a expansão persa e sua luta contra o Império Otomano, os príncipes curdos, em sua maioria, entraram em acordo com o sultão, que os concedia poder e autonomia, e passaram a integrar o Império. É durante seu período de decadência otomano, no início do século XIX, que a questão da autonomia curda, como um todo, na forma de um Curdistão unificado, toma as elites locais, ameaçadas pela crescente intervenção e contingências postas pelo Império.

Quando da dissolução efetiva deste, a questão curda foi levada até a comunidade internacional e chegou a integrar o Acordo Internacional de Sèvres entre a França, o Reino Unido, os Estados Unidos e o Império Otomano. O acordo previa a formação de um Estado curdo em parte do território do Curdistão. No entanto, este plano nunca se concretizou. Logo os territórios em que os curdos se instalavam foi dividido em quatro territórios: Turquia; Síria, sob tutela francesa; Irã e Iraque sob protetorado inglês.

Observamos, portanto, que mesmo no eixo mais progressista do cinturão patriarcal a mulher curda é vítima de marginalização e violência, especialmente se

associada - ou acusada de associação - ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). O discurso predominante sobre a mulher curda na Turquia segue sendo o do patriarcado, o *namus* (honra), a norma. (GROJEAN, 2013)

O *namus* é definido como a vigília sobre o corpo, comportamento e sexualidade femininos. É essa noção que vai orientar em grande parte a maneira como a mulher deve realizar/viver seu gênero, da mesma maneira que ela orienta também os homens. É extremamente importante guardar a honra da família, e essa honra é portada pela mulher, vista como seu assento fundamental. O *namus*, nesse sentido, pode ser concebido como um discurso cujo resultado é a solidificação do patriarcado e, portanto, submissão feminina. Tal *namus* serve a manter a mulher nos lugares aos quais ela pertence: a família, o lar. Nas sociedades curdas, o papel biológico das mulheres é ainda fundamental. O valor de uma mulher é com frequência atribuído a sua capacidade de gestar e criar filhos. Quanto mais filhos ela tem, mais honra ela carrega.

3.1 Öcalan e o Homem Novo/Mulher Livre

Em 1978, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), de ideologia marxista-leninista, emergiu na Turquia com o objetivo inicial de fundar um Curdistão independente. Sua figura central era então, e segue sendo hoje, Abdullah Öcalan. Na Turquia, os curdos representam a minoria étnica (seguida pela árabe) mais expressiva. No início dos anos 1980, Öcalan fugiu para a Síria, onde grande parte dos curdos havia se tornado apátrida, condição hereditária, em 1962, quando o censo de Hasaka os excluiu da cidadania. Öcalan foi, em grande parte, responsável direto por formular as diretrizes do partido.

Durante os anos 1980, o PKK formulou um programa partidário que coloca à frente elementos da tradição e, ao mesmo tempo, de modernização. Sua ideologia baseava-se essencialmente na ideia de que as classes soberanas curdas, em aliança com o dominador estrangeiro, turco, teriam limitado os curdos ao horizonte do patriarcado, que representa o Estado particular de cada homem, intrinsecamente associado ao capitalismo. O partido formula, então o ideal do Novo Homem. Era preciso chamar os curdos de todas as partes do Curdistão para a luta de emancipação contra o inimigo imperialista e capitalista. De acordo com essa teoria, seria preciso se emancipar individualmente, mudar de hábitos e sacrificar seu próprio desejo para atingir a nova ordem social. (GROJEAN, 2008)

Nos anos 80, a família tradicional, baseada no patriarcalismo clássico, passa ser vista como um empecilho para a efetivação da vitória. O *namus*, que trancava as mulheres curdas em casa, mantinha contingenciado um possível exército. Quebrar as correntes que oprimem as mulheres seria necessário não apenas para a liberação do povo em geral: Öcalan cria que as mulheres, enquanto vítimas da exploração capitalista

e, paralelamente, aquela do patriarcado, seriam mais abertas a ideias radicais e mais motivadas para a luta.

Paralelamente, homens eles também seriam vitimados por essa ordem estatal, patriarcal e capitalista, essencialmente por causa da mulher. Em suas Análises, Öcalan fala acerca de uma estrutura patriarcal que trancafiava mulheres dentro de casa, “puxando-as para baixo”. Essas mulheres, por sua vez, “puxam o homem para baixo” (ÇAGLAYAN, p 10, 2012). Por tal razão, o curdo que se pretendesse militante deveria evitar laços familiares e afetivos.

Portanto, a vitória apenas seria possível com a ruptura com a ordem patriarcal, estatal e capitalista. Para rompê-la, seria preciso uma nova abordagem da mulher, do homem e de sua relação. A ordem apenas poderia ser vencida a partir da formulação de uma nova personalidade. Essa concepção tomou forma na teoria do Novo Homem:

O novo homem não bebe nem joga, nunca pensa em seu prazer e conforto pessoais, e não há nada de feminino sobre ele, e aqueles que [no passado] e aqueles que participavam de tais atividades vão, afiados como uma faca, cortar todos esses hábitos assim que ele ou ela estiver entre novos homens. A filosofia e moralidade do novo homem, sua postura, seu estilo, seu ego, atitudes e reações [tepkî] são dele e dele apenas. A base de todas essas coisas é o amor pela revolução, liberdade, país e pelo socialismo, um amor que é sólido como rocha. Aplicar socialismo científico à realidade de nosso país cria o novo homem. (ÜÇLÜ 1996 : 21 apud GROJEAN 2008, tradução nossa⁴)

O objetivo do PKK é preparar todas as bases das sociedades, a partir do indivíduo, para a revolução.

Com a crescente e insistente participação feminina na esfera pública - especialmente durante as celebrações do Newroz⁵ em 1991, 1992 e 1993 -, nas fileiras do partido e na guerrilha, tornou-se claro que essas bases incluíam muitas mulheres. O partido percebe, então, deveria deixar de falar das mulheres e começar a falar a elas: a dupla opressão à qual elas eram submetidas – do patriarcado e do capital - só poderia ser parada pela tomada de controle da luta das mulheres por elas mesmas.

No início dos anos 1990, as mulheres representavam um terço dos militantes do partido, participando das guerrilhas nas montanhas e provando sua força. O movimento das mulheres havia conseguido promover mudanças organizacionais em que as mulheres eram incentivadas a formarem suas próprias unidades de combate, sem comandantes homens, que tomou a forma do Yekîneyên Jinên Azad ên Star (YJA Star). Por fim, o PKK integra, finalmente, a questão feminina a seu programa oficial em 1993 e passa a se dirigir diretamente às mulheres.

4 Le nouvel homme ne boit pas, ne joue pas, ne pense jamais à son plaisir personnel et à son confort, et il ne se féminise pas et ceux qui ont [auparavant] cédés à de tels types d'activité couperont toutes ces habitudes aussi net qu'un couteau, dès qu'il ou elle sera parmi les hommes nouveaux. La philosophie et la moralité du nouvel homme, la manière dont il s'assoit, se lève, son style, son ego, son attitude et ses réactions [tepkî] lui appartiennent en propre. Les fondements de toutes ces choses sont l'amour solide comme un roc que l'on porte à la révolution, à la liberté, au pays et au socialisme. L'application du socialisme scientifique à la réalité de notre pays crée l'homme nouveau'

5 O Newroz, Ano-Novo curdo, que acontece durante do equinócio de março, é a mais importante

O PKK passava, neste mesmo período, por uma ampla reformulação ideológica. A queda do Muro de Berlim, a dissolução da União Soviética e o Fim da Guerra fria foram certamente fatores de impacto sobre a decisão do partido de declarar cessar-fogo na Turquia e o abandono das reivindicações separatistas. Existe, nesse momento, um vácuo ideológico que precisa urgentemente ser preenchido em prol da motivação à luta. (ÇAGLAYAN, 2012)

Neste contexto, Çaglayan aponta para uma interessante inversão mitológica, que acreditamos ilustrar adequadamente a mudança pretendida pelo PKK. Anteriormente, o mito fundador curdo referia-se à figura de Kawa, metalúrgico tido como liberador dos Medes – tribo que antecedeu os povos curdos. Kawa teria conduzido uma revolta popular que livrou a tribo do domínio assírio. Nesse momento, contudo, a figura libertadora de Kawa é preterida em prol de uma heroína: Zilan. Zilan (Zeynep Kinaci) cometeu um atentado suicida em 1996, em protesto contra a prisão de Öcalan na Síria. O ato aconteceu durante uma parada militar turca, matando 11 soldados e ferindo 44. Ela fazia parte das fileiras do PKK desde 1994, e deixou uma carta ao presidente em que afirmava:

Eu quero ser parte da expressão da total da luta de libertação de nosso povo. Explodindo uma bomba contra meu corpo eu quero protestar contra as políticas de imperialismo que escravizam as mulheres e expressar minha raiva e me tornar um símbolo da resistência das mulheres curdas. Sob a liderança de Apo [Abdullah Öcalan], a luta de libertação nacional do povo curdo irá, finalmente, tomar seu muito merecido lugar na família da humanidade (KINANCI, Z. 1996. Tradução nossa⁶)

Zilan se torna então a perfeita representante do tipo de auto-sacrifício pela nação que o PKK visava promover. Mais importante, Zilan era mulher. No novo mito, fundado pelo partido, a liberação dos povos é uma missão feminina. Zilan se torna, então, origem de um novo mito constitutivo, muito mais útil à causa revolucionária do que Kawa, o metalúrgico. Mais além, o partido difunde um novo mito fundador. A ideia central é que havia um tempo quando, sem as potências imperialistas, o homem e a mulher curdos podiam viver de acordo com suas próprias identidades. Era a Mesopotâmia.

Essa ordem social, matriarcal e pacífica, tal como descrita por Öcalan em *Liberating Life* (2013) teria sido destruída pela dominação estrangeira, notadamente turca. Nessa ordem, a mulher representava o papel principal. A mulher fazia a colheita e controlava o surplus produtivo das sociedades agrícolas mesopotâmicas. Tais atividades são pacíficas e não precisam de guerra. Foi quando os “homens fortes” e os xamãs deliberadamente roubaram a liderança feminina e estabeleceram o poder patriarcal e hierárquico inicial, através da caça e da guerra, que o declínio dessa sociedade pacífica começou. Passava-se do culto da mãe, cuja autoridade vinha do

6 I want to be part of the total expression of the liberation struggle of our people. By exploding a bomb against my body I want to protest against the policies of imperialism which enslaves women and express my rage and become a symbol of resistance of Kurdish women. Under the leadership of Apo, the national liberation struggle and the Kurdish people, will at last take its richly deserved place in the family of humanity.”

fato de formar a bases do corpo social, ao culto do pai. O homem, dotado de uma “inteligência analítica” a sobrepôs à “inteligência emocional” das mulheres (ÖCALAN, 2013). Paralelamente, para se estabelecer, o poder masculino desenvolveu um repertório mitológico que lhe conferia autoridade.

Esse momento, fundador do patriarcado, representa o que Öcalan chama de primeira grande ruptura sexual. Seguem-se séculos de reforço do poder através de uma estrutura autoritária e hierárquica que está na base do atual poder estatal. É durante o feudalismo que a mulher recebe o segundo golpe: aquele das religiões monoteístas, chamado segunda grande ruptura sexual. A partir desse período a sexualidade feminina é concebida como o mal mais absoluto: a mulher se torna o símbolo do pecado. Seu papel é limitado a gestar e criar os “deus-filhos” (GROJEAN, 2008) e a esfera pública lhe foi completamente proibida. A família se tornou finalmente o pequeno Estado de cada homem; a mulher, seu escravo. É por essa razão que a família e o casamento são, para Öcalan, os maiores obstáculos à liberdade. (ÇAGLAYAN, 2012)

Reorganizar a sociedade curda queria dizer, então, voltar às origens e construir uma nova identidade curda, baseada nas características intrinsecamente femininas: sensibilidade, pacificidade e amor à natureza. Uma operação discursiva sobre o *namus* chama atenção nesse período: se, anteriormente, era diretamente associado a corpos e condutas, seu objeto passa a ser visto como a nação. Existiria, de acordo com o PKK, um *namus*, uma honra, da terra natal, que estaria sendo violada pelo invasor estrangeiro. Essa operação serve, ao mesmo tempo, para motivar os homens na defesa da honra da terra natal e para remover a barreira do *namus* tradicional que mantinha as mulheres em casa. (ÇAGLAYAN, 2012)

A esta altura já estava claro que o antigo discurso que se referia a mulheres como seres passivos esperando para ser libertados não correspondia de todo à realidade. Um poderoso discurso emerge nesse contexto: a mulher que liberta a si mesma está libertando a sociedade. Percebe-se claramente, através do que foi exposto, que a questão feminina ocupa um grande espaço na nova agenda do PKK nos anos 1990, possivelmente preenchendo lacunas deixadas pelo marxismo, como sugerido por Çaglayan, e confere à agência feminina papel primordial. A bibliografia estudada sugere amplamente o surgimento, no contexto da reformulação ideológica do PKK nos anos 1990, de um novo discurso de poder acerca do sexo feminino.

Olivier Grojean chega a apontar para a possibilidade de emergência, nesse contexto, de um novo *namus*. Como vimos anteriormente, a reformulação ideológica do PKK colocava a mulher como baluarte revolucionário ao mesmo tempo que proclamando a necessidade de reformulação da personalidade – sobretudo masculina – e estabelecendo diversos scripts de gênero que estabelecem os comportamentos adequados. Tais scripts não são sempre coerentes entre si e os comportamentos que deles derivam tampouco. (TAAL, 2015)

Constatamos que a mulher é percebida como um ser naturalmente emocional e pacífico. É assim que deve ser, pois é a natureza feminina e o objetivo é voltar ao

estado natural neolítico, o matriarcado, a dominação da mulher-mãe. O papel de mãe permanece essencial. Öcalan (2013) lamenta mesmo que em tais sociedades ditas ocidentais a cultura da mulher-mãe tenha sido destruída.

Contudo ele diz também (2012) que a vida familiar é uma barreira à individualização das mulheres, e que seria preciso se distanciar da família opressora e do amor sexual. A mulher é vista também como amorosa, mas esse amor feminino deve ser dirigido à terra natal. O amor é, com efeito, um ideal para o futuro, pois o amor só é possível com a vitória, preocupação maior. (TAAL, 2015)

Trata-se de um discurso fortemente dirigido às mulheres combatentes: na guerrilha é estritamente proibido demonstrar amor por o que quer que seja, exprimir vontade de ser mãe ou falar da vida e da família antes da guerrilha. As relações sexuais também são proibidas e fortemente punidas; na verdade, todo contato mais ou menos íntimo entre guerrilheiros e guerrilheiras pode ser constrangedor para as mulheres. Se adicionarmos que, entre as guerrilhas curdas, de acordo com Grojean (2013), uma espécie de divisão do trabalho revolucionário persiste - não sem grande resistência das mulheres, é preciso dizer - e que a mulher curda tem, grosso modo, duas grandes opções de ofício: dona de casa ou soldada. Curiosamente, mas nos eximimos de tirar conclusões, são esses exatamente os dois elementos que estão na origem do patriarcado, de acordo com Joan Scott (1986): controle sobre as funções reprodutivas e do trabalho produtivo.

Um terceiro discurso sobre a mulher: a boa mulher é aquela que luta, que faz sacrifícios. A posição da mulher não é independente do ideal de uma nova sociedade, e seu valor nessa nova ordem social é dado por sua disposição a fazer parte da luta pela sociedade curda e se sacrificar. Um provérbio curdo diz: para merecer ser amada, é preciso ser bela; só é bela aquela que luta. O amor está diretamente associado à luta pela terra natal: é preciso amar apenas a terra, os curdos e, sobretudo, Apo (tio), quer dizer, Öcalan. A única forma de libertação efetiva da ordem patriarcal é a luta por todos os curdos. Mesmo em termos práticos, um pai pode impedir sua filha de se educar ou de trabalhar, mas impedi-la de lutar seria considerado uma traição. (TAAL, 2015)

Entretanto, como vimos, a partir do momento que a mulher decide deixar o lar e a ordem patriarcal que lhe impõe o *namus*, ela entra em uma outra esfera, como indica Grojean (2013), a esfera do *namus* social. O partido estabeleceu identidades femininas e masculinas ditas reacionárias e revolucionárias, determinou no seio da guerrilha relações de gênero que lhe convinham. Mais além, acreditamos que a sacralização da figura de Öcalan pode ser um possível empecilho para a contestação de suas ideias.

4 | CONCLUSÕES PARCIAIS

Como demonstra Taal (2015), há uma multiplicidade de discursos acerca das mulheres que passaram a coexistir ao longo das últimas décadas, cuja origem é

também diversa. O que observamos é a formação de um complexo diagrama de poder de uma grande multiplicidade de sujeitos e mecanismos.

Este diagrama vem sendo rapidamente modificado pelo exercício de poder de vários atores, dentre os quais nós destacamos representantes da ordem patriarcal, as mulheres curdas, o PKK. A rapidez do processo podem possivelmente ser explicadas pelas circunstâncias excepcionais do Curdistão sírio, que se tornou autônomo no século XXI, paralelamente à guerra. No entanto, como mudanças no diagrama de poder só podem ser operadas se fundadas sobre mecanismos anteriores de poder, o resultado é a continuidade.

No caso estudado, a continuidade é representada pelos mecanismos tradicionais de dominação sobre o sexo feminino. Não coincidentemente, podemos perceber elementos que permeiam tanto a tradição patriarcal acerca do sexo feminino quanto a alternativa revolucionária apresentada pelo PKK. Inferimos – e, neste ponto, concordamos com grande parte dos autores estudados – haver embutido nos discursos do PKK um subjacente desejo de manter as mulheres sob controle, ainda que encorajando-as a sair de suas casas. Esse domínio se materializa nas restrições às quais as mulheres guerreiras são submetidas no que diz respeito à sua afetividade e sexualidade.

Em nosso entender, esse movimento de enquadramento das mulheres se dá em um quadro mais amplo de enquadramento social; como podemos constatar, a teoria do Homem Novo é um primeiro passo de Öcalan no sentido de tentar definir aquilo que era um curdo. Esse ideal acaba por englobar também as mulheres, dando origem a uma série de discursos contraditórios, como pudemos observar. Assim, nas bases de um nacionalismo curdo, que se opunha ao domínio colonial turco, e sobre as ruínas do marxismo ortodoxo, funda-se um discurso fortemente identitário, que busca definir o curdo - o que, dada a multiplicidade, inclusive geográfica, desses povos, não é tarefa fácil. Nessa construção discursiva de Öcalan, a mulher tem papel fundamental.

Contudo, a ação feminina neste mesmo diagrama, suscitada por um discurso que essencializa e atribui à mulher pacificidade, parece levar a consequências inesperadas a princípio: a inversão dos anos 1990 indica a necessidade de adaptação de um discurso que se provava errôneo a cada bala disparada por um fuzil feminino, pela criação de exércitos próprios, pela criação de um partido autônomo feminino, etc. Gostaríamos de apontar aí para uma possível disjunção inicial entre a intenção do discurso de poder e seu efeito concreto, que acaba provando o próprio discurso falso e obrigando sua reformulação; isto é, a existência de uma tática de mobilização de militantes e soldados e a estratégia, resultado

inesperado da ação, de autonomização efetiva das mulheres.

Se um homem bate em uma mulher,” diz Adile, “ele fica pelo menos um mês na prisão. Antes, as mulheres não possuíam direitos. Mas agora temos até mesmo cortes femininas. As *mala jinan* (casas femininas), as *Asayîşa Jin*, e as cortes prestam assistência mútua. Quando há problemas entre homens e mulheres, nós documentamos o problema e depois falamos com o homem. Muitas vezes eles

deixaram suas esposas. Se não podemos resolver o problema, como quando o homem não paga pensão alimentícia, então vamos até a corte. E investigamos casamentos de menores de idade. Existe um mercado real de casamentos na Turquia. Meninas são vendidas na Internet. (KNAPP; FLACH; AYABOGA, 2016. Tradução nossa⁷)

É a partir dessa disjunção, sugerimos, que nascem instituições de organização exclusiva feminina, como partido e exército, cuja legitimidade pode residir, possivelmente, mais do fato de fazerem parte de uma tática emancipatória dos povos curdos do que na estratégia de libertação feminina.

Essa tática, argumentamos, pode ter sido incorporada pelas mulheres curdas exatamente por conta de seu complexo processo de subjetivação, sua emergência em um contexto de dominação patriarcal, no seio de uma sociedade marcada pelo marxismo, cujo principal agente discursivo contra-hegemônico apresenta uma única tática possível.

Como argumentado por Foucault, toda escolha tática é não-livre. Dentro do PKK, no entanto, a não-hegemonia é o discurso hegemônico. Existe, portanto, possibilidade de resistência. As mulheres integraram intimamente o processo de formação e expansão do PKK e de seus discursos. A relação que se fundou entre o PKK e suas militantes femininas, a partir de então, as incluía dentro de suas instâncias organizacionais. Assim sendo, as mulheres passam a ter elas próprias acesso aos mecanismos de poder vigentes, sendo capazes, pois, de alterar as relações de poder.

Este ponto nos parece essencial para indicar para possibilidade de uma relação de poder liberada entre as organizações curdas contemporâneas e seus componentes femininos, em contraponto à relação clássica entre patriarcado e mulheres, na qual não há qualquer espaço para mudança.

REFERÊNCIAS

ALLSOPP, Harriet. **The Kurds of Syria: Political parties and identity in the Middle East**. I.B. Tauris, 2015

ÇAGLAYAN, Handan. From Kawa The Blacksmith to Ishtar the Goddess: Gender constructions in ideological-political discourses of the Kurdish Movement in post-1980 Turkey. **European Journal of Turkish Studies**, 2012.

DE JONG, Alex. **From stalinist caterpillar into libertarian butterfly?** The evolving ideology of the PKK. 2015. Disponível em: <<https://libcom.org/history/stalinist-caterpillar-libertarian-butterfly-evolving-ideology-pkk-alex-de-jong>>. Acesso em 12/06/2017.

CAMPELLO, M. R. **Revolução, autonomia e permanências**: um estudo do caso curdo sírio. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações Internacionais, PUC Minas, 2018.

⁷ If a man hits a woman,” says Adile, “he gets at least a month in jail. Previously women had no rights. But now we even have women’s courts. The mala jinan [women’s houses], the Asayîşa Jin [see 9.4], and the courts all mutually assist one another. When there are problems between men and women, we document the problems, and we talk to the men. Many times they’ve left their wives. If we can’t solve the problem, such as when a man pays no alimony or child support, then we go to court. And we investigate underage marriages. There is a real marriage market in Turkey. Girls are sold over the Internet.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Edições Graal Ltda., 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008]
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- GROJEAN, O. La production de l'Homme nouveau au sein du PKK. **European Journal Of Turkish Studies: Social Sciences on Contemporary Turkey**,[s.l.], v. 8, n. 8, ago. 2008.
- GROJEAN, Olivier. Théorie et construction des rapports de genre dans la guérilla kurde en Turquie. **Critique internationale** 2013/3 (N° 60). Presses de Sciences Po. 2013
- HELLER, Kevin J. Power, Subjectification and Resistance in Foucault. **SubStance**, Wisconsin, Vol. 25, No. 1, Issue 79 (1996), pp. 78-110. University of Wisconsin Press, 1996
- JONGERDEN, Joost. **Settlement The Settlement Issue in Turkey and the Kurds: An Analysis of Spacil Policies, Modernity and War**. BRILL, 2007
- KANDIYOTI, Deniz. **Bargaining with Patriarchy**. Gender and Society, Vol. 2, No. 3, Special Issue to Honor Jessie Bernard. (Sep., 1988), pp. 274-290. 1988.
- KINANCI, Z. [Carta aberta]. 30 de junho de 1996. [para] Öcalan, A. Carta de suicídio.
- KNAPP, Michel. FLACH, Anja. AYABOGA, Ercan. Revolution in Rojava. Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan. Londres: Pluto Press, 2016.
- LILJA, M.; VINTHAGEN, S. Sovereign power, disciplinary power and biopower: resisting what power with what resistance?. **Journal of Political Power**, v. 7, n. 1, p. 107-126, 2014.
- LITRELL, R. F. BERTSCH, A. Traditional and contemporary status of women in the patriarchal belt. Equality, Diversity and Inclusion: **An International Journal**, Vol. 32 Iss 3 pp. 310 - 324. 2013.
- MOGHADAM, V. M. Patriarchy in Transition: Women and the Changing Family in the Middle. **Journal of Comparative Family Studies**, Vol. 35, No. 2, pp. 137-162. 2004.
- NEZAN, Kendal. **A brief survey of the history of the Kurds**. Institute Kurde de Paris. Disponível em: <http://www.institutkurde.org/en/institute/who_are_the_kurds.php> . Acesso em 24 de agosto de 2017.
- ÖCALAN, Abdullah. **Liberating life: a woman's revolution**. International Initiative Edition, 2013
- ÖCALAN, Abdullah. **Family, dynasty and state**. PKK online. Disponível em <<http://www.pkkonline.com/en/index.php?sys=article&artID=225>>. Acesso em 19 de junho de 2017.
- ÖCALAN, Abdullah. **Democratic Modernity: Era of Woman's Revolution**. PKK online. Disponível em <<http://www.pkkonline.com/en/index.php?sys=article&artID=235>>. Acesso em 12 de abril de 2017.
- SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075.
- TAAL, E. A. **The dynamics of gender in the context of war: Towards understanding what scripts**

inform the way in which PKK female fighters perform gender in the recent war against the Islamic State. Dissertação. Utrecht University. 5 de agosto 2015. Disponível online.

GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO *FRONT NATIONAL* COM MARINE LE PEN

Makchwell Coimbra Narcizo

Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História

RESUMO: O *Front National*, em sua empreitada em busca de poder, especificamente na intenção de conquistar o cargo máximo da República Francesa, diversifica seu discurso, traça novas estratégias que envolvem gestão da memória, tradição e sentimentos, dá nova roupagem para o partido, muda suas lideranças e até mesmo sua principal personagem pública e porta voz: sai Jean-Marie Le Pen e entra sua filha, Marine Le Pen, buscando se reconstruir para se adequar às regras do jogo democrático, sem deixar de lado suas bases ideológicas.

Objetiva-se com o presente trabalho identificar os mecanismos usados pelo FN para a gestão dos sentimentos, especialmente com a ascensão de Marine Le Pen como presidenta do partido. Para tal, a análise aqui proposta se sustenta na de Pierre Ansart, lançada em seu livro *La gestion des passions politiques* de 1983 e desdobrada ao longo de sua carreira, em que busca tratar a importância das emoções, dos sentimentos, dos afetos, das paixões que se encontram presentes nas instituições, nas decisões, nos fatos políticos e que fazem parte da experiência cotidiana.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão, sentimentos,

política, França, Marine Le Pen

ABSTRACT: The Front National, striving to attain power, specifically the head position of the French Republic, has diversified its discourse, made up new strategies that involve the management of memory, tradition and feelings, given the party a new lease of life, and swapped their leadership, including its top public figure and spokesman: out goes Jean-Marie Le Pen and in comes his daughter, Marine Le Pen, attempting to rebuild her image to fit the democratic game rules without steering away from her ideological foundations.

The objective of this paper is to identify the mechanisms used by the FN for the management of feelings, especially with Marine Le Pen having been elected party's president. The analysis is based on that of Pierre Ansart, launched in his 1983 book *La gestion des passions politiques* and developed throughout his career, in which he seeks to address the importance of emotions, feelings, affections, and passions in the institutions, decisions, and political facts and which are part of the everyday experience.

KEYWORDS: Management, feelings, politics, France, Marine Le Pen

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A vida é permeada de emoções, sentimentos, paixões e outros sentimentos diversos, somos envolvidos por sentimentos em todos os momentos, integrando também a dimensão afetiva da vida política. Por conta disso, paixões coletivas participam das práticas políticas e, apesar dessa dimensão afetiva do exercício político ser algo persistente no mundo político e eleitoral, não significa que é de fácil trato por parte de quem visa estudar sua influência nem tão pouco que seu estudo encontre lugar privilegiado nas Ciências Humanas e Sociais.

A ascensão de partidos de extrema direita na Europa demonstrou que essa volta a ganhar força no continente. Se aproveitando de uma crise de identidade vivida pelos europeus, que é potencializada pela crise do projeto da União Europeia, temas como migração e desemprego tornam-se pautas recorrentes desses grupos.

Na prática, a extrema direita vive um crescimento que a coloca em um patamar de influência política não vista no continente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Sabendo que identidades, sendo elas políticas ou sociais são construídas, o crescimento da extrema direita passa pela construção de identidades e uma busca pela gestão da memória.

A gestão da memória é concomitante com a gestão dos sentimentos. Essa busca faz uso de diversas ferramentas, tal como a utilização de sentimentos latentes como o ódio, inveja, rancor, ou sentimentos que há muito tempo estão escondidos ou guardados, tratam-se de ressentimentos. A gestão da memória e dos sentimentos é algo interligado, feita de forma consciente por grupos políticos, no caso em destaque pela extrema direita francesa, mais especificamente o *Front National*.

O *Front National* se insere no interior de uma tradição da direita francesa, entretanto, isso não basta para se destacar frente o eleitorado, visto que, mesmo se captar todos os votos de extrema direita, não consegue votos suficientes para chegar ao poder. Por conta disso, o FN busca reelaborar a tradição, mas de uma maneira que os franceses independentemente de orientação política se convençam disso.

Com a ascensão de Marine Le Pen, substituindo seu pai Jean-Marie Le Pen na presidência do FN, o partido, portanto, entra em nova fase, iniciando-se o processo de desdiabolização: ela implementa uma revisão das estratégias do partido desde a década de 1970, busca incessantemente o apoio da opinião pública, apresentando o FN como um partido democrático, visando não apenas os votos das extremas-direitas como da direita tradicional francesa. Em um mundo fragmentário, precisa-se de uma ideia para unir os fragmentos, quanto menos “absoluta” ou definida for essa ideia melhor ela serve a esse propósito, Marine Le Pen percebeu isso e fez disso sua aposta, utilizando-se de apelos sentimentais para tal.

2 | SENTIMENTOS E POLÍTICA

Pierre Ansart (2001, p. 146) argumenta que as emoções, sentimentos e paixões encontram-se presentes nas instituições, decisões e fatos políticos, sendo assim, parte das experiências cotidianas. O autor prossegue:

[...] esperanças e inquietudes durante as campanhas eleitorais, alegrias e decepções face aos resultados, iras, ciúmes e rancores no seio de um partido, angústia diante das ameaças imaginadas, entusiasmo quando se proclama uma vitória nacional ou humilhação quando se proclama uma derrota. Todos esses fatos são bem conhecidos. Eles abundam ao longo da história e manifestam-se incessantemente, sob formas sempre renovadas. Não duvidamos que esses afetos tenham consequências múltiplas, às vezes decisivas, no incessante desencadeamento da vida em comunidade. Aliás, não se pode duvidar das consequências, eventualmente dramáticas, provocadas pelos ódios interéticos. (ANSART, 2001, p. 146)

Todavia, apesar da importância destacada, o autor defende que as Ciências Sociais e Políticas, salvaguardando algumas exceções, não elaboram uma reflexão sobre fatos relativos à sensibilidade política, como se os esforços de explicação e de racionalização dentro do conhecimento conduzissem, inevitavelmente, a uma negligência das dimensões afetivas e passionais. É possível dizer que isso se aplica às ciências Humanas de um modo geral.

A dimensão afetiva no exercício político e as possibilidades de sua apreensão é a preocupação central de Pierre Ansart e se estendem para o presente trabalho. Ansart propõe, também para historiadores, possibilidades metodológicas para que se estude o papel das paixões e dos sentimentos na História.

Stella Bresciani (2002, p. 7) ressalta que as dificuldades em se tratar sentimentos em História levam comumente à recusa de abordagem. Prossegue demonstrando que a opção da ciência positivista foi de eliminar do seu campo de observação essas experiências cotidianas para somente reter da “realidade” política aquilo que poderia ser traduzido racionalmente. O que leva ao que a autora chama de fracasso, na medida em que é impossível dar conta da experiência concreta dos agentes da história tais como eles a vivenciam ou a sofrem.

A inobservância para com as questões sensíveis se dá por conta da dicotomia razão/emoção e, com a supervalorização da razão por parte da Ciência Positivista, a qual se sobressai também nas análises políticas. Contudo, é necessário salientar que apesar da dicotomia existente se sobressair, uma de suas partes, a parte menos privilegiada não desaparece das análises. Não há um desaparecimento de análises que privilegiem ou que busquem entender as demandas políticas observando as experiências cotidianas, como pode ser percebido na apreciação de Pierre Ansart.

Pierre Ansart (2001, p. 147) destaca que convém lembrar que, no que diz respeito à reflexão sobre paixões sociais e políticas, demonstrando que existem importantes antecedentes históricos desde a filosofia grega, grandes pensadores da vida política buscaram compreender questões que estão ligadas aos sentimentos. Levantando

questões como: Por que e em quais circunstâncias os cidadãos podem conhecer sentimentos de cólera, de furor ou de entusiasmo? Esses podem atuar coletivamente para exprimir seu ódio, entusiasmar-se por uma causa comum ou destruir símbolos detestáveis, aceitar, às vezes, riscos de morte para além do desejo instintivo da sua própria preservação? Para isso, o autor trabalha com textos extraídos de obras de Platão, Maquiavel, Tocqueville e Marx.

Logo, é possível considerar que apesar de uma dicotomia reinante, em especial nas reflexões modernas sobre política, há trabalhos que busquem uma reflexão sobre paixões sociais e políticas são presentes, o que existe por outro lado, é uma desvalorização de trabalhos que se preocupam com a dimensão afetiva envolto nas relações, que neguem sua importância ou até mesmo que as desprezam.

Pierre Ansart busca romper com a visível separação entre paixão e razão, especialmente com o predomínio da razão sobre a paixão. Bresciani (2002, p. 8) defende que com isso, emerge a possibilidade de questionamento da partilha que representa uma ilusão compartilhada pelos mais importantes pensadores da Modernidade, sendo questionada, sobretudo, pelo reconhecimento que dera lugar a um paradoxo constitutivo das sociedades estruturadas sobre seus pressupostos. A autora aponta assim um importante aspecto que esse paradoxo expressava a impossível formação do sentimento de pertença e de identidade societária, sendo ela nacional, partidária ou de qualquer grupo genérico apenas amparado pelos argumentos racionais.

Ainda seguindo as orientações da autora, infere-se que, as identidades coletivas são marcadas por afetividades do campo pessoal, tal como satisfações e frustrações, todas as intensidades possíveis do prazer ou da dor, ou em casos mais extremados, pela exaltação de sucessos ou a agonia do inverso. A existência desses vínculos entre afetividade e identidade vem sendo confirmados nos últimos anos por ciências que estudam o social, ou seja, a construção de uma metodologia que dê para a dimensão afetiva da vida humana sua devida importância traz novas possibilidades e entendimentos.

Neste ponto, nos deteremos um pouco mais na questão das identidades e afetividades, vejamos algumas considerações de Stella Bresciani:

Toda identidade, individual ou coletiva, ganha espessura e sentido mais profundo por meio de um componente afetivo, e é transformada incessantemente pelas alterações das emoções, dos sentimentos e das paixões. Mas ainda, as construções e as desconstruções das identidades acarretam consequências para a vida política e engendram paradoxos particulares. As identificações e as identidades fazem parte das ações políticas e ajustam-se às situações específicas. Uma afirmação identitária pode tanto favorecer a confiança em si como a agressividade e relação ao outro. Os sentimentos de superioridade, por sua vez, podem colaborar na legitimação da violência assim como os de inferioridade favorecem o desencorajamento. Não se pode negar, ainda que os conflitos de identidade sustentam a dinâmica das hostilidades e, eventualmente, a dominação. (BRESCIANI, 2002, p. 8-9)

A construção e a reconstrução permanente de identidades carregam grandes cargas de afetividades. As identidades estão envoltas a sentimentos e paixões, as

ações que a venham construir, essas resultam em construções e é em parte, reflexo desses sentimentos. Portanto, a construção do que durante muito tempo se acreditou ser o real, traz consigo uma carga de afetividade, ou seja, as articulações das afetividades ajudam a construir o real.

A percepção de que as afetividades agem de forma marcante na constituição das identidades, logo, vida social e política, é hoje uma realidade por parte de quem busca compreender a sociedade, tal como a História. Apesar disso, ainda existem dificuldades metodológicas e em certa medida, resistência na medida em que é necessário romper uma dinâmica que hierarquiza os motivadores das ações sociais, colocando as afetividades em um local secundário em relação à razão.

Aqui, interessam todas essas questões, mas é necessário colocar uma característica específica, busca-se entender a dimensão das afetividades na constituição das identidades e da vida social, ao buscar uma compreensão de como essas dimensões influenciam nos processos políticos e eleitorais, além de buscar uma compreensão de como tais aspectos podem ser manipuláveis na busca de votos. Desta forma, nos deparamos mais uma vez com Pierre Ansart.

Pierre Ansart não visa construir uma metodologia, mas aponta possibilidades a partir da formulação de questões fundamentais para uma análise das emoções e sua força política. Para tal, formula algumas questões tidas como fundamentais.

1 – O primeiro desafio é, sem dúvida, reagrupar, escolher os rastros, os sinais das “emoções” (esses afetos vivos e limitados no tempo), dos “sentimentos” (esses sistemas sócio-afetivos menos aparentes e mais duráveis), das “paixões” (termo que destacamos com suas ambiguidades que designam, ao mesmo tempo, a afetividade vivenciada e a intensidade da ação). Esses sinais a serem reagrupados são essencialmente expressões e práticas significativas. (...) Trata-se, nesse caso, somente de um trabalho preliminar.

2 – Uma segunda questão diz respeito ao passado de um sistema sócio-afetivo: sua gênese e sua formação existiram no tempo dessas paixões? Nós nos referimos à história, não à história cronológica ou estritamente econômica, mas à história das crenças, das expressões, tanto quanto a das práticas políticas, dos conflitos sociais e, sobretudo, das lembranças por estes deixadas. O analista das paixões não pode evitar o questionamento sobre o tipo de passado que lhe diz respeito: trata-se menos do passado do historiador, reconstruído segundo os critérios da crítica, e mais do passado imaginado, na maioria das vezes, reconstruído segundo os interesses ou os preconceitos do presente.

3 – Ela confronta seus estudiosos com a questão das continuidades e das descontinuidades, como também com as ilusões em relação a ambas. Como explicar a continuidade das hostilidades e dos ódios ao longo das transmissões históricas? (...) Podemos nos ater à hipótese geral de que instituições (familiares, escolares, religiosas) participam da transmissão, do “inculcamento”, dos valores afetivos. No entanto, somente um estudo cuidadoso das expressões, das linguagens, dos símbolos comuns, poderá precisar o papel desempenhado por uma instituição nesta transmissão.

4 – O analista das paixões políticas é confrontado inevitavelmente com o problema do caráter coletivo dos afetos. Sabemos que uma forte tradição não cessou de admitir que, um membro de uma classe, de uma casta, de uma etnia, compartilha

necessariamente os amores e os ódios existentes no seio de seus respectivos grupos. Uma tal simplificação oculta problemas essenciais. (...) E preciso distinguir o lugar e o papel dos grupos militantes, seus líderes efetivos ou simbólicos, seus dizeres e seus fazeres. Eventualmente, deve-se analisar o papel excepcional de um ator individual.

5 – Atingimos uma das questões essenciais da análise: a do espaço do sujeito individual nas paixões coletivas. Para designar utiliza-se os amores, os medos, as iras, um vocabulário psicológico, que é relativamente claro no que diz respeito ao sujeito individual. Mas que vocabulário poderia ser usado numa atividade comum, como em uma manifestação? O que é uma indignação coletiva? Que relação se estabelece entre o sujeito, o ego e os outros, numa indignação comum? Não podemos evitar a abordagem de tal questão, mas é impossível respondê-la a partir de um único caso.

6 – O estudo das relações intersubjetivas tem seu lugar nesse percurso. As interações conduzirão a um abrandamento das paixões, ou ao seu desvio, ou à sua repetição, ou ainda à sua consolidação? Existe uma circulação dos afetos? Por que, como e em quais circunstâncias?

7 – As afetividades políticas transformam-se às vezes muito rapidamente; Tocqueville já salientava este fato em relação às eleições em uma democracia: emoções, querelas, discussões, declarações exaltadas ou injuriosas, discussões violentas que se prolongavam até às vésperas da eleição, e, em seguida, de maneira muito rápida,

uma vez conhecido o resultado, calmaria e, para muitos, retorno à indiferença. Os períodos mais significativos em termos de mudanças profundas são certamente aqueles de conflito, nos quais as paixões se exasperam, manifestam-se ruidosamente e, em seguida, são apaziguadas. (...)

8 – Por fim, na análise dessas diferentes questões, é incessante a manifestação das relações entre os afetos e as ações. Pode-se dizer que, por causa disso, a pesquisa sobre as paixões políticas adquire um verdadeiro sentido. Ora, essa relação é eminentemente plural e reveste-se de múltiplas formas: em um momento, afetos encontram suas expressões, mas não conduzem a qualquer ação ou a poucas manifestações simbólicas; em outro momento, as condições inibem as expressões, mas os afetos revelam-se brutalmente ao longo de uma agitação violenta. (...) (ANSART, p. 153-157)

Por mais amplo ao que aparenta, e o é, especialmente por ter a preocupação de trabalhar com uma metodologia que abarque questões que não ganham tradicionalmente a devida atenção, Pierre Ansart não apresenta uma metodologia em si, uma metodologia fechada, mas apresenta alguns caminhos que surgem a partir de preocupações levantadas por ele.

Caminhos que não podem ser entendidos como facilidades, mas em certa medida como facilitadores do trabalho de quem busca trabalhar com os afetos em política, devendo passar necessariamente por um rastreio preliminar dos afetos, buscando uma compreensão do tempo das paixões, tempo este que não é meramente cronológico, vide que é necessário compreender um passado sentido, reconstruído a partir do presente. O que torna fundamental compreendermos as continuidades e descontinuidades impressas nos sentimentos. É basilar na análise das paixões políticas

a observação do caráter coletivo que os afetos carregam, tendo a sensibilidade para analisar o papel excepcional de indivíduos no interior desses grupos. O que leva ao ponto essencial da análise em questão, o espaço do sujeito individual nas paixões coletivas.

É necessário observar que as afetividades políticas mudam constantemente e mudam rapidamente, fazendo com que as ações sejam influenciadas, logo, a percepção do encontro entre afeto e ação é fundamental por parte de quem se aventura a tratar paixões políticas.

Por fim, é uma busca de compreensão da construção dos afetos, sua difusão e sua utilização para fins políticos, levando em consideração, segundo as orientações de Ansart que são primordiais aqui, seu local de produção e seus produtores, tal como a forma como são produzidos. O conteúdo em si e o resultado que tais afetos levam.

3 | MARINE LE PEN E OS SENTIMENTOS

Marine Le Pen busca construir seus argumentos fazendo ligações simbólicas, utilizando-se de aspectos históricos bem definidos em construções específicas para atender suas demandas, empregando cargas afetivas particulares a eles.

O ódio não é apresentado de forma primária ou de forma inicial em seus discursos como era feito com o pai, a forma como Marine Le Pen constrói seus argumentos segue uma lógica bem própria.

Marine Le Pen em seus discursos, o que estende para outras modalidades quando pode tal como em seu blog ou até mesmo plano de governo, busca construir uma espécie de fundo emocional que dê suporte a seus argumentos, fazendo uso em diversos momentos de aspectos históricos, tratados sob uma perspectiva própria, resgatando uma memória e trazendo para os fatos uma afetividade que lhe convém, tudo para criar condições para direcionar os ouvintes/leitores/eleitores para seus reais objetivos, que culmina no voto. Para tal, faz utilização constante da tradição e cultura francesa, tal como de povo francês.

O emprego de sentimentos é variado, ele vai de sentimentos de orgulho, sentimentos triunfalistas ligando a França, sua tradição, sua história, ressaltando aspectos gloriosos para depois a abordagem focar os momentos de decadência da França, tendo assim possibilidade de categorizar e culpar pessoas e grupos específicos. O jogo com sentimentos envolve desta forma, de maneira consciente os ressentimentos, é uma estratégia de Marine Le Pen.

Tal designação pode ser notada em diversos momentos e em discursos e documentos, será abordado de maneira destacada o documento *Appel du Mont-Saint-Michel* intitulado *Pour l'unité des français*. Como se trata de um documento curto, em seu início Marine Le Pen trata de fazer uma descrição física das belezas locais, logo em seguida, apresenta algumas de suas armas argumentativas:

Este ponto de encontro entre a terra, o mar e o céu, único no mundo, foi durante séculos o resultado tão esperado da longa marcha dos peregrinos. Ele é hoje o símbolo do espírito francês.

As muralhas da cidadela militar ainda ecoam as façanhas do Chevalier Du Guesclin; a invencibilidade dessas fortificações, experimentada pela Guerra dos Cem Anos, inspira ainda hoje o espírito de resistência.

No mistério de nossos apegos fundamentais, impõem-se essas obras-primas nascidas do encontro da inteligência, do espírito e da mão que, juntos, obrigam o mundo a reconhecer aqui o testemunho da engenhosidade francesa; **para nós, franceses, esses pontos altos de nossa memória nacional evocam nas profundezas da alma o orgulho de ser francês, o prazer de viver como franceses, o desejo de permanecer assim.** (LE PEN, Marine, 27 février 2018) (negrito no original e tradução nossa)

Marine Le Pen utiliza o *Mont-Saint-Michel* para evocar o “espírito francês” como uma força inerente a todos os franceses, algo atemporal que une os franceses. Logo depois evoca um acontecimento central em sua argumentação, a Guerra dos Cem Anos, uma luta exemplar contra o invasor estrangeiro, na prática contra os ingleses, mas como pôde ser visto no tópico que fora tratado a construção de Jeanne D’arc há uma apropriação por parte do FN como se fosse “os estrangeiros” e acima de tudo, um símbolo que conclama a resistência a qualquer tipo de invasão estrangeira. Portanto, ao evocar essa memória, o viver como francês e permanecer assim é a possibilidade de usar tais aspectos da memória como aporte político, como se ela, Marine Le Pen, de alguma forma, se incumbisse de ser guardiã de tais valores.

Em meio a elogios de ordem física e “espiritual”, Marine Le Pen prossegue:

Contemplar o Mont-Saint-Michel, admirar **a majestosa harmonia da natureza e da arquitetura, a conjugação entre o espírito e a matéria, entre a fé e a razão, é saber que existe nos corações dos homens algo superior, algo que vai além do fútil, do utilitarista ou do subordinado**; contemplar esse arranjo maravilhoso é, para nós, franceses, abastecer-se de fidelidades, é conhecer-nos como herdeiros de uma grande história, de uma grande nação, de uma grande civilização; é também sentir certa aversão pelos abandonos desastrosos porque temos a necessidade de continuar incansavelmente a obra-prima, **de seguir nesta bela e grande aventura chamada França, de nos sentirmos carregado, mesmo nos períodos de dúvida ou de declínio como hoje, pela engenhosidade da renovação.** (LE PEN, Marine, 27 février 2018) (negrito no original e tradução nossa)

Marine Le Pen coloca a França como um ponto de equilíbrio ideal para o mundo, se colocando, a si e os franceses, como herdeiros dessa grande história, grande nação e uma grande civilização trazendo em certa medida a responsabilidade de se opor a quem não a valorize, de forma interna e externa. Coloca a si e cada francês como responsável por continuar essa história, em especial em momentos de crise como o que alega viver no momento.

A estratégia de Marine Le Pen é característica em suas argumentações, busca criar um espaço favorável para lançar suas teses, fazendo uso de aspectos emotivos. Voltemos para o documento em análise exemplificar a estratégia de Marine Le Pen:

Porque aqui bate o coração da França, é daqui que escolhi lançar um apelo à

unidade dos franceses.

Nosso país está lutando com um totalitarismo duplo, o totalitarismo islamista e o totalitarismo globalista financeiro. Ambos prejudicam nossos valores de civilização, nossa concepção do homem, nossa visão do mundo (LE PEN, Marine, 27 février 2018) (negrito no original e tradução nossa)

O fato de estar em destaque no documento o “coração pulsante da França” e esse o tema central no lançamento de sua campanha carrega simbolismos e aponta os tons de afetividades que marcam suas propostas, que claro, não ficam apenas nelas. Quando fala do duplo totalitarismo, assinala as bases que sua campanha se constrói, em 3 partes: 1 – acusar seus opositores de totalitários e se colocar como guardião da democracia, uma das heranças da tradição francesa; 2 – o totalitarismo econômico e o globalismo, representado pela União Europeia - UE; 3 o que chama de totalitarismo islâmico.

Interessa-nos neste ponto, a busca de uma compreensão sobre a maneira como coloca a civilização e visão de mundo como ameaçadas, ao mesmo tempo em que se coloca, ou se propõe como uma guardiã delas. O discurso, não traz novos argumentos, apenas renova os mesmos temores, o temor contra o “totalitarismo globalista” são as mesmas ameaças que outrora povoaram as mentes e corações franceses por ocasião da Segunda Guerra Mundial – os problemas econômicos que elegeram o outro, frente um nacionalismo econômico; enquanto ao “totalitarismo islamista”, serve bem ao momento, mas se for trocado em outros momentos históricos, por judeu, argelino, *negrer* faz sentido dentro de cada realidade histórica, o problema em si não é o islamista, mas a ameaça que ele representa no momento. Mais do que a ameaça, ele representa o temor que ele pode gerar, o resultado político que pode ser retirado dessa possível ameaça.

Misturando sentimentos novos com antigos, Marine Le Pen prossegue:

Uma nação, nossa nação é um ato de amor: ela é um vínculo sentimental invisível que une os homens além de sua origem em um desejo de compartilhar, uma partilha de nossa riqueza material, claro, mas também a partilha de nosso patrimônio imaterial: nossos valores, a grandeza que emanam nossos monumentos, nossa arte de viver, nossa gastronomia, nossa bela língua, nossas regras de cortesia, nossa baguete, o cafezinho no balcão de um bistrô, enfim, tudo o que faz aquilo que somos. Este patrimônio não tem valor, porque é esculpido por dois mil anos de história, porque vive em nós e é insubstituível. Além do presente, a nação nos leva à compartilhar esperanças e a vontade de construir o futuro em comum; uma nação, a nossa nação é um impulso do coração e da mente que se reforça ao longo do tempo simplesmente para colocar uma ambição coletiva a serviço de todas as gerações futuras. (LE PEN, Marine, 27 février 2018) (negrito no original e tradução nossa)

Marine Le Pen faz alusão ao amor, que por sinal é bastante utilizado em suas argumentações, o utiliza como um laço sentimental que une os franceses, esse povo eleito por fazer parte de uma cultura com uma grandiosidade imaterial e também material tão rica. O importante, o que é trazido como diferente, como novo aqui, é o fato de ligar esse sentimento com o futuro, tendo o que chama de “impulso do coração” como a ligação chave para isso, sendo essa geração o elo para as gerações futuras,

imputando a ela, de certa forma, em uma maneira ameaçadora, o peso do presente.

A busca da criação e utilização de um laço sentimental que ligue o povo francês a seu passado e a seu futuro é estratégia central de Marine Le Pen, sobre isso, fica claro quando o documento em análise se aproxima do encerramento:

Nós devemos voltar a ser uma nação de sentimentos.

Se a França fosse apenas uma nação pela razão, haveria apenas franceses administrativos, sem alma e, portanto, sem coração, sem identidade e, portanto, sem futuro.

Quero fazer com que a França volte a ser uma nação de corações, uma comunidade de solidariedade entre os franceses, uma comunidade de destino como se um único coração batesse em 66 milhões de peitos. (LE PEN, Marine, 27 février 2018) (negrito no original e tradução nossa)

A reconstrução da França proposta por Marine Le Pen passa necessariamente pelos afetos, passa pelo que ela chama de corações, não se afastando da razão, mas dando protagonismo ao coração, uma união de corações. Uma nação de sentimentos, tais sentimentos que são diversos, mas que se unem sob o passado da tradição Francesa que direcionará os franceses ao futuro.

A composição argumentativa de Marine Le Pen passa necessariamente por uma construção afetiva bem definida, na qual faz uso de um passado de glórias, uma tradição singular, trazendo uma herança quase divina e ao mesmo tempo uma responsabilidade para com o futuro, buscando se colocar como guardião de tal herança. Sentimentos são utilizados o tempo todo em suas argumentações, mas de forma organizada e controlada, buscando se utilizar deles em momentos propícios.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de sentimentos em demandas políticas é algo corriqueiro, tais demandas, políticas e eleitorais se utilizam de sentimentos sempre que lhes convém. As formas de utilizações variam, mas os sentimentos sempre são requisitados, algumas vezes de maneiras mais requintadas e em outras de maneiras mais automáticas.

Apesar disso, há relutâncias por abordar sentimentos políticos, em parte por conta de dificuldades, nas Ciências Humanas e Sociais fazendo com que durante muito tempo estudos que tratassem a utilização de sentimentos fossem escassos e taxados de pouco objetivos.

Tudo isso passando pela real dificuldade metodológica, visto que a temática exige abordagens de cunho interdisciplinar e que testem os limites de cada área do conhecimento. O que Pierre Ansart apresenta não é necessariamente uma metodologia, mas possibilidades de se transpor limites, fazendo com que as análises abandonem sua segurança metodológica pronta e acabada.

A percepção que sentimentos são utilizados não basta, é necessário que se

busque compreender como isso é feito e em especial quais os resultados dessa utilização. Como exposto, Marine Le Pen faz utilizações constantes e planejada de sentimentos para atender seus propósitos políticos e eleitorais.

Marine Le Pen busca gerir os sentimentos para os utilizar a seu favor, para isso, utiliza-se de sentimentos distintos, se por um lado faz uso de sentimentos reativos para colocar a França e os franceses como vítimas de um “outro”, utiliza-se de sentimentos que aludem a grandiosidade da França e a unidade dos franceses.

Seguindo as orientações de Pierre Ansart é possível notar que é feito uso de sentimentos buscando tratar as paixões, termo utilizado aqui respeitando suas ambiguidades. Há uma busca pela utilização de sentimentos duráveis e até por isso menos perceptíveis cotidianamente e também por sentimentos que estão escondidos nas camadas mais profundas da memória e das relações sociais, mas ambos presentes.

Marine Le Pen percebe a perenidade de sentimentos bons e reativos, buscando dar força a eles na busca de votos. Para isso, busca a gênese de certos sentimentos, por essa razão quando busca uma apropriação da memória, também busca se apropriar de afetos que carregam as lembranças de determinados eventos históricos e também personagens históricas, para isso busca reconstruir o passado de uma forma que possa se apropriar de tais sentimentos.

Ainda sob orientações de Ansart é possível notar que há uma construção consciente de linguagens, expressões e até mesmo gestos visando gerir sentimentos e se utilizar deles. Mas claro, sem cair em simplificações e achando que apenas seu grupo busca gerir afetos, na medida em que há tentativas de outros grupos de também utilizar-se de afetos para suas demandas, entretanto, a presente análise busca dar conta da gestão e formas de utilização promovidas pelo FN sob gestão de Marine Le Pen. Ponto fundamental é considerar que as afetividades estão em constantes transformações, desta maneira, novas formas de utilizações surgem fazendo com que quem as investigue tenha que criar mecanismos para captar tais mudanças.

Partindo das considerações de Pierre Ansart e com a análise do FN desde o início da gestão marinista fica evidente que há uma busca de gestão de sentimentos organizada. Com isso é possível perguntar: Marine Le Pen tem atingido seus objetivos com seu projeto de gestão de sentimentos?

Para tal é necessário compreender que o *Front National* com o clã Le Pen busca se inserir na cena democrática francesa galgando em especial o cargo de presidente da república, para isso há um projeto e neste projeto a gestão da memória e sentimentos são centrais. Na prática, o *Front National*, que agora se chama *Rassemblement National* – RN, claro que a mudança de nome também se insere na gestão de sentimentos, tem um projeto de poder e hoje é uma das mais destacadas forças políticas da França, o que vem se comprovando nas urnas, como por exemplo a ida de Marine Le Pen ao segundo em 2017 e tendo ficado em terceiro lugar nas eleições de 2012.

Personalidades e grupos políticos como Marine Le Pen e seu FN/RN continuarão a utilizar-se de estratégias para gerir sentimentos na busca de seus propósitos, dentre

eles eleitorais. Assim sendo, estudos que busquem captar a força desses grupos, ascensões e quedas, devem necessariamente buscar compreender mesmo que de forma mínima como esses grupos se utilizaram e geriram os sentimentos.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: **Historia: questões e debates**. 17, n. 33, julho/dezembro 2000, Editora UFPR, pp. 145-164.

_____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas SP: Editora UNICAMP, 2009, p. 15-36.

_____. **La gestion des passions politiques**. Lausanne: L'âge d'homme, 1983.

BREPOHL, Marion. Et al (org). (2002) **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora UnB.

BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (org). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas SP: Editora UNICAMP, 2009.

LE PEN, Jean-Marie. Discours de Jean-Marie Le Pen lors de la commémoration du 600^{ème} anniversaire de la naissance de Jeanne d'Arc. Disponível em < <http://www.frontnational.com/2012/01/discours-de-jean-marie-le-pen-lors-de-la-celebration-du-600eme-anniversaire-de-la-naissance-de-jeanne-darc/>>. Acesso em 12 fevereiro 2018.

_____. 1 mai 2012 - Discours de Jean-Marie Le Pen place de l'Opéra à Paris + sous-titres. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=jQ2403EjyBQ>> Acesso em 12 fevereiro 2018.

LE PEN, Marine. *À contre flots*. Paris: Grancher. 2012.

_____. **Au nom du peuple – 144 engagements présidentiels**. Nanterre: 2017.

_____. **Discours de Marine Le Pen lors du Congrès de Tours des 15 et 16 janvier 2011**. Disponível em <http://www.frontnational.com/videos/congres-du-FN-a-tours-discours-d-investiture-de-marine-le-pen/>>. Acesso em 12 janeiro 2018.

_____. **Discours de Fréjus**, septembre 2016. Fréjus: 2016.

_____. **Discours de Marine Le Pen dans l'Orne**. 7 janvier 2018. Disponível em < <http://www.frontnational.com/2018/01/discours-de-marine-le-pen-dans-lorne/>>. Acesso em 09 janeiro 2018.

_____. **L'Afrique: Notre première priorité internationale**. Paris: 2016.

LE PEN, Marine. **La révision constitutionnelle que je propose aux français par référendum**. Souveraineté / Démocratie / Proximité. Paris: 2016.

_____. **Marine**. Paris : 2017.

_____. **Mon analyse du programme de M. Macron**. In: Mes carnets d'espérances, 2017.

_____. **Mon projet pour la France et les français**. Nanterre: 2012.

_____. **Pour que vive la France**. Paris: Grancher. 2012.

LE PEN, Marine. **Terrorisme islamiste**: protégeons Les français. Paris: 2017.

_____. *3^{ème} Conférence Présidentielle*: « le rôle de l'état dans l'économie ». *Paris le 2 mars 2017*.
Discours de Marine Le Pen Marine 2017.

_____. *4^{ème} Conférence Présidentielle Paris* « **Par amour de la France** » **Paris : le 13 mars 2017**.
Discours de Marine Le Pen Marine 2017.

_____. *5^{ème} Conférence Présidentielle*: La France face au défi terroriste. *Paris: le 10 avril 2017*.
Discours de Marine Le Pen Marine 2017.

VÍDEOS

« J'ai besoin de Marine » | Marine 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KfDD8FNm6bE>>. Acesso em 05 julho 2017.

LE PEN, Jean-Marie. 1 mai 2012 - Discours de Jean-Marie Le Pen place de l'Opéra à Paris + sous-titres. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=jQ2403EjyBQ>> Acesso em 12 fevereiro 2018.

_____. 1 mai 2012 - Discours de Marine Le Pen place de l'Opéra à Paris. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=DMAWSFqFlig&t=13s>> Acesso em 12 fevereiro 2018.

HISTÓRIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIPTOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADA

Rogério Chaves da Silva

Professor do IF Goiano Campus Avançado
Hidrolândia-GO

George Mendes Marra

Mestre em História, Professor da Universidade
Estadual de Goiás/Trindade-GO

Delson Ferreira

Professor do IFGoiano Campus Avançado
Hidrolândia-GO

Geovane Reges de Jesus Campos

Professor do IFGoiano Campus Avançado
Hidrolândia-GO

Amivaldo Batista dos Santos

Professor do IFGoiano Campus Avançado
Hidrolândia-GO

RESUMO: Ancorados na perspectiva da formação integrada, elaboramos esse texto que foi concebido após a realização de um projeto integrador definido como “História, Criptografia e Segurança da Informação”. Por meio desse projeto, buscamos viabilizar a integração entre conhecimentos adquiridos em disciplinas da educação profissional, notadamente em “Segurança em Redes de Computadores” e “Redes de Computadores III”, com conhecimentos apreendidos em componentes curriculares da formação geral/propedêutica, sobretudo nos domínios da História, Filosofia e Sociologia. Nesse sentido,

procuramos propiciar, junto a estudantes do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IF Goiano Campus Avançado Hidrolândia, um estudo focado na análise do desenvolvimento da criptografia no contexto da Segunda Guerra Mundial, destinando ênfase no modo como a invenção de Alan Turing, a chamada “bomba criptológica”, foi fundamental tanto para as estratégias vitoriosas do sistema de inteligência inglês naquele período de beligerância, como também para o desenvolvimento da computação moderna.

PALAVRAS-CHAVE: História Contemporânea; Segunda Guerra Mundial; Segurança da Informação; Criptografia; Formação Integrada.

ABSTRACT: Anchored in the perspective of integrated training, we elaborated this text that was conceived after the realization of an integrative project defined as “History, Cryptography and Information Security”. Through this project, we seek to enable the integration of knowledge acquired in professional education disciplines, notably in “Computer Network Security” and “Computer Networks III”, with knowledge learned in curricular components of general / propaedeutic training, especially in the domains of History, Philosophy and Sociology. In this sense, we seek to provide, together with students of the Technical Course in Maintenance

and Support in Integrated Computer Science at the High School of IF Goiano Advanced Campus Hidrolândia, a study focused on the analysis of the development of cryptography in the context of World War II, with emphasis on how the invention of Alan Turing, the so-called cryptological bomb, was central to both the victorious strategies of the English intelligence system in that period of belligerence and to the development of modern computing.

KEYWORDS: Contemporary History; Second World War; Information security; Cryptography; Integrated Training.

1 | A FORMAÇÃO INTEGRADA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Esse texto é fruto de reflexões produzidas a partir de uma experiência pedagógica realizada por professores envolvidos em um projeto integrador executado no Instituto Federal Goiano, especificamente no Campus Avançado Hidrolândia, no ano de 2017, cujo título foi “História, Criptografia e Segurança da Informação”. Primeiramente, é preciso esclarecer que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como é o caso do IFGoiano, por pertencerem à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, têm como prioridade estabelecida pela Lei Federal nº 11.892/2008 a oferta de cursos de educação profissional de nível médio na modalidade integrada. A partir de nossa atuação como professores nesses cursos chamados, comumente, de “Ensino Médio Integrado” que concebemos o projeto integrador intitulado “História, Criptografia e Segurança da Informação”, cuja experiência propiciou essa reflexão didático-pedagógica que aqui materializamos em texto. O projeto em questão foi executado na 3ª série do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus Avançado Hidrolândia, pertencente ao Instituto Federal Goiano.

Os cursos técnicos de “Ensino Médio Integrado” foram implementados na Rede Federal a partir do Decreto nº 5.154/2004 que, posteriormente, foi regulamentado pela Lei Federal nº 11.741/2008. Ambos os dispositivos jurídicos estabeleceram novas diretrizes para a educação profissional no Brasil, principalmente no tocante à oferta de cursos da educação profissional técnica de nível médio. Os artigos 36-B e 36-C dessa lei (que ainda está em vigor) definiram as características dessa modalidade de ensino:

Art. 36-B. A educação profissional *técnica* de nível *médio* será *desenvolvida* nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino *médio*;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino *médio*;
(...)

Art. 36-C. A educação profissional *técnica* de nível *médio* articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional *técnica* de nível *médio*, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula *única* para cada aluno

(LEI FEDERAL Nº 11.741 DE 16 DE JULHO DE 2008)

Para as reflexões inscritas a esse texto, importa-nos salientar o inciso I do Art. 36-C, que norteia a articulação, de forma **integrada**, entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, de modo que se atenda a formação geral do educando. O núcleo dessa proposta, subsumida aos “Cursos de Ensino Médio Integrado”, reside na tentativa de superar o modelo de ensino, muito comum nas escolas de educação profissional das últimas décadas do século XX, em que a preparação para o trabalho estava voltada apenas para o seu aspecto operacional. Ao se dar relevo à formação integrada, articulando o ensino regular com o técnico, busca-se integrar, efetivamente, a educação geral com a educação profissional, pois mesmo que o foco educacional esteja mirado à preparação do educando para o mundo do trabalho, sua formação humanística torna-se essencial para a construção de indivíduos questionadores, críticos, conscientes de seu papel na sociedade, em suma, cidadãos na acepção da palavra. De acordo com a professora Maria Ciavatta (2005), a formação integrada tem como características:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (CIAVATTA, 2005, p. 02)

Historicamente, a discussão acerca da educação integrada tem como preocupação central a superação da dicotomia trabalho manual versus trabalho intelectual. No Brasil, a sedimentação do dualismo entre trabalho manual e o intelectual tem suas raízes históricas fincadas em uma sociedade de herança cultural ibérica e escravocrata, em que o trabalho manual era tratado como “inferior”, “subalterno”, papel do escravo. Do ponto de vista institucional, somente no século XX é que a educação das camadas sociais menos privilegiadas passou a ser uma preocupação do Estado, quando o problema do analfabetismo ganhou a atenção governamental. Dentro desse contexto, configurou-se uma transparente dicotomia entre a educação voltada para as elites e o modelo destinado às classes desvalidas: a formação intelectual era monopolizada pelas elites dirigentes, enquanto a preparação para o mundo do trabalho era dirigida aos desamparados.

Tal concepção implicava na distinção entre os que concebiam e controlavam o processo de trabalho e aqueles que o executavam. O ensino profissional era destinado àqueles que deviam executar, ao passo que o ensino científico-intelectual era voltado àqueles que concebiam e controlavam o processo. A perspectiva da formação integrada, preconizada pelo Decreto nº 5.154/2004, veio se contrapor a essa ideia, postulando que o processo de trabalho desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Portanto, a formação integrada entre o ensino geral e a educação profissional exige a superação das dualidades entre cultura geral e cultura técnica, entre instrução profissional e instrução geral, para assim, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de modo a preparar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Em suma, a educação profissional, articulada à escolarização básica, constitui um processo formativo integral que intenta compreender a problemática social em que os jovens estão inseridos como sujeitos de direitos e de ações na sociedade. Ao mesmo tempo, procura contribuir para a sua inserção na vida adulta e no mundo do trabalho como cidadãos e sujeitos autônomos. De acordo com esse postulado educacional, a apropriação de saberes e conhecimentos, referentes à ciência e à cultura, possibilita ao futuro trabalhador a percepção da complexidade do mundo em que vive e, de igual forma, viabiliza sua preparação para as exigências da vida profissional.

Inspirados nessa perspectiva da formação integrada, concebemos o projeto integrador “História, Criptografia e Segurança da Informação”. O objetivo central era o de possibilitar a integração entre conhecimentos adquiridos nas disciplinas da educação profissional (como, por exemplo, “Segurança em Redes de Computadores” e “Redes de Computadores III”), constituintes da matriz curricular do curso técnico em manutenção e suporte em informática, com conhecimentos apreendidos em componentes curriculares da formação geral/propedêutica (como História, Filosofia e Sociologia), também constantes nessa matriz curricular.

O interesse em adentrar nesse tema se assentou no fato de que a maioria das pessoas usa configurações básicas de criptografia em equipamentos eletrônicos que fazem parte do cotidiano, como telefones celulares e computadores pessoais. No entanto, poucas pessoas têm conhecimento de que, durante a Segunda Guerra Mundial, as estratégias de comunicação e de codificação de mensagens entre os países beligerantes, por meio da criptografia, foram fundamentais não só para a constituição da computação moderna, como também para a preservação de informações sigilosas como as que trafegam, atualmente, na rede mundial de computadores (Internet). Partindo da reflexão sobre essas questões que permeiam a tecnologia e a informação na contemporaneidade, decidimos que a relação entre história e segurança da

informação seria o eixo norteador desse estudo voltado para a compreensão e análise do desenvolvimento da criptografia, sobretudo no contexto da Segunda Guerra Mundial, e suas reverberações na moderna computação e no tráfego sigiloso das comunicações oficiais entre os países e também nas informações privadas que transitam pela Internet.

2 | BREVES ANOTAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A CRIPTOGRAFIA

A criptografia é uma das principais áreas da criptologia. Basicamente, são três as áreas subsumidas à criptologia: a esteganografia, a criptografia e a criptoanálise. A criptografia consiste na ocultação de informações e na quebra do sigilo dos códigos de ocultação (criptoanálise). As mensagens podem ser ocultadas de formas distintas: ocultando a existência da mensagem (esteganografia) ou tornando seu conteúdo não inteligível (criptografia). Na criptografia, destacam-se os códigos e as cifras. As cifras podem ser de substituição ou de transposição. Observe a figura a seguir:

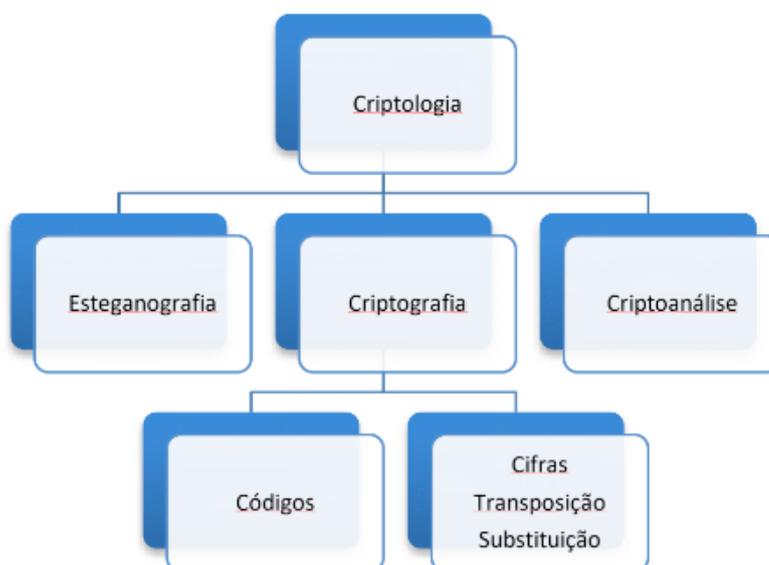


Figura 1 - Áreas da Criptologia

Fonte: MARRA, 2017, p. 87

A criptografia é comumente conhecida como a arte de cifrar/codificar uma mensagem como mecanismo de segurança. Etimologicamente, o termo é grego, no qual *Krytos* significa aquilo que é descrito de forma oculta, escondida, enquanto *Graphos* significa o ato de escrever (TKOTZ, 2005, p. 16). Ao afirmar que o texto está criptografado, isso quer dizer que as informações foram tornadas inteligíveis por meio de substituições de caracteres que compõem a mensagem de uma maneira que somente aqueles que possuem a chave podem tornar aquilo compreensível. A decodificação refere-se ao ato, praticado por um usuário legítimo do código, na busca por compreender a mensagem codificada. Já a decifração está ligada ao ato de ler a

mensagem codificada sem ser um usuário legítimo do código. Portanto, a criptografia estuda os métodos para codificar uma mensagem de modo que só seu destinatário legítimo consiga interpretá-la.

Na criptografia, é necessário o uso dos chamados números aleatórios criptograficamente fortes. Quando este tipo de número é gerado, o inimigo não pode nem desconfiar qual o número escolhido. Se o inimigo reproduzir o processo de geração do número e/ou limitar a faixa de valores, então, esse número não é adequado para a criptografia.

Tanto a criptografia quanto a criptoanálise, até recentemente, eram consideradas uma arte. A criptologia vem ganhando um destaque maior há aproximadamente vinte anos, quando foi reconhecida como ciência. A *International Association for Cryptologic Research* (IACR ou Associação Internacional para a Pesquisa Criptológica) é a organização científica internacional que coordena a pesquisa nesta área. A criptologia como ciência é recente, mas sua história remonta os primórdios da humanidade (TKOTZ, 2005, p. 16).

A criptografia começou a ser praticada já na Antiguidade. Os hebreus, por exemplo, nas imediações de 600 a.C., desenvolveram cifras de substituição monoalfabéticas (nas quais um símbolo do alfabeto é substituído por outro símbolo no alfabeto cifrado), como a cifra *Atbash*, que consiste na substituição da primeira letra do alfabeto pela última, da segunda pela penúltima, e assim por diante. Com o início das pesquisas sobre criptoanálise por volta de 800 d.C., o matemático árabe Ibrahim Al-Kadi inventou a técnica de análise de frequência para quebrar esse tipo de cifra. Ele também expôs métodos de cifragem como, por exemplo, a criptoanálise de certas cifragens e a análise estatística de letras e combinações de letras em árabe.

Antes da Primeira Guerra Mundial, no século XX, poucas inovações haviam sido desenvolvidas no campo de criptografia. Até que Alexander's Weekly escreveu um ensaio sobre métodos de criptografia, que se tornou útil como uma introdução para os criptoanalistas britânicos na quebra dos códigos e cifras alemães durante a chamada "Guerra Total" (1ª Guerra). Além de ser um importante instrumento de quebra de códigos navais alemães, que chegaram a decidir o destino de batalhas, a contribuição mais importante do uso de seus conceitos, foi decodificar o telegrama de Zimmermann, enviado ao embaixador alemão no México, Heinrich Von Eckardt, instruindo-o a se aproximar do governo mexicano e propor uma aliança militar contra os Estados Unidos, em troca ele prometia ao México terras norte-americanas, caso o país aceitasse o acordo. O telegrama foi interceptado pela Inglaterra e enviado ao governo norte americano, o que apressou a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os alemães usaram uma máquina eletromecânica para criptografar e descriptografar, denominada de Enigma. Durante o conflito, o governo britânico reuniu um grupo de criptógrafos (alguns matemáticos e mestres em xadrez) em *Bletchley Park* para decifram as mensagens enviadas pela

máquina Enigma. Esses criptoanalistas, capitaneados pelo matemático Alan Turing, considerado o pai da computação moderna, conseguiram quebrar as cifras da Enigma e decifrar mensagens secretas dos nazistas. Os militares alemães implantaram máquinas usando *one-time pad* (cifra de chave única), um algoritmo de criptografia no qual o texto é combinado com uma chave aleatória; enquanto isso, os ingleses criaram o primeiro computador digital programável, o *Colossus*, para ajudar com sua criptoanálise. O *Colossus* foi construído para fazer cálculos “booleanos”: um métodos de trabalhar com processos lógicos usando símbolos; em outras palavras, expressar ideias como “verdadeiro, falso”, ou “e, ou”, puramente em termos binários de zeros e uns, ou sinais ligado/desligado (*on/off*). A inspiração muito se deve a Alan Turing, o matemático de Cambridge que “inventou” a ideia do computador como uma “experiência de pensamento”, para enfrentar problemas matemáticos por meios mecânicos.

Turing desenvolveu um sistema chamado “*bombe*”, para traduzir os textos secretos dos alemães, gerados por máquinas de criptografia chamadas de “Enigma”. A *bombe* traduzia comunicações codificadas pela Enigma, transformando-as em uma mensagem verdadeira e compreensível. Porém, seu grande feito foi a criação da Máquina de Turing. Uma invenção automática capaz de manipular símbolos em uma fita de acordo com uma série de regras para guardar informação, exatamente como os computadores fazem hoje em dia. Turing desenvolveu conceitos de algoritmo – uma receita que mostra passo a passo os procedimentos necessários para a resolução de uma tarefa – e computação. Também “escreveu” o primeiro programa de xadrez para computador. Mesmo com todas essas invenções, ainda sobrava tempo para se dedicar à química, à física e à biologia.

Alan Turing desenvolveu ainda o Teste de Turing, criado com o objetivo de verificar se o computador é capaz de imitar e pensar como o cérebro humano, ou seja, uma espécie de inteligência artificial com possibilidade de enganar qualquer um. O teste consistia em pedir a uma pessoa que mandasse uma série de perguntas para o computador e, depois de analisar as respostas dadas por ele, tentar diferenciar se a resposta dada pelo sistema foi elaborada pelo ser humano ou pela máquina.

Após a Segunda Guerra Mundial, na chamada “Guerra Fria” protagonizada por Estados Unidos e União Soviética, foram criados e utilizados diversos métodos para esconder mensagens com estratégias e operações. Desses esforços, surgiram outros tipos de criptografia, tais como: por chave simétrica, na qual existe uma chave com um segredo e essa chave é compartilhada pelos interlocutores; por chave assimétrica, na qual existem duas chaves, uma pública e uma privada. A chave privada é usada para cifrar a mensagem, com isso garante-se que apenas o dono da chave poderia tê-la editado; por *hash* e até a chamada criptografia quântica, que se encontra, hoje, em desenvolvimento.

Atualmente, a criptografia é comumente usada na Internet, principalmente na proteção de transações financeiras, em segurança e acesso das comunicações. As transações bancárias, as conexões em redes sem fio, o uso dos pacotes de TV

a cabo, ou também na utilização de cartões de crédito, são operações que fazem parte de nossa vida cotidiana. Nessas operações, as informações trafegadas estão, intrinsecavelmente, permeadas por segredos e, portanto, ligadas à segurança da informação. As conversas por telefone celular, ou aquelas mediadas via aplicativos, como *Whatsapp* por exemplo, se não houvesse proteção, poderiam ser ouvidas ou acessadas por qualquer pessoa que acessasse o sinal naquela área ou invadisse o aplicativo. Não obstante, essa proteção oferecida nem sempre garante total proteção, até porque são sistemas vulneráveis. É só observarmos a quantidade de *hackers* que invadem contas bancárias e fazem transações financeiras que desafiam os sistemas de segurança dos bancos.

Refletindo sobre o desenvolvimento da criptografia na história da humanidade, bem como em sua atualidade nos processos de comunicação, entendemos que seria importante confeccionar um projeto que destinasse relevo ao estudo da criptografia, pois seu desenvolvimento no século XX, notadamente durante e após a Segunda Guerra Mundial, guarda estreita relação com a própria origem da computação moderna. A importância desse tema ganha ainda mais vigor ao considerarmos que a criptografia é essencial para a troca de informações através da Internet, como mencionamos anteriormente. No entanto, mesmo com tanta segurança, a criptografia jamais será capaz de garantir absoluta integridade do conteúdo. Sempre vão existir pessoas capazes de desenvolver técnicas para quebrar estas chaves, por este motivo é que novas técnicas são criadas a cada dia e as existentes aperfeiçoadas. Todos utilizam a criptografia, a diferença é que na computação ela é aplicada sem que a maioria das pessoas saiba disso.

3 I “O JOGO DA IMITAÇÃO”: PONTO DE PARTIDA PARA REFLEXÃO SOBRE O TEMA PROPOSTO

É incontestável que vivenciamos, em escala global, não só a “Era da Informação”, na qual as notícias e as informações circulam em uma velocidade exorbitante, como também a “Era das Imagens”, em que, por meio de um *smartphone* ou de outros recursos audiovisuais, as imagens são produzidas e reproduzidas de forma extraordinária mundo afora. Nesse contexto, não há como negar que, na contemporaneidade, os jovens vivem essas experiências informacionais e imagéticas com uma intensidade nunca vista na história da humanidade. Destarte, entendemos que as novas linguagens informacionais e culturais, como a internet e os filmes, podem se converter em aliadas do professor nos processos de ensino e de aprendizagem, principalmente, no sentido de despertar o interesse do aluno em relação a temas e conteúdos abordados em sala de aula.

Acreditamos que as narrativas audiovisuais também são formas discursivas capazes de representar o passado. Logicamente, é importante considerar as

peculiaridades dos discursos audiovisuais, sobretudo no que concerne a complexa relação entre o que é fato histórico, baseado em fontes históricas, e aquilo que é produto da ficção. Buscamos, assim, trabalhar com a produção cinematográfica como meio de discussão de um tema histórico, notadamente a Segunda Guerra Mundial, com foco no desenvolvimento da criptografia. Não obstante, é preciso realçar que a exibição do filme esteve permeada por uma perspectiva crítica, na qual tivemos a preocupação em discutir que a película exibida não se tratava de verdade absoluta, e sim de uma narrativa audiovisual que nos possibilita acessar determinadas especificidades relativas ao tempo, espaço e sobre os sujeitos históricos envolvidos na época em pauta. Para além do mero interesse em “assistir a um filme”, pretendíamos extrair da narrativa fílmica questões profícuas à reflexão sobre a temática eleita. Almejamos, por conseguinte, problematizar aspectos presentes nas entrelinhas dessa narrativa, analisando os significados latentes e os explícitos, sobretudo, aqueles relacionados ao desenvolvimento de estratégias secretas de informações em meio a um período de beligerância.

Ancorados nessa premissa, decidimos exibir o filme “O Jogo da Imitação” como ponto de partida para a reflexão sobre a importância da criptografia no contexto da Segunda Guerra Mundial. Esse filme foi escolhido pois traz em seu enredo a trajetória Alan Turing, criptologista inglês que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi fundamental para a decifração dos códigos alemães feitos por intermédio das máquinas Enigma. O filme “Jogo da Imitação” foi baseado no livro *“Alan Turing: The Enigma”*, de Andrew Hodges. Por meio da narrativa biográfica sobre Turing, é possível compreender o gigantesco esforço feito pelos países aliados para decifrar as mensagens secretas da Alemanha nazista. Turing foi um dos grandes cientistas que ajudou a desvendar os segredos do sistema Enigma, o que auxiliou na vitória dos aliados, capitaneados pela Inglaterra, França e Estados Unidos.

O filme “O Jogo da Imitação”, cujo título original é *“The Imitation Game”*, foi lançado em 2014. Produzido por profissionais do Reino Unido e Estados Unidos, o longa foi dirigido pelo norueguês Morten Tyldum, cuja produção contou com Nora Grossman, Ido Ostrowsky e Teddy Schwarzman. O roteiro foi feito por Graham Moore. O ator Benedict Cumberbatch interpretou Alan Turing e, inclusive, foi indicado ao Oscar de melhor ator por essa brilhante atuação. Óscar Faura foi o responsável pela cinematografia e a edição assinada por William Goldenberg.

O enredo do filme retrata parte da trajetória do cientista inglês Alan Turing (1912-1954), desde a infância, nos anos 1920, quando estudava em um colégio interno, até sua atuação em um grupo de criptologistas instalados em um lugar secreto na Inglaterra chamado de *Bletchley Park*, durante a Segunda Guerra Mundial. Também conhecido como *Station X*, *Bletchley Park* era uma espécie de esconderijo onde esse grupo de criptologistas decodificava as mensagens criptografadas pelas máquinas Enigma alemãs. O filme demonstra como o domínio da informação pelos ingleses foi crucial durante esse conflito mundial que durou de 1939 a 1945. Os alemães, durante

a guerra, detinham a rede de comunicação mais segura do mundo.

Com o início do conflito, o governo da Grã-Bretanha acelerou o recrutamento de matemáticos, linguistas e criptoanalistas com o objetivo de decifrar os códigos secretos da máquina Enigma alemã. Foi nesse contexto que o comandante Alastair Denniston conheceu Alan Turing. Depois de recusar uma oferta para trabalhar como assistente de John Von Neumann em Princeton, Turing retornou à Inglaterra, onde foi convocado para um curso de criptografia e encriptação conduzido pela *Government Code and Cipher School*, em Londres. De algum modo, o interesse de Turing por códigos e quebra de códigos, sem mencionar seu talento para a matemática, tinha chegado aos ouvidos do comandante Alastair Denniston, o diretor da escola (LEAVITT, 2011, p. 151)

De posse de um modelo de uma máquina Enigma que foi capturada pelos poloneses em Berlim, os cientistas ingleses, dentre eles Turing, começaram o trabalho para decifrar algumas palavras por meio de análise de frequência da distribuição das cartas, mas o volume de informações diárias tornava a tarefa quase impossível. As mensagens alemãs sempre começavam com cinco letras aleatórias, entretanto, alguns operadores alemães colocavam nomes próprios no início das mensagens. Com isso, tornavam essas mensagens decifráveis pela posição das letras e era possível gerar a chave criptográfica do dia. Sob o nome código “ultra”, um dos maiores serviços de inteligência da história, os ingleses puderam decifrar diversas mensagens criptografadas pela máquina Enigma alemã. Outro desafio seria o de escolher, pontualmente, quais ataques alemães seriam interceptados, para que eles não desconfiassem que o código da máquina Enigma tinha sido decifrado. É importante ressaltar, contudo, que o processo de decifragem da Enigma levou quase dois anos. Nesse período, os alemães já haviam conquistado, praticamente, quase toda a Europa.

Segundo Masson (2015), *Bletchley Park* contribuiu na Batalha do Atlântico (1939-1945) com informações que aumentaram a segurança dos comboios e melhorou o serviço de localização de submarinos alemães. De 1940 a 1943, os ingleses souberam explorar a falha da tática de “alcateias” com a utilização intensiva das comunicações pelo rádio. O código secreto da máquina Enigma naval foi decifrado duas vezes. De início, durante o segundo semestre de 1941. Os alemães modificaram a máquina Enigma e as cifras do codinome “*Triton*”. A segunda decifração ocorreu em novembro de 1942. Em março de 1943, os criptoanalistas de *Bletchley Park* não conseguiram decifrar as mensagens da marinha alemã, mas a captura de máquinas Enigma e seus livros de cifras a bordo de dois submarinos alemães avariados contribuíram para retomar o serviço de decifragem das mensagens.

As decifragens de *Bletchley Park* foram da maior importância. Por exemplo, quando a Alemanha invadiu a Dinamarca e Noruega em abril de 1940, *Bletchley* forneceu uma imagem detalhada das operações alemãs. De modo semelhante, durante a Batalha da Inglaterra (1940), os criptoanalistas foram capazes de dar alerta prévio dos ataques dos bombardeios, incluindo horas e os locais. Eles também podiam

fornecer dados, continuamente, atualizados sobre o estado da *Luftwaffe*, tais como número de aviões que tinham sido perdidos e a velocidade com que estavam sendo substituídos. Os criptoanalistas ingleses enviavam todas essas informações para a sede do MI6, que as repassava para o Ministério da Guerra, para o Ministério da Aeronáutica e o Almirantado (SINGH, 2014, p. 183-184)

Segundo Zochio (2016), *bombe* era o nome de uma máquina eletromecânica desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial por Alan Turing e Gordon Welchman quando trabalhavam em *Bletchley Park*. A *bombe* inglesa era parcialmente baseada na *bomb* polonesa. Turing usou uma abordagem diferente da máquina polonesa. Sua estratégia era se basear no ataque do texto conhecido, onde se conhece ou supõe-se que um texto chamado crib (berço), aparece em alguns lugares no texto. Gordon Welchman criou a placa diagonal que reduziu consideravelmente o número de combinações para decifração das mensagens.

Quando a *bombe* ou “bomba criptológica” de *Bletchley Park* ficou pronta, Turing e sua equipe ainda não sabiam como iam decifrar os códigos secretos da máquina Enigma. Devido ao grande número de combinações que a máquina Enigma oferecia, tinham que realizar os testes até a meia-noite. Exatamente à meia-noite, os alemães mudavam as configurações da Enigma e os criptoanalistas ingleses tinham que começar os testes a partir do zero. A primeira mensagem enviada pelos alemães era sobre o tempo, exatamente, às 06h da manhã.

A questão da homossexualidade de Alan Turing também foi tratada na narrativa do filme. Turing havia descoberto que John Cairncross era o espião soviético infiltrado na equipe de *Bletchley Park*. Em contrapartida, Cairncross tinha conhecimento que Alan Turing era homossexual. Cairncross ameaçou contar para o Comandante Deninnston que Turing era homossexual caso ele contasse sobre a espionagem soviética. É fundamental mencionar que a homossexualidade era proibida na Grã-Bretanha no contexto dos anos 1930 e 1940. Após o fim do conflito, Turing, em 1952, foi condenado por “atos homossexuais”. Para não ser preso, aceitou fazer o “tratamento” de castração química. Cansado de suportar a dor do tratamento hormonal e o constrangimento por mais tempo, em uma manhã de 1954, Turing preparou uma mistura de cianeto em seu laboratório em casa, injetou em uma maçã e, em seguida, deu uma mordida, morrendo em poucos minutos.

4 | ESTRUTURANDO O PROJETO: SEGUNDA GUERRA E CRIPTOGRAFIA

Como já mencionado alhures, o projeto integrador consiste em uma ferramenta metodológica que tem por característica básica a integração entre componentes curriculares da formação geral/propedêutica, aquelas consideradas da base nacional comum (como Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, dentre outros) e componentes curriculares referentes à educação profissional (como Segurança em

Redes de Computadores, Tópicos Especiais em Computação, Redes de Computadores III, dentre outros). No caso específico do projeto em questão, o objetivo central foi o de analisar o uso da criptografia no contexto da Segunda Guerra Mundial e o modo como a invenção de Alan Turing, a “bomba criptológica”, foi fundamental para a computação moderna, sobretudo no que tange à segurança da informação em banco de dados e em redes de computadores (conteúdos estudados na 3ª série do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio).

Pensando nos conteúdos que seriam ministrados, definimos os objetivos específicos subsumidos a essa proposta de formação integrada: analisar a importância da segurança da informação nas relações internacionais, sobretudo, no contexto da Segunda Guerra Mundial; compreender a criptografia como um dos principais instrumentos de comunicação secreta realizada entre as forças militares nazistas; contextualizar e compreender o contexto filosófico e sociológico do filme “O Jogo da Imitação” (*The Imitation Game*); analisar a criptografia utilizada em segurança da informação dos sistemas contemporâneos com a criptografia anacrônica, sem uso de tecnologia digital; apresentar as diversas formas de criptografia seguindo uma ordem cronológica da evolução dessa tecnologia; demonstrar os algoritmos: “Hash md5”, “Sha01” e “Esteganografia”, que criptografam informação por meio de linguagem de programação java e, finalmente, discutir a influência da criptografia na segurança dos bancos de dados e nas redes de computadores.

Ancorados nesses conteúdos e objetivos, estruturamos o projeto integrador em quatro etapas principais. Na primeira etapa, exibimos o filme “O Jogo da Imitação”, que narra a vida de Alan Turing, célebre matemático britânico, criador da chamada “bomba criptológica”, que decifrou a máquina Enigma, responsável pelas mensagens criptografadas pelo exército nazista durante a Segunda Guerra Mundial. O filme foi o ponto inicial de reflexão sobre o tema central do projeto. Na segunda etapa, realizamos docências compartilhadas, que consiste em aulas ministradas, ao mesmo tempo, por mais de um(a) docente como forma de enriquecer o processo educacional na medida em que são ministrados os conteúdos inerentes a cada componente curricular envolvido no projeto e, simultaneamente, os professores que estão em sala de aula medeiam discussões sobre os temas candentes do projeto. Foram realizados cinco encontros de docências compartilhadas, cada um com uma duração específica. Nesses encontros, os professores das disciplinas de Segurança em Redes de Computadores, Tópicos Especiais, Redes de Computadores III abordaram conceitos relativos à criptografia, esteganografia e suas aplicações na segurança de redes e de banco de dados. Além disso, analisaram o quanto a “bomba criptológica” de Turing foi fundamental para o desenvolvimento da computação no mundo contemporâneo. Em outros encontros, os professores de História, Sociologia, Filosofia e de Segurança em Redes de Computadores III abordaram o contexto histórico dos anos 1930 e 1940, quando a criptografia foi utilizada em larga escala pelos nazistas como forma de transmitir mensagens ultrassecretas, principalmente em momentos de beligerância.

Foi dada ênfase às principais ofensivas feitas tanto por Aliados quanto pelo Eixo Roma-Tóquio-Berlim, analisando as estratégias militares e políticas envolvidas nas principais operações e batalhas ocorridas durante a Segunda Guerra, tais como a ofensiva nazista sobre a Polônia e a França, a retirada de *Dunkirk*, a Batalha do Atlântico, a Batalha da Inglaterra, a Operação Barbarossa, o ataque japonês a *Pearl Harbour*, a Batalha de Stalingrado, a Batalha de *Midway*, a invasão da Normandia (Dia “D”) e tomada da Alemanha pelos Aliados. Abordou-se, também, o tema acerca do ocaso do projeto iluminista de modernidade, baseado em um otimismo em relação às potencialidades da razão, a crítica da razão instrumental feita pelos pensadores da Teoria Crítica/Escola de Frankfurt, na medida em que o conhecimento científico, o progresso, foi instrumentalizado em favor da “indústria da morte”, evidenciado nas duas grandes guerras mundiais. Também discutiu-se, historicamente, a questão da homossexualidade no contexto dos anos 1930 a 1950, quando Turing foi acusado de crime por “atos homossexuais”, e como o tema é tratado na contemporaneidade, sobretudo após a revolução cultural ocorrida a partir dos anos 1960 no mundo ocidental.

Na terceira etapa, a partir das discussões feitas entre professores e alunos(as), elegemos cinco temas que seriam objeto de pesquisa bibliográfica para que os(as) estudantes, posteriormente, realizassem seminários, os quais se constituíam na culminância do projeto. Os temas escolhidos foram: história da criptografia, engenharia social - conceitos filosóficos e sociológicos, criptografia sem tecnologia, criptografia com tecnologia e a criação de um modelo criptográfico. Tendo em vista as temáticas selecionadas, cada grupo realizou sua pesquisa bibliográfica para que pudesse elaborar as respectivas apresentações dos seminários. Cada grupo foi orientado por um docente que tinha mais afinidade com o tema escolhido.

A quarta (e última) etapa consistiu na realização dos seminários que foram elaborados pelos próprios alunos a partir da pesquisa bibliográfica feita e da orientação dos professores envolvidos no projeto. Cada grupo, composto por quatro alunos(as), expôs sua temática por um período de até uma hora, sendo que, após cada apresentação, foi promovida uma discussão ampla sobre o tema apresentado, sendo que os professores finalizavam comentando a exposição feita. Ao final das apresentações, indagamos aos alunos sobre a percepção que tiveram sobre o projeto como um todo e acerca da prática da formação integrada.

5 | À GUIA DE CONCLUSÃO... AVALIANDO QUESTÕES HISTÓRICAS E EDUCACIONAIS

Avaliando do ponto de vista histórico, foi importante os(as) alunos(as) perceberem como são importantes as estratégias de comunicações secretas entre os países em contextos de beligerância, o que não foi diferente no caso da Segunda Guerra Mundial, evento histórico que circundava o estudo proposto. Mostramos que os alemães tinham

a rede comunicações mais segura do mundo no início do conflito e que o domínio dessas informações pelos ingleses, por meio da ação de criptoanalistas, foi crucial para as estratégias militares dos Aliados. No campo de batalha, os alemães demonstravam seu poderio bélico através da chamada *blitzkrieg* (“guerra relâmpago”), que acabava deixando o inimigo confuso a partir da combinação de veículos blindados, tanques de guerra, aviação e divisões secundárias atuando em sincronismo. Em alguns casos, a *blitzkrieg* contava com a participação ainda da marinha de guerra alemã que, juntamente com as comunicações (via rádio) criptografadas pela máquina Enigma, tornaram as Forças Armadas alemães quase imbatíveis no período de 1939 a 1941. Com as conquistas alemãs sobre a França, Bélgica e Holanda, a Grã-Bretanha ficou, praticamente, isolada nos dois anos iniciais do conflito, dependendo dos comboios de suprimentos vindos de suas colônias e, principalmente, dos Estados Unidos. Nesse contexto, era fundamental para os Aliados, em especial para a Grã-Bretanha, ter acesso às comunicações que eram feitas pelas Forças Armadas alemãs. Daí a importância de se compreender como o confronto entre os sistemas de inteligência de alguns países envolvidos no conflito foi essencial para a vitória de um bloco ou de outro. Nesse sentido, foi de fundamental importância estudar a atuação dos criptoanalistas de *Bletchley Park*, especialmente Alan Turing, um dos grandes responsáveis pela decifração da máquina Enigma dos alemães.

Esse trabalho de decifrar o código Enigma contou com o esforço de muitos criptoanalistas e, de algum modo, contribuiu para a fabricação do primeiro protótipo de um grande computador chamado *Colossus*. Interessante é que a Inglaterra manteve essa parafernália tecnológica oculta até 1975 e o algoritmo utilizado permanece secreto (MATO, 2016, p. 180). Atualmente, *Bletchley Park*, ao norte de Londres, funciona como museu onde é possível ver o *Colossus*, uma máquina de 5 metros de comprimento por 2 metros de altura. A construção do *Colossus* foi baseada em um sistema binário inspirado nos princípios de Alan Turing. A máquina em exibição no museu é a reconstrução do modelo original que foi mantido oculto até a década de 1970. Em *Bletchley Park* também se pode ver o último modelo da máquina de criptografia Enigma.

Foi importante esclarecer, também, que, em 2013, a Rainha Elizabeth II concedeu a Turing o perdão póstumo pelos seus préstimos e conquistas sem precedentes. Alguns historiadores chegaram a afirmar que, com a decifração do código da máquina Enigma, evitou-se a morte de milhares de pessoas, e que tal feito pode ter contribuído, também, para ter abreviado a duração da Segunda Guerra. Reside nesse feito a importância indubitável do invento de Alan Turing, a bomba criptográfica capaz de decifrar qualquer cifra da máquina Enigma.

Turing também foi imortalizado por sua maior contribuição para a máquina que possibilitou a Era da Informação. Cerca de 20 anos depois de sua morte, dois estudantes universitários de 19 anos, que trabalhavam na garagem de seus pais, montaram o primeiro computador doméstico completo. A máquina, bem como sua nova empresa,

foi chamada de *Apple* (VOLKMAN, 2013). Apenas algumas pessoas compreenderam o significado do logotipo da empresa: uma maçã com uma única mordida.

Para além das questões históricas e computacionais tratadas no decorrer do projeto integrador, também tivemos o cuidado de, após a execução do mesmo, fazer uma avaliação sobre os ganhos educacionais e cognitivos propiciados no transcorrer desse itinerário educativo. O primeiro aspecto digno de realce foi o fato de que o projeto promoveu, de forma efetiva, a integração entre componentes curriculares da área profissional (Segurança em Redes de Computadores, Tópicos Especiais, Redes de Computadores III) e da base nacional comum (História, Sociologia e Filosofia), portanto, a proposta subsumida à realização de um projeto integrador não ficou “somente no papel”, houve uma integração efetiva de conteúdos das disciplinas que compõem o curso de educação profissional integrada ao Ensino Médio em questão. A partir da exposição dos seminários, percebemos, também, que as aulas e discussões promovidas propiciaram aos alunos a compreensão acerca da importância da criptografia como mecanismo eficaz para a transmissão de mensagens secretas, tanto em nível de comunicação entre Estados, quanto entre pessoas. Constatamos, também, que os(as) alunos(as) compreenderam como Alan Turing e suas invenções/ inovações foram fundamentais para o desenvolvimento da moderna computação. Verificamos ainda, por meios dos seminários, que houve entendimento abrangente acerca da importância da criptografia para o sigilo das informações em redes de computadores e em banco de dados.

Outro aspecto importante de ser destacado foi a proficiência, do ponto de vista educacional, de se ter promovido maior interação, intercâmbio de conhecimentos e troca de práticas metodológicas entre os professores envolvidos no projeto integrador, sobretudo a partir da experiência da docência compartilhada. Além disso, verificamos maior interação, também, entre os(as) alunos(as) da turma, tendo em vista que o critério de formação dos grupos dos seminários levou em conta o fato de os(as) integrantes não terem muita afinidade entre eles, o que foi um dado positivo, pois estudantes que, geralmente, não se reuniam em grupos em ocasiões anteriores acabaram constituindo equipes para a realização desses seminários. Outro ganho importante a se destacar foi o fato de que as notas relativas à participação dos alunos no projeto se deu através de um processo democrático de avaliação das atividades desenvolvidas por eles/elas, pois os(as) próprios(as) estudantes fizeram uma autoavaliação de seus trabalhos que, somada à avaliação feita pelos docentes, foi constituída uma média final do projeto integrador. Ao final, viabilizamos também a oitiva dos(as) alunos(as) em relação às atividades desenvolvidas durante o projeto, o que também foi um ponto muito positivo, pois foi possível ter a dimensão do entendimento que os(as) estudantes que tiveram da proposta de integração curricular.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Federal nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 3, p. 1-20, 2005.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LEAVITT, D. **O homem que sabia demais: Alan Turing e a invenção do computador**. Trad. Samuel Dirceu. Ribeirão Preto/SP: Novo Conceito Editora, 2011.
- MARRA, Georges M. **O Jogo da Mimese e o Uso da Criptografia**. Dissertação de Mestrado. Goiânia. Programa de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC Goiás, 2017, 216 p.
- MASSON, P. **A Segunda Guerra Mundial - História e Estratégias**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- MATO, Omar L. **Ciencia y mitos en la Alemania de Hitler**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2016
- O JOGO da imitação (The Imitation Game). Direção: Morten Tyldum. Produção: Nora Grossman, Ido Ostrowsky, Teddy Schwarzman. Intérpretes: Benedict Cumberbatch, Keira Knightley, Matthew Goode. Roteiro: Graham Moore. Reino Unido/Estados Unidos. Distribuição: Studio Canal (Reino Unido), The Weinstein Company (Estados Unidos), 2014, color., 114 min.
- SINGH, S. **O livro dos códigos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- TKOTZ, Viktoria. **Criptografia: segredos embalados para viagem**. São Paulo: Novatec Editora, 2005.
- VOLKMAN, E. **A História da Espionagem**. São Paulo: Editora Escala, 2013.
- ZOCHIO, M. **Introdução à Criptografia**. São Paulo: Novatec Editora, 2016.

HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998

Fabício Ferreira de Medeiros

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Nos anos 1990, muito se questionou acerca do modelo de desenvolvimento a ser adotado no Brasil. Defendendo um Estado menos intervencionista, surgiram atores políticos engajados na construção de um projeto político (neo)liberal, a partir do qual se propunha que o mercado passasse a ser a instância de organização social por excelência. Nesse sentido, propõe-se discutir a atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, tendo como cenário as eleições presidenciais de 1994 e 1998. Considerando os periódicos enquanto atores políticos, sugere-se que a *Folha* e *O Globo* não somente protagonizaram os debates públicos de então, como, inclusive, buscaram difundir um projeto político próprio, assentado no neoliberalismo e expresso na defesa de reformas estruturais (previdenciária, trabalhista, tributária e administrativa), bem como em um programa sistemático de desestatização.

PALAVRAS-CHAVE: atores políticos; periódicos; neoliberalismo.

ABSTRACT: In the years of 1990 a lot was questioned about the development model to be

adopted in Brazil. Defending a less interventionist government, political actors emerged engaged in the construction of a (neo)liberalistic political project, from which was proposed the Market as a social institution by excellence. In this way, it is proposed to discuss the political action of newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo*, having as background the presidential elections of 1994 and 1998. Considering those press as political actors, it is suggested that *Folha de São Paulo* and *O Globo* not only were the protagonists of public debate, as they also tried to disseminate their own political project based on neoliberalism exposed in the defense of structural reforms (social security, labor, tributary and administrative), as well a systematic program of privatization.

KEYWORDS: political actors; press; neoliberalism.

1 | INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, os historiadores retiveram desconfianças em relação à imprensa. Permeada de debates apaixonados, expressão de partidarismos, doutrinas ou mesmo de interesses de classe, essa fonte foi relegada a uma completa marginalização historiográfica, a qual resultava da própria concepção da História

e da noção de documento. De todo modo, a partir dos anos 1970, a escrita da História passou por uma série de questionamentos e reformulações, os quais ajudaram a promover o jornal enquanto objeto de estudo.

Com esse movimento de ordem epistemológica, se buscou compreender o protagonismo dos periódicos em momentos distintos da história política brasileira. E dentre os recortes temporais, é possível afirmar que os anos 1990 têm recebido uma atenção especial. Marcado, entre outras coisas, pelos processos de liberalização política (democratização) e liberalização econômica (neoliberalização), o período que se inicia com a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência da República (1990) e ganha contornos mais definidos com a era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se constitui em um dos cenários mais recorrentes nas análises relativas à atuação política da imprensa no Brasil.

Salvo tais considerações, este trabalho, ainda que de maneira introdutória, tem por objetivo principal lançar luz sobre a atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, nos cenários que envolvem as eleições presidenciais de 1994 e 1998, buscando apontar determinados elementos que caracterizam o pensamento político desses periódicos, analisados principalmente a partir de seus editoriais. Além disso, vale ressaltar que as considerações aqui discriminadas são resultado de uma pesquisa (de dissertação de mestrado) em desenvolvimento junto ao professor Ricardo Mendes, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

2 | JORNAL COMO OBJETO DE ESTUDO E ATOR POLÍTICO

2.1 O Jornal Enquanto Objeto de Estudo

Diversos pesquisadores já salientaram que a consideração do jornal como objeto de estudo é fato relativamente recente no campo historiográfico. Em geral, afirma-se que a ausência de estudos sobre a imprensa, não como fonte apenas, mas principalmente como objeto privilegiado de análise, está associada a certa tradição da historiografia (a chamada escola metódica ou positivista), colocada como um dos principais paradigmas da disciplina no século XIX, no Ocidente, mas que também deitou raízes no século XX. Pautados por uma recusa deliberada da subjetividade das fontes e do próprio pesquisador, os historiadores herdeiros de Ranke, Langlois e Seignobos acreditavam que por meio da análise do documento seria possível alcançar a “verdade dos fatos” (CAPELATO, 2015; LUCA, 2011; ABREU, 2008). Consequentemente, os jornais, associados ao tempo presente, a interesses particularistas, partidarismos, paixões e ideologias, lhes pareciam pouco confiáveis, não merecendo o estatuto de fonte histórica (LUCA, 2008).

Aliás, mesmo com os ataques operados pelos pesquisadores reunidos

sob o movimento dos *Annales* (1929-) contra a historiografia do século XIX e seus postulados, manteve-se a desconfiança, entre os historiadores, em relação ao jornal como objeto de estudo, na medida em que os periódicos foram associados a uma série de questões contra as quais os *Annales* se opuseram, ou, ao menos, não deram a devida importância, quais sejam: a história política, vista sob a perspectiva da escola metódica; o tempo presente e a narrativa, relacionados à história política tradicional. Contra a história política, tal como fora praticada até as primeiras décadas do século XX, uma série de historiadores passaram a pensar a História em termos de um tempo mais longo, em atores coletivos e não mais em indivíduos, em estruturas sociais e econômicas, e não mais em fatos e fenômenos de ordem política, deixando de perceber, porém, como salientou Jacques Julliard (1995), que o problema da história política era metodológico e não de sua natureza.

Seja como for, a partir dos anos 1970, com a terceira geração dos *Annales*, a historiografia sofreu transformações significativas, expressas em um nítido “alargamento do campo de preocupação dos historiadores”, como concluiu Tania Regina de Luca (2008, p. 113). Em um movimento multipolar, originário de direções e correntes historiográficas distintas, mas que encontrou na França e nos *Annales* um canal significativo de expressão, se operou a reabilitação e a renovação da história política (RÉMOND, 2003; FALCON, 1997); bem como um maior interesse pelo contemporâneo, com o surgimento da história do tempo presente (BÉDARIDA, 1998; ROUSSO, 2016); um diálogo produtivo entre historiadores e jornalistas (RIOUX, 1999); o retorno e a resignificação da narrativa (STONE, 1979); e, principalmente, a mutação da noção de documento, que deixou de ser visto sob o prisma da neutralidade e passou a ser analisado ele mesmo enquanto um produto e uma construção social (DUMOULIN, 1993).

Resultado, embora não único, destas transformações de perspectiva na escrita da História, o jornal saiu da margem da produção histórica e se constituiu como objeto de estudo (LUCA, 2008; CAPELATO, 2015). A partir da análise da imprensa, Maria Helena Capelato argumenta que é possível “acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (1988, p. 13) e “compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos” (2015, p. 115). Para Ana Maria de Almeida Camargo, o jornal, enquanto fonte, permite examinar a “consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas”, devendo-se considerar que ao historiador não cabe somente estudar a realidade em si, mas inclusive “o que se pensa sobre ela” (1971, p. 225). Mas, além disso, cabe avaliar o peso ou importância da imprensa e do jornal, em especial, nas disputas políticas de determinado período histórico, na medida em que os jornais não somente surgem historicamente ligados a questões políticas (e econômicas), como contribuem em boa parte para a configuração das estratégias de luta pelo exercício do poder, como observou Nelson Werneck Sodré (1966).

2.2 O Jornal Como Ator Político

Nesse trabalho, consideramos o jornal como ator político, categoria na qual incluímos a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, a partir desse momento citados respectivamente como *FSP* e *OG*. No Brasil, ao menos, o jornal é visto desta forma praticamente na mesma medida em que é considerado um objeto de estudo. Exemplos dessa perspectiva teórica podem ser dados pelos trabalhos pioneiros de Capelato, em sua dissertação de mestrado, *O pensamento liberal de O Estado de S. Paulo (1927-1932)*, defendida em 1974, e sua tese de doutorado, *Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)*, defendida doze anos depois, em 1986, ambos sob a orientação de Carlos Guilherme Mota. A partir desses estudos que privilegiam a atuação política da chamada grande imprensa paulista de corte liberal, entre os anos de 1920 e 1945, a historiadora mostra que o jornal participa ativamente dos debates públicos, dos conflitos e das lutas políticas de determinado período histórico, buscando mobilizar a sociedade em favor de uma causa específica e contribuindo com a configuração das tendências de opinião pública.

Nesse meio tempo, Capelato, em uma parceria com seu ex-orientador, Mota, se dedica ainda a escrever um livro no qual busca realizar uma leitura da história e dos posicionamentos políticos da *FSP*, ao mesmo tempo em que se pretende relacionar a atuação do jornal paulista ao contexto histórico do período que vai de 1921, marco de fundação da *Folha da Noite*, um dos primeiros jornais do atual Grupo Folha, até o ano de 1981, quando da publicação da *História da Folha de S. Paulo*. Por meio de um levantamento exaustivo de fontes, os historiadores conseguem mostrar que a atuação política do jornal paulista não se deu de maneira uniforme no tempo e sem discrepâncias mesmo no que se refere aos interesses daqueles grupos sociais os quais desejava representar. Menos do que mero instrumento de uma elite dominante, a *Folha de S. Paulo* é vista como um veículo de intervenção social e política, o qual detém certa autonomia, não se subordinando aos interesses de grupos frente aos quais nutre maior afinidade em determinado período histórico (MOTA; CAPELATO, 1981).

Em estudo posterior, o pesquisador e professor uruguaio Héctor Borrat, falecido em 2014, se dedica a ler o jornal como ator político, que, ao mesmo tempo, influencia e é influenciado pelo campo político no qual se insere, posicionando-se, em graus variados de definição, acerca de um conjunto específico de relações de conflito. Em suas palavras,

Si por actor político se entiende todo actor colectivo o individual capaz de afectar el proceso de toma de decisiones en el sistema político, el periódico independiente de información general ha de ser considerado como un verdadero actor político. Su ámbito de actuación es el de la *influencia*, no el de la conquista del poder institucional o la permanencia en él. El periódico pone en acción su capacidad para afectar el comportamiento de ciertos actores en un sentido favorable a sus propios

intereses: influye sobre el gobierno, pero también sobre los partidos políticos, los grupos de interés, los movimientos sociales, los componentes de su audiencia. Y al mismo tiempo que ejerce su influencia, es objeto de la influencia de los otros, que alcanza una carga de coerción decisiva cuando esos otros son los titulares del poder político (BORRAT, 1989, p. 67).

A noção de ator político aplicada ao jornal por Borrat e delineada, de maneira empírica, por Mota e Capelato é a mais próxima daquilo que propomos para se pensar a atuação da imprensa na perspectiva da história política. Em outros trabalhos, a exemplo de Francisco Fonseca (1994) e Rodrigo Carvalho (2006), recorre-se ao conceito gramsciano de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), no sentido de dar visibilidade ao sentido político e ideológico presente na imprensa. Porém, em vários momentos, particularmente em Carvalho (2006), o jornal aparece subordinado a interesses de classe, entenda-se, da classe dominante. Ora a *FSP* e *OG*, periódicos considerados na pesquisa do autor no recorte dos governos FHC (1995-2002), são reconhecidos em sua relativa autonomia de atuação, que se faz “acima dos partidos” e em relação a “seus próprios interesses” (CARVALHO, 2006, p. 234), ora essa autonomia é negada quase que por completo, a partir de uma leitura rígida de Gramsci e Althusser, teóricos para os quais “os jornais são instrumentos fundamentais a serviço da classe dominante para se buscar a hegemonia na sociedade” e o “exercício do poder” (CARVALHO, 2006, p. 233 e 234).

Em nosso entendimento, o compartilhamento de interesses entre um dado jornal e determinado grupo, classe, partido ou governo não implica, necessariamente, na subordinação do veículo de comunicação àquele ator outro, mas sim em uma afinidade de interesses que pode (e tem tendência a) ser variável no tempo, isto é, mais ou menos duradoura. Em outras palavras, dizer que o jornal x apoiou o governo y e/ou a classe z de modo a instrumentalizar as ações destes não oferece uma compreensão satisfatória acerca da atuação política daquele jornal, na medida em que ele deixa de ser sujeito, passando a ser mero agente passivo-funcional sob determinada correlação de forças, que tem sua expressão fundamental em termos de tensões entre classes sociais (a partir de uma leitura marxista). Minimiza-se a qualidade de objeto de estudo pertencente ao jornal para encará-lo como apêndice da luta de classes. Ao contrário dessa perspectiva teórica, portanto, defendemos a categoria de ator político para o jornal, mas reconhecendo sua relativa autonomia diante de suas intervenções no debate público, conseqüentemente, no campo político e em relação às posições ocupadas pelos indivíduos, grupos e partidos nele inseridos (ou marginalizados).

3 | O POLÍTICO NA PERSPECTIVA DA *FSP* E D’*OG*, 1994 E 1998

3.1 Estudos Sobre o Pensamento Político da *Fsp* E D’*og* Nos Anos 1990

Os estudos relativos à atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* (*FSP*) e *O Globo* (*OG*) nos anos 1990 podem ser agrupados, não exclusivamente, entre: 1)

os trabalhos de caráter mais geral, voltados para a grande imprensa nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; 2) estudos específicos sobre a *FSP* e *OG*; e 3) produções parciais, que ora se limitam a um ou outro jornal de forma isolada. Além disso, e até onde temos conhecimento, as análises acerca da imprensa no período em questão têm privilegiado sua atuação em contextos eleitorais, notadamente 1989, 1994 e 1998, mas também, predominantemente, a questão do neoliberalismo e de que maneira, especificamente, os jornais (e revistas) têm contribuído para a difusão dessa ideologia.

Seria possível falar em uma historiografia acerca do tema ora discutido? Dificilmente. Em levantamento sistemático de teses, dissertações e artigos desenvolvidos tendo como objeto a relação entre mídia e eleições, Leandro Colling (2006) demonstra que há uma predominância da área de Comunicação, seguida pela Ciência Política e pelas Ciências Sociais, sendo o jornalismo o campo privilegiado pelos especialistas. Em sua pesquisa, não é verificada nenhuma ocorrência para a História. De todo modo, ainda que poucos existem estudos realizados por historiadores que não se limitam à atuação dos jornais em período eleitoral.

Fonseca, por exemplo, em sua tese de doutorado em História Social, defendida em 2001 sob a orientação de Maria Helena Capelato, faz uma análise consistente acerca da atuação política e ideológica da grande imprensa (*Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil*) no período em que teve “desfecho” a transição democrática, qual seja, de 1985 a 1994. Retomando e ampliando sua pesquisa de mestrado (FONSECA, 1994), na qual o recorte é mais restrito (de 1984 a 1987), o autor volta a defender a tese de que desde meados dos anos 1980 a imprensa, agora representada pelos jornais mais influentes de São Paulo e Rio de Janeiro, esteve engajada na introdução da agenda neoliberal no Brasil, buscando, por meio de estratégias de vulgarização de determinados temas apresentados em seus editoriais, difundir e tornar hegemônica a precedência do mercado sobre o Estado, conseqüentemente, da esfera privada sobre a esfera pública. A exemplo de outros autores, Fonseca (2001) identifica na defesa da liberalização econômica, da privatização (ou desestatização) e na proposta de desregulamentação, por parte daqueles periódicos, a adesão ao projeto político neoliberal, conservador e autoritário e, portanto, o sentido ideológico de sua atuação política. Sua pesquisa poderia ser inserida no primeiro grupo de estudos apresentados mais acima.

Ainda nesse grupo, que privilegia o marco da grande imprensa como objeto de análise e recai sobre um conjunto mais amplo de jornais, podemos citar a pesquisa, oriunda de uma dissertação de mestrado em Comunicação defendida por Carlos Sávio Gomes Teixeira, também em 2001. Analisando os editoriais dos mesmos jornais considerados por Fonseca (2001), Teixeira (2001) examina o posicionamento político da grande imprensa nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, chegando à conclusão de que em ambas as oportunidades houve um apoio significativo e consensual à vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) por parte de todos os jornais pesquisados. Se utilizando da metodologia da Análise de Conteúdo, e se apoiando no conceito

de ideologia, o autor está mais preocupado em evidenciar o referido apoio político ao candidato do Partido da Social Democracia Brasileira do que em explicar o pensamento e a atuação política daqueles periódicos. De certo modo, suas conclusões se aproximam da interpretação de Fonseca: o neoliberalismo mais uma vez é colocado como elemento norteador da atuação política da grande imprensa. Contudo, o “como”, ou melhor, as evidências empíricas e a história dos jornais ficam no esquecimento, sendo necessário dizer que o próprio autor reconhece os limites de sua pesquisa:

Saber como cada jornal construiu sua própria versão relativa ao apoio/oposição aos planos econômicos, assim como sistematizaram suas argumentações relativas ao apoio/oposição ao candidato do PT, comparando uns com outros, só poderia ser devidamente encaminhado por um outro trabalho além dos limites que aqui se impôs (TEIXEIRA, 2001, p. 100).

Em um segundo grupo de estudos relativos à atuação política da *Folha* e d'*O Globo*, destacamos a dissertação de mestrado, também na área de Comunicação, defendida em 2006 por Rodrigo Carvalho. Através da mesma, o autor faz uma análise dos editoriais da *FSP* e d'*OG*, entre os anos de 1995 e 2002, no intuito de verificar como esses periódicos se posicionaram durante o governo FHC, mas também com o objetivo de realizar um mapeamento do pensamento político daqueles jornais. Partindo de uma perspectiva teórica marxista, na qual tem peso significativo as noções de APH e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), portanto, o pensamento de Gramsci e Althusser, respectivamente, Carvalho (2006) organiza sua análise por meio de três eixos temáticos: 1) político, que reúne grupos de apoio e oposição ao governo, os movimentos sociais, especialmente aqueles à esquerda, e os debates e posicionamentos no que se refere à reeleição; 2) econômico, agrupando a questão da estabilização econômica, a inflação, a dívida pública etc.; e 3) ideológico, expresso nos debates de então, porém, mais dedicado ao neoliberalismo.

No plano político, Carvalho observa que tanto a *FSP* quanto *OG* fizeram críticas sólidas aos movimentos sociais e aos partidos de oposição a FHC, caracterizados “como radicais e sem compromisso com a estabilidade política, sem projeto para o país, recorrentes à desordem [...]” (CARVALHO, 2006, p. 129). Ambos os jornais estiveram comprometidos com a desqualificação, *a priori*, de projetos políticos de esquerda, o que implica dizer que a um só tempo recusavam o debate político e colocavam o projeto neoliberal como o único possível naquele momento. Segundo Carvalho, no que tange particularmente ao pensamento político da *Folha*, a esquerda “não tinha autoridade política nem projeto de governo para mudar os rumos do país” (2006, p. 153). No campo econômico, esses jornais estavam, afirma o autor, engajados na defesa: da estabilização econômica, irmanados sob o Plano Real; das privatizações, o que se refletia em ataques frontais às empresas públicas e, em particular, aos bancos estaduais; da reforma administrativa, expressa na aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; e do livre mercado. Também somaram forças na crítica aos monopólios estatais, casos do petróleo, das telecomunicações e do setor elétrico; na atribuição de responsabilidades

pela crise econômica de 1998 única e exclusivamente a fatores externos, quando não a própria instabilidade política criada pelas eleições etc. Em relação aos debates ideológicos, Carvalho salienta que a atuação da *FSP* e d'*OG* girou em torno de críticas à legislação trabalhista e à previdência social, bem como a própria noção de *Welfare State* (Estado de bem-estar social). Ao contrário, defendia-se o enxugamento do Estado, a subtração de suas responsabilidades e da intervenção na economia, mas também a eliminação de encargos sociais em relação aos empregadores. Porém, afirma que apesar dos periódicos contribuírem significativamente para a difusão do neoliberalismo no Brasil, em determinados momentos, estes não deixaram de fazer críticas ao modelo de desenvolvimento apresentado com o “Consenso de Washington” (o que foi mais evidente no caso da *FSP*, no segundo mandato presidencial de FHC), haja vista o reconhecimento de certos desequilíbrios por ele provocados. Ainda assim, ambos os periódicos não reconhecem o neoliberalismo como uma realidade, quer seja a nível nacional, com FHC (1995-2002), quer seja a nível internacional.

Carvalho chega a conclusões muito semelhantes aquelas apresentadas por Fonseca, salvo as distintas abordagens e recortes. Apesar de desenvolver uma análise fluída, que ora reconhece a autonomia do jornal, ora lhe trata como instrumento da luta de classes, o autor acaba lhe atribuindo uma preeminência funcionalista como agente difusor do neoliberalismo, apoiador do governo FHC, da classe dominante e, principalmente, do próprio sistema capitalista.

Os argumentos, a luta de idéias travadas pelos jornais, está diretamente ligados à preservação do modo de produção dominantes, à estrutura de funcionamento social de exploração de classe. A posição diante das privatizações e abertura da economia nacional está ligada aos grupos econômicos oligopolizados nacionais e estrangeiros; a crítica à crítica da propriedade privada é essencial para a manutenção do sistema, sem a menor dúvida para os jornais; as explicações do nosso atraso social e a falsa consternação contra a miséria estão ligados ao pressuposto que qualquer mudança deva preservar os privilégios de classe (CARVALHO, 2006, p. 248-249).

Em uma terceira corrente de estudos, podemos situar a tese de doutorado em História defendida por João Braga Arêas em 2012, na qual o historiador se propõe a compreender a importância política e ideológica do jornal *OG* na construção de um amplo consenso em torno do neoliberalismo, entre os anos de 1989, com a eleição de Fernando Collor, e 2002, concluída a era FHC. Apesar de analisar *OG* nas eleições presidenciais de 1989 e 2002, Arêas está mais interessado na questão do neoliberalismo, que no seu entendimento se expressava, em boa medida, através da defesa sistemática das privatizações. Tendo esse tema como eixo de sua pesquisa, o historiador examina de que forma o jornal se colocou frente a seus opositores. Em uma leitura gramsciana, semelhante aquelas até aqui delineadas, na pesquisa deste autor, “*O Globo* é considerado um ‘partido’ de diferentes frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais” (ARÊAS, 2012, p. 41). De tal perspectiva teórica sustenta-se a seguinte conclusão:

O partido *O Globo* procurou tornar hegemônicos os valores neoliberais (como a crença na 'eficiência do mercado'), de modo a unificar as diferentes frações dos grupos sociais dominantes – ou, ao menos, atenuar suas divergências internas – além de obter adesão das classes sociais subalternas (ARÊAS, 2012, p. 41).

Seja como for, o trabalho de Arêas oferece uma série de subsídios para se pensar a atuação política da imprensa e, em particular, d'*OG* nos anos 1990, recuperando a dimensão histórica desse objeto de estudo – inclusive, resgatando sua participação na ditadura militar -, inserindo o mesmo em uma duração mais longa, buscando situá-lo no conjunto de veículos e produtos do Grupo Globo etc. A partir desta abordagem, o pesquisador mostra o quão opositor *OG* foi aos movimentos sociais em momentos distintos da sua história, bem como apoiou uma noção limitada e elitista de democracia, não apenas no início da ditadura militar, mas também no contexto do movimento Diretas Já e nos anos 1990. Levantando uma gama de expressões e termos utilizados pelo jornal para caracterizar e representar de maneira extremamente negativa o principal partido da oposição (o Partido dos Trabalhadores, PT) ao governo no período tratado, Arêas mostra como *OG* tentou desqualificar as críticas ao neoliberalismo e, mais do que isso, criminalizar o partido que tinha as melhores condições políticas de implantar um projeto alternativo e de esquerda. Segundo o autor, eram estas as expressões mobilizadas pelo veículo da família Marinho no intuito de desqualificar a oposição a FHC:

[...] horas, extremistas, fanáticos, xiitas, radicalismo, totalitarismo, ditadura, fascistas, Hitler, censura, algema, patrulhamento, assalto, selvagem, hostilizar, incitar, invadir, arrombar, rasgar, destruir, socos, pauladas, enfurecidos, lobo, velho, contramão, obsoleto, falido, caos, calote, dentre outras (ARÊAS, 2012, p. 128; ênfase do autor).

Ao construir essa imagem do PT, adverte, o jornal *OG* não só criminalizava o partido, desconsiderando a perseguição sofrida por seus membros e militantes ao longo do regime militar (1964-1985), como também se isentava do apoio oferecido aquele regime (ARÊAS, 2012), evidenciado empiricamente pelo próprio Arêas.

3.2 Notas Iniciais Sobre uma Leitura da *Fsp* E D'*og* Como Atores Políticos, Em 1994 E 1998

Como é possível observar através dos estudos citados, a *FSP* e *OG*, ao longo dos anos 1990, participaram ativamente dos debates políticos, buscando difundir sua própria visão de mundo, elaborar diagnósticos acerca dos problemas a serem enfrentados pelos governantes, delimitar propostas políticas no seu respectivo campo e tornar hegemônico ou dominante um projeto específico: o neoliberal. Mas, além disso, a liberalização política que estava em pauta desde os anos 1970, ganhando força nos anos 1980, também permeia a conjuntura política da década seguinte, embora não ganhe ênfase significativa nos editoriais da grande imprensa. Na verdade,

como sugere Colling (2006), no que tange aos estudos sobre mídia e eleições na Nova República - e no que temos percebido por meio da análise empírica -, a dimensão política fica em clara desvantagem em relação ao econômico nos editoriais da *FSP* e *d'OG*.

Na realidade, os editoriais desses periódicos têm dado uma saliência claramente favorável a fatores econômicos, em detrimento do tratamento de questões políticas, o que pode ser explicado, hipoteticamente: 1) pela defesa do neoliberalismo como ideologia e modelo de desenvolvimento, o qual preconiza o protagonismo do mercado e da esfera privada, em detrimento do político e da esfera pública; 2) pelo impacto, em certo grau generalizado, da crise inflacionária que adentra a primeira metade dos anos 1990, sustentando, contra o mal a ser combatido a defesa do Plano Real e da estabilização econômica; e também 3) devido a uma operação, consciente ou não, por parte dos proprietários e demais responsáveis pela opinião da *FSP* e *d'OG*, de despolitização de temas e questões essencialmente políticas, a exemplo da reforma constitucional (da previdência, trabalhista, tributária etc.). Nesse sentido, a despolitização veiculada pela imprensa por meio de seus editoriais assumiria o limite de não se discutir, por exemplo, a participação política, ou seja, a cidadania - mesmo em períodos eleitorais.

Ao que temos encontrado nas fontes, é possível sustentar as três hipóteses apresentadas anteriormente, sendo a primeira e a terceira de ordem ideológica, a segunda de ordem material. Partindo de uma perspectiva teórica segundo a qual a atuação política do jornal se desenvolve por meio dos mecanismos de agendamento (MCCOMBS, 2009) e enquadramento (ENTMAN, 1993) de determinados temas que deverão permitir a configuração de uma tendência dominante entre as distintas correntes de opinião pública, considera-se que a atuação política dos periódicos não se faz apenas através daqueles temas que merecem destaque, mas também por meio de silenciamentos e exclusões. Para Robert Entman (1993), o trabalho de enquadramento da realidade social desenvolvido pela mídia implica saliência, visibilidade, seleção e interpretação, mas também exclusão e silenciamento, soluções para determinados problemas vividos em sociedade e a ausência de dimensionamento de propostas alternativas.

Enquadrar a reforma da previdência em termos estritamente técnicos (fontes de financiamento) e biológicos (ciclo da vida), como fez a *FSP* em editorial publicado em 5 de julho de 1994 (Espada de Dâmocles), pode implicar em uma estratégia tanto de despolitização da questão como também de exclusão de alternativas ao problema, pensado unicamente a partir do envelhecimento da população brasileira e da falta de condições de o Estado arcar com o descompasso entre o número de trabalhadores beneficiados pela previdência, em ascendência, e o número de trabalhadores que contribuem com a mesma, em declínio. Aliás, uma estratégia retórica que se repete com frequência significativa nos dias de hoje e no que se refere a temas, questões e problemas semelhantes àqueles discutidos nos anos 1990.

Por outro lado, pode se considerar o enquadramento que *OG* faz da privatização, em editorial de 21 de setembro de 1994 (*Agenda para o presente*). Nele, a privatização – ou desestatização, como é citada em vários editoriais – não é defendida pelo jornal apenas como uma possibilidade, mas sim como uma condição *sine qua non* no que se refere às “condições de cumprir quaisquer compromissos assumidos durante a campanha eleitoral”. Tratando o problema em termos puramente econômicos, como uma transferência de custos de manutenção entre setor público e privado a ser apoiada, ainda, pelo incremento de impostos das empresas privatizadas, o periódico carioca despolitiza o debate e, a exemplo do que faz em outras oportunidades, nisso se assemelhando a *FSP*, trata da privatização como um fenômeno que irá, em sua avaliação, beneficiar a todos indistintamente, sejam empregadores, empregados e consumidores. Generalizam-se interesses particulares, eliminando-se retoricamente as contradições inerentes aos efeitos das privatizações, ao se vulgarizar a apresentação do tema em questão. Vale dizer que ambos os jornais, em seu pensamento político, tratam a sociedade mais como um conjunto de consumidores do que propriamente como um agregado de cidadãos, fato que sugere mais uma vez o viés economicizante e despolitizante frequentemente estampado nos editoriais da *FSP* e d’*OG*.

4 | CONCLUSÃO

Nesse trabalho procuramos discutir questões teórico-metodológicas e de conteúdo relativas à atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nos cenários que envolvem as eleições presidenciais de 1994 e 1998, buscando apontar determinados elementos que caracterizam o pensamento político desses periódicos, analisados principalmente a partir de seus editoriais. Ao resgatar a dimensão política da imprensa brasileira, pensada enquanto objeto de estudo, propomos reconhecer sua autonomia que é relativa, dadas as relações que mantém com o Estado, na condição de uma atividade oriunda de concessão pública e mais ou menos dependente de verbas publicitárias e/ou de legislação específica, mas também ressaltada sua relação com os próprios anunciantes do jornal, os quais permitem sua sobrevivência empresarial.

Tudo isso só mostra o quão complexa é a atuação política da imprensa e, em particular, dos jornais, na medida em que estes veículos são instituições públicas e privadas, ao mesmo tempo. São públicas porque se apresentam como intermediárias entre o Estado e a sociedade, mediadoras entre os níveis público e privado e fiscalizadoras das autoridades. Mas, conforme os jornais se modernizam, adquirem o *status* de empresa, e como tais transformam-se em instituições privadas voltadas para o lucro. Ainda assim, os jornais, ou melhor, seus proprietários, permanecem autodenominando-se intérpretes e representantes da opinião pública, uma estratégia política e ideológica que, como bem observou Capelato, “permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da ‘opinião pública’” (2015, p. 122).

Como indicamos, os jornais protagonizaram o campo político brasileiro nos anos 1990, se posicionando acerca dos mais variados temas: legislação trabalhista, previdência social, inflação e estabilização econômica, partidos e movimentos de oposição ao governo, crise econômica de 1998, eleições presidenciais etc. No geral, foi possível apresentar um mapeamento do pensamento político da *FSP* e *d'OG*, não apenas ao longo dos cenários de 1994 e 1998, mas também durante toda a década, o que sugere uma atuação política consistente e engajada da parte dos periódicos mencionados.

Defendendo um novo modelo de desenvolvimento, o qual prioriza o mercado como instância privilegiada de organização social, em detrimento do Estado, a *FSP* e *OG* atuaram politicamente e mesmo empresarialmente, dado que possuíam interesses diretos nas privatizações e no fim do monopólio estatal das telecomunicações etc. Segundo Fonseca (2001), a atuação desses periódicos foi a um só tempo: política, ideológica e empresarial. Todavia, não concordamos com a perspectiva marxista segundo a qual o jornal é tomado como instrumento da classe dominante. Sua afinidade a determinado projeto político, governo, partido, classe, grupo e/ou líder político não implica, necessariamente, submissão.

Ao contrário, temos sustentado, inclusive com base nos estudos de Fonseca sobre a grande imprensa no pós-1984, que há evidências empíricas significativas que sugerem a existência de um projeto político defendido por aqueles jornais de maneira relativamente autônoma. Nesse sentido, menos do que se submeter ao governo FHC, a *FSP* e *OG* pautaram suas ações e difundiram uma tendência particular da opinião pública através dos mecanismos de agendamento e enquadramento, contribuindo com o resultado das eleições que levaram o candidato tucano ao poder e o mantiveram na chefia do Executivo, em 1994 e 1998, mas também o fizeram considerando seus próprios interesses e de forma precedente a eleição de 1994.

A defesa insistente, por parte daqueles periódicos, no que tange à precedência do mercado sobre o Estado, das privatizações, da estabilização econômica, as críticas à legislação trabalhista, a defesa do livre mercado e da abertura ao capital estrangeiro, entre outras coisas, não são elementos característicos da atuação política da *FSP* e *d'OG* apenas nos anos 1990, mas também se fazem presentes em sua intervenção no debate público desde, pelo menos, meados dos anos 1980. E mesmo no período em que se consolida uma agenda neoliberal, entre Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002), menos do que se constituir enquanto um poder submetido ao governo, os jornais da grande imprensa se apresentaram como instâncias de poder relativamente autônomas, capazes de pressionar e criticar até mesmo aqueles atores afinados com suas ideias e valores. Portanto, perceber o jornal como ator político implica, necessariamente, em identificar suas vinculações sociais e econômicas, restituir suas relações políticas em dado campo, recuperar sua visão sobre os conflitos e questões polarizadoras, mas sempre considerando que sua atuação não resulta de uma simples relação funcionalista e instrumentalizante da luta de classes, como quer a análise

marxista, e sim de uma teia complexa que envolve afinidades e compartilhamento de interesses não absolutos, apoio circunstancial e não, necessariamente, consistente ao longo do tempo e das conjunturas.

REFERÊNCIAS

Fontes

FOLHA DE S. PAULO. Espada de Dâmocles. São Paulo, p. 2, 5 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

O GLOBO. Agenda para o presente. Rio de Janeiro, p. 6, 21 set. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves. Introdução. In: _____ *et al.* **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 7-12.

ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão**. 2012. 352 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2012.

BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, Madri - Espanha, n. 20, p. 19-27, 1998.

BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. **Análisi**, Barcelona – Espanha, n. 12, p. 67-80, 1989.

CAMARGO, A. M. A. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, São Paulo, p. 225-239, 1971.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

_____. **O pensamento liberal de O Estado de S. Paulo (1927-1932)**. 1974. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

_____. **Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)**. 1986. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia C. (Org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p. 114-136.

CARVALHO, Rodrigo. **A imprensa escrita na era FHC: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002**. 2006. 271 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) - Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

COLLING, Leandro. **Os estudos sobre mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura**. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2006.

DUMOULIN, O. Documento. In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Tradução de Henrique Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p. 243-244.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, 43(4), p. 51-58, 1993.

FALCON, F. J. C. História e Poder. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90.

FONSECA, Francisco. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987)**: projeto político e estratégias de convencimento (revisão *Visão* e jornal *O Estado de S. Paulo*). 1994. 419 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 1994.

_____. **Divulgadores e vulgarizadores**: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (Dir.). **História**: novas abordagens. Tradução de Henrique Mesquita; rev. téc. de Dirceu Lindoso e Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 181-196.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed.; 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MC COMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. R. **História da Folha de S. Paulo**: 1921-1981. São Paulo: IMPRES, 1981.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RIOUX, J-P. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru – SP: EDUSC, 1999, p. 119-126.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Trad. Denise Bottmann. **Past and Present**, Oxford – Inglaterra, n. 85, p. 3-24, 1979.

TEIXEIRA, C. S. G. **Imprensa e poder**: as eleições presidenciais de 1994 e 1998. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2001.

CAPÍTULO 21

INFINITAS MARIAS Conhecendo as Marias desde 1950 PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Ronia Batista Vaz Otoni

(UFG regional Catalão-Goiás /PPGH)

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo descrever as contribuições do conto como metodologia para compreensão do ensino de história nas séries iniciais da segunda fase do Ensino Fundamental, 6º e 7º ano, com a proposta de construção de um material didático, tendo como texto principal um conto inspirado no poema de Cora Coralina, junto ao documentário de Márcio Ramos, “Vida Maria”, que ambos, fazem referências à história das mulheres com recorte temporal da década de 50. O conto “As tranças de Maria” relata a vida de uma mulher de nome Maria, que insatisfeita com as mazelas da vida na época, com costumes que limitavam as perspectivas dos espaços sociais ocupados pelas mulheres, Maria queria um destino diferente, mesmo morando no meio rural do cerrado goiano, no seio familiar com resquícios do conservadorismo do tempo dos coronéis, Maria tem seu destino desviado de maneira trágica, por almejar uma vida díspar. A utilização do conto numa perspectiva disciplinar, se apresenta como meio para ampliar os horizontes do saber, numa dinâmica prazerosa e intencional no repasse dos acontecimentos históricos baseados na ficção, com analogias que contribuam para o entendimento da história

do presente. O gênero literário em conexão com a historiografia a fim de aprimorar o despertar para a historicidade e direcionados a história das mulheres, alargam a reflexão da história social e podem seduzir o aluno a um posicionamento crítico e participativo como construtores de suas próprias narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: metodologia, conhecimento, criatividade, gênero, história.

ABSTRACT: The purpose of this research is to describe the contributions of the story as a methodology for understanding the teaching of history in the initial series of the second phase of Primary Education, 6th and 7th year, with the proposal of construction of a didactic material. a tale inspired by Cora Coralina’s poem, together with the documentary by Márcio Ramos, “Vida Maria”, both of which make references to the history of women with a temporal cut of the 50’s. The story “The braids of Mary” tells the life of a a woman named Maria, who was dissatisfied with the ills of life at the time, with customs that limited the perspectives of the social spaces occupied by women, Maria wanted a different destiny, even living in rural areas of the Cerrado of Goiás, within the family with remnants of conservatism of the time of the colonels, Mary has her destiny diverted in a tragic way, for striving for a different life. The use of the story in a disciplinary perspective, presents itself as a

means to broaden the horizons of knowledge, in a pleasurable and intentional dynamic in the transfer of historical events based on fiction, with analogies that contribute to the understanding of the history of the present. The literary genre in connection with historiography to enhance the awakening to historicity and directed the history of women, broaden the reflection of social history and can lure the student to a critical and participatory position as builders of their own narratives.

KEYWORDS: methodology, knowledge, creativity, genre, history.

1 | INTRODUÇÃO

Sabendo da necessidade de contribuir com práticas educativas que possam alcançar partes da história social, muitas vezes silenciadas por tradições arraigadas em tempos passados e com traços em tempos atuais. Esse trabalho pretende-se apresentar por meio da análise de pesquisa dos anos 50 com o desenvolvimento de atividades para alunos do Ensino Fundamental II, séries iniciais, numa perspectiva interdisciplinar a partir de um conto baseado no poema de Cora Coralina, estrelado no cinema brasileiro “As tranças de Maria” junto ao documentário dirigido por Márcio Ramos “Vida Maria”, ambos com os mesmos temas, vivenciados em partes rurais dos estados de Goiás e Ceará no Brasil com objetivo de conhecer a trajetória das mulheres que segundo Perrot (2007) historicamente foram inferiorizadas, vitimizadas por normas instituídas em uma sociedade excludente, tendo uma perspectiva de vida voltada simplesmente para donas de casa e boas esposas.

Ainda nas colocações de Perrot (2007) durante muito tempo, as mulheres foram objetos relatados por homens, pois sua atuação se ocuparia quase exclusivamente ao lar e a família, não ocupando espaços públicos, as quais poucas se aventuravam.

Nesse sentido entendemos que a autora evidencia relatos que as relegou ao silêncio e a invisibilidade, ainda se referindo ao silêncio, não no sentido de fontes sobre mulheres, mas em relatos sobre a representação delas, na falta de discursos autênticos, ou seja, uma história que fosse produzida e imaginada sob o olhar feminino.

Objetivo deste trabalho é propor uma reflexão sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea, do campo e da cidade, buscando compreensões a partir da década de 50, introduzindo por meio da leitura dos textos apresentados e a realização das atividades destinadas aos discentes, conhecer um pouco mais a história das mulheres do Brasil.

O estudo da história das mulheres se faz necessário mediante a luta por reconhecimento de igualdade, valorização e mesmo de visibilidade histórica. Poucos são os relatos da história das mulheres em livros didáticos ou paradidáticos, pretende-se por meio deste, analisar as transformações ocorridas na vida das mulheres da década de 50, em diversos aspectos, aos dias atuais.

Propor aos alunos reflexões sobre questões pontuadas por Michele Perrot, escritora francesa de grande destaque que se dedicou durante três décadas aos

estudos e pesquisas sobre a história das mulheres, questões que deixaram resquícios, a escritora lembra em seu discurso da história das mulheres demarcadas de corpos femininos, subjugados, dominados, violentados das mais diversas formas.

Considerando a longevidade das mulheres como fenômeno recente não por causas naturais, mas sociais. Também as questões dos tabus em torno do sangue menstrual que durante séculos foi associado à impureza, misturado ao pudor e vergonha. Da virgindade, tida como capital mais precioso das moças solteiras, obsessivamente vigiado e protegido pela família e a sociedade. Do estupro e as leis tardias, que fizeram delas vítimas do assédio sexual e da condenação à prostituição e redução aos deveres conjugais a dependência sexual, a maternidade e menopausa em dias atuais.

Para fundamentação teórica na elaboração deste trabalho, autoras como Michelle Perrot, Mary Del Priore e Carla Bassanezi Pinsky, guiarão os estudos apresentados sobre a história das mulheres e sua trajetória marcada de luta, juntamente com outros autores, que se dedicaram em suas obras questões imprescindíveis que instituíram certos princípios formadores para uma nova teoria e práticas, de se pensar os diferentes espaços das mulheres brasileiras. Uma vez que aponta a reavaliação de concepções e a análise das formas múltiplas de discriminação, questionar certos tabus e valores que permanecem em torno das mulheres nos últimos dois séculos. Pautando em importantes obras de pensadores sobre a história das mulheres, com levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, livros didáticos e Rede Mundial de Computadores (Internet). O paradidático será destinado para atender um público heterogêneo, que inclui principalmente adolescentes e jovens com idades partir 12 anos e subsidiar professores na construção do saber. Também atenderá os adultos de todas as faixas etárias, que tenham interesse sobre o assunto. Para este objetivo a linguagem é simples, de fácil entendimento e compreensão.

2 | ESTABELECENDO CONEXÃO ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA

Numa busca por uma metodologia que seja interessante e mais produtiva nas aulas de história, o conto neste material didático, procura estabelecer essa conexão literatura e história, na utilização de diversas linguagens e fontes, como nos lembra Fonseca (2005), que a utilização destes recursos, aproxima a compreensão do aluno, aguçando o imaginário e a criticidade.

O conto, *As tranças de Maria*, que vem como primeiro texto do material didático faz a introdução do estudo sobre as mulheres da década de 50, trazendo tradições e rupturas articuladas no pensar historicamente, abrindo caminhos para se alcançar as várias dimensões das temporalidades históricas, desde o ensino básico. Considera Chalhoub e Pereira (1998, p.7):

a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance

-, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo.

A abordagem do conto no ensino de História pretende-se também trazer as particularidades de um contexto histórico que podem ser mais explorados e percebidos na História presente, no diálogo com questões atuais que podem ser refletidas com os resquícios de um tempo passado, e que ao serem analisadas em uma ficção, não deixam de transpor um pano de fundo que conduz a saberes socialmente construídos.

Uma história da literatura é, pois, uma história das diferentes modalidades da apropriação dos textos. Ela deve considerar que o 'mundo do texto', usando os termos de Ricoeur, é um mundo de objetos e de performances cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção do sentido. Deve considerar paralelamente que 'o mundo do leitor' é sempre aquele da 'comunidade de interpretação' (segundo a expressão de Stanley Fish) à qual ele pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. O porquê da necessidade de uma dupla atenção: à materialidade dos textos, à corporalidade dos leitores (CHARTIER, 2002, p. 255, 257).

Fica ressaltado entre as posições dos escritores a necessidade de historicizar, de desnudar a História presente em todo enredo, no intuito de despertar o interesse por parte do aluno. A ficção traz detalhes que podem conduzir a compreender as formas do pensamento daquelas pessoas ligadas a cotidianos tão distantes do hoje, ao passo que nas peculiaridades de um conto que retratam situações diversas, haver uma aproximação na interpretação de uma coletividade viabilizando o entendimento de situações mais abrangentes com recortes temporais distintos.

O recurso da literatura seja no conto como no cinema, que são retratados, são trabalhados no material didático e friccionam no entendimento do tema abordado, pretendendo almejar campos revigorados do fazer do historiador na perspectiva epistemológica.

3 | O MATERIAL DIDÁTICO PARA ABORDAGEM DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO CONTEXTO RURAL EM GOIÁS.

Outro fator de suma relevância na construção deste material foi à permissão da abordagem da história das mulheres no contexto campestre, analisar a vidas das mulheres rurais e problematizar em diferentes temporalidades o posicionamento das mulheres na ocupação dos espaços sociais rurais. Quais seriam os espaços sociais ocupados por essas mulheres na contemporaneidade? Qual apoderamento social foi reconhecido a essas mulheres, muitas delas trabalhadoras rurais? Nessa viagem no tempo, se limitando ao Estado de Goiás, elas ainda podem si sentir excluídas em determinados aspectos? Há existência do patriarcal nas relações de poder entre os gêneros? As resoluções das questões propostas no material didático têm por objetivo levantar hipóteses na trajetória em análise.

O material didático também se destina a alunos de escolas rurais, faz parte da intencionalidade da proposta, que eles se vejam representados na história em debate. As infinitas Marias, no trocadilho do título do material didático, faz alusão há infinitos lugares de vivências que podem de alguma forma moldar a atuação e participação das mulheres dentro dessa mesma sociedade, as questões levam a reflexões complexas de um mundo diverso com mulheres que compartilham histórias de aspectos comuns, mas em estágios diferentes:

As mulheres de segmentos urbanos estão na frente de várias práticas reivindicativas já no final dos anos 60. Participam, em 1968, do Movimento Nacional contra a carestia; em 1970, do Movimento de Luta por creches; em 1974, do Movimento Brasileiro pela anistia; e, em 1975, criam os Grupos Feministas e os Centros de Mulheres. Nas atividades desses grupos são constantemente avaliados e revisitados os papéis sociais das mulheres – mãe, esposa, dona de casa -, mesmo que a reflexão sobre o trabalho e a discriminação no mercado de emprego não esteja sempre presente. Deve ser reconhecida no processo de redemocratização, através de suas reivindicações para que sejam mudados os códigos jurídicos definitivamente superados e sejam promulgadas leis mais coerentes com a efetiva atuação econômica e social da mulher. (PRIORE, 2017, p.649)

Desde o Brasil colônia, nas colocações de Priore (2017), identificamos a condição da mulher enraizada na repressão, desigualdade e patriarcado. As mulheres desse período eram propriedades de seus pais, maridos, irmãos ou quaisquer que fossem os chefes de famílias e seus enfrentamentos se dariam com passar do tempo numa luta em carências significativas para época: direito à vida política, educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho.

Nos relatos de Carla Bassanezi Pinsky (2017) e Mary Del Priore (2017), na constituição dos perfis das brasileiras recorreremos às índias descritas tanto na juventude com uma vida de entusiasmo, com seus adereços e corpos esculturais, quanto na velhice com seus cabelos brancos e ralos e seus corpos flácidos. O tempo apareceria como um marco nas relações sociais em suas vidas, entre jovens e velhas, associados a “costumes abomináveis” que promoveriam a degradação dos corpos femininos, que no mesmo raciocínio serviria de analogia para a dinâmica das civilizações, em que o tempo teria conduzido a sua ruína e a degradação social.

Como lembra às autoras Priore e Pinsky (2017) que a religiosidade aparece forte e influenciadora dos papéis femininos na sociedade, assim como as permanências na atualidade. A religiosidade, a misoginia e ainda, na tradição cristã promovia ações que norteavam a “entrada no céu”. Nesse cenário as mulheres já aparecem como definidores da atuação social. Identificadas pelas leis do Estado e da Igreja, à imposição da vigilância dos pais, irmãos, tios, tutores, e a algema informal dos costumes misóginos, com objetivos comuns de assegurar o equilíbrio doméstico e a segurança do grupo social vem em destaque.

[...] bom lembrar que os ideais femininos estavam relacionados exclusivamente ao casamento, a maternidade e a vida doméstica. Era preciso lutar, portanto, não só contra as injustiças, mas, também, contra uma forma de vida considerada típica, única e ideal. Os chamados “livros de condutas”, adotados... Empenhavam-se em

encapsular as mulheres em tais modelos de comportamentos “ditos do lar”. Mas “feminismo” também designava, no vocabulário médico, os homens cuja virilidade havia se desenvolvido “mal” ou pouco. (PRIORE, 2017, p.12)

No campo, o trabalho da mulher nas lavouras e na criação de animais, já era comum, contudo sempre acompanhado das atividades domésticas e os cuidados maternos, destinados aos filhos e ao esposo.

No decorrer do século XIX, outras vozes se juntaram as militantes feministas, denunciando a violência psicológica e física, a exploração da menoridade legal e os abusos contra as mulheres.

Partindo para uma reflexão sobre as mulheres rurais do Brasil, no século XIX e XX, depararemos com uma preocupação ainda maior sobre o silenciamento dessas mulheres, não só em narrativas que retratem suas vidas, mas no isolamento social e na participação política, ainda presente no Brasil afora. Não identificamos de forma numerosa assim como dos homens, grandes feitos de mulheres registrados na história, mesmo por terem atuado como protagonistas na sociedade. Como registra Ginzburg (2001) “... *Parece-me que o estranhamento é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos)*...”

Em suas palavras, o autor nos alerta o que é tomado como estranho, mas não é percebido. Na história das mulheres, o estranhamento se refere a condutas socialmente construídas que oprimem e marginalizam as mulheres, e ainda há permanências na sociedade, como se essas ações fossem naturais e não pudessem ser mudadas.

Perrot (2007) nos informa que entre as duas guerras mundiais, as mulheres tem acesso à universidade, mas continuam marginais, em relação à chamada revolução historiográfica empreendida pela Escola dos Annales. Segunda a autora, para os fundadores dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre, as questões relacionadas à história das mulheres não constituíam, ainda, uma categoria de análise em sua primeira fase. Poderíamos questionar quando nasce então a história das mulheres? A mulher como objeto de pesquisa? Essas questões já apareciam na obra de Michelle Perrot, mas soam como inquietudes na construção histórica da humanidade em movimento. A mulher camponesa na análise historiográfica, permanências e rupturas na história presente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão do trabalho realizado foi que promovesse a abordagem do tema de forma facilitadora, contextualizada e participativa em salas de aulas adentrando um pouco a História das mulheres em Goiás, entendendo que a discussão deste assunto deve ser conquistado e construído, pautando-se no conceito de uma sociedade justa, de igualdade de direitos humanos respeitando as diferenças étnicas - raciais e de identidade de gênero.

Vimos mediante o estudo que a sociedade historicamente tentou ditar os

modos, os estilos e as expectativas para determinadas classes de pessoas, e quando direcionamos as mulheres, muito há a de ser conquistado, principalmente quando nos referimos às mulheres camponesas, as mulheres negras. Desdobramentos que desafiam os modos de vidas socialmente construídos, mas que as rupturas vêm se apresentando, não de maneira fácil e imediata, mas com movimentos que tem por objetivo reconhecer e valorizar os silenciados na história.

Observa-se que o conto “As tranças de Maria” da década de 50, com traços culturais do período do coronelismo no Brasil, têm como contribuição, a partir do presente revisitar um passado que nos mostrou que mudanças aconteceram tabus foram rompidos, revelados na história contemporânea, e a questão confrontante levantada é o respeito e igualdade, às diversidades que compõem nossa sociedade, seja a mulher do campo ou da cidade, propor desvelar o seu silenciamento como sujeitos históricos e buscar metodologias que venham enriquecer o nosso fazer pedagógico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações sociais e a construção da consciência histórica.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2006.

BARCELLA, Laura. **Lute como uma garota: 60 feministas que mudaram o mundo.** Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 2018.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados.** In: PRIORI, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos de história: práticas e formação docente.** In: DALBRN, Ângela; Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lúciola. (Orgs.) XV ENDIPE-Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino: coleção didática e prática de ensino. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BITTENCOURT, Circe. **Livros e Materiais Didáticos de História. In: Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.) **A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892 109 Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 200.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. **Material Didático: discursos e saberes**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NÓVOA, Antônio. *Professores: Imagem do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

PERROT, Michelle. **Minhas Histórias das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Minhas Histórias das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007, 190p.

PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Regma Maria dos. **Crônicas de Raquel de Queiroz: Processo criativo, história e ensino**. Editora Espaço Acadêmico, 2018.

JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS

Flávia Arruda Rodrigues

Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Niterói, Rio de Janeiro

RESUMO: Nos anos de 1974 e 1975, cerca de meio milhão de portugueses se viram obrigados a deixarem suas vidas construídas em territórios dominados na África, especialmente Angola e Moçambique, para embarcarem em viagens emergenciais de volta para Lisboa, então metrópole daquele decadente império. A pressa, a necessidade de deixar residências, empregos, investimentos, objetos pessoais, parentes e amigos para trás, no sentido de salvarem as próprias vidas, dada a convulsão social local, forjaram nestes cidadãos nacionais que viviam sob a égide da ditadura salazarista um sentimento de raiva, medo e revolta que teve de ser escondido na nascente ambiência de um país que vivia uma revolução democrática de esquerda. Nos últimos dez anos, especialmente, uma geração de jovens jornalistas que nasceu depois da Revolução dos Cravos e que só dispõe de memórias de segunda ordem decidiu reescrever estas histórias pessoais e coletivas. É de alguns destes livros-reportagem que trata este trabalho. No intuito de promover o cruzamento da Literatura e da Comunicação Social, o trabalho discute contribuições de livros recentemente lançados em Portugal que

tematizam o retorno de cidadãos portugueses que viveram nas colônias até fins de 1975.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação social; Literatura; Colonização portuguesa; África; Pós-memória.

ABSTRACT: By 1974 and 1975, about half a million portuguese citizens were forced to abandon their current daily lives built in african territories dominated by them, specially Angola and Mozambique, to board on emergencial trips back to Lisbon, by then the center of that decadent empire. The hurry to leave behind residences, jobs, investments, personal belongings, family and friends, so they could save their own lives, given the social convulsion, forged in these citizens a feeling of anger, fear and rage immediately hidden within the emerging left-oriented democratic revolution ambience they met in their arrival at the capital. Especially within the past ten years, a young journalists generation, born after the Carnation Revolution, who only had second-handed memories, decided to rewrite these personal and collective stories. This work focus on some of these reporting-books. At the aim of promoting the crossing between Literature and Social Communications, this work discusses the contributions brought by these books recently issued in Portugal. They tematize the return of the citizens who lived in the former colonies until

late 1975.

KEYWORDS: Social Communications; Literature; Portuguese colonization; Africa; Post-memory.

As reflexões que apresentarei neste texto têm como base o trabalho realizado em minhas pesquisas de mestrado e doutorado no Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em oito anos. O que vou apresentar são considerações ainda iniciais de mais uma guinada de percurso nos estudos sobre a colonização portuguesa que tenho realizado neste período. A novidade é que, deste ponto em diante, passo a conjugar o trabalho realizado na área de Letras com minha experiência profissional e docente na Comunicação Social. O resultado disso é que começo a realizar estudos no sentido de tentar compreender a significativa e específica aceitação editorial de alguns livros lançados em Portugal na última década. Estas publicações a que vou me referir tratam da reconstrução de memórias de colonos portugueses que viveram na África em fins do século XX, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, em Angola e Moçambique, nos estertores da tardia dominação naqueles territórios. Mais do que isso, estes são livros escritos por jovens jornalistas que não viveram a Revolução dos Cravos por experiência própria, mas a têm nítida pelos relatos da geração de seus progenitores. É esta fração de um extenso *corpus* disponível que interessa para este texto.

Como a longeva e, ao mesmo tempo, tardia colonização portuguesa na África (a última a ser encerrada) talvez seja um tema pouco familiar para alguns leitores brasileiros, apesar do passado histórico comum aos dois países, é necessário oferecer algumas informações que colaborem para o melhor entendimento das questões que serão propostas a seguir. O debate que proponho se dá, por exemplo, a partir da experiência africana dos chamados retornados. Esse grupo de cidadãos portugueses, que recebeu esta alcunha nos anos de 1974 e 1975, principalmente, era constituído por colonos daquele país que, por incentivo governamental, em especial na década de 1960, optaram pela migração para as antigas colônias de Portugal, notadamente as de Angola e Moçambique, na África.

Até meados da década de 1970, o Estado Novo português assegurou institucionalmente a vida desses cidadãos nas colônias. Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por exemplo, eram territórios anexados à minúscula porção continental lusitana, e faziam parte do que os governos ditatoriais de António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Marcello Caetano (1906-1980) entendiam como “império”. Essas regiões distantes funcionavam como extensões comerciais e administrativas do Estado português e, nelas, habitavam portugueses que não só viviam das atividades de gestão colonial como da importação e revenda de bens manufaturados, extração mineral e produção agrícola.

Algumas colônias prosperaram durante a ditadura salazarista e produziram elites coloniais brancas. Foi o caso de Angola, por exemplo, cujos limites geográficos

guardavam (como ainda guardam) imensas jazidas com fartos recursos naturais estratégicos como minério de ferro, diamantes e petróleo, além de vastas planícies adequadas à plantação de outras *commodities*, como milho e algodão. À época, os cidadãos portugueses que habitavam essas paragens urbanizaram cidades, pavimentando e eletrificando ruas, construindo casas, escolas e clubes e, também interligaram esses centros com as regiões interioranas por meio de estradas de ferro. Em resumo, eles se preocuparam em construir para si mesmos centros urbanos inspirados em metrópoles europeias e, na medida do possível, reproduzir Lisboa. Porém, isso foi feito em lugares que ficavam a distâncias transcontinentais e usando a mão-de-obra quase escrava da população negra local, cujos serviços eram demandados à força por via de truculenta hierarquização social.

Essa vida cotidiana sessentista e setentista das colônias portuguesas, de altos salários, grandes ganhos e prosperidade geral, e que dava a acesso a requintados bens de consumo, teve seu fim determinado no momento em que os capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA) se insurgiram contra o governo salazarista, em 25 de abril de 1974, rumando principalmente de Santarém, a cerca de 40 quilômetros ao Norte da capital do país, Lisboa, e forçaram a renúncia do então presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano. O insatisfeito contingente militar que produziu a Revolução dos Cravos também acabou por inviabilizar a permanência dos portugueses nas colônias, tal como se configurava. E, uma vez desestruturado o Estado Novo, forças políticas independentistas das colônias, enfim, perceberam a possibilidade de abertura para, enfim, tomar o poder das elites brancas que as oprimiam.

O aumento da violência contra os colonos portugueses nos territórios até então dominados pelo Estado Novo português cresceu a ponto de a presença deles naqueles lugares se tornar inviável. No interregno entre a Revolução dos Cravos e as declarações de independência, cerca de 500 mil portugueses voltaram para a metrópole, muitos em aviões cedidos pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da qual Portugal até hoje faz parte. Este contingente populacional português ficou conhecido como o dos retornados. É sobre a presença deles na África, sobre esse regresso abrupto e sobre a readaptação à metrópole a que os livros em questão se debruçam.

Ao mesmo tempo em que eram perpetradores, algozes de um sistema colonial e, por isso, agentes de violência, eles, de forma ambivalente, também a sofreram. Foram acusadores e acusados. Portugueses não só perderam abrupta e irrecuperavelmente bens, familiares e amigos, como foram forçados a viver em acomodações improvisadas, principalmente nos hotéis (esvaziados pela revolução e pela temporada de inverno), no Estoril, na Grande Lisboa, sendo constantemente acusados pelos compatriotas metropolitanos de serem eles próprios os responsáveis por suas expulsões das colônias. Além disso, muitos dos retornados haviam nascido nesses territórios extracontinentais, não tendo tido qualquer contato com a capital do “império” até aquele momento de suas vidas, o que foi alvo de estranhamento e motivo para discriminação.

Em entrevista ao jornalista João Paulo Guerra publicada no livro *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, o ex-presidente português António Ramalho Eanes, o primeiro eleito no período democrático pós-1974, afirma que o tamanho do contingente de cidadãos portugueses que voltaram à Europa foi de 500 a 700 mil, embora os números oficiais do atualmente extinto Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) registrem 505.078 retornados.

Tínhamos ainda naquela altura em mãos o problema dos retornados, 500 a 700 000 portugueses, não se sabia ao certo, que tinham regressado ao país e constituíam um problema, na aceitação e na integração, mas também um problema psicológico e social, porque a maior parte deles saiu das colónias sem nada. Portanto, a situação era realmente de perturbação mesmo. Segundo, havia uma situação conflitual muito intensa entre Portugal e os novos países, pela questão dos retornados, por determinadas situações de guerra que existiam e, naturalmente ainda, por uma certa infantilidade que ocorre em todas as situações de independência recente. Houve que fazer face a todas estas questões. Internamente, houve que tentar promover e ajudar a reintegração dos retornados, e isso conseguiu-se com resultados espetaculares, que se devem mais à qualidade da população do que propriamente ao efeito e à eficiência das medidas tomadas pelo poder. Foi necessário vencer imensos preconceitos, quer de esquerda, quer conservadores, em relação às ex-colónias, aos novos países de língua oficial portuguesa (Guerra, 2009, p.156).

Não bastassem os problemas vividos ao deixarem a África, esses colonos conheceram o preconceito e o repúdio dos portugueses da metrópole no momento da chegada, uma vez que foram acomodados pelo governo provisório em hotéis, recebendo as garantias que eram possíveis em meio às inúmeras incertezas do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Nesse sentido, os colonos revelavam a ambivalência de sua condição, uma vez que, ao mesmo tempo, eram atores diretos da ação colonial em territórios dominados por Portugal, eram resultado da falta de sustentação dela própria. Os ex-colonos não entendiam, como nota o filósofo Eduardo Lourenço em seu texto “Apelo ao(s) retornado(s)”, republicado este ano em coletânea organizada por Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, que

Embora organicamente colonizadores (mais que não fosse pela inconsciência de não saber que o eram, sendo-o superlativamente, a maioria dos portugueses só se sentia *colonialista* pela conta alheia (os colonos), como se sentiu *anticolonialista* pela mesma razão, ao descobrir que esses “colonos” haviam se convertido num obstáculo à solução do nosso drama nacional. A partir daí só podiam ser vistos como *causa perdida*, o que sempre haviam sido sem que isso jamais nos tivesse posto qualquer problema. Numa perspectiva anticolonialista coerente não era possível dissociar da colonização como questão posta ao País *colonos* que dela eram o centro, pois era precisamente o seu estatuto de *colonizadores* que se encontrava em discussão (Lourenço, 2014).

Surge, daí, o trauma dos retornados. Estigma e silêncio que só começam a ser quebrados a partir da virada do milênio, quando a segunda geração de colonos, ou seja, os filhos daqueles que lá estiveram como agentes maiores da colonização, começam a escrever narrativas que reconstróem esse passado, em tentativas de estabelecer pós-memórias para esses acontecimentos. Apesar dos eventos que foram as edições desses livros, esse ainda parece ser um tema difícil para os portugueses, e ainda

será necessário contar com tempo para que, aos poucos, a segunda geração ocupe o espaço e reconte aquele passado com menos magoas do que seus pais e, até, avós. Tome-se o exemplo do que ocorre no ambiente acadêmico, em Portugal.

O que parece haver é um desinteresse em examinar feridas como esta, ainda abertas da História portuguesa, e que se materializa vez por outra, por exemplo, em preocupações como a da investigadora Cláudia Castelo, que, em sua tese de doutorado em Sociologia Histórica pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, abordou outra questão pouco explorada pela academia portuguesa e igualmente relegada a um lugar de esquecimento: a presença de cidadãos portugueses nas ex-colônias de povoamento africanas, especialmente Angola e Moçambique. Na introdução de seu livro, *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, ela explica que uma de suas motivações para a realização de seu trabalho de investigação foi a necessidade de interpretar e contextualizar a presença e atuação dos portugueses na África do século XX, para além do lugar de saudade que seus discursos frequentemente evocam:

A decisão de investigar o povoamento de Angola e Moçambique com portugueses da metrópole prende-se não só com a constatação de que este tema ainda não havia sido tratado na perspectiva das ciências sociais, como com a noção de que as memórias sobre África veiculadas sob as mais variadas formas não se preocupam em indagar, problematizar, contextualizar, interpretar, mas apenas convocar um lugar de saudade. Cumprem uma função emocional mas acabam por alimentar as ideias feitas e os mitos que se foram enquistando no senso comum. (Castelo, 2007, p.17).

O caso dos livros em questão parece se enquadrar, ainda, no que Dominick LaCapra conceitua como escrita emulativa. Trata-se de um tipo de arte performativa que revive situações de violência e que pode parecer arriscada, mas é, ainda, uma forma substancialmente mais segura, em termos psíquicos, para se lidar com traumas oriundos de situações extremas e ainda não resolvidos. Para as vítimas, configura-se como uma forma de reencenar, reviver e superar memórias de acontecimentos vividos pessoalmente ou transmitidos por pessoas próximas que passaram pelas mesmas situações-limite. Deve-se aqui assinalar que LaCapra lida com questões relacionadas ao Holocausto, problemática de abrangência mundial e que certamente suscita questões diferentes das deixadas pela colonização portuguesa na África do século XX.

Neste sentido, especialmente na última década, tornou-se comum encontrar, em livrarias portuguesas, logo à vista, estantes ou mostruários com uma variada gama de livros que retomam questões como “a vida que os portugueses deixaram”, “longe da restinga, a Oeste da sanzala” e “terra prometida”, apenas para citar alguns dos subtítulos que ajudam a vendê-los. Eles formam uma recente leva de narrativas que têm procurado reescrever a ocupação das colônias africanas empreendida pelos portugueses, especialmente na segunda metade do século XX e, mais ainda, no período que foi da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, às declarações de

independência de países como Angola e Moçambique, entre outras ex-colônias, em fins de 1975.

Parte desses livros é escrita por jovens jornalistas nascidos, como é importante assinalar, depois da Revolução dos Cravos. A validade dessa afirmação reside no fato de que, por serem mais novos do que os acontecimentos históricos, não tiveram a oportunidade de vivenciar os fatos que narraram senão pela memória de segunda ordem daqueles que entrevistaram para a composição de seus livros. Ao mesmo tempo, beneficiados exatamente por esse distanciamento, têm a capacidade de se aproximar de lembranças dolorosas e as relatam com menor envolvimento emocional que seus progenitores ou integrantes da geração anterior, que teve participação direta nos eventos.

É o caso, por exemplo, da jornalista Rita Garcia, que é de julho de 1979. Ela é autora de dois títulos de grande sucesso em *Portugal: SOS Angola: os dias da ponte aérea*, de 253 páginas, lançado pela Oficina dos Livros, em 2011; e de *Os que vieram de África, o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar*, com suas 270 páginas, de 2012, lançado como sequência do primeiro, dado o volume expressivo de vendas. Rita Garcia é licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e trabalha como jornalista desde o ano 2000, tendo integrado as equipes da revista *Focus* e *Sábado*, entre as de outros veículos de comunicação. É importante salientar que, tanto quanto o valor jornalístico dessas publicações, muitas vezes escritas como grandes reportagens a meio termo entre a ficção, no que caracteriza o jornalismo literário, existe a função social que vem sendo cumprida por essas obras, que é a de trazer à luz temas que estavam silenciados por razões emocionais ou políticas há aproximadamente 30 ou 40 anos.

O trecho a seguir, por exemplo, dá uma medida do cumprimento de expectativas que esses textos têm vindo a alcançar. Ele foi extraído de *SOS Angola: os dias da ponte aérea*:

No dia da partida, Eduardo e Madalena levantaram-se de madrugada e despacharam os miúdos para saírem antes de o Sol nascer. Não queriam ser vistos por ninguém. Fecharam a porta de casa com as mesmas voltas que davam todos os dias à fechadura e instalaram-se na carrinha em silêncio. Antes de se fazerem à Estrada, ainda passaram no estabelecimento comercial da família para apanharem latas de quilo de leite *Nido* e as conservas com que se alimentariam até terem vaga na Ponte Aérea.

A catarse de Eduardo começou mal entraram na estrada para Moçâmedes. Quisera acreditar que a viagem não era definitiva, mas naquele momento tomara consciência de que o caminho não tinha retorno. “Nos últimos tempos, alguns pretos já nos diziam: ‘Vai-te embora, branco, desaparece’. Dali em diante, era previsível que a escalada de hostilidade aumentasse até um ponto insustentável.

Era essa certeza que enlouquecia Eduardo Faustino. Que direito tinham os negros de o escorraçar de Porto Alexandre, logo a ele que não conhecia outra terra e tão pouco fizera mal a alguém? Ele era um dos Gémeos, que toda a gente conhecia e respeitava na cidade. Com que justificação ia deixar para trás tudo o que construía numa vida de trabalho? Desde os 12 anos que atendia ao público com Álvaro,

o irmão gémeo. Tanto esforço para nada. Sentia-se destroçado. Ao volante da carrinha *Isuzu*, a única coisa que o aliviava era mesmo chorar. (Garcia, 2011, p.185)

Alguns elementos do texto de Rita Garcia dão ao leitor a possibilidade da partilha de experiências entre entrevistados e leitores. Dentre eles, vale destacar aspectos que tornaram essa experiência comum a cerca de meio milhão de portugueses: um deles era a pressa em deixarem suas casas, de preferência sem serem notados pelas indivíduos locais que já os ameaçavam. Outro é o abandono de meios de vida, neste caso, o estabelecimento comercial. A revolta, a impossibilidade de negociação e a catarse vividas por Eduardo Faustino, um dos entrevistados de Rita Garcia, também costumam ser relatadas por outros portugueses que viveram o mesmo momento histórico.

Como o título do segundo livro de Rita sugere, *Os que vieram de África: o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar* prende-se aos desafios encontrados na acomodação destas famílias em território continental português. Para que tal fosse feito, o governo do país criou o Instituto Atendimento aos Retornados Nacionais (IARN), órgão público que colaborou para o alojamento dos recém-chegados em hotéis, principalmente na região do Estoril, próxima a Lisboa. O curioso é que muitos desses estabelecimentos turísticos eram de luxo, mas receberam levas massivas de portugueses tanto porque era inverno quanto pela impossibilidade de receber turistas, uma vez que todo o país vivia as convulsões políticas de uma revolução democrática recém-inaugurada e que encerrava 48 anos de ditadura militar em Portugal.

O primeiro capítulo do segundo livro de Rita Garcia, intitulado “Fuga para o frio”, inicia-se com o seguinte trecho, que dá a medida do ambiente social que os retornados encontraram em suas chegadas:

Todos os dias, Irene Lopes chegava à escola a chorar de frio. Saía de casa ainda noite escura, muitas vezes em jejum, e caminhava até a Guarda durante uma hora por campos cobertos de neve. Para uma miúda de onze anos que, como ela, só conhecia o calor de Angola e não tinha abafos grossos para se agasalhar, o percurso era uma autêntica tortura. Nos primeiros tempos, o dinheiro era tão escasso que nem chegava para comprar sapatos fechados. Irene calçava as sabrinas de verão trazidas de África, a que a mãe cortara a biqueira para acompanharem seu crescimento. Foi assim por algum tempo até os pais arranjamem botas de borracha pretas para ela e para o irmão.

A família aterrara em Lisboa em 11 de novembro de 1975, o dia de independência de Angola, vinda da África do Sul, num Boeing 747 da TAP, depois de três meses em campos de refugiados à espera da viagem para Portugal. A fuga começara em agosto e obrigara-a a sair à pressa da Cuemba, no distrito do Bié, no centro do território, para chegar a tempo de apanhar a célebre coluna do senhor Serra, que estava prestes a sair de Nova Lisboa (Huambo). (Garcia, 2012, p.21)

A título de contextualização histórica, tomo de empréstimo um trecho do livro do também jornalista Fernando Dacosta, que não figura como objeto de estudo por ser da mesma geração que os colonos retornados de mais idade. Dacosta, nascido em 1945, foi um dos poucos jornalistas a dar visibilidade ao problema dos que voltavam das colônias, uma vez que, como já dito, as incertezas políticas eram as

principais preocupações do governo provisório recém-estabelecido. Seu livro pioneiro foi intitulado como *Os retornados estão a mudar Portugal*. Em 2013, ele lançou um pequeno livro, que tem como título *Os retornados mudaram Portugal*, do qual também extraio um excerto, que reproduzo a seguir.

Note-se que as informações coletadas pelos dois jornalistas são bastante semelhantes em seu conteúdo, tendo como marcas de diferenciação as gerações a que cada um deles pertence. De qualquer forma, deve-se ter em conta que a edição de mais este livro de Dacosta aumenta a lista de títulos produzidos por jornalistas sobre a questão dos retornados portugueses, o que endossa a perspectiva que pretendo trabalhar:

A maior parte dos que vieram chegou com a roupa do corpo, escassos haveres em caixotes e notas inúteis nos bolsos. Alguns tentaram permanecer em África. Amavam-na, serviam-na, era a sua terra. Nada tendo a esconder, nada tinham, pensavam, a rezear. Os governantes diziam-lhes, pea imprensa e pelos comícios, isso mesmo.

Caso a caso, história a história, as suas vidas fizeram-se irreais. Alentejo, Algarve, Beiras, Trás-os-Montes, em todo o lado encontrámos as mesmas faces, os mesmos olhares, as mesmas acusações, o mesmo aturdimiento – não sentem arrependimento porque não sentem culpa. (Dacosta, 2013, p.71)

Apresento por fim, um dos trabalhos de Ana Sofia Fonseca, formada pela Universidade Católica Portuguesa, também jornalista, nascida em 1978 e, por isso, como Rita Garcia, integrante da geração de novos profissionais que não conheceu a Revolução dos Cravos por experiência própria, mas que vem produzindo a pós-memória dos retornados portugueses. Freelancer, trabalhou na revista *Grande Reportagem* e no semanário *SOL*, além de ter integrado as redações do jornal *Expresso* e da rede de TV portuguesa SIC, onde trabalha até os dias atuais. Sua experiência editorial anterior havia sido com *Barca Velha – Histórias de um vinho*, para o qual realizou entrevistas que deram detalhes sobre o mítico vinho português da região do Rio Douro. Seu livro *Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram*, também uma grande reportagem que usa recursos do jornalismo literário, se ocupa do tema em 328 páginas. A edição do livro apresenta o tema como “um retrato destes anos dourados”, que de fato foram para os portugueses que, como o mesmo texto da contracapa afirma, tinham “a vista tranquila da baía de Luanda, os banhos de mar quente, as mangas maduras a Cuca gelada, as lagostas, o cinema os gelados do Baleizão”.

O texto de Ana Sofia Fonseca preocupa-se em reencenar e trazer para o momento presente esse tipo de cotidiano deixado para trás às pressas pelos portugueses e que, conforme já foi aqui afirmado, não vislumbra possibilidade de volta senão pela escrita e leitura de tais livros. Já na capa, avistam-se duas fotografias que apresentam uma vida essencialmente europeia nos trópicos, com direito à imagem de uma criança negra nativa segurando um guarda-sol para que os portugueses brancos, um deles com chapéu colonial, não sintam calor demais. A outra fotografia mostra um jovem casal português sentado na carroceria de um automóvel conversível, também em Angola, no

que aparenta ser um evento esportivo nos anos 1960.

A partir do exemplo dos livros anteriores, seleciono um trecho para reflexão:

O cinema levanta-se numa comovida aclamação. Um pensamento sulca todos os rostos: mais uma despedida (.), prenúncio de outras (?), talvez da sua. Faltam quatro meses para a independência, adeus é palavra tão temida quanto repetida. O “Chá das Seis, quase dezasseis anos de existência, acende as últimas lâmpadas. Desde novembro de 1959, então com nome de “Chá das Seis e Meia”, e encontro marcado à sexta-feira, faz parte da rotina da cidade. Conquistou tanto sucesso que logo ganhou mais tempo e outra honra na agenda. Daí em diante, das seis da tarde às oito da noite de sábado, a orquestra toma o palco do Restauração. Os apresentadores, esses, pouco mudam. Alice Cruz e Diamantino Faria fazem a cortesia dos primeiros tempos. Segue-se Artur Peres. Mais tarde, quando Alice parte, vem Ruth Soares. (Fonseca, 2009, p.236)

Como marca deste trabalho de Ana Sofia Fonseca está a representação da vida colonial portuguesa estritamente a partir do ponto de vista do colonizador europeu, sem aparente preocupação em problematizar o fazer colonial levado a cabo por estes indivíduos e, principalmente, a violência perpetrada nesses territórios em relação aos colonizados, especialmente à maioria, que realizava trabalhos braçais em regime similar ao escravocrata. Não surpreende que tais livros tenham ganhado público leitor tão expressivo, abrindo possibilidade para outros títulos, inclusive como continuações das reportagens.

Creio que, a partir do exposto neste trabalho, é possível compreender a importância da elaboração de tais memórias, uma vez que é importante trazer à luz temáticas que ficaram obscurecidas ou escondidas por razões políticas e familiares. Tais esforços jornalísticos realizados por uma geração emocionalmente apta a eles certamente têm trazido grande contribuição social e, por isso, é digna de destaque.

REFERÊNCIAS

CASTELO, C. **Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

DACOSTA, F. **Os retornados mudaram Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Edições Parsifal, 2013.

FONSECA, A.S.. **Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram**. 2ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

GARCIA, R. **SOS Angola: Os dias da ponte aérea**. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

_____. **Os que vieram de África: o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar**. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

GUERRA, João Paulo. **Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas**. Alfragide: Oficina do Livro, 2009.

PORTER, A. **O imperialismo europeu (1860-1914)**. Lisboa: Edições 70, 2011.

LACAPRA, D. **Writing history, writing trauma**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-282-1

